Bibliotecári@s Negr@s

Ação, pesquisa e atuação política

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Graziela dos Santos Lima
Organizadoras

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Graziela dos Santos Lima
Organizadoras

BIBLIOTECÁRI@S NEGR@S

Ação, pesquisa e atuação política

Florianópolis, SC
ACB
2018

Associação Catarinense de Bibliotecários – ACB

Gestão 2018-2020

Camila Koerich Burin
Kátia Maria Costa
Deborah Matias Gomes
Sabrina Martins
Marilaine Hahn
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Patrícia Kellen Pereira
Amabile Costa
Vânia Medeiros Ribeiro
Miriam de Cássia M. de Mattos
Evandro Jair Duarte
Everton Correia Luz

Diagramação: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Revisão textual: Dr. Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

B582

Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política / Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Graziela dos Santos Lima (Org.). - Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. 498 p.

Inclui Bibliografia.
Disponível em: <https://www.acbsc.org.br/>.
ISBN 978-85-99850-03-9

1. Biblioteconomia. 2. Biblioteconomia Negra. 3. Atuação política. 4. Bibliotecário Negro. I. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da. (Org.). II. Lima, Graziela dos Santos (Org.). III. Título.

CDU 023.4 (=414)

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil[1]

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:

ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.

NÃO-COMERCIAL

Você não pode usar esta obra para fins comerciais.

COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença[2] que este original.

[1] Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 fev. 2018.

[2] Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SUMÁRIO

PREFÁCIO **11**

APRESENTAÇÃO **13**

DISCURSOS INSUBMISSOS NA DIÁSPORA NEGRA **17**
Elisângela Gomes

APONTAMENTOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE QUESTÃO RACIAL E ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA **39**
Francilene Cardoso
Michelle Silva Pinto

PENSANDO UMA BIBLIOTECONOMIA AFRODIASPÓRICA **89**
Graziela dos Santos Lima
Franciéle Carneiro Garcês da Silva

DESCOLONIZANDO O FAZER BIBLIOTECÁRIO: UMA AÇÃO URGENTE E NECESSÁRIA **105**
Dávila Maria Feitosa da Silva
Erinaldo Dias Valério

TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NO BRASIL: BASE TEÓRICA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO **129**
Graziela dos Santos Lima
Paulino de Jesus Francisco Cardoso
Karla Leandro Rascke

A INCLUSÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NAS PESQUISAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO **167**
Vanessa Alves Santana
Leyde Klébia Rodrigues da Silva

INFORMAR PARA A IGUALDADE RACIAL: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA PRODUÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....179
Erinaldo Dias Valério
Dávila Maria Feitosa da Silva

O MULTICULTURALISMO E A BIBLIOTECONOMIA: JUSTIFICANDO A RELAÇÃO.....197
Andreia Sousa da Silva

AS MULHERES NEGRAS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO 209
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez

COMUNIDADE LGBT DA BAHIA: PERFIL E NECESSIDADES INFORMACIONAIS 237
Bruno Almeida dos Santos
Nídia M. L. Lubisco

INFORMAÇÃO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: ESTUDO DA PÁGINA DO GELEDÉS – INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS NO *FACEBOOK*.....267
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES.....295
Sandra Regina Fontes
Lourival José Martins Filho

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE OBRAS DE ESCRITORAS NEGRAS NOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO 319

Ana Carine S. de Jesus
Iara Moraes
Lais Hellen Santos Macedo

***DESIGN THINKING* EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL 349**

Priscila Fevrier

IDENTIFICAÇÃO RACIAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO 375

Dandara Baçã de Jesus Lima

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA 397

Edilson Targino de Melo Filho
Jobson Francisco da Silva Júnior

ANÁLISE MÉTRICA DAS PALAVRAS-CHAVE MAIS CITADAS NO PERIÓDICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS (ABPN) NO PERÍODO DE 2010 A 2014 419

Graziela dos Santos Lima

A CONTRIBUIÇÃO DO MARCO CIVIL DA INTERNET: REFLEXÃO SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, PÓS-VERDADES E *FAKE NEWS* 445

Miriely da Silva Souza
Nathália Lima Romeiro
Franciéle Carneiro Garcês da Silva

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 481

PREFÁCIO

Das choças dessa História escandalosa
Eu me levanto
Acima de um passado que se ancora doloroso
Eu me levanto
Sou um oceano negro, vasto e irrequieto,
Indo e vindo contra as marés, eu me elevo.
Esquecendo noites de terror e medo
Eu me levanto
Numa luz incomumente clara de manhã cedo
Eu me levanto
Trazendo os dons dos meus ancestrais,
Eu sou o sonho e as esperanças dos escravos.
Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto!
(ANGELOU, Maya. Ainda assim eu me levanto)

A Ciência da Informação e suas áreas fronteiriças têm recebido com surpresa, torpor e mesmo desconfiança os frequentes discursos que reivindicam um lugar de fala e o olhar interseccional e decolonial sobre os processos de produção e circulação do saber.

Por séculos, as práticas bibliotecárias estiveram assentadas em uma limitante ideia de neutralidade envolvendo as técnicas e os dispositivos adotados em bibliotecas e serviços de informação. Durante esse tempo, se estabeleceu, por extensão, a crença que os sistemas informacionais contemporâneos seriam

incapazes de engendrar desigualdade, apagamentos e opressões. Entretanto, diferentes estudos realizados assinalam que esses instrumentos têm servido historicamente à reificação do conhecimento pela verossimilhança pactuada no interior dos grupos hegemônicos.

Nesse contexto, a ausência inquietante das populações negras, como protagonistas na condução de estudos e pesquisas, tornou rarefeita as contribuições desses povos na construção social do conhecimento.

A sagacidade das questões apresentadas em "Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política" indica novas estratégias para enfrentamento histórico do racismo nos marcos da ampliação da presença negra no campo da Ciência da Informação e áreas correlatas.

A multiplicidade de pontos de vista que compõe os capítulos entusiasma pela potência do vasto repertório de questões enfrentadas. Trata-se de um projeto coletivo de religação de saberes ancestrais e insubmissos urdidos pelo pertencimento étnico-racial no campo da Ciência da Informação.

O trabalho preenche, certamente, uma lacuna de conhecimentos sistemáticos sobre o tema na área. Uma referência incontornável!

Maria Aparecida Moura

Professora Titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

APRESENTAÇÃO

Este livro busca a representatividade e protagonismo negro! Assim, as/os autoras/es dos capítulos que compõem a obra são todas/os bibliotecárias/os negras/os e as/os coautoras/es, quando existentes, podem ser de outros pertencimentos étnicos.

Esta obra promove a atuação da/o profissional, assim como divulga as pesquisas em curso ou finalizadas de bibliotecárias/os negras/os na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) brasileira.

Em 2016, quando pensamos sobre a realização de uma obra coletiva de bibliotecárias/os negras/os, ainda não conhecíamos bibliotecárias/os o suficiente para fazermos uma obra que contemplasse a diversidade de pesquisas e experiências dessas/es profissionais. Somente após expandirmos os horizontes acadêmicos e redes de sociabilidades, e cada uma de nós irmos para outras Universidades, foi que conseguimos encontrar pesquisadoras/es e profissionais negras/os de diversos locais do país para ingressar conosco nessa jornada.

Ser bibliotecária/o e se declarar negra/o no Brasil é um ato político. O racismo e a branquitude se constituem em impeditivos que bloqueiam o desenvolvimento socioeconômico e educacional da/o afrodescendente brasileira/o e que torna ainda mais difícil a nossa caminhada.

No entanto, não podemos esquecer da luta das/os que vieram antes de nós e entendermos que, "nossos passos vêm de longe" e que a luta por reconhecimento da/o negra/o em diversos ambientes é histórica. É preciso nos unirmos e fazermos dessa luta nossa atuação política dentro da BCI, nos apropriando

de lugares de fala e proporcionando representatividade à população negra.

Assim, a organização de um livro composto por técnicas e técnicos, bacharéis e bacharelas, mestrandas e mestrandos, doutorandas e doutorandos, e docentes, busca mostrar que a/o negra/o formada/o em Biblioteconomia está presente em diversos espaços que não só o acadêmico; que luta, pesquisa e milita dentro da academia discutindo questões relacionadas às populações negras, mas também pode pesquisar e atuar discutindo outros temas, assim como, pode estar fora do ambiente acadêmico atuando em outros setores.

O que queremos aqui é mostrar que a/o bibliotecária/o negra/o existe e ocupa diversos espaços, que tem voz e pode falar por si, que pode expor e pesquisar sobre os desafios que, diuturnamente, fazem parte de sua luta pelo reconhecimento como ser intelectual e humano.

Nós, negras/os, estamos construindo uma Biblioteconomia e Ciência da Informação Negra brasileira. Viemos trazer nossas pautas para o debate dentro dessas ciências sociais, e trazemos juntos uma só voz: aquela que busca igualdade, respeito e cidadania!

Assim como Abdias Nascimento, pensamos:

> Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes de sociedade capitalista e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fora mandamento inelutável. Confiamos na idoneidade mental do negro, e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa

história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado.

Boa leitura!

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Graziela dos Santos Lima
Organizadoras

DISCURSOS INSUBMISSOS NA DIÁSPORA NEGRA

Elisângela Gomes

1 INTRODUÇÃO

A discussão proposta aqui trata da diáspora negra no Brasil, fenômeno histórico que acarretou na escravização de povos africanos e que impactou, sobretudo, as relações de poder relacionadas à língua, escrita, escolarização e identidade cultural.

A produção desta escrita parte da pesquisa de mestrado que está em curso, intitulada "Falas Insubmissas: memória e comunicação na obra da escritora Conceição Evaristo" com orientação da Professora Doutora em Antropologia Luciene de Oliveira Dias que tem por intuito apresentar a importância da narrativa literária para a compreensão das identidades negras.

A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, pois teve por finalidade compreender um fenômeno em profundidade e que ocorre dentro de um determinado contexto. Segundo Flick (2009, p. 08), a abordagem qualitativa "Analisa experiências de indivíduos e grupos que podem estar relacionadas a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia". Desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses, a pesquisa bibliográfica é de caráter

exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema e o aprimoramento de ideias e/ou descobertas (GIL, 2007).

A partir das reflexões teóricas apresentadas, podemos traçar uma trajetória percorrida pelos africanos no Brasil no que se refere às estratégias de resistência e insubmissão à subalternização imposta desde o período colonial por meio de mecanismos de negação à fala e autorrepresentação que reverberam até a atualidade.

Além da retirada forçada dos povos africanos do seu território de origem, diversas formas de dominação foram utilizadas no período colonial como estratégia de apagamento das referências africanas, mecanismos de controle para conter a disseminação das línguas africanas, bem como a mescla de falantes de línguas distintas foram utilizados para evitar articulação e fuga africana.

Outro fator que influencia no quadro atual dos negros no Brasil, está no posicionamento explícito do estado contra a escolarização dos africanos, assim, ficando a cargo dos próprios africanos, a partir da articulação de organizações quilombolas e do movimento da sociedade civil e do movimento negro, com a finalidade de melhoria das condições de vida e do processo de ressocialização do negro pela ascensão social, econômica, cultural e educacional influenciadas pelo movimento de libertação da África.

O processo de negação da identidade cultural africana e o apagamento da mesma, ocorre no pós-abolição, através do poder simbólico exercido pela religião, educação, meios de comunicação e política. Assim, a comunicação tem papel central na construção de estereótipos ainda hoje cristalizados no imaginário coletivo que acarretam na invisibilidade e

subjetividade da população negra, reforçando estereótipos negativos. Sendo assim, acreditamos que a criação de espaços democráticos, conforme sugere Spivak (2010), reconfigura a capacidade de fala do subalterno. A tomada da fala e da escrita, pelos descendentes africanos aponta como um ato de comunicação possível para inserir novas narrativas e, por consequência, reorienta a localização de grupos subalternizados.

2 ETNOCENTRISMO LINGUÍSTICO E DIÁSPORA NEGRA

O entendimento de diáspora se dá a partir de processos migratórios de povos que deixam ou são retirados de seus países de origem para (sobre)viver em outros países. Confere, portanto, uma interação entre povos de diferentes culturas, costumes, idiomas, vivências e referências, e nesse processo de interação, criam-se relações conflituosas de poder de uma cultura sobre a outra, não havendo relação de igualdade nessas trocas, e sim, dependência e subordinação (HALL, 2009).

Nos interessa, neste trabalho, abordar a diáspora negra no Brasil, fenômeno histórico que acarretou na escravização de povos africanos. Essa imigração forçada impactou diretamente nas relações socioculturais entre o Brasil e o continente africano. O etnocentrismo, representado como uma suposta superioridade do europeu, sobretudo, nas relações de poder relacionadas à língua, escrita, escolarização e identidade cultural se potencializaram na medida em que se produziu o etnocídio Africano por meio de imposição cultural, esvaziamento e desarticulação, impossibilitando a existência africana por meio de sua própria língua escrita e identidade cultural e étnica.

> O Brasil, foi o principal importador de escravizados africanos oriundos da África Central. Durante o período em que este comércio era legal entre África e Brasil, foram importados entre 3,5 e 3,6 milhões de escravos originários da África Ocidental e da parte ocidental da África Central. Estudos de David Eltis (1995) e Joseph Miller (1992) sugerem que mais da metade dos escravizados – 15 mil por ano até 1790 – que alcançaram a região sudeste do Brasil, entre 1595 e início de 1800, procedia da parte ocidental da África Central (HEYWOOD, 2008, p. 19).

Além da retirada forçada dos povos africanos do seu território de origem, diversas formas de dominação foram utilizadas no período colonial como estratégia de apagamento das referências africanas: a proibição dos cultos religiosos de matriz africana, práticas corporais e musicais como a dança e a capoeira, bem como a catequização pelos jesuítas, a imposição da língua portuguesa e a supressão das línguas africanas.

Estima-se que esse processo diaspórico trouxe mais de 300 línguas africanas, "por séculos, essas comunidades praticaram coloquialmente falares mandinga, jeje, nagô-queto, quicongo, quimbundo, umbundo etc" (BONVIVI; PETTER, 1998, p. 73 apud CARBONI; MAESTRI, 2012, p. 23), que aqui no Brasil sofreram a interferência da "língua geral" formada a partir dos falares tupis-guaranis, utilizada para a comunicação entre nativos, jesuítas e colonos.

Segundo Carboni e Maestri (2012, p. 20),

> gramatização da língua geral, ou seja, o processo de aquisição de instrumentos metalinguísticos, fundamentalmente pelo uso da gramática e do dicionário, se deu através da sintetização de alguns falares Tupis pelos jesuítas no século 16.

Entretanto, os portugueses reprimiram fortemente não só as línguas africanas como também a língua geral, como estratégia para manter o domínio cultural, ideológico, religioso e linguístico. Conforme Margarida Petter (2006, p. 63),

> [...] no século XX não se localiza nenhum registro sobre línguas africanas 'plenas' no Brasil, visto que desde o final do século anterior elas passam a manifestar-se como línguas especiais, faladas apenas por africanos e descendentes em espaços específicos como os rituais religiosos e os espaços de demarcação social, como os quilombos.

Segundo Carboni e Maestri (2012, p. 19), "a homogeneização linguística realizada pelos jesuítas, por meio da gramatização da "língua geral", cancelava tendencialmente a diversidade e a riqueza étnica e linguística nativa", pois, conforme corrobora Orlandi (2009, p. 215), "os missionários disciplinaram o tupi sob o modelo do latim, a fim de instalar seu poder de controle sobre os índios e seu poder de negociação com o governo português".

Outros mecanismos de controle também foram utilizados para conter a disseminação das línguas africanas, como a mescla

de falantes de línguas distintas para evitar articulação e fuga, a perda dos nomes próprios e o batismo com pronomes lusitanos. Dando um salto histórico para o século XIX, com a independência do Brasil e o surgimento da República, o Estado desempenha papel fundamental na criação de uma identidade nacional. Orlandi (2009, p. 217) aponta que:

> A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais, entre as quais a construção de uma unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (criação de escolas e seus programas) que ocupa um lugar primordial. Como objeto histórico e instrumento linguístico disponível para a sociedade brasileira, a gramática é, assim, um lugar de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado) brasileira, através do conhecimento.

Já no pós-abolição, conforme Carboni e Maestri (2012, p. 36), "Em 1897, fundava-se a Academia Brasileira de Letras que tem, entre seus objetivos, o disciplinar e policiar a língua escrita e falada na nação, defendendo o padrão culto como única forma correta de comunicação nacional". É importante destacar que, por mais que tenham ocorrido diversas estratégias de supressão total das línguas faladas por africanos e indígenas, e a tentativa de implementar uma língua pura, o português de Portugal falhou. A construção do português, falado no Brasil, na realidade,

> [...] descende de três famílias linguísticas: a família indo-européia, que se difundiu entre a Europa e a Ásia; a família das línguas tupi, que se espalha pela América do Sul; e, por fim, a família níger-congo, que teve origem na África subsaariana e se expandiu por grande parte deste continente (CASTRO, 2009, p. 182).

As relações conflitantes para se estabelecer uma língua oficial, em certa medida, marginalizaram africanos e indígenas. Para Carboni e Maestri (2012, p. 40), "a incorporação efetiva dos segmentos populares à cidadania significaria uma universalização do ensino e um respeito à cultura popular que poriam fim ao próprio conceito de língua padrão". Podemos perceber que a postura do estado frente a esses grupos, não era para integrá-los nacionalmente, garantindo o acesso à cidadania de forma igualitária, mas sim, de atender aos interesses das classes dominantes.

2.1 ACESSO À ESCRITA

Entender as relações de poder presentes para o estabelecimento de uma língua em um país que se constituiu com bases na exploração e escravidão de dois povos, aponta para um quadro muito mais amplo de criação de fronteiras sociais, garantindo o privilégio para as elites.

No que tange o acesso à escolarização, retornando novamente ao período da escravidão no Brasil e, conforme destaca Regina Pinto (1987, p. 13), "os escravos eram absolutamente excluídos da escola, mesmo de instrução primária

[...] os escravos e leprosos eram proibidos de frequentarem as escolas". Corroborando com essa afirmativa, Romão e Carvalho (2003, p. 66) ressaltam que no ano de 1835 ficou estabelecida a proibição da frequência dos escravos às escolas de acordo com a Resolução Imperial nº. 382, artigo 35 de 1º de julho de 1854, que determinava: "Os professores receberão por seus discípulos todos os indivíduos, que, para aprenderem primeiras letras, forem apresentado-lhe, exceto os cativos e os afetados de moléstias contagiosas". Esse quadro perdurou até a década de 1960, período em que a escolarização do negro começou a ser apresentada no parlamento como uma dimensão fundamental, para integrá-lo à sociedade organizada com base no trabalho livre (MOYSÉS, 1994).

Embora a oposição explícita do Estado contra a escolarização dos africanos, registros apontam a existência de organizações quilombolas e religiosas, clubes de lazer cooperativo, escolas de samba, órgãos culturais e imprensa, mesmo durante a escravidão (MOURA, 1980). Essas instituições sociais atuaram em diversos níveis de organizações na luta pela melhoria educacional, mas também no processo de ressocialização do negro. Registros indicam a criação de escolas por líderes quilombolas no mesmo período. Segundo Regina Pinto (1987, p. 13), no quilombo da fazendo Lagoa-amarela, no Maranhão, seu líder, o negro Cosme "estabeleceu uma escola de ler e escrever". Em Bragança, também tiveram registros de uma escola para africanos e essas informações comprovam a existência de africanos alfabetizados.

Destacamos aqui, a contribuição da Frente Negra Brasileira (1931) que,

> [...] se constituiu em um movimento reivindicatório que visava consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira, desenvolver na população negra tendências que a organizasse como uma 'minoria racial integrada' e desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes (PINTO, 1987, p. 09).

Há uma criação simultânea de organizações que atuam em prol da ascensão social, econômico, cultural e educacional do negro, influenciadas pelo movimento de libertação da África, e que procuram reavivar a consciência negra e os valores africanos. Salientamos também a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), ressaltando Abdias do Nascimento, também fundador, em 1968, do Museu de Arte Negra. Segundo Antônio (2005, p. 17):

> O TEN foi responsável pela discussão e inclusão dos negros nos palcos brasileiros. Os nomes de Abdias Nascimento, Ruth de Souza e Eduardo Silva são referências desbravadas pela ação cênica do TEN. Além, de formar a primeira geração de atores e atrizes negros, o TEN editou, na década de 50, a revista Quilombo e por fim, em 1961, na área da dramaturgia, lançou a antologia Dramas para negros e prólogos para brancos, até o momento, única no mercado editorial brasileiro (ANTÔNIO, 2005, p. 17).

Dentro desse contexto de constantes transformações sociais, além do TEN, temos também o surgimento dos Cadernos Negros. Segundo Antônio (2005, p. 13), a série "[...] é o principal veículo no Brasil de produção literária referenciada na cultura e herança de matriz africana, [...] provém de um processo de seleção que inclui leitores, críticos e protagonistas, isto é, escritores e poetas negros".

Constatamos que o processo diaspórico conferiu relações de acesso e trocas desiguais. Entretanto, as minorias étnicas criaram estratégias de reconstrução da identidade cultural, pois não houve a possibilidade de retorno à terra de origem, a identidade cultural de fato foi furtada devido a acontecimentos históricos e foi atravessada por uma cultura dominante que atuou com imposições e hierarquização cultural. A linguagem enquanto um produto social se constitui a partir de disputas sistemáticas. Logo,

> [...] a linguagem popular seria o simples meio de comunicação da gente humilde, na maioria analfabeta. Caberia à língua escrita, superior produto de intercomunicação, fruto da seleção e escolha das pessoas mais finas e mais cultas da sociedade luso-brasileira, na época em que apenas uma pequena parte dos brasileiros manejava efetivamente a língua escrita (CARBONI; MAESTRI, 2012, p. 39).

Evidenciamos a língua escrita como importante ferramenta de ascensão social a qual negros não tinham o acesso legitimado, criando estratégias próprias, ao longo da história, para adquirir tal conhecimento. "Hoje, como ontem, o padrão culto,

gramatizado e sacralizado constitui o único aceito e praticado pelos meios transmissores e socializadores do conhecimento - escola, literatura, meios de comunicação etc." (CARBONI; MAESTRI, 2012, p. 42).

Essa constatação, não por acaso, se perpetua reafirmando os espaços de poder, embora o percurso histórico tenha apresentado medidas de acesso via políticas de ações afirmativas, reivindicadas pelo movimento negro e por diversos segmentos da sociedade civil. As instituições educacionais, entretanto, foram criadas de uma elite branca para uma elite branca, e esse fato nos revela outro agravante no que tange o acesso à escolarização do negro no Brasil, pois até a atualidade não acessamos uma educação plural que parte da história e cultura africana e indígena, mas sim, uma educação que reafirma os valores culturais hegemônicos.

3 NARRATIVAS INSUBMISSAS

Todo o processo de afirmação de identidade branca, parte do controle dos meios sociais, econômicos e culturais das classes dominantes. "Ainda que o racismo seja frequentemente reduzido à ideologia racista, ele é aqui entendido como um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou racialmente, e sua consequente desigualdade" (VAN DIJK, 2008, p. 134).

Dessa forma, a manutenção dos espaços de poder perpassa pela construção negativa das minorias, sendo assim, todos os símbolos, valores e crenças pertencentes à história e cultura da população afro-diaspórica são hierarquicamente inferiorizados, tendo seus significados deturpados e estereotipados. Em

contrapartida, os elementos da cultura e história eurocêntrica são valorizados, alcançando o *status* da evolução da civilização, contrários ao "primitivismo" das etnias africanas. Assim, os padrões branco-europeus se sobressaem tornando-se o ideário também da população negra.

Entretanto, este processo de negação da identidade cultural originária não se dá através do poder da coerção e da imposição utilizados durante o período da escravidão, mas sim pelo poder simbólico exercido pela religião, educação, meios de comunicação e política. Para Thompson (2013, p. 42), "poder simbólico se refere à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas". Nos meios de comunicação, por sua vez, "não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias, não somente se comercializam formato, mas recriam-se as narrativas das quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva" (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 63).

Observamos que a televisão brasileira teve papel importante para a construção de estereótipos ainda hoje cristalizados no imaginário coletivo. Joel Zito Araújo, cineasta e pesquisador, com a produção do documentário "A negação do Brasil" (2000) constrói um panorama sobre as personagens representadas nas telenovelas brasileiras. De modo geral, nas novelas de época, a única história possível a ser contada é sobre a escravidão, dessa forma o homem negro na teledramaturgia ocupa posições de subalternidade através da representação de personagens, escravos e jagunços.

Para as mulheres as representações possíveis são de hipersexualização das personagens escravas. Nas novelas contemporâneas, os homens negros compõem três grupos possíveis: grupo 1 - malandro, favelado e ladrão; grupo 2 - trabalhadores em cargos subservientes, como guarda costas, motorista, ajudantes, garçons; esses configuram-se leais e fiéis aos patrões; grupo 3 - os poucos negros letrados de classe média que raramente aparecem, amenizam o processo da escravidão, não questionam as opressões sofridas em decorrência do racismo, não são personagens centrais nas narrativas, assim não apresentam passado, história de vida e de família, afastados das suas origens étnico-raciais, com frequência, apresentam-se como a única personagem negra presente no núcleo branco.

Para as mulheres, o leque de representações não se difere da subalternidade. As mulheres mais velhas são domésticas, submissas e dedicadas, cuidam da casa e dos filhos da prole branca. Há também a representação da mulher barraqueira, onde, geralmente, as personagens têm o tom de pele mais escuro; já as mulheres negras mais claras, são vistas como objetos sexuais, "safadas e fogosas".

O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), apresentou um estudo que aponta a baixa participação da população negra nas novelas da TV Globo, nos últimos 20 anos, no período compreendido entre 1995 e 2014[3]. Em linhas gerais, o

[3] O estudo intitulado Televisão em Cores? Raça e sexo nas telenovelas "Globais" (1984-2014) está disponível em: <https://bit.ly/2s5hL5g>. Acesso em: jan. 2018.

estudo aponta que, nas 162 telenovelas brasileiras que foram ao ar pela TV Globo entre 1984 e 2014, 91,3% dos seus personagens centrais foram representados por atores e atrizes brancos. A população negra encontra-se substantivamente sub-representada, na medida em que corresponde a apenas 8,6% dos atores e atrizes dos elencos. O estudo identifica ainda que há um grupo de novelas que apresentaram, exclusivamente, personagens centrais brancos, apenas 10 novelas apresentaram mais de 20% do seu elenco principal composto por atores e atrizes classificadas como pretos ou pardos. O estudo ainda revela que apenas 8% dos protagonistas foram interpretados por atores negros.

Não nos resta dúvidas que tais sub-representações acarretam na invisibilidade da subjetividade da população negra, reforçando estereótipos negativos, conforme aponta Thompson (2013, p. 71),

> Na recepção e apropriação das mensagens na mídia, os indivíduos são envolvidos num processo de formação pessoal e de autocompreensão - embora em formas nem sempre explícitas e reconhecidas como tais. Apoderam-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde está situado no tempo e no espaço.

Conforme já explanado, essas representações se perpetuam desde o período colonial e estão presentes em diversas instâncias

de poder, configurando-se como estratégia de manutenção desses lugares.

Ao abordarmos o poder simbólico pelo viés da construção discursiva das narrativas literárias, partimos do princípio, ou seja, dos primeiros escritos registrados com a Carta de Pero Vaz de Caminha e o Diário de navegação de Pero Lopes e Sousa, datados em 1500. O conteúdo da carta trata dos primeiros contatos com as comunidades indígenas, o contexto ambiental da fauna e flora nacional, mas também explicitam a superioridade da cultura do europeu ao subjugar a cultura local. Segundo Van Dijk (2008), a depreciação do exogrupo é em si uma prática preconceituosa, as ressalvas possuem uma auto-apresentação positiva (favoritismo intragrupal) e de outro-apresentação negativa (depreciação dos exogrupos). Mesmo não se valendo do contexto literário, "[...] a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país" (BOSI, 1994, p. 13).

É com essa prática de escrita que se dá a representação da personagem negra na construção das narrativas literárias brasileiras. No século XVII, no período barroco, destacamos a escrita de Gregório de Matos Guerra, sobre a escravidão na Bahia e, em sua obra, o negro é representado como objeto do seu senhor, sem valor estético e moral. Já no Romantismo, temos a representação do negro como serviçal e subserviente, presente na obra de Aluízio de Azevedo; a mulher negra, por sua vez, nega sua negritude e é representada como objeto sexual. Em Escrava Isaura, romance escrito por Bernardo Guimarães é apresentada a figura da escrava enquanto membro da nobreza "[...] que vence por força de seu branqueamento, embora a custo

de muito sacrifício e humilhação aceita a submissão" (PROENÇA FILHO, 2004, p. 162). Até mesmo em Castro Alves, considerado "poeta dos escravos" e a favor da abolição, em sua escrita, retrata a visão idealizadora do fim da escravidão, pois espera que os próprios escravistas libertem os africanos escravizados, quando na verdade esse processo ocorre mediante revoltas e fugas.

Ainda na linha das representações, Dalcastagnè (2012) afirma que reconhecer-se e reconhecer o outro na literatura e nas demais representações artísticas faz parte do processo de legitimação das identidades. Entretanto, no estudo realizado pela pesquisadora, que consistiu no levantamento de 258 romances publicados entre 1990 e 2004 pelas principais editoras brasileiras, constatou-se a ausência de autoria negra bem como de personagens.

O perfil do escritor brasileiro é homem e branco. De acordo com a pesquisa, 94% dos autores brasileiros são brancos e 73% são homens. Essa predominância se reflete diretamente nos temas de suas obras. Os personagens das obras analisadas são homens (62%) e heterossexuais (81%). Já os personagens negros, são somente 8% do total – e raramente são centrais para a obra (6% dos protagonistas e 3% dos narradores). A principal ocupação das personagens brancas são donas de casa, artistas, escritores e estudantes, enquanto das personagens negras são bandido/contraventor, empregado(a) doméstico(a) e escravo. Outro dado importante é a causa das mortes das personagens, "o assassinato como morte para os negros é o desfecho de 22,4% de todas as personagens negras presentes no corpus" (DASCASTAGNÈ, 2012, p. 182).

Diante desse panorama, podemos afirmar que as bases da literatura nacional, perpetuam, os valores de uma cultura elitizada, eurocêntrica que constrói um olhar e uma representação objetificada e desumanizada das personagens negras e não como sujeito das transformações e detentores de sua própria história, cultura e valores.

Para Dalcastagnè (2012, p. 48), "se o representante, no sentido político da palavra, assume a função de porta voz - é aquele que fala em nome de outros na esfera pública -, o escritor faz outros, suas criaturas, ganharem voz por meio de sua obra", ou seja, se temos uma produção literária predominantemente masculina e branca, teremos esses valores legitimados socialmente. Ainda de acordo com Spivak (2010), o ato de apropriar-se da capacidade de fala do outro reproduz estruturas de poder e opressão.

Van Dijk (2008) afirma que o processo da construção discursiva galgado em preconceitos são predominantemente adquiridos e partilhados dentro dos grupos brancos dominantes através da escrita e da fala institucional e cotidiana, transmitindo e legitimando discursos que ocultam e negam atitudes étnicas negativas.

O caminho da produção literária negra ainda está sendo percorrido. Com raras exceções, como Machado de Assis e Lima Barreto, autores hoje consagrados pelo cânone literário, não visualizamos durante anos outros escritores e escritoras alcançarem esses lugares. Logicamente, assim como os processos de resistência para existir através da língua e os símbolos culturais africanos, descolonizadas dos padrões estéticos, culturais e históricos impostos, a tomada da escrita não acontece de forma amistosa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este artigo tenha se debruçado nas relações de poder e dominação hegemônica no processo de construção discursiva, não quer dizer que as minorias étnicas assistem de forma passiva a este domínio simbólico, pelo contrário, acreditamos que em certa medida, os processos de comunicação apresentam-se como uma possibilidade de romper com estes lugares impostos através de diversas escalas de opressão.

Este trabalho teve, sobretudo, o intuito de demonstrar atos de insubmissão materializados por meio da criação de escolas por lideranças quilombolas, movimento negro e sociedade civil, a auto-representação através das discussões sobre a condição do negro no Brasil na perspectiva de luta, mas também de auto-reconhecimento dos símbolos históricos e culturais resgatados pelas manifestações teatrais do TEN e a escrita nas publicações Cadernos Negros.

Acreditamos que as barreiras construídas pelas articulações hegemônicas na manutenção dos seus lugares de poder, também entendidos como a tomada da fala e da escrita, construíram um cenário quase que impenetrável para a produção literária negra contra-hegemônica. Entretanto, é exatamente nessa rachadura que a população negra vem historicamente atuando.

Um dos espaços possíveis de enunciação para a auto-representação do sujeito subalterno é a escrita engajada e representativa das camadas pobres e excluídas da representação política, emergindo falas construídas a partir de uma memória coletiva, vivida e experienciada, mas silenciada pelas esferas de poder. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos

marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso, a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 03).

A literatura negra[4] surge no contexto de enfrentamento ao ideário de democracia racial buscando o fortalecimento da identidade cultural "[...] reconstruindo relatos e imagens de identidade, auto valorização como direito à autogestão e à memória própria" (THOMPSON, 2013, p. 59). Essa produção constitui uma escrita marcada por uma "subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira, instituindo um modo próprio de produzir e de conceber um texto literário, com todas as suas implicações estéticas e ideológicas" (EVARISTO, 2009, p. 17).

As manifestações históricas de luta pela garantia de direitos e cidadania apresentam-se como uma possibilidade de atuação na condição de sujeito social. É na ressignificação da existência afro-diaspórica que reconstrói-se as identidades refletidas em novas possibilidades narrativas e na construção de outras formas de estar em sociedade.

---

[4] Optou-se pelo uso do conceito de literatura negra a fim de propor reflexões sobre o ato de fazer, pensar e veicular o texto literário negro. Para o aprofundamento dos conceitos Literatura negra, Literatura afro-brasileira e literatura afrodescendente, ver estudos de Florentina Souza (2006), Maria Nazareth Fonseca (2002) e outras estudiosas da temática.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, Carlindo Fausto. **Cadernos Negros**: esboço de análise. Campinas, SP: [s.n.], 2005. - Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Disponível em: <https://bit.ly/2y94dvv>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 41 ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Yeda Pessoa de. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVEZ, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Org.). **África-Brasil**: caminhos da língua portuguesa. São Paulo: UNICAMP, 2009.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte, 2012.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In: COLÓQUIO DE ESCRITORAS MINEIRAS, 2009, UFMG. **Literafro**: Portal da Literatura Afro-brasileira. Disponível em: <http://migre.me/vdQ7V>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, n. 27-28, p. 63-89, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões Sobre a Terra no Exterior. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. SOVIK, Liv (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2009.

HEYWOOD, Linda. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: DÊNIS, Moraes de. **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: RECORD, 2003.

MOURA, Clóvis. **Organizações negras**. São Paulo: Vozes, 1980.

MOYSÉS, Sarita M. Affonso. Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX. **Revista de Ciência e Educação**: Educação e Sociedade. São Paulo: Papirus, n. 48, ago./1994.

NETO, Serafim da Silva. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1951.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Processo de descolonização linguística**: as representações da língua nacional. In: GALVEZ, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Org.). **África-Brasil**: Caminhos da língua portuguesa. São Paulo: UNICAMP, 2009.

PINTO, Regina. P. A educação do Negro: uma revisão

bibliográfica. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 62, p. 03-34, 1987.

ROMÃO, Jeruse; CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. Negros e educação em Santa Catarina: retratos de exclusão, invisibilidade e resistência. In: DALLA BRIDA, Norberto. (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de produção em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Wagner de Oliveira Brandão (Trad.). 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e Racismo**.** In: VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 333-153.

APONTAMENTOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE QUESTÃO RACIAL E ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Francilene Cardoso

Michelle Silva Pinto

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 52% da população brasileira é formada por negros e negras, entendendo aqui a soma dos 'pretos' e 'pardos'. Entretanto, o grau das desigualdades raciais no Brasil ainda é assustador em vários indicadores sociais. Todas as políticas públicas afirmativas nos últimos 13 anos não têm alterado, de fato, o assombroso quadro da condição social do negro no país, que historicamente vem sofrendo com os efeitos do capitalismo, e que nesse tempo de crise foi piorando como nos mostra o economista Marcelo Paixão em seu livro 500 anos de solidão. Os mais pobres no Brasil têm cor de pele diferente da dos mais ricos[5].

[5] Marcelo Paixão também é responsável pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) da UFRJ, importante organização que disponibiliza estudos e indicadores sociais com recorte étnico-racial.

A política do branqueamento e o mito da democracia racial, tão perpetuados na sociedade brasileira, afetam o cotidiano e as práticas profissionais da/o bibliotecária/o, mas essa discussão pouco adentrou o espaço acadêmico e profissional. Isso se dá porque as bibliotecas no Brasil são instrumentos criados pela elite branca, masculina e heterossexual e, por muito tempo, servem à esta mesma elite de forma preponderante, com exceções, principalmente entre as comunitárias (CARDOSO, 2015).

As/os bibliotecárias/os precisam estar qualificadas/os na questão racial, de gênero e de sexualidade, deixando de ser meras/os organizadoras/es de informações. São importantes sujeitos para ajudar a construir e disseminar conteúdos sobre a África e o negro no Brasil, contribuindo para a construção da igualdade racial. Para tanto, necessitam compreender o lugar do negro registrado ao longo da história do capitalismo brasileiro até quando foi possível para seu desenvolvimento e mundialização. Essa força de trabalho preta foi se tornando obsoleta; negros e negras tornaram-se progressivamente prescindíveis, passando a compor o maior número nas estatísticas de desemprego, sem falar do genocídio e do encarceramento em massa. Dessa forma questiona-se de que maneira essa realidade se inscreve no contexto da história do Brasil e qual a relação com a atuação bibliotecária?

Infelizmente, a grande maioria das/os bibliotecárias/os formadas/os pelas universidades brasileiras pouco conhecem sobre a história do negro na sociedade brasileira, bem como as políticas afirmativas voltadas para a questão racial. Isso acontece, entre outros fatores, pelo fato dos cursos de graduação em Biblioteconomia, em muitos estados do país, não

contemplarem em seus currículos e conteúdo de disciplinas, estudos e discussão sobre a história da África e do negro no Brasil. Ainda é preciso conhecer, para ensinar, orientar e atuar, valorizando nossas raízes históricas das diferentes etnias africanas trazidas de forma escravizada. Foram mais de quatro milhões de africanos e africanas que passaram a contribuir com a construção do Brasil, em termos econômicos, sociais e culturais.

Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar uma leitura do lugar do negro e negra na sociedade brasileira, para que possa aportar na formação/atuação da/o bibliotecária/o na construção da igualdade racial dentro e fora dos espaços de informação. A passagem da escravidão para o capitalismo alijou negros e negras livres do centro do sistema de produção de riqueza para a sua periferia, mas também restringiu as suas histórias e práticas culturais como capoeira, samba e candomblé, etc. Entende-se que esta discussão possui uma relevância peculiar para o campo profissional da Biblioteconomia, uma vez que irá contribuir para acercar essa categoria profissional de um debate socialmente relevante para aqueles e aquelas que trabalham com a gestão e a mediação da informação.

2 O NEGRO E O RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O piauiense Clovis Steiger de Assis Moura, no seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro - DRBN* (1994), trata o racismo como algo estrutural e estruturante da sociedade burguesa no país; como uma relação social, isto é, que permeia todas as esferas da vida social.

Nessa obra, ainda pouco trabalhada nas universidades

brasileiras, Moura estuda o racismo como elemento central da sociedade capitalista brasileira enriquecendo, dessa maneira, a análise com a questão racial (OLIVEIRA, 2016).

Clovis Moura (1925-2003)[6] foi contemporâneo de Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré, e um dos maiores historiadores e sociólogos do país. Crítico ao ideal da ideologia da democracia racial de Gilberto Freyre, também foi jornalista, trabalhou no jornal *O momento*, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde começou a aprofundar seus estudos marxistas e se envolver nas discussões sobre comunismo a nível internacional.

Ingressou no PCB em 1945 e, dois anos depois, foi eleito deputado estadual, tendo sua candidatura cassada devido ao cancelamento do registro do partido nesse período. Moura tem uma vasta produção teórico-político, cuja riqueza foi ter traduzido o marxismo na perspectiva do negro (MESQUITA, 2003).

Em *Dialética Radical,* Moura nos apresenta uma análise da dinâmica do escravismo no Brasil, a partir das suas contradições estruturais, e os mecanismos que o fizeram ser substituídos pelo modo de produção capitalista, buscando nas contradições e nos conflitos sociais as causas geradoras dessa dinâmica. Sua grande contribuição é quando fala da passagem do escravismo tardio para o capitalismo dependente brasileiro e das condições que foram criadas para o que ele chama de uma modernização conservadora, como veremos mais à frente.

---

[6] Ver: MESQUITA, Érica. Clovis Moura (1925-2003). **Afro-Ásia**, v. 31, p. 337-356, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/ZFZoWD>. Acesso em: jan. 2018.

Para o autor, o escravismo pleno abrange todo o período colonial.

> Nesse longo período de mais de trezentos anos, estrutura-se, dinamiza-se o modo de produção escravista no Brasil com todas as características que determinarão o comportamento básico das duas classes fundamentais da sua estrutura social: senhores e escravos (MOURA, 1994, p. 50).

Assim, esse é o período de fastígio da escravidão, primeiro de indígenas e depois de africanos, em que as relações de produção escravistas predominavam na dinâmica econômica, sociocultural e política brasileira. É quando o sistema escravista consolida-se e é cada vez mais crescente o número de escravos, a riqueza e o poder político dos senhores; ao mesmo tempo em que já é possível perceber interna e externamente os fatores de deterioração dessa economia que não permitia a acumulação interna de capitais e, com isso, ficava quase estagnado o seu dinamismo e reprodução.

O escravismo pleno inicia sua crise em 1850, com particularidades em cada região e, segundo Moura, concomitantemente a esse processo, desenvolve-se um processo de *modernização sem mudança* social em diversos aspectos da sociedade escravista.

> Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, *modernização* sem *mudança*, queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua

> estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infra-instrutura. Desta forma, se de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, **as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou.** Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se *modernizou* (MOURA, 1994, p. 52, grifos do autor, negrito nosso).

Moura nos alerta para o fato de que "o desenvolvimento de relações capitalistas no Brasil manteve as estruturas arcaicas escravistas", que acabou sendo construída com base em riquezas primitivas acumuladas da exploração de africanos escravizados. Esta seria a particularidade da sociedade brasileira: avanço tecnológico, científico e econômico aplicados em um país ainda escravista.

É durante esse processo de modernização sem mudanças, que se inicia a última fase do escravismo, *o escravismo tardio* cuja característica fundamental é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista, sendo as primeiras dinamizadas por um vetor externo, o capital alienígena, em sua maioria inglês.

> Esse capital, aqui revestido de diversas maneiras e naquelas áreas estrategicamente relevantes para um processo autônomo de desenvolvimento da nossa economia, criou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até hoje de forma cada vez mais traumática. [...]. Ao lado desses investimentos ocuparem os espaços dinâmicos de nossa economia, ela foi acompanhada por um processo de subalternização também política e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro, que comandavam o mercado capitalista global (MOURA, 1994, p. 53-54).

Como podemos observar no escravismo tardio, entrecruzam-se relações escravistas e capitalistas, sendo que essas últimas surgem de condições injetadas de fora, condicionando o país em termos econômicos, sociopolíticos e culturais onde os agentes da modernização aproveitaram para consolidar, através do Estado, a própria posição na economia e na sociedade brasileira, mantendo assim as relações de poder e renda.

> Os senhores de escravos aproveitaram o processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência para manterem os seus privilégios de classe e sobreviverem à passagem do escravismo tardio para o trabalho livre. Ficaram na dependência dessas forças econômicas modernizadoras.

> Mas ao mesmo tempo, conseguiram estabelecer táticas de manipulação política para, de um lado, apoiarem esse processo modernizador-subalternizador, mas, de outro, conservar os seus interesses e privilégios que tinham como suporte as relações arcaicas no campo, no caso a permanência da escravidão ou, com o seu término, a conservação dos interesses das oligarquias latifundiárias que constituíam a classe senhorial. A passagem da escravidão para o trabalho livre não afetou por isto os interesses dessas oligarquias, pois, ao perderem os escravos, muitos deles já onerosos por serem membros de um estoque *envelhecido,* continuaram com a posse de terra, símbolo econômico e social do poder. E essa tática apelou para uma solução alternativa que permitisse a essa oligarquia continuar na posse de terra: a vinda dos imigrantes (MOURA, 1994, p. 57-58).

Nesta passagem, Moura chama atenção para algumas das medidas intervencionistas do Estado nesse processo de decomposição do escravismo e preparação do país para o trabalho livre como a Tarifa Alves Branco (1844) e a Lei de Terras (1850). A primeira foi criada como medida protecionista à indústria nascente que por um lado procurava resguardar aquelas forças internas que defendiam a modernização do país e tinham necessidade da criação de um proletariado livre o qual estava sendo composto basicamente pelo imigrante. Já a Lei de Terra de 1850 bloqueou preventivamente a posse de terra pela

massa escravizada que iria sair das senzalas e se tornar trabalhador livre assalariado (MOURA, 1994, p. 100), regulando acesso à terra para impor a condição proletária a todos, uma vez os ex-escravizados não podendo comprá-la, só restava vender sua força de trabalho.

A Lei de Terras de 1850 acabou operando uma regulação conservadora da estrutura fundiária no Brasil. A mesma foi promulgada no mesmo ano em que se determinou a proibição do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queiroz), marco da transição para o trabalho livre. É nesse contexto que a nova medida legal começa a vigorar restringindo drasticamente as possibilidades de acessos à terra na transição do regime escravista para o de trabalho livre.

> Ao definir a compra como única forma de aquisição, a lei de Terras pôs fim ao reconhecimento da posse, que havia sido realizado em 1822, pela resolução de 17 de julho. [...] A nova legislação reconheceu as posses estabelecidas após 1822 somente se tivesse registro em cartórios ou paróquias dos municípios. A partir daí, ficou proibido o regime das ocupações, substituído pelos mecanismos de herança ou compra e venda, únicos instrumentos admitidos como legítimos no acesso à terra, inclusive no caso das terras devolutas. Além de alterar e regular a forma de ceder à propriedade da terra (inclusive terras públicas) instituídas nas duas décadas anteriores, a Lei de Terras procurou ainda definir os meios para operar a colonização, principalmente por incentivo à

> migração de trabalhadores europeus pobres para trabalhar as lavouras brasileira (THEODORO, 2008, p. 19).

Isto posto, o desemprego e a expropriação de terra por parte do Estado foram as bases para a formação da maioria do contingente de supérfluos e subempregados que formam a base da pirâmide social brasileira até hoje.

> [...] A exclusão baseada na cor da pele direciona negros ao subemprego, desemprego e desocupação. No período pós-abolição, a mão de obra dos libertos foi considerada desqualificada - até então considerada qualificada para realização do trabalho cativo - e considerada inapropriada para o mercado de trabalho formal. O discurso fundamentado nas teorias raciais e o desejo da implementação da política de branqueamento no Brasil alegava que o negro não se encontrava apto para ocupar os postos de trabalho na indústria. Esse ideário estruturou-se durante o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado, quando os negros se transformaram em trabalhadores livres. A classe dominante irá direcionar e selecionar quem e quais os setores que serão ocupados pela população, deixando esclarecida a seletividade racial estruturante da formação social brasileira (MENEGAT; BALBINO, 2015).

Essa seletividade racial estruturante também é identificada no *campo jurídico*[7], onde negros e negras foram tratados pela justiça de forma diferenciada, diminuída, sendo punidos, estigmatizados, tratados como potenciais criminosos.

> Alguns aspectos da legislação penal no Império, como o Código Criminal de 1830 e o Código de Processo Criminal de 1832, já tratavam os negros, escravos ou libertos de modo diferenciado em relação ao resto da sociedade. O castigo corporal se tornou sinônimo de punição para escravos e para a população negra em geral. Escravos e libertos atravessaram todo o século XIX estigmatizados como potenciais criminosos, com as prisões do Império lotadas deles. A cidade do Rio de Janeiro possuía uma prisão destinada exclusivamente à aplicação de penas impostas pelas autoridades judiciárias ou pelos senhores aos escravos, o Calabouço, que funcionou a pleno vapor até o fim do século XIX (GOMES; ARAÚJO, 2010, s.p.).

Desse modo, mesmo com o fim legal da escravidão em 1888, o racismo continuou como uma marca indelével da

---

[7] Esse quadro só foi piorando, também através de políticas do Estado que criou a Lei da Vadiagem[7] para prender a força de trabalho que estivessem pelas ruas e becos, uma política disciplinar e racista para lidar com a concentração populacional na cidade, oriunda de um processo de formação social baseada na propriedade privada dos meios de produção desenvolvida na cidade, cujo campo, servia apenas como fonte de matéria-prima.

sociedade brasileira implicada a todos os negros e negras, libertos no 13 de maio ou não. Mas isso não é tudo.

> A grande migração de famílias negras em direção aos centros urbanos no alvorecer do século XX *reforçou a associação da criminalidade à raça e à origem social*. Numa guinada ideológica, crimes diversos eram atribuídos a uma suposta natureza da população negra e à sua herança da escravidão, ou seja, fruto de cidadãos incompletos (em termos raciais e sociais para os cientistas da época) numa nova ordem burguesa, capitalista e urbana (GOMES; ARAÚJO, 2010, s.p., grifo nosso).

Assim, o que sobrou para negros e negras foi o subemprego, o desemprego e a marginalização progressiva; negros passaram a ser considerados suspeitos, marginais, bandidos, etc. Para as mulheres negras sobrou o trabalho doméstico, em substituição às mucamas e mães pretas, a prostituição forçada.

Paralelamente foram (re)surgindo elementos ideológicos de barragem social do negro, a exemplo a **ideologia do branqueamento**, baseada no preconceito racial que por um lado fortaleceu o não lugar do negro no mundo do trabalho livre e por outro lado passou a apresentar o trabalhador branco europeu como o trabalhador ideal para o progresso capitalista.

Essa ideologia acabou atuando como teia de interesses que se conjugavam dentro de uma visão capitalista dessa transação com capitais em jogo (de empresas comerciais e transportes principalmente marítimo) e interesses ideológicos e políticos que

se completam; ainda, do ponto de vista subjetivo, atuou como uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise (MOURA, 1983).

Mesmo economistas como Celso Furtado, acreditaram nessa ideologia visto que, segundo ele, eram óbvias as vantagens que apresentavam o trabalhador europeu em relação ao ex-escravo. Tais vantagens estariam ligadas a fatores como o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão que retardava sua assimilação e entorpecia o desenvolvimento econômico do país (FURTADO, 2007, p. 204).

Assim, interesses econômicos e políticos-ideológicos do capital monopolista determinaram o lugar do negro no mundo do trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, consolidou-se a visão do negro como inferior; subjetivamente para o negro restou a fuga das suas origens étnico-raciais e a adesão aos valores europeus numa dupla consciência própria de um processo violento de modernização capitalista.

No que tange ao caldo cultural da época, abolida a escravidão, foi necessário o seu esquecimento e esse processo se iniciou logo depois do seu fim legal pela intelectualidade orgânica da elite brasileira. Em 1890, Ruy Barbosa deliberou sobre a queima dos documentos que aludissem à escravidão. No mesmo ano, o poeta pernambucano Medeiros de Albuquerque compôs o Hino da República, que diz em um de seus versos "nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país".

No mesmo período,

> Quando surge a literatura nacional romântica, na sua primeira fase, surge

> exatamente para negar a existência do negro, quer social, quer esteticamente. Toda a ação e tudo o que acontece nessa literatura tem de obedecer aos padrões *brancos*, ou de exaltação do índio, mas um índio distante, europeizado, quase um branco naturalizado índio. Idealização de um tipo de personagem que não participava da luta de classes ou dos conflitos, como o negro, mas era uma idealização de fuga e escape para evadir-se da realidade sócio-racial que a sociedade *branca* do Brasil enfrentava na época [...] [e] descartar o negro como ser humano heroico, para colocá-lo como exótico-bestial [...] e fazer-se uma idealização do índio em oposição ao negro (MOURA, 1989, p. 26).

À exceção do índio da obra da maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917), no seu romance Gupeva de 1861, quando trata da influência indígena na sociedade brasileira, num "enredo nos quais os personagens desorganizam o modelo patriarcal e escravocrata vigente na sociedade e na literatura maranhense [e brasileira] do século XIX (SANTOS, 2016).

Nesse sentido, ao contrário de Firmina, o índio representava uma farsa ideológica, uma ideia de "bom selvagem", uma idealização da fuga e escape para evadir a realidade sociorracial, uma figura que era usada para contrapor-se ao quilombola, ao negro insurreto e revolucionário, que teria desordenado a linearidade harmônica com que vinha se construindo a história e o progresso capitalista. Dessa forma, a passagem da escravidão para o capitalismo retirou negros e negras livres do centro do sistema de produção de riqueza para a

sua periferia, mas também de restrições da sua história e práticas culturais como capoeira, samba e candomblé (CHIAVENATTO, 1980).

A partir da década de 1930, chamada Era Vargas, o Estado brasileiro, sem romper com as relações de dependência com o capital estrangeiro, passa a dar cabo do processo de modernização do país, investindo em setores estratégicos da economia, criando empresas de aço como a Vale do Rio Doce, a Siderúrgica de Volta Redonda, entre outros empreendimentos, além de desenvolver uma política fiscal para estimular a produção interna.

Nesse contexto, será arquitetado outra ideologia que operará como elemento formador desse projeto de modernização capitalista do país e que ainda hoje está arraigada na sociedade brasileira: o mito da democracia racial de Gilberto Freyre, que serviu para inverter e ocultar as contradições raciais e acabou contribuindo, do ponto de vista ideológico, com o projeto modernizador do Brasil.

3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL DE GILBERTO FREYE

Gilberto Freyre (GF) nasceu em Pernambuco em 1900, 12 anos após a abolição legal da escravatura, e faleceu em 1987 com 87 anos, portanto, tendo convivido com o largo período do pós-escravidão. Freyre formou-se em sociologia, estudou nos Estados Unidos, na Universidade de Baylor e na Colúmbia, onde defendeu a tese intitulada *Social Life in Brazil in the Middle of 19th Century*.

Freyre foi um dos pioneiros da vertente culturalista no estudo da sociedade brasileira e das relações raciais. Defendeu o regionalismo, em oposição às ideias da Semana de Arte Moderna de 1922, que considerava uma importação de manifestações culturais europeias. Opôs-se às teorias do racismo biológico, que considerava a mestiçagem uma barreira para o desenvolvimento do país, e o mestiço uma forma degenerada. Defendeu a tese de que a mistura de raças imprimia força e riqueza cultural ao povo brasileiro.

Em 1931, passa a dar aulas na Universidade de Stanford, nos EUA, e três anos depois, em 1933, publica o que viria a ser sua grande e mais polêmica obra: *Casa Grande e Senzala (CGS)*, o primeiro livro de uma coleção de outros dois livros: *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Ordem e Progresso (*1959), que marcam sua preocupação de estudo, a história da sociedade patriarcal no Brasil[8].

Em Casa Grande e Senzala (CGS), Freyre pesquisou a formação social do mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro entre os séculos XVI e XIX, através da análise do

---

[8] Freyre também participou diretamente da realidade política brasileira. Em 1946, GF combateu o Estado Novo e o nazi-fascismo, apoiou o golpe militar de 1964 e defendeu o Ato Institucional-5; defendeu também o salazarismo, regime conservador e autoritário em Portugal de 1933 a 1974, que defendia entre outras coisas o partido único, o protecionismo na economia e o colonialismo e imperialismo sobre as colônias africanas. Em 1946, foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e ocupou alguns cargos comissionados em Pernambuco. No mesmo ano foi eleito pela UDN para a Assembléia Constituinte; em 1986, ocupou a cadeira de número 23 da Academia Pernambucana de Letras.

íntimo relacionamento entre as famílias dos senhores com seus escravos. Segundo o autor, os portugueses, quando colonizaram o Brasil, já tinham um século de contato com os trópicos, na Índia e no contingente africano, o que demonstrava sua aptidão para a vida nos trópicos. Tal fato, segundo Freyre, explicaria, em grande parte, o passado do tipo de relações raciais que os portugueses estabeleceram no Brasil e o tipo de colonização que fizeram: agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, e híbrida, primeiro de índio e depois de negro, na sua formação. Assim sendo, para o autor, a colonização do Brasil teria se dado menos em termos de raça e de racismo em termos biológicos, que de cultura: a "sociedade que se desenvolveria *menos pela consciência de raça*, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política" (FREYRE, 2006, p. 65-66).

Freyre está querendo dizer que a colonização do Brasil não se deu sobre a violência do racismo, mas sobre uma democracia racial fruto de uma escravidão benigna onde senhores e escravos confraternizavam harmonicamente nos diferentes momentos da vida social. Segundo o autor, o futuro do Brasil estava na sua origem mestiça, exemplo do tipo de relação fraternal entre as raças que se estabeleceu no país e que devido a tal miscigenação, o Brasil era um exemplo para a sociedade futura e, na medida em que a democracia racial brasileira se afirmasse, refletiria nas democracias sociais e as desigualdades sociais desapareceriam.

Freyre teve uma visão harmônica da questão racial no Brasil e, empenhado em mudar o pensamento social dominante e preconceituoso da época, afirmou que todos temos ao menos uma gota de sangue indígena ou negro e que isso era motivo não

para termos vergonha, mas para nos orgulharmos dessa caracteristica: "Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil - pelo menos a pinta, do indígena ou do negro" (FREYRE, 2006, p. 367).

Mas essa mestiçagem também contribuiria para a mobilidade social dos negros que à medida que fosse embranquecendo iriam sendo integrados à sociedade competitiva. Este foi um dos principais argumentos de Freyre para a construção da ideologia da democracia racial que posteriormente foi utilizado para alavancar o desenvolvimento econômico e institucional do país.

Segundo Florestan Fernandes[9] (2007), criticando Freyre, "era o cruzamento de raças que passava a singularizar a nação, nesse processo que fazia que *miscigenação surgisse como sinônimo de tolerância e hábitos sexuais da intimidade se transformassem em modelos de sociabilidade*" (FERNANDES, 2007, p. 13).

Freyre interpretou o Brasil em termos de *CGS* e, para ele, nossa formação social foi construída num processo de equilíbrio de antagonismos econômicos e culturais, sendo a mais geral e profunda a do senhor e o escravo, e por isso nosso Estado moderno deveria ser construído através desse modelo, que

[9] Florestan Fernandes foi um grande crítico da ideologia da democracia racial de Freire junto com Octavio Ianni. Ambos, após estudos coordenados pela UNESCO reconheceram o racismo como fator relevante na reprodução das desigualdades raciais e de barragem do negro na sociedade. Existem outros intérpretes do Brasil críticos da ideologia da democracia racial como Clovis Moura, Jacob Gorender, Marcelo Paixão, etc.

integra de forma harmoniosa as diversas raças e culturas enfim, fundada numa democracia racial.

> [...] a formação brasileira tem sido, na verdade [...] um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o paria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (FREYRE, 2006, p. 116).

Como visto acima, Freyre defendia que a formação social brasileira foi realizada sob o equilibro entre diferentes tipos de antagonismos entre economia e cultura, mas principalmente entre as diferentes raças (índios, negros e brancos) e classes sociais (senhores e escravos), e que tais grupos viviam em harmonia e igualdade entre eles, desconsiderando que a sociedade em vez de democrática era desigual e racista no lugar da harmônica.

Essa ideia de democracia racial foi largamente difundida na sociedade brasileira e o país passa a ser considerado como um lugar de convivência harmoniosa entre pessoas de todas as raças e culturas, exemplo de integração racial. Na década de 1950, a ideologia da democracia racial passou a ser objeto de críticas, e

pesquisadores como Oracy Nogueira e Florestan Fernandes, por meio de estudos realizados por um Projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), comprovaram que o racismo é um fator importante na reprodução das desigualdades no Brasil. Somente a partir da década de 1980 que essa crítica passa a fazer parte do discurso no âmbito do Estado brasileiro, abrindo espaço ao debate sobre políticas afirmativas voltada à população negra.

4 QUESTÃO RACIAL E ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Neste tópico, reforçaremos a tese de que a Biblioteconomia deve aprofundar-se na discussão sobre as relações étnico-raciais, com vistas ao combate do racismo. O racismo é uma forma de discriminação que leva em conta a raça[10] como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos de acordo com o grupo racial ao qual pertence. Todavia, o racismo, neste trabalho, está sendo entendido não somente como as atitudes individuais, mas como

> [...] um processo social de assujeitamento, em que as práticas, o discurso e a consciência dos racistas e das vítimas do racismo são produzidos e reproduzidos socialmente. Esse processo implica na violência sistemática e na superexploração de indivíduos que pertencem a determinados grupos

[10] Raça está sendo utilizado aqui no sentido não biológico, mas sociológico do termo, considerando aspectos culturais e fenotípicos de um povo.

> racialmente identificados, só se reproduz quando *é sustentado pelo poder estatal,* seja por ações institucionais diretas (*apartheid,* por exemplo), seja pela omissão sistemática diante da desigualdade material e à insegurança existencial que se abatem sobre as minorias (ALMEIDA, 2015, p. 755, grifo nosso).

Assim, o racismo está nas estruturas sociais, na política, economia e na cultura. Ele é um sistema de opressão. Esse conceito é importante, pois as explicações correntes sobre a desigualdade social e racial tendem a tratar o racismo somente como ação individual. Esta é uma concepção limitada do racismo já que o mesmo é alimentado e alimenta as estruturas do Estado, como tentou-se mostrar na primeira parte desse trabalho. Assim, acredita-se que

> É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos ganha concretude. Os regimes colonialistas e escravistas, o regime nazista, bem como o regime do apartheid (uma mistura de racismo colonialista e nazista), não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como escolas, igrejas e meios de comunicação. Acrescente-se ainda a segregação racial oficialmente existente nos EUA até 1963 e a postura comissiva e omissiva do Estado brasileiro em relação à condição da população negra, primeiro com a escravidão, e depois

> consubstanciada no "racismo cientifico" durante a República Velha e, no discurso da democracia racial, a partir dos anos 1930 (ALMEIDA, 2017, p. 09).

Embora o autor não tenha mencionado as instituições culturais como bibliotecas, museus, cinemas, etc., reconhece-se esse processo também nesses espaços. Contudo, é importante que os profissionais que atuam nessas instituições compreendam a dimensão econômica e política da questão racial no país.

Partimos do pressuposto que, enquanto ciência, a Biblioteconomia deve sistematizar as diversas teorias e estudos que abordam o processo histórico da/o negra/o na sociedade brasileira, para então, até como forma de reconhecimento de seu silenciamento ao longo de sua construção epistemológica, fazer as devidas reparações político-sociais que tanto almejam os diversos grupos étnicos desse país.

A negligência da Biblioteconomia para com o tema, em pleno século XXI, nos remete aos estudos como o desenvolvido pela pesquisadora negra maranhense Francilene Cardoso (2015), na obra *"O negro na biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra"*[11], onde a partir de suas experiências na Biblioteca Pública Benedito Leite, situada em São Luís do Maranhão, evidencia que as bibliotecas públicas foram pensadas e organizadas para atender à elite branca e, devido a isso, por muito tempo, negou direitos de acesso à informação a grupos étnicos não-brancos, como o caso da população

[11] Obra pioneira, resultado de pesquisa desenvolvida em programa de pós-graduação em Ciência da Informação, que aborda a questão étnico-racial em bibliotecas públicas do Maranhão.

afrodescendente, assim como, pouco contempla os conhecimentos produzidos por essa população, possivelmente, impedindo que as pessoa pretas e pardas possam (re)construir sua identidade étnico-racial.

Neste embate teórico, podemos desvendar que, além do nefasto período de quase 400 anos de escravidão de africanas/os no Brasil, ainda persiste a desigualdade social e racial que omitem e/ou camuflam a participação da população negra na sociedade e na cultura brasileira, mesmo com toda história de luta do movimento social negro. Basta ver os permanentes casos de racismo no mercado de trabalho, na educação, na mídia, no futebol, bem como nos indicadores de encarceramento e morte de jovens negros. Somente para termos uma ideia, o relatório apresentado pelo Atlas da Violência de 2017 evidencia que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, e os jovens negros do sexo masculino de faixa etária entre 14 a 29 anos, baixa escolaridade e com uma renda até dois salários mínimos são as maiores vítimas de homicídios.

A sociedade brasileira vem se tornando mais violenta e são os jovens negros o principal alvo dos homicídios. Também são os jovens negros a maioria no cárcere. O Brasil hoje figura como a terceira massa carcerária do mundo atrás da Rússia e dos EUA.

A violência também se expressa na homofobia e na transfobia. No Brasil, de acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica de 2012, os casos de homofobia aumentaram 166% entre 2011 e 2012 (SDH, 2012), havendo também um aumento de 183% do número de vítimas. A maioria das denúncias (47,3%) foram feitas por desconhecidos das vítimas. Ainda, 40,55% das vítimas eram negras (SDH, 2012).

Quanto à realidade das mulheres negras lésbicas, segundo o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil 2012, ainda são poucas as estatísticas disponíveis, mas as lésbicas foram 37,59% das vítimas de violência homofóbica e 5,48% das pessoas LGBT assassinadas. No entanto, as informações sobre a raça/cor não estão disponíveis.[12]

No que tange à violência contra mulheres negras trans e travestis, dados mostram que 118 pessoas trans foram assassinadas no Brasil entre 1º de outubro de 2014 e 30 de setembro de 2015, número 3,5 vezes maior do que o segundo colocado, o México, com 34 pessoas trans assassinadas no mesmo período. Dados disponibilizados por organizações não governamentais informam que a maioria das mulheres transexuais assassinadas no mundo são negras. De acordo com Cris Stefanny, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), a expectativa de vida das transexuais e travestis é de 35 anos de idade. Quando elas não são assassinadas, acontece alguma outra fatalidade.

Todavia, a violência contra a mulher negra não para por aqui, a carne feminina negra também é a que vai de graça para os presídios e as que mais são vítimas de estupro. Segundo o Infopen, a população prisional brasileira no Sistema Penitenciário duas em cada três presas, é negra. Em 2014, eram 579.781 pessoas, levando em consideração as prisões estaduais e federais. Desse total, 37.380 são mulheres; o Brasil está em quinto lugar na lista dos 20 países com maior população prisional

---

[12] BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2012. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/LshoFc>. Acesso em: 06 fev. 2017.

feminina do mundo em 2014, atrás dos EUA (205.400 detentas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751). 50% das mulheres têm de 18 a 29 anos. Além do fato de que no país uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, e segundo dados do IPEA de 2014, 51% das vítimas de violência sexual são mulheres negras. Sem falar o número dos chamados estupros corretivos. Segundo Ângela Davis no livro Mulheres Raça e Classe, a chamada cultura do estupro[13] de hoje, vem desde o período da escravidão. Na base da licença para violar as mulheres negras durante a escravatura, estava o poder econômico dos escravagistas, por isso a classe estruturada pela sociedade capitalista também abriga um incentivo para violar (DAVIS, 2016).

À vista disso, pretende-se aqui elencar, algumas reflexões sobre a temática racial e de que maneira a atuação bibliotecária pode contribuir para combater o racismo (e outras formas de opressão), já que este não é apenas um "problema dos negros", como a elite branca e a mídia tentam impor, mas sim, uma questão social que afeta profundamente toda a sociedade brasileira e que fatalmente nos impossibilita de avançarmos num projeto de sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

---

[13] Em 2016, vários casos de estupro entre eles o estupro coletivo contra uma jovem no Rio de Janeiro por 30 homens; o então candidato à presidência dos EUA, Donald Trump, se defendeu de uma acusação de estupro durante sua campanha, dizendo: "Eu não a estupraria porque ela não é bonita o bastante", frase muito parecida com esta outra: "Eu não te estupro porque você não merece" dita por um deputado federal brasileiro, dentro do congresso federal para uma deputada.

5 RACISMO, FORMAÇÃO E PESQUISA: DESAFIOS PARA UMA RESPONSABILIDADE ÉT(N)ICO-SOCIAL DA/O BIBLIOTECÁRIA/O

Conforme visto no item anterior, o racismo é estrutural na sociedade brasileira e ainda é uma realidade no Brasil. Portanto, não somos todos iguais, nem vivemos numa democracia racial; os altos índices de genocídio e encarceramento da população negra, inclusive de mulheres negras são apenas algumas expressões do racismo, do machismo e da violência racial institucionalizada no Brasil.

Dizer que o racismo é estrutural da nossa sociedade implica dizer que ele está em todas as instituições do país, como bem foi demostrado na seção anterior deste trabalho, a partir do diálogo com o sociólogo Clóvis Moura. Porém, as ideias que alimentam essas opressões seguem sendo difundidas na sociedade e afetam o cotidiano e as práticas profissionais do profissional da informação. Felizmente, essa discussão vem adentrando o espaço acadêmico e profissional. Esse retardo se dá pelo fato de a Biblioteconomia estar impregnada de um olhar ocidentalizado. Sendo assim, muitas vezes, existe uma só definição de informação, de cultura, memória, arquivo, museu, centro de informação, indexação, banco de dados, relatório, etc., e uma só forma de organizar e disseminar a informação e a leitura, com bases quase únicas e universais, assim como uma única forma de ser e estar no mundo.

Historicamente, cursos como o de Biblioteconomia têm considerado muito mais os conteúdos programáticos dos grandes centros do que a real necessidade dos países

ladinoamefricanos[14], ou seja, países cuja formação histórico-cultural, geográfica, não vem a ser exclusivamente europeia e branca, numa clara denegação da nossa *ladinoamerfricanidade*. É preciso questionar essa realidade que tem efeitos sobre nossa formação e práticas profissionais.

Sendo assim, ainda é desafiador para essas áreas desenvolver discussões e ações de valorização de toda e qualquer diversidade (étnico-racial, de gênero, sexualidade, religiosidade, etc.). Para tanto, a importância de novas bases teórico-político-pedagógicas, voltadas para pensar toda a complexidade e diversidade é imperativo nessas áreas.

Hoje, estão disponíveis estudos sobre multiculturalismo, diversidade, inclusão e responsabilidade social e étnico-racial que visam à formação crítica da/o bibliotecária/o em relação à diversidade. Porém, apesar disso, a Biblioteconomia permanece presa ao ensino tecnicista, trabalhando somente com um conceito de cultura, informação, sociedade, tecnologia, etc., ignorando a diversidade de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e religião presentes na sociedade. Tal quadro vem fazendo com que muitos graduandos não se reconheçam nos conteúdos trabalhados em sala de aula; os mais afetados são negros e negras que, além disso, presenciam a transmissão de conteúdos, que silenciam a contribuição do africano para a escrita e parte do conhecimento humano. Um exemplo disso, quando estudamos a disciplina *"História do livro e das bibliotecas"*, onde nem mesmo é mencionado que a grande Biblioteca de Alexandria estava situada num país africano, no Egito, norte da África, que foi considerado uma das 5 maiores civilizações da

[14] Termo cunhado pela antropóloga brasileira Lélia Gonzalez.

antiguidade. Ressalta-se que um trabalho nesse sentido deve permear todas as disciplinas do curso de Biblioteconomia, inclusive as do núcleo de organização e representação da informação.[15]

Apesar desse contexto de novas produções sobre multiculturalismo, na Biblioteconomia quase não há discussões práticas sobre como trabalhar com a questão racial no contexto de sala de aula e nas bibliotecas. Bibliotecárias/os ainda estão sendo formadas/os e formatadas/os em série num contexto de mudanças no mercado profissional, mas também de ataques à profissão do bibliotecário por parte do governo federal que publicou o Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018 (DOU do dia 10/01/2018 - Nº 7, Seção 1, pág. 5), pelo qual a Presidência da República extinguiu diversos cargos no âmbito do serviço público federal, entre os quais o de Bibliotecário. A extinção do cargo de bibliotecário nessas instâncias administrativas pode ser traduzida como uma ação política contra a democratização da cultura e da informação no país, tendo em vista que o bibliotecário é uma profissão regulamentada pela Lei 4.084/1962, recusável pela gestão nos espaços informacionais.

Esse fato ocorreu justamente no momento em que o Projeto de Lei 6.038/13, de autoria do deputado José Stédile, do PSB gaúcho, que reconhece a atividade de técnico em biblioteconomia como profissão é aprovado. Com essa proposta

---

[15] Para um exemplo de estudo nessa linha ver: AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/LwosmM>. Acesso em: jan. 2018.

de regulamentação, àquelas/es que possuem formação em nível médio e curso técnico de escolas reconhecidas pelo MEC, estariam habilitadas/os para executar serviços de documentação e informação, atividades relativas ao processamento, à conservação e à divulgação de documentos. Cabe a ela/ele organizar a informação nos acervos, prestar serviços de atendimento aos usuários e participar do desenvolvimento de atividades que ampliem os aspectos socioculturais dessas instituições. Sendo que, no Brasil, cursos profissionalizantes são mais procurados pela população mais pobre, já aqui comentado, que é a classe social onde se concentra mais pessoas pretas e pardas.

Na conjuntura política do país, mudanças ainda irão ocorrer e elas podem favorecer ou não a profissão. De qualquer forma, será preciso organizar a categoria. Os Conselhos e as associações da categoria profissional têm uma função preponderante neste contexto de avanços do conservadorismo, convocando a classe bibliotecária para debater as questões político-econômicas que permeiam o atual cenário.

Neste momento de crise do capitalismo e agudização das desigualdades sociais, raciais e inclusive informacionais, as/os bibliotecárias/os têm muito a desenvolver para que as comunidades menos favorecidas possam acessar a infraestrutura básica de cultura e informação. Mas na prática, observa-se ainda muito poucos profissionais bibliotecários inclinados para pensar as problemáticas informacionais dos desfavorecidos. Na verdade, percebe-se na Biblioteconomia uma rígida adaptação às regras mercadológicas, onde a grande maioria compete pelos melhores postos de trabalho, com melhores salários e *status* social.

Ao analisarmos os currículos dos cursos das grandes e mais antigas escolas de Biblioteconomia do Brasil, observamos a forte inclinação ideológica. Desses, a maioria defende o ilusório discurso que vivemos em plena era democrática, em que todas/os têm acesso aos sistemas de informação contidos em instituições públicas e privadas, com fácil acesso ao conhecimento através de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e/ou defendem as conhecidas adaptações teóricas de ciências como Administração, Economia, Engenharia de Produção, etc., além dos discursos em sala de aula de parte das/os professoras/es que defendem a ciência da informação mercadológica.

Para uma/um bibliotecária/o oriundo dessa formação geral, o auge de sua carreira profissional é chegar aos órgãos do poder legislativo federal (câmara e senado), poder judiciário, Biblioteca Nacional, etc., que são espaços elitistas, de fortes relações de poder, predominância de pessoas brancas, que com significativos investimentos financeiros, domínio de línguas, acesso a bons preparatórios de concursos e bens culturais, que "facilitam" para que ocupem os cargos públicos mais "cobiçados". Porém, nenhum desses cargos públicos, muito bem renumerados, são para atender a população desfavorecida, que, na maioria das vezes, não tem acesso a bens culturais e educativos como bibliotecas, porque esses simplesmente nem existem, e quando existem, são espaços desvalorizados pelo poder público, sucateados e sem recursos humanos, mas que constam nos relatórios da gestão pública como "em funcionamento".

Nesse contexto, a agenda 2030 para redução das desigualdades parece ilusória. Somente o acesso à informação

por parte dessas comunidades, muitas delas que vivem com baixa renda, desempregados, subempregados ou encarcerados e desmonetarizados, não mudaria muito a cena por si só. Seria preciso também outra atuação que envolva o desenvolvimento de projetos em nível de categoria profissional em comunidades pouco favorecidas como favelas, áreas rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinha, etc., com vistas a compartilhar informação orientada para um problema específico, aplicável à realidade dessas comunidades e povos; aquilo que Saracevic (1980) chamou de informação apropriada, ou seja, orientada para um problema específico, aplicável para uso local e comunicável por canais tradicionais.

No artigo "*Os profissionais da informação em comunidades desfavorecidas*" de Michel J. Menou e Kingo Mchomb (2004), aponta-se as dificuldades de acesso à informação em comunidades desfavorecidas do "terceiro mundo" usando como exemplo algumas comunidades africanas.

> A situação em áreas rurais e em comunidades urbanas desfavorecidas exige uma abordagem diferente quanto ao fornecimento de informação e uso elas TIC's, por causa da infra-estrutura carente, da infra-estrutura de energia inadequada, da escassez de informação pertinente e apropriada, e do baixo poder aquisitivo da maioria da população. Conseqüentemente, a realidade das áreas rurais e das zonas urbanas de favelas (freqüentemente povoadas por migrantes rurais) demonstram que as necessidades de informação, bem como as

> TIC's para o desenvolvimento humano são radicalmente diferentes daquelas dos grupos da elite [...]. São grupos que se preocupam mais com a sobrevivência básica e com problemas cotidianos, e o conteúdo da informação deveria estar dirigido a estas necessidades numa forma inteligível e utilizável. Igualmente, o acesso às TIC's precisaria ser ajustado às realidades sociais dos vários segmentos da população, inclusive com o uso de intermediários humanos e com a combinação das TIC's com outras mídias, como rádio local e comunicação interpessoal (MENOU; MCHOMB, 2004, p. 137).

É nas bibliotecas comunitárias onde percebemos a competência social e humanista da/o bibliotecária/o de forma mais evidente. Porém, nem sempre as ações são desenvolvidas por bibliotecárias/os, mas por pessoas da própria comunidade. Nas bibliotecas comunitárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, percebemos a construção de um trabalho com perspectivas de intervenções e mudanças sociais através da leitura. Tudo perpassa por uma atuação educativa e cultural dos profissionais que ali trabalham. Essa formação de enraizamento comunitário, política e de empoderamento possibilita que mesmo diante de todas as adversidades como falta de estrutura física, orçamento, recursos humanos, etc., o espírito comunitário ali desenvolvido não morre. As formações políticas os encorajam a vislumbrar por dias melhores e os fazem perceber que juntos, como comunidade, são mais fortes que agindo individualmente.

As bibliotecas comunitárias são contra-hegemônicas devido à formação político-social dos sujeitos que ali se envolvem. Nesses espaços, muitas vezes, é possível encontrar um atual mediador de leitura, que já fora um leitor da biblioteca, que num processo dialógico, foram construindo uma identidade comunitária.

E como a Biblioteconomia poderia se envolver mais com as questões raciais, de identidade de gênero, de sexualidades, etc.? Primeiramente, reconhecendo a dívida histórica enquanto ciência e preparando as estruturas educativas e de pesquisa, em especial, os departamentos universitários, para estudar profundamente os referidos temas, articulando-os com os demais conteúdos do curso, em sequência, inserindo-os no currículo como temas chaves. Tendo negros, mulheres, homossexuais, etc., não apenas como objeto empírico, mas intelectuais que investigam sua própria realidade. Depois, democratizando os espaços acadêmicos para estudar, debater, pesquisar e divulgar trabalhos que versam sobre os temas, envolvendo alunas/os e professoras/es, possibilitando problematizar mais sobre como criar acesso às informações em comunidades desfavorecidas que têm diversos problemas sociais, baixo índice de leitura, ausência do Estado, etc.

É importante ainda estimular a produção de trabalhos de final de disciplinas, de conclusão de curso (TCC) e artigos com novas metodologias de trabalhos, avaliar e potencializar as propostas que partem dos próprios alunos e alunas evitando classificá-las de panfleto político, pouco acadêmico, etc. A neutralidade na pesquisa é um mito, a pesquisa desde a escolha, vem impregnada pela experiência dos sujeitos e isso não tira a

credibilidade dos métodos e resultados encontrados. A pesquisa científica ativista coloca-se como uma nova opção na área.

A pesquisa ativista é aquela que visa transformar uma dada realidade mediante à pesquisa. Nela não existe bifurcação entre o sujeito e objeto a ser desvelado, seu foco são os objetivos que o pesquisador pretende alcançar e o papel prático das teorias

> […] implica que se transcenda a divisão entre sujeito e objeto, transpondo as fronteiras que separam o eu enquanto conhecedor e o conhecimento do mundo. É um modo de estar em que o conhecedor se identifica com o conhecimento de uma maneira tão completa (D'SOUZA, 2010, p. 168).

Uma forma eficaz de articulação de um currículo multicultural nos cursos de Biblioteconomia pode ser através da pesquisa. As experiências de espaços como de bibliotecas comunitárias e populares, precisam ser experimentadas e analisadas através de pesquisas, pois na validação dessas práticas, com desenvolvimento de novas metodologias de averiguação, podemos ter diversas diretrizes de como a/o bibliotecária/o deve atuar, possibilitando a esse profissional, refletir sobre suas práticas, colocando-as em ação, refletindo novamente e, assim, num processo de ciclo, estar sempre atuando profissionalmente de acordo com o contexto sociocultural em que se encontra.

Torna-se muito importante conhecer melhor as práticas das bibliotecas comunitárias, pois é nas comunidades desfavorecidas onde está concentrado o maior número de

pessoas pretas e pardas. Talvez, esteja nas práticas dessas instituições a melhor forma de trabalhar em comunidades desfavorecidas. A academia pode contribuir através do ensino, pesquisa e extensão com novos conhecimentos que teorizem essas práticas, teorias tão necessárias na ciência da informação.

Acreditamos também que uma forma da Biblioteconomia reconhecer e reparar a população negra de sua negligência teórica seria potencializar espaços informacionais onde exista e resista o pensamento da mulher e do homem negro. As/os bibliotecárias/os deveriam estar presentes diuturnamente em espaços periféricos, na escola, na universidade, chamando a toda população para encarar as problemáticas da população negra e pensar, organizar, sistematizar e disseminar os conhecimentos que denunciam o colonizador, que assuma a exploração da população negra por séculos e depois a abandona à própria sorte, para que, sem condições, não pudesse reagir às exigências do capital, que a cada dia vem tornando a força de trabalho da/o negra/o mais barata e supérflua.

Fazendo frente a esse contexto, o perfil dos profissionais formados pelas universidades tende a se modificar, não devem ser mais voltados apenas para as demandas do mercado. Isto,

> [...] significa formar, preparar e voltar um segmento tão somente para atender interesses que não são necessariamente frutos das necessidades da sociedade. Além disso, a formação estará sempre aquém das exigências desse mercado. A formação passa a ser mero objeto do mercado e não sujeito dele, assim como o profissional não interfere, nem influência, visto que está preparado

> apenas para atender ao já estabelecido e solicitado. A formação ele um profissional, portanto, não pode ser um "treinamento", moldando-o a uma subserviência inaceitável (ALMEIDA JUNIOR, 2002, p. 135).

O perfil do profissional bibliotecário precisa proporcionar espaço para a mudança, transgressão, invenção que podem contribuir para a compreensão da realidade social, sejam em termos econômicos, políticos, raciais, etc. Para tanto, é imprescindível uma mudança nas práticas de ensino das/os professoras/es. Como intelectuais, precisam reconhecer e permitir uma prática de ensino com vista à uma educação multicultural, crítica, participativa e intervencionista.

Nenhuma educação é politicamente neutra, um professor que só utiliza intelectuais homens e brancos está tomando uma decisão política. O racismo e o machismo determinam o que é ensinado ou não. Constata-se na Biblioteconomia que a grande maioria dos autores utilizados na área são brancos, bem como a maioria das/os professoras/es. Ainda é preciso fomentar o debate e apresentar diversidade de visões, leituras, trabalhar com autores negros e negras, combatendo o que Sueli Carneiro chama de Epistemicídio, isto é, o banimento de autoras/es negras/os da acadêmica presente em muitos cursos das diferentes universidades brasileiras. Quantos de nós, formadores de profissionais da informação, conhecemos Edson Carneiro, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Maria Firmina dos Reis, José Rufino, Cidinha da Silva, Kabengele Munanga, Henrique Cunha Júnior, Mundinha Araújo?

A formação profissional da/o bibliotecária/o precisa ir para além dos conteúdos clássicos e eurocêntricos. O francês Michel Menou já nos chamou atenção para a necessidade de africanização da Biblioteconomia e a Ciência da Informação, áreas impregnadas de um olhar ocidentalizado sobre o ensino e a prática desses profissionais, que necessita ser atualizada, frente à realidade brasileira com toda sua diversidade e multiculturalidade. Pensar a formação de qualquer profissional no século XXI envolve pensar profundamente sobre temas contemporâneos do nosso cotidiano, que antes não estavam sendo colocados, com toda essa força de hoje, levando-os a perceber, na sua atuação, as correlações desses conteúdos com a realidade para agir de maneira mais crítica.

É preciso examinar criticamente os conteúdos curriculares e o modo como os professores entendem ser o espaço de aprendizado. Uma educação para a consciência crítica não deve ser um espaço onde o professor dá aula para uma turma em silêncio onde as/os alunas/os não falam, ou que respondem somente quando são questionadas/os; discentes negros e negras nem sempre se sentem "seguros" e representados nesses espaços aparentemente neutros.

As salas de aula dos cursos de Biblioteconomia estão se tornando cada vez mais diversas. Uma pesquisa mostra que a inserção da/o negra/o na Universidade Federal de Santa Catarina foi de 7,7%. Embora a mesma pesquisa aponte que é um número não tão significativo, isso demonstra essa realidade. Mesmo sem ter sido feito pesquisa na região nordeste, entende-se que com as ações afirmativas nas universidades públicas, a Biblioteconomia tende a ficar mais "preta". Sendo assim, os professores precisam enfrentar essa realidade, alunos brancos e homens são os que

mais falam durante as aulas; mulheres brancas, negros e negras dizem ter receio de serem taxados como intelectualmente inferiores. Quando um discente negro ou negra rezingar um conteúdo voltado para África ou o negro no Brasil, convém que o mesmo dê sugestões de obras a serem consultadas.

Essa realidade obriga as/os professoras/es a rever a forma como o conhecimento é compartilhado, os autores utilizados, os preconceitos e silenciamentos realizados na sala de aula. As/os formadoras/es de bibliotecárias/os precisam deixar sua pedagogia ser transformada em prol da multiculturalidade e do pensamento crítico. É possível formar bibliotecárias/os com a educação que elas/es e a sociedade precisa, por meio de uma educação que transforme de fato a consciência, por meio da livre expressão, da participação, do dialogismo, essenciais numa educação libertadora.

Por outro lado, a pesquisa precisa ser vista como um *princípio educativo* na formação da/o bibliotecária/o, em que a/o docente deve produzir e difundir conhecimentos para contribuir com a reflexão sobre a realidade que a/o envolve. Nessa conformidade, o ensino de Biblioteconomia vai além da transmissão de conteúdos.

> A concepção de ensino articulado à pesquisa parte da realidade para problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigação. [...]. Essa concepção de aprendizagem/ensino baseia-se em atitudes analíticas, reflexivas, questionadoras e problematizadoras, em que o ponto de partida são as próprias observações que, por sua vez, levam a

> indagar sobre o conhecimento e a realidade. Assim, nessa metodologia, adota-se a dúvida, o questionamento sistemático da realidade, como referência pedagógica. Nessa visão, a pesquisa é considerada não só como um princípio científico, mas também educativo. Ou seja, não é vista somente como busca de conhecimento ou descoberta que termina na análise teórica, mas também como forma natural de estabelecer o diálogo com a realidade, perpassando todo o processo formativo do educando (RODRIGUES, 2002, p. 92).

Ainda é baixa a produção de estudos sobre as temáticas africana e afro-brasileira na área da Biblioteconomia, seja na graduação ou na pós-graduação. É possível acessar algumas experiências na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com professoras como Mirian de Albuquerque Aquino (2009), que vem investigando a imagem do negro no discurso de inclusão social/racial nas universidades públicas, bem como orientando trabalhos de pós-graduação e de Conclusão de Curso em Biblioteconomia que envolvem a temática racial.

Contudo, mesmo na UFPB, importante lócus de produção do conhecimento da área sobre a temática racial, este tema vem sendo muito negligenciado na pós-graduação de Ciência da Informação (CI) como demonstra a bibliotecária e mestre em CI da UFPB, Alba Lígia de Almeida Silva[16], que a produção de

[16] SILVA, Alba Lígia de Almeida. A Responsabilidade Social-Ét(n)ica da Ciência da Informação na Produção de Conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. In: Encontro Nacional de Pesquisa

conhecimento na PPGCI ainda é insuficiente, representando a/o negra/o minimamente. Nessa direção, a autora pontua ainda que é preciso que as/os

> [...] pesquisadores(as) pensem o(a) negro(a) com o sentido humano, com o olhar para o outro. [...] que as bases de conhecimento em que centram suas pesquisas sejam pelo menos "determinadas por relações éticas mínimas", provocando uma abertura para os conhecimentos produzidos por outras etnias. É fundamental o *deslocamento do estado de conhecimento eurocêntrico para uma interação com o estado de conhecimento afrocêntrico*. Nesse sentido, a cultura e a história de matriz africana e dos afrodescendentes necessitam estar no planejamento dos estudos e pesquisas de seus/suas pesquisadoras (SILVA, 2009, p. 16, grifo nosso).

Tal insuficiência de produção de conhecimento parece ir de encontro com as mudanças no plano político contemporâneo, a exemplo da implementação de Leis Federais nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08 que, respectivamente, tornaram obrigatórias a todas as escolas do país o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Todavia, quantos de nós conhecemos essas leis e estamos implementando-as? Elas são instrumentos importantes no combate ao racismo contra negros, negras e indígenas. E no que tange ao debate da sexualidade, da

---

em Ciência da Informação, 10., **Anais**... João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/AeDtWB>. Acesso em: 10 jan. 2018.

orientação sexual, quantos estamos trabalhando contra a LGBTQfobia? Dezenas de gays, lésbicas e transgêneros são mortos Brasil a fora. Quantos debates, campanhas, ações culturais realizamos para debater esse tema em nossas instituições? Quantos de nós estivemos à frente do debate em defesa do chamado Kit-Gay composto de materiais didáticos e lúdicos para trabalhar a questão de gênero nas escolas?

Silva, Pizarro e Saldanha (2017) desenvolveram estudos sobre o desenvolvimento e/ou ausência das temáticas africana e afro-brasileira na formação dos bibliotecários, a partir de entrevista com professores do departamento de Biblioteconomia de uma universidade estadual na região sul do país, e concluíram que ainda é escassa a inserção das temáticas africana e afro-brasileira nas práticas docentes e nas matrizes curriculares do curso de Biblioteconomia, apesar dos docentes atribuírem importância à ela. Muitos dos docentes entrevistados, disseram não incluir as temáticas africana e afro-brasileira nas suas práticas por não terem recebido a devida formação. Contudo, à medida que aparece uma demanda de aluna/o por questões de orientações de trabalhos de conclusão de curso e dissertações sobre o assunto ou projetos construídos que tenham ligação às temáticas, as/os professoras/es afirmam que buscam uma autoformação. Esses autores ainda mostram que os respondentes que afirmaram ter formação para abordar as temáticas em sala de aula são oriundos dos cursos de Pedagogia e História, não dos cursos de Biblioteconomia (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2017).

No entanto, muitas vezes o/a professor/a não está preparado/a, e/ou não tem interesse pela temática. Portanto, falta responsabilidade ét(n)ico-social, por parte desses professores de

Biblioteconomia no país. Responsabilidade ét(n)ico-social não é apenas das/os gestoras/es das universidades públicas, mas também de professoras/es, alunas/os e pesquisadoras/es de programas de pós-graduação que podem contribuir para a produção de conhecimentos acerca de temas de interesse de grupos socialmente vulneráveis, desenvolvendo pesquisas interdisciplinares, formar profissionais competentes para atender às exigências do mundo globalizado, cujos resultados possam ajudar na redução das desigualdades raciais (SILVA, 2009).

No entanto, essa problemática não está presente somente na graduação, mas também na educação continuada do profissional. A questão racial também vem sendo debatida timidamente nos fóruns, eventos e ações dos conselhos, associações da categoria. Em fevereiro de 2016, a bibliotecária negra brasiliense Dandara Baçã criou uma campanha online solicitando a criação da Comissão de Equidade de Etnia e Gênero no âmbito dos Conselhos Regionais (CRBs) e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Amparada em atribuições legais do CFB, a campanha recorre a decretos e à legislação que dispõe sobre a profissão de bibliotecário para reivindicar e fundamentar a criação da referida Comissão como com o art. 26 do Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, que diz que o Conselho Federal de Biblioteconomia poderá organizar Comissões ou Grupos de Trabalho, para execução de determinadas tarefas; na Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, onde consta que a/ao bibliotecária/o cabe deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins à especialidade do bibliotecário; convocar e realizar,

periodicamente, congressos de conselheiros federais para estudar, debater e orientar assuntos referentes à profissão[17].

Nesse sentido, observa-se que debater a questão racial é um compromisso ético-político, mas também é ajudar a transgredir a ordem estabelecida. Muitas vezes, as ações realizadas pelos conselhos federal e estadual acontecem porque são dirigidas por uma/um bibliotecária/o negra/o conselheira/o envolvida/o com a temática racial, mesmo nosso código de ética falando em justiça e igualdade. Ainda está em débito por parte do conselho o desenvolvimento de um projeto Biblioteconomia e Relações Raciais que promova e qualifique o debate da questão racial na área.

Igualmente, a Biblioteconomia também precisa se colocar na luta por políticas públicas de informação, pautando a diversidade étnico-racial, como nos aponta Cidinha da Silva no livro "*Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*" de 2014. Este livro traz um importante diagnóstico da realidade sociocultural do setor do livro, literatura e bibliotecas no país transversalizado pelas dimensões de raça e africanidades, onde detecta a fragilidade e desafios na elaboração de políticas públicas que contemplem a questão racial, uma lacuna no Plano Nacional do Livro e Leitura e de outras iniciativas no setor (SILVA, 2014).

---

[17] TARGINO, Rodolfo. Equidade de Etnia e Gênero no CFB/CRBs: Campanha reivindica criação de Comissão de equidade de etnia e gênero no âmbito dos Conselhos de Biblioteconomia. **Biblioo**: Cultura Informacional. 2 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/8uHDXp>. Acesso em: 10 jan. 2018.

A própria pesquisa Retratos da Leitura no Brasil do Instituto Pró-Livro não faz recorte racial do perfil dos leitores, apesar de considerar vários aspectos socioeconômicos. Os organizadores da pesquisa esquecem o fato de que no Brasil raça e classe andam de mãos dadas, ou por que a maioria das/os negras/os são moradores de favela ou periferia?

Um ponto ainda relevante a ser observado na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil é que dentre os livros que estavam sendo lidos no momento da pesquisa, nenhum dos autores é negro, mas Machado de Assis é citado dentre os que foram lidos por último; e sua obra - Dom Casmurro - é a sétima mais citada entre os mais marcantes. Dentre os escritores de que o público mais gosta, dois são negros, Machado de Assis e Jorge Amado, e se repetem entre os mais conhecidos. O recorte racial para os autores e obras citadas na pesquisa transparece uma das consequências do racismo, que retira a oportunidade de autores negros serem lidos e conhecidos.

É urgente esse debate racial para pensar políticas públicas de informação, assim como debater assuntos como sexualidade, racismo religioso, questão indígena etc. Essas são demandas profissionais, que levam as/os bibliotecárias/os a lutar contra todas as opressões é a biblioteconomia "preta" construindo a prática de liberdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomou-se em consideração alguns estudos que oferecem um aporte para que bibliotecárias/os compreendam o lugar do negro no Brasil, e o processo de marginalização da sua história e cultura diretamente atrelado com o seu lugar no mercado de

trabalho. Aportes esses que devem ser considerados quando da formação e atuação desse profissional, tendo em vista o caráter político da profissão que visa a efetivação dos direitos de acesso à cultura e à informação. Entende-se que existe um esforço de discutir e pensar ações concretas na área que envolve as relações raciais, mas registramos que muito ainda precisa ser feito pelos cursos de Biblioteconomia no país, bem como pelas entidades representativas da área.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir com a profissão neste momento de reformulação do Código de Ética do Bibliotecário, fortalecendo o debate e o desenvolvimento de estratégias para melhor compreender o tema das relações raciais e o combate ao racismo e demais opressões. O racismo, sexismo e LGBTQfobia precisam ser alvo de combate, e a construção de uma sociedade verdadeiramente livre e igual, deve ser uma preocupação da Biblioteconomia.

A história da África e do negro no Brasil vem sendo desvelada em diversos estudos que permitem ampliar o olhar da/o bibliotecária/o a partir daqueles sujeitos que tiveram sua história silenciada. Cabe à/ao bibliotecária/o, contribuir com a produção e a disseminação de informações que retratem essa realidade a partir de narrativas que apresentem pontos de vista diferentes dos que até agora foram apresentados.

Para tanto, precisa conhecer e apropriar-se da temática étnico-racial, ainda na universidade, ato que contribuirá na desconstrução de imposições ideológicas que enfraquecem o debate, tais como o mito da democracia racial, defendido por Gilberto Freyre na Era Vargas. Isso porque precisamos ter em mente que nunca houve uma real "harmonia" entre as raças no país e que ainda não somos uma nação livre de racismo,

discriminações e desigualdades. Essa ainda está para ser construída e bibliotecárias/os são importantes nesse processo.

A atuação da/o bibliotecária/o para a construção da igualdade racial em uma biblioteca carece partir do princípio de que os serviços e as atividades precisam ser pensados, de fato, para todos os públicos, brancos e não-brancos. O aumento significativo de estudantes negras/os adentrando nas escolas e universidades, coloca vários desafios para as/os bibliotecárias/os. Essas/es, atuam na organização e disseminação da informação e precisam estar preparadas/os para trabalhar com informações voltadas para culturas africanas e afro-brasileiras, uma vez que ainda é grande o cenário de desigualdade social e racial. Daí a necessidade de dominar conhecimentos sobre a formação social e étnico-racial brasileira e os problemas atinentes ao negro no Brasil; nem todos os cursos de Biblioteconomia no país delegam essa capacidade aos seus formandos.

De acordo com Wersig (1975), os profissionais da informação precisam se voltar para a mediação da informação para aqueles setores mais excluídos da sociedade. Seguindo esse pressuposto, verifica-se a necessidade de qualificar bibliotecárias/os para atuar na construção de políticas públicas de informação afirmativas. Para tanto, necessitam compreender a dimensão estrutural do racismo atrelado à história do Brasil.

É nessa direção que o presente trabalho pretende contribuir. Estava em débito uma análise mais estrutural do racismo no curso de Biblioteconomia que possibilite uma atuação mais crítica da temática em pauta. Nessa direção, podemos dizer que foi o racismo associado com a desigualdade social, que por muito tempo excluiu a história e memória da África e do negro no Brasil dos diferentes tipos de unidades de

informação, bem como construiu uma história repleta de silêncios, mistificações e ideologias. É essa história que foi transplantada para os livros, para as bibliotecas e, muitas vezes, para a atuação da/o bibliotecária/o.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIN, Maria Lígia Pomin (Coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, p. 113-148, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; MELO, Tarso (Org.). **Para a crítica do direito**: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra universitário, p. 747-767, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo. In: CAPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Álvaro; FREIRE, André Luiz. **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**: teoria geral e filosofia do direito. São Paulo: PUCSP, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/sTcoE6>. Acesso em: 10 jan. 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Memória da Ciência:** A (in) visibilidade dos (as) negros (as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (Projeto de Pesquisa). João Pessoa, 2009.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca:** mediação da informação: para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

CHIAVENATTO, Julio José. **O negro no Brasil:** da senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980.

D'SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da "globalização". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, p. 145-171, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casagrande & Senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes:** o legado da raça branca, São Paulo: Globo, v. 1, 2007.

GOMES, Flávio; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. A abolição da escravidão: a igualdade que não veio. **Geledés**. 13 maio 2010. Disponível em: <https://goo.gl/WCuQeM>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MENEGAT, Elizete. BALBINO, Selmara de Castro. Periferia, mercado de trabalho e cor: configurações sócio-territoriais do racismo brasileiro. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 335-345, ago./dez., 2015. Disponível em: <https://goo.gl/4s1eHx>. Acesso em: 10 abr. 2017

MENOU, Michel; MCHOMB, Kingo. Os profissionais da informação em comunidades desfavorecidas. In: VALENTIN, Marta Ligia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área da informação**. São Paulo: Polis, 2004, p. 129-150.

MOURA, Clóvis. **Brasil - raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. **Dialética Radical do Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003.

OLIVEIRA, Denis. Dilemas da luta contra o racismo estrutural. **Revista Margem Esquerda da Boitempo**, n. 27, p. 31-37, 2016.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. A Pesquisa como princípio educativo na formação do profissional da informação. In: VALENTIN, Maria Lígia Pomin (Coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002, p. 89-102.

SARACEVIC, Tefko. *Perceptions of need for scientific and technical information in less developed countries*. ***Journal of Documentation***, v. 36, n. 3, p. 214-267, 1980. Disponível em: <https://goo.gl/DfWCoi>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Alba Lígia de Almeida. A Responsabilidade Social-Ét(n)ica da Ciência da Informação na Produção de Conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 10., **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/Dxh7jd>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Cidinha da. Prefácio. In: SILVA, Cidinha da (Org.). **Africanidades e relações raciais**: insumos para políticas públicas

na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniella Camara; SALDANHA, Gustavo Silva. As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., **Anais...** Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/dtdBQB>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PENSANDO UMA BIBLIOTECONOMIA AFRODIASPÓRICA

Graziela dos Santos Lima

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

1 INTRODUÇÃO

O que seria uma Biblioteconomia Afrodiaspórica? Essa é a pergunta que embasa este capítulo. O que queremos aqui é refletir criticamente o estabelecimento de uma Biblioteconomia voltada para a inserção e discussão da população de origem africana na diáspora.

A população africana foi distribuída para diversos lugares do mundo durante o processo escravista. Muitas/os das/os africanas e africanos vieram para o Brasil para servirem de mão de obra escrava e, após o período de mais de 300 anos de escravidão, muitas/os continuaram no país e aqui buscaram construir suas vidas.

Embora o Estado tenha negado a essas populações, os direitos mais básicos (moradia, terra, educação, etc.) e tenha levado as/os afrodescendentes para as periferias das cidades brasileiras, a população oriunda desse processo diaspórico foi construindo seus espaços de sociabilidades e de movimentos sociais de luta por direitos garantidos na Constituição (RASCKE, 2016; PEREIRA; 2013).

Atualmente, a população brasileira é composta em sua maioria por pessoas negras, e as áreas do conhecimento precisam estabelecer formas de inserção de aspectos que envolvam essas populações dentro dos conteúdos formativos em Biblioteconomia.

O estudo das populações africanas e afro-brasileiras na Biblioteconomia não é algo inaugural, conforme nos lembra Silva e Saldanha (2018), pois há pesquisadoras e pesquisadores que estudam as temáticas relacionadas a essas populações em diversos locais do país e com diferentes enfoques. Entretanto, estes discursos buscam uma luta contra a hegemonia eurocêntrica, mas se esquecem em trazer o fortalecimento intelectual de outras/os pesquisadoras/es negras/os dentro da área. Assim, em vez de um fortalecimento intelectual pautado em seus pares de forma crítica, construtiva e relacionada, as/os pesquisadoras/res promovem o que Silva e Saldanha (2018, p. 292) chamam de "epifanias críticas", "a construção de uma narrativa da inovação crítica, que insiste em afirmar o novo contra o velho, como o novo criticismo contra a velha hegemonia, criando uma série ininterrupta de desconstruções isoladas, autodeclaradas como inaugurais". Ou seja, as pesquisas e críticas sobre aquele assunto realizadas anteriormente não são realçadas pela pesquisa em questão.

O ensino de Biblioteconomia brasileiro possui como base as escolas francesas e americanas, onde o foco esteve na formação voltada para o mercado de trabalho e reprodução da técnica, e não para o lado humanístico da Biblioteconomia (SOUZA, 2009).

Pensar o ensino em Biblioteconomia, seria pensar na reconstrução de uma profissão voltada para a população que

será a receptora dos serviços e produtos oferecidos pelas unidades de informação. Mas não só, uma Biblioteconomia que tenha um acentuado cunho humanista necessita estar atenta às demandas da sociedade, bem como às lutas sociais de grupos étnico-raciais.

2 BIBLIOTECONOMIA AFRODIÁSPORICA

Pensar em uma Biblioteconomia afrodiásporica é pensar na identidade da população negra no pós-abolição e a inserção destas/es "condenadas/os da terra"[18] nos ambientes escolares e universitários, em especial no espaço onde a representação negra nos suportes informacionais, suas vivências e resistências ainda é limitada e pensada em uma perspectiva eurocentrada. De fato, em um país que fora colonizado, as produções do conhecimento foram pautadas em um olhar eurocentrado retratando as populações de origem africana de forma estereotipada. Tal estereotipia, é uma forma de desqualificar um povo em detrimento de outro e essas representações formuladas subalternamente estão nas fontes informacionais inseridas nas bibliotecas e são invisibilizadas no meio acadêmico. Essa invisibilização se dá quando não é retratada a contribuição das/os sujeitas/os negras/os na organização e disseminação da informação por uma perspectiva afrodiaspórica.

Antes de tratarmos sobre o conceito de perspectiva afrodiaspórica convém, primeiramente, conceituar o termo

[18] Ver FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

diáspora, que compreende a formação dos povos africanos nas Américas. Nesse sentido, diáspora africana,

> [...] é a dispersão de africanos nas diversas regiões do mundo, ocasionada principalmente pelo tráfico atlântico. Indica um processo social e econômico, mas também cultural e político, na medida em que aponta para a recriação de identidades africanas nas Américas e em outras partes do mundo onde vivem africanos e seu descendentes (ALADRÉN, 2010, p. 70).

O Brasil é estruturalmente racista e essa ideologia está em todos os espaços e instituições e não é diferente nos espaços escolar e universitário. Portanto, a escola e a universidade também reproduzem práticas racistas que interferem na identidade da/o sujeita/o negra/o. Segundo Nilma Gomes (2002), a escola e a universidade são espaços que interferem no processo de construção de identidades que acontece de diversas maneiras por intermédio das interações.

> A idéia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu "eu", é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de

> maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra (GOMES, 2002, p. 39).

As identidades são construídas de uma maneira positiva ou negativa determinadas por diferentes fatores que fazem parte da sociedade. Nas relações sociais, a/o negra/o é classificada/o com fatores que influenciam negativamente na construção da sua identidade, tais como: a) no conteúdo sobre as culturas e histórias da população negra e a representação destes de forma estereotipada em livros, novelas, cinema e mídias; b) no tratamento desigual que inferioriza e invisibiliza a/o negra/o colocando-a/o como subordinada/o às elites e pertencentes a grupos vulneráveis social, educacional e economicamente; c) à ridicularização dos fenótipos, traços e trejeitos das/os negras/os; d) intolerância às expressões culturais e religiosas das populações negras. Nesse sentido, as práticas cotidianas no ambiente escolar/universitário moldadas na ideologia racial contribuíram para inferiorização da identidade negra e superiorização da identidade branca.

Stuart Hall (2016) afirma que foram criados estereótipos sobre negras/os que são representados e reforçados diariamente. Essa estereotipagem em torno da pessoa negra possui sua própria forma de trabalhar e maneiras com as quais encontra-se investida de poder. Esse determinado tipo de poder possui uma vertente de poder hegemônica e discursiva que opera por intermédio da produção de conhecimento, das imagens que são relacionadas à/ao negra/o e da representação desta/e na

sociedade (HALL, 2016). Esses seriam alguns dos fatores que interferem nas relações estabelecidas entre as/os sujeitas/os (seja branca/o ou negra/o), e na maneira de como elas/es se veem (GOMES, 2002).

Segundo Stuart Hall (2006), existem estratégias do regime racializado de representação da/o negra/o na sociedade, entre as quais destacamos a criação de imagens negativas para dominação da representação das populações afro. Hall propõe como resposta à esta estratégia, a substituição dessas imagens por outras positivadas. Assim, estaríamos celebrando e respeitando a diferença que existe entre as pessoas. As pessoas vistas em posições subordinadas seriam vistas em posições de poder, representadas em todos os setores da sociedade e trazendo representatividade para essas mulheres negras e esses homens negros. Essa reconstrução de uma identidade positiva visa à expansão dessas representações raciais de maneira a desafiar os estereótipos reducionistas criados ao longo dos séculos sobre as populações de origem africana (HALL, 2016).

O processo identitário se inicia desde o âmbito familiar, incluindo ramificações quando em contato com outras relações (GOMES, 2002). Nesse sentido, vale pensar e questionar, como a Biblioteconomia Afrodiaspórica pautada na afropespectividade ou afroperspectivista pode contribuir para que essa população seja representada de forma a proporcionar o fortalecimento da identidade e a permanência das/os negras/os nos espaços escolar/universitário?

Conforme Renato Noguera (2011, p. 147), o termo afroperspectivista tem um sentido simples que designa um "conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas". Pautada na filosofia

Ubuntu, uma maneira de viver sem os ditames colonialistas, "uma possibilidade de existir junto com outras pessoas de forma não egoísta, uma existência comunitária antirracista e policêntrica" (NOGUERA, 2011, p. 147).

Segundo Tshombe Miles (2017, p. 109), as/os afrodescendentes "têm tomado ideias africanas e formas afrodiaspóricas de política para organizar suas identidades e as formas políticas na diáspora africana", de modo a entender sua negritude e formar laços de solidariedade para o enfrentamento do racismo.

Abordado a partir do conceito raça, o racismo é considerado uma ideologia essencialista que cria crenças de uma "existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural" (MUNANGA, 2004, p. 18) que se perpetua ainda hoje no imaginário social.

Nesse sentido, com o intuito de combater o racismo, surgiram movimentos nos países francófonos de exaltação da identidade negra originada pela negritude. Segundo Lopes (2004, p. 472), a negritude é um,

> [...] neologismo surgido na língua francesa na década de 1930, para significar a circunstância de se pertencer a grandes coletividades africanas e afro-descendentes; a consciência de pertencer a essa coletividade e a atitude de reivindicar-se como tal; a estética projetada pelos artistas e intelectuais negros no continente de origem e na diáspora.

A população negra resiste às mazelas do racismo desde quando foram retiradas do Continente Africano, passando pelo período escravocrata e se organizando para sobreviver em um país estruturalmente racista. Segundo Sales Augusto dos Santos (2005), no pós-abolição a população negra não conseguiu sair das amarras do racismo que "passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros" (HASENBALG, 1979; SANTOS, 1997, apud SANTOS, 2005). As/os afro-brasileiras/os organizaram-se em movimentos que vão desde as sociedades recreativas, quilombos, irmandades, terreiros de candomblés, dentre outros[19].

Na organização enquanto Movimento negro, estas populações reivindicaram direitos e um desses foi, o direito à uma educação democrática que reconheça diferentes culturas, inclusive as culturas africanas e afro-brasileiras nas redes de ensino.

Um dos avanços que promoveu a inclusão da História do Negro e da África no ensino, foi a criação da Lei Federal nº 10.639/2003. Esta lei foi alterada pela Lei Federal nº 11.645/2008 e passou a estabelecer, além do ensino das Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras na educação brasileira, a Indígena. Uma das contribuições que a Lei 10.639/2003 trouxe foi permitir às/aos intelectuais negras/os que pudessem escrever sobre suas próprias histórias, literatura, conhecimento científico até outras formas de conhecimento (BRASIL, 2003).

Porém, conforme Santos (2005), esta lei ainda não é cem por cento implementada, visto que não basta somente sancionar

---

[19] MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

a lei, deve haver formação com base nas Culturas africanas e afro-brasileiras desde a base educacional.

Para ter uma implementação de forma satisfatória, é necessário que a demanda seja atendida de cima para baixo, ou seja, da formação superior para a formação básica. Nesse sentido, a Lei 10.639/03, por ser designada para atender a base do ensino, deve ser inserida na formação daquelas/es que irão formar futuras/os cidadãs/ãos, ou seja, no ambiente universitário com disciplinas que preparem as/os futuras/os docentes para inserirem as temáticas e contemplarem a diversidade étnico-racial presente no país. Além disso, permitir a essas/es profissionais entenderem o funcionamento da ideologia racista e da branquitude, de modo a construir estratégias de eliminação do racismo no ensino.

Em se tratando do ensino superior, em especial na Biblioteconomia, com foco na discussão por uma Biblioteconomia que atenda e represente também a população de origem africana, temos evidenciado por meios dos currículos que a representação das populações africana na Biblioteconomia ainda precisa muito avançar.

No Brasil, a construção do currículo dos cursos ainda visa ao mercado profissional, mas esquece do lado humano da profissão (SOUZA, 2009). Conforme estudo realizado em uma Universidade pública do sul do país, os docentes ainda desconhecem a Lei 10.639/03, bem como, não obtiveram formação para inserir a temática enquanto docentes (SILVA, 2016). Este estudo revelou ainda, que as/os docentes consideram as temáticas africanas e afro-brasileiras como importantes para a formação da/o bibliotecária/o, no entanto, muitas/os não inserem as temáticas dentro da maioria das disciplinas por não estarem

preparadas/os para trabalhar com ela (SILVA, 2016). Assim, a qualificação profissional docente para a inserção das temáticas é algo essencial para o estabelecimento de uma Biblioteconomia Afrodiaspórica. É necessária a desconstrução da perspectiva eurocentrada de ensino, bem como, a inserção de bibliografias de autoras/es negras/os brasileiras/os e estrangeiras/os nas disciplinas dos cursos são fundamentais para a construção de uma Biblioteconomia mais humana e representativa para todas/os.

3 O ENSINO NA BIBLIOTECONOMIA AFRODIASPÓRICA

A partir da fundamentação teórica apresentada, faremos a sugestão da inclusão de assuntos em algumas disciplinas dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. A intensão aqui, é mostrar como uma Biblioteconomia Afrodiaspórica pode ser introduzida dentro das disciplinas, em especial, aquelas que não tratam especificamente das culturas africanas e afro-brasileiras.

a) **Fundamentos da Biblioteconomia / Introdução à Biblioteconomia**: Nesta disciplina, pode ser inserida a *Black Librarianship* e seus principais autores, tais como, E. J. Josey, Clara S. Jones e Dorothy B. Porter, entre outros (SILVA; SALDANHA, 2018). Assim como, as obras de bibliotecárias/os afro-brasileiras/os.
Bibliografias recomendadas: "As Culturas Africanas e Afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social" (SILVA; SALDANHA, 2018), "O negro na Biblioteca: mediação

da informação para a identidade negra" (CARDOSO, 2015), "A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural" (AQUINO, 2008), "*The Black Librarian in America Revisited*" (JOSEY, 1994), "*Reflections on library service to the disadvantaged*" (JONES, 1974), "*What Black Librarians are Saying*" (JOSEY, 1972).

b) **Fundamentos da Organização do Conhecimento / Representação descritiva / Representação temática**: Introdução da discussão de teóricos que discutam as temáticas dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros dentro da Organização do Conhecimento.
Bibliografias recomendadas: "Cabeçalho de assuntos de estudos africanos e afro-brasileiros" (LIMA, 2016), "Tesauro afro-brasileiro: uso estratégico para organização e recuperação de informação" (LIMA, KROEFF, RIBEIRO JUNIOR, 2014), "Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negro" (AQUINO; SANTANA, 2013), "A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD" (MIRANDA, 2007), "Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia" (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006). Além disso, sugerimos as/os autoras/es: Márcio Ferreira da Silva e Mona Cleide Quirino da Silva Farias.

c) **Introdução ao Pensamento Filosófico e Científico**: Inserir discussões sobre Filosofia Africana, ética afroperspectivista e afrocentricidade.
Bibliografias recomendadas: "Uma Origem Africana da Filosofia: Mito Ou Realidade?" (ASANTE, 2014), "Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca" (GOMES, 2016), "Afrocentricidade" (ASANTE, 2016), "Ubuntu Como Modo de Existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista" (NOGUERA, 2012), "Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora" (NASCIMENTO, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar uma Biblioteconomia Afrodiaspórica é mais do que valorizar as temáticas relacionadas às/aos afrodescendentes, trata-se de formar profissionais para exercer a profissão de bibliotecária/o de uma forma mais humana, reflexiva e que promova o respeito à diversidade e aos saberes de populações historicamente oprimidas.

Esperamos que este capítulo tenha trazido reflexões a estudantes e docentes e que o modo de formar bibliotecárias/os para uma sociedade pluriétnica se torne uma meta a todos os cursos de Biblioteconomia brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALADRÉN, G. Tráfico de Escravos e Escravidão na América Portuguesa. **Cadernos Penesb**: Periódico do Programa de

Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira - FEUFF. Niterói, n. 12, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2GxKtk4>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AQUINO, M. de A. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

AQUINO, M. A.; SANTANA, V. A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negro. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-36, ago./dez. 2013.

ASANTE, M. K. Uma Origem Africana da Filosofia: Mito Ou Realidade? **Capoeira**: Revista de Humanidades e Letras, v. 1, n. 1, 2014.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade. Tradução Renato Nogueira Jr. **Afrocentricidade**: Espaço dedicado a reunir material sobre a afrocentricidade em português, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2KBtYpW>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CARDOSO, F. do C. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas (SP), v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ITAVFq>. Acesso em: 01 maio 2018.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JONES, C. S. ***Reflections on library service to the disadvantaged***. Chicago: A.L.A. *Office of Library Service to the Disadvantaged*, c1974.

JOSEY, E. J. ***What Black Librarians Are Saying***. Scarecrow Pr, 1972.

JOSEY, E. J. ***The Black Librarian in America Revisited***. Hardcover, 1994.

LIMA, G. dos S. **Cabeçalho de assuntos de estudos africanos e afro-brasileiros**. 111 f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Florianópolis, 2016.

LIMA, G. dos S.; KROEFF, M. S.; RIBEIRO JUNIOR, D. I. Tesauro afro-brasileiro: uso estratégico para organização e recuperação de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 15, 27-31 outubro 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**. Niterói; EdUFF, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2tdEOMY>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MILES, T. Abdias Nascimento e a Tradição Intelectual. **Afrodiaspórica**: no Combate ao Racismo Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 106-136, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IxD36i>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MIRANDA, M. L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 28-31 outubro 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2007.

NASCIMENTO, E. N. (Org.). **Afrocentricidade**: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUERA, R. Ubuntu Como Modo de Existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 6, nov. 2011/fev. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2IzIgGX>. Acesso em: 04 mar. 2018.

PEREIRA, A. A. P. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

RASCKE, K. L. **Irmandades Negras**: memórias da diáspora no sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2016.

SANTOS, S. A. dos. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista**:

caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, F. C. G. da. **A inserção da temática Africana e Afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, F. C. G. da; SALDANHA, G. S. As Culturas Africanas e Afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social. In: SPUDEIT, D.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. de S. L.; DAVID, J. G. (Org.). **Formação e Atuação Política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

DESCOLONIZANDO O FAZER BIBLIOTECÁRIO: UMA AÇÃO URGENTE E NECESSÁRIA

Dávila Maria Feitosa da Silva

Erinaldo Dias Valério

1 INTRODUÇÃO

Este texto propõe repensar as formas de como as atividades biblioteconômicas são realizadas, refletindo sobre a descolonização do saber, e como essa prática pode contribuir para a valoração da diversidade humana, social, cultural, científica e intelectual. Essa discussão foi iniciada como palestra no XL Encontro Nacional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (ENEBD), realizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em junho de 2017, onde trouxe para os autores, o estímulo de estender a discussão.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a atuação profissional da/o bibliotecária/o e a prática de descolonização de seus serviços por alinhar-se com o pensamento de que o fazer profissional deve estar alinhado com a realidade nacional, levando em consideração o contexto sócio-político e cultural das/os usuárias/os. "A biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade: ela é uma instituição social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento" (CARDOSO; NÓBREGA, 2011, p. 13).

A proposta deste trabalho é causar inquietações acerca da responsabilidade da/o bibliotecária/o para com as questões étnico-raciais na perspectiva de sua atuação profissional. Sabe-se que no Brasil mais da metade da população é negra, como também, historicamente o país possui uma imensurável dívida para com a história e cultura africana e afro-brasileira que, por muito tempo, esteve invisibilizada na historiografia oficial. O método utilizado no texto foi o bibliográfico, o qual exige da/o pesquisadora/o uma busca teórica permanente.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

Neste sentido, este trabalho foi embasado por artigos científicos e livros sobre a trajetória de luta dos movimentos negros no Brasil em prol da educação, sobre o percurso da Biblioteconomia no Brasil e, ainda, sobre a descolonização do saber.

Com isso, traz à reflexão a educação das relações étnico-raciais e a luta dos movimentos negros para sua efetivação em paralelo à prática biblioteconômica no Brasil, levando em consideração a trajetória da Biblioteconomia no país, suas influências e desenvolvimento. Para uma melhor apresentação, foi abordada, primeiramente, a educação das relações raciais no Brasil; em seguida, a trajetória do ensino de Biblioteconomia no

país; após, sobre a descolonização do saber e da prática bibliotecária; e por fim, as considerações finais.

2 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS

Quando se pensa em educação das relações raciais, de imediato destaca-se a Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), incluindo dois artigos, a saber: o artigo 26A, que inclui o estudo da história da África e dos africanos, a participação do negro na formação da sociedade brasileira, a luta dos negros no Brasil e participação destes povos na construção política, social e econômica no país; e o artigo 79B, que inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 1996, 2003).

A Lei 10.639/03 pode ser considerada uma conquista das muitas lutas dos movimentos negros no Brasil. Nessa perspectiva, é traçado uma breve explanação da atuação dos movimentos negros em prol da educação das relações raciais. Os movimentos negros brasileiros têm papel principal na politização e emancipação do que se compreende hoje como raça. Termo esse entendido como elemento de identidade racial (negra), de reivindicação e mobilização de direitos.

Petrônio Domingues (2007) traz apontamentos históricos sobre a trajetória do movimento negro organizado de 1989 até 2000, onde demonstra as muitas ações e os diversos obstáculos nesse percurso. Aqui é apresentado de forma precisa, com início no ano de 1931, o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB).

A Lei áurea se configurou como o fim da escravidão no Brasil e foi sancionada em 13 de maio de 1888. No entanto, a

população negra[20] não se livrou da marginalidade, discriminação racial, inferioridade que naquele período era entendida a partir do viés cultural e biológico defendido por intelectuais e propagados pela imprensa. Desse modo, não houve libertação em termos de direitos. A formação de Associações Negras foi um dos mecanismos criados pela população negra para reivindicar direitos, acompanhados pela imprensa negra.

A FNB tinha como principal bandeira a educação da população negra. Para ela, a educação iria retirar a população negra da subalternidade por acreditar que a discriminação contra negras/as no pós-abolição era herança do período escravocrata que havia debilitado a capacidade intelectual dessa população. Os jornais da imprensa negra também faziam o trabalho de incentivar a população negra a procurar a educação formal, como também de denúncia de escolas que vetavam a matrícula a negros e negras.

Segundo Domingues (2008), as escolas criadas pelos próprios negros foram também uma desafronta dessa população às descriminações sofridas advindas da rede de ensino. A FNB atuou de maneira intensa na perspectiva educacional. "O conceito de educação articulado pela entidade era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo" (DOMINGUES, 2008, p. 07).

Foi grande a repercussão causada entre a população negra no interior do estado de São Paulo, como em outros estados, por

[20] O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalha com o quesito cor, de acordo com as categorias: preto, pardo, branco, amarelo e indígena; a população negra é o somatório de pretos e pardos.

exemplo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo, onde foram formadas delegações. A FNB era organizada de forma hierárquica com presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretaria. "No tocante à origem social, a maior parte dos afiliados de base da FNB tinha origem humilde: funcionários públicos, trabalhadores de cargos subalternos e de serviços braçais" (DOMINGUES, 2008, p. 06). Eram realizadas ações beneficentes para arrecadação de dinheiro para a compra de materiais.

A atuação da entidade tinha considerada expansão que até chegou ao conhecimento do então presidente Getúlio Vargas, conseguindo alcançar alguns avanços no campo dos direitos civis. "As experiências educacionais da FNB consolidaram-se com as nomeações de professoras por parte do estado" (DOMINGUES, 2008, p. 08). Desse modo, a escola passou a ser inspecionada periodicamente pela Secretaria de Educação e Saúde do Estado de São Paulo. É importante ressaltar e apresentar aqui a preocupação da FNB para com a inserção da história do negro na educação e também na organização de bibliotecas. Essa atuação educacional se espalhou, não ficou centralizada à cidade de São Paulo. Além do aparato educacional, a entidade oferecia serviços médicos e jurídico-social.

O engajamento da FNB levou-os a um nível de representação nacional e, consequentemente, política e partidária. "Em 1936, depois de um longo processo de articulação e pressão política, a ideia tornou-se realidade: o Tribunal Superior de Justiça permitiu o registro do partido da Frente Negra Brasileira" (DOMINGUES, 2008 p. 17). No entanto, não foi possível chegar a participar das eleições, pois em 1937 foi

instaurada a Ditadura do Estado Novo, onde todos os partidos políticos foram extintos, inclusive a FNB.

A FNB se desenvolveu com o intento de viabilizar a integração das/os negras/os na sociedade, por acreditar que a educação era o veículo principal para retirar a população negra da situação de miserabilidade econômica, social, cultural e intelectual. A entidade atuou de diversas formas, ofereceu cursos de alfabetização, formação social, curso de alfabetização de jovens e adultos. Também teve relevante atuação no que tange aos conteúdos escolares racistas e excludentes de maneira ainda que embrionária, diferentemente da que é discutida hoje.

O Estado Novo permaneceu vigente até 1945. Foram anos marcados por grande repressão política advinda do Estado. Após esse período o Movimento Negro reaparece como a União dos Homens de Cor (UCH ou Uagacê), fundada em Porto Alegre, em janeiro de 1943. A UHC tinha representantes em Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Paraná.

Tinha como intento promover o nível intelectual e econômico das pessoas de cor.

> No início da década de 50, representantes da UHC foram recebidos em audiência pelo então Presidente Getúlio Vargas, ocasião em que lhe foi apresentada uma série de reivindicações a favor da 'população de cor' (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Integrantes da UHC tiveram destaque político atuando como deputados federais, como foi o caso José Bernardo da Silva, no Rio de Janeiro.

Outro movimento importante da época foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, no Rio de Janeiro. Abdias do Nascimento, fundador do TEN, discorre sobre sua criação impulsionada pelo não protagonismo dos povos negros no teatro, indagação surgida após assistir ao espetáculo *O Imperador Jones*, no Teatro Municipal de Lima, no Peru. O que Abdias relata ter visto é o que se chama hoje de *blackface*.[21] Um personagem negro representado por um branco pintado de negro. Destarte, o autor voltou seus olhos para o Brasil, o país da "democracia racial". No entanto, "Intérprete negro só se utilizava para imprimir certa cor local ao cenário, em papéis ridículos, brejeiros e de conotações pejorativas" (NASCIMENTO, 2004, p. 209).

Através da educação, da cultura e da arte trabalhava o TEN, além de tencionar valores humanísticos e culturais africanos, que foram invisibilizados, preteridos e negados. "A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos" (NASCIMENTO, 2004, p. 211). Não tinha perfil acadêmico e também não era interesse do movimento em estabelecer-se enquanto tal.

O TEN produziu, encenou, apresentou, criou literatura dramática negro-brasileira, organizou fóruns, debates contra o racismo. O movimento acreditava que era preciso atuar dentro e fora do teatro, para assim, haver expansão de uma visão

[21] É o nome dado para caracterização de personagens do teatro com estereótipos racistas atribuídos aos negros. *Blackface* – rosto negro em português.

diferenciada no comportamento, no entendimento. Com isso organizou o Comitê Democrático Afro-brasileiro, que atuava no viés político de resgate e reivindicação de ações para a qualidade de vida da população negra. Realizou outros eventos como exemplo: I Congresso do Negro Brasileiro, Concurso do Cristo Negro, Concursos de beleza Rainha das Mulatas e Boneca de Pixe.

Muitas foram as ações no período em que se manteve ativo. Nomes negros importantes na dramaturgia surgiram a partir dele como Ruth de Sousa, Léa Garcia e Haroldo Costa. Domingues (2007) classifica o período em que o UHC e o TEN estiveram ativos como segunda etapa do movimento negro. Pode-se afirmar que neste ínterim não havia apenas esses dois grupos que estavam à frente da luta contra o racismo.

> Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional (DOMINGUES, 2007, p. 110).

Sem dúvida, os Movimentos Negros, de acordo com seus campos de atuação, contexto político, econômico e social, atuaram e atuam na perspectiva educacional de se obter o lugar de protagonismo da população negra, sair desse abismo que é a condição social desses povos nos diversos âmbitos de suas vidas.

A educação é como se fosse a ponta de uma corda que se tenta agarrar como meio de pegar impulso para alcançar outros espaços.

A Ditadura Militar inibiu e desarticulou a luta política dos negros, obviamente que, temporariamente. Somente no final da década de 1970 acontece a reorganização política contra o racismo, período de ascensão dos movimentos populares, sindicais e estudantis que atuavam de forma tímida e iniciante.

Em 1978, a partir de reuniões e articulações, foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Logo depois, o nome foi substituído por Movimento Negro Unificado. Apenas no ano de 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), que surge com influências da luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses, tendo como protagonistas Martin Luther King e Malcolm X. Foi um período que esteve em discussão que a luta antirracista devia estar ligada com a luta anticapitalista. Alguns grupos de militância negra acreditavam que o capitalismo se amparava ao racismo.

> No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações "mínimas": desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização dos sindicatos e partidos; luta pela introdução da História

> da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares (DOMINGUES, 2007, p. 114).

A criação do MNU foi um salto importante na luta dos negros no país, e um dos seus objetivos era fortificar o movimento politicamente. Destarte, ressignificou o termo negro, dando-o um sentindo positivo. "Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo "homem de cor", por sua vez, foi praticamente proscrito" (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Naquele momento, o movimento negro intensificou o enfrentamento no campo educacional, nas questões dos conteúdos dos livros didáticos, na qualificação dos docentes em trabalhar uma pedagogia inclusiva e antirracista, reflexão e reformulação do papel dos povos negros na história do Brasil. "Portanto, não bastaria mais se educar, era preciso discutir a educação e como ela atuava (atua) no reforço das práticas discriminatórias" (LUCINDO, 2014, p. 68). Ou seja, era preciso compreender as causas de que a população negra não estava inserida no sistema educacional e quais ações tomar para a erradicação de tal problema.

Após diversas ações, manifestações e eventos, começa-se a discutir sobre políticas de ações afirmativas, notadamente, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quem assinou uma declaração admitindo a existência do racismo e suas consequências, e o compromisso de combater a discriminação racial. Ressaltando que em 1983 já era discutido políticas de ações afirmativas para a população negra brasileiras, Abdias do Nascimento, deputado federal daquele período apresentou

Projeto de Lei nº 1332, que objetivava criar mecanismos de compensação à discriminação racial. "Tal projeto não foi aceito, assim como outros feitos por ele, objetivando colocar em evidência a cultura e a história afro-brasileira, bem como a existência do racismo" (LUCINDO, 2014, p. 69).

Em 2001, foi realizada a III Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, África do Sul. Esse encontro foi fundamental para o debate das relações raciais no Brasil e impulsionou a criação da Lei 10.639/03 citada no início desta seção. "A Lei Federal 10.639/03 legitima a luta por direitos e por uma história não eurocêntrica, que sempre esteve pautada na figura de grandes heróis brancos" (CARDOSO; RASCKE, 2014, p. 23). Discutir tais questões pode possibilitar relações antirracistas e respeitosas em que as crianças negras possam se sentir inseridas e representadas é uma atividade complexa devido ao discurso marcado no mito da democracia racial.

Quando na sala de aula um caso de racismo é ignorado ou minimizado pela/o docente tendo como justificativa "somos todos iguais", miscigenadas/os, o que acontece é um reforço para o pensamento e práticas racistas permanecerem. São 14 anos da promulgação da Lei 10.639/03 e ainda há muito por avançar. Cardoso e Rascke (2014) apontam para a necessidade de ampliar as ações para efetivação da Lei para além do âmbito escolar e da gestão educacional, valorizar a cultura africana e afro-brasileira não somente no mês de novembro, posto o mês da consciência negra.

Acredita-se que a educação das relações raciais tem um papel para além de apresentar a contribuição das/os negras/os à sociedade brasileira, mas, entender que os povos negros

escravizados e seus descendentes são sujeitos responsáveis pela construção social, cultural e econômica do Brasil.

> Além disso, história e cultura afro-brasileira e africana devem ser pensadas em suas dinâmicas, disputas, vivências, em todas as dimensões da vida, muito mais do que restringir à participação na música, na dança, na culinária, etc. Não que estas dimensões não devem ser consideradas, mas necessitamos ir além, discutir arranjos políticos, conhecer os diferentes povos, suas tecnologias, suas artes, de forma a não homogeneizá-la (CARDOSO; RASCKE, 2014, p. 25).

As reivindicações para uma educação antirracista são históricas e continuam sendo bandeiras dos movimentos negros até hoje. Os avanços acontecem paulatinamente e, insistentemente, cobra-se para que uma educação das relações raciais seja firmada e que atue em plenitude.

Para compreender a proposta desse trabalho foi necessário discorrer sobre o movimento negro e educação das relações raciais; foi o que esta seção se propôs. A seção seguinte aborda a trajetória da Biblioteconomia no Brasil, suas influências e importância na sociedade brasileira.

3 A TRAJETÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Trazer um breve resgate histórico do ensino da Biblioteconomia no Brasil é importante para entender em qual

contexto essa profissão iniciou, quais foram as influências, para assim compreender a participação na perpetuação do racismo e como pode atuar para o seu combate. É uma questão que poderá levantar críticas dos grandes intelectuais da área, todavia, este é um dos objetivos do trabalho, estimular críticas, reflexões, produções e novas possibilidades de atuação no fazer da/o bibliotecária/o. Com o entendimento de que é uma profissão ligada às Ciências Sociais e Humanas, tem por obrigação estar atenta às demandas sociais, como o racismo.

Através do Decreto nº 8.835 de 11 de julho de 1911, foi criado o primeiro curso de Biblioteconomia oferecido pela Biblioteca Nacional (BN), compelido por interesses e exigências institucionais. As aulas eram ministradas pelos diretores de cada seção; no caso, eram quatro. As disciplinas eram: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática. No entanto, a primeira turma só teve início em 1915.

Para se candidatar à vaga, os interessados deviam ter conhecimento nos campos das Artes, Humanidades, Línguas e Ciências, isso porque o curso seguia o modelo da escola francesa, *École Nacionale des Chartes*. Os anos seguintes foram marcados por uma relevante evasão. "No ano de 1916 matricularam seis alunos, todos funcionários da casa, entretanto, só dois deles concluíram o curso. Em 1917 dos cinco alunos matriculados somente um concluiu" (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 15). Em 1922, o curso foi extinto, sendo reaberto em 1931, com o acréscimo de duas disciplinas, a saber, História Literária e Cartografia, e com duração de dois anos.

Já em 1944, o curso passou por uma reforma através do Decreto nº 6.440 de 27 de abril, sob a direção de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. Destarte, o ensino se dividiu em

três níveis, foram eles: Curso fundamental de Biblioteconomia (C.F.B), Curso superior de Biblioteconomia (C.S.B) e Cursos Avulsos (C.A). Os cursos da Biblioteca Nacional passaram por outra reforma por meio do Decreto nº 550 de 1 de fevereiro de 1962, onde foram inclusas outras disciplinas e determinada uma duração de três anos para o curso.

A influência Norte-Americana se sobressaiu à influência francesa, que tinha um caráter mais humanístico. Tal mudança veio a partir do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), "que exigia um profissional apto a organizar e administrar qualquer tipo de biblioteca, como já vinha ocorrendo em São Paulo, nos anos 30" (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 17). A influência Norte-Americana inseriu-se sobre a cultura brasileira em alguns aspectos, sobretudo, o modo de conduzir a ciência e sobre o ensino de Biblioteconomia. Em 1870, o *Mackenzie College* utilizava a pedagogia americana no seu ensino.

Com o intuito de reorganizar a biblioteca, foi promovida a vinda da bibliotecária americana, Dorothy Muriel Gedds Gropp. Em 1931, a bibliotecária do *Mackenzie College*, Adelpha Figueiredo Rodrigues, vai aos Estados Unidos estudar Biblioteconomia e, após retornar, ela dá continuidade aos trabalhos iniciados por Dorothy.

Com o encerramento do curso do Mackenzie é criado no seguinte ano o curso do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como diretores Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo. Entretanto, em 1939, o curso é fechado por ordem do Prefeito Francisco Prestes Maia, por não reconhecer efetividade. Com isso, no ano seguinte o curso passa

a ser na Escola Livre de Sociologia e Prática, onde se estabeleceu e se expandiu.

Na década de 1960, surge a necessidade de padronizar o ensino de Biblioteconomia. Dessa maneira, a Federação Brasileira de Associações, junto ao Conselho Federal de Educação, conquistou instaurar o currículo mínimo em 16 de dezembro de 1962. Depois de algumas alterações da declaração preliminar, as disciplinas que compuseram o currículo era:

> História do livro e das bibliotecas, História da literatura, História da arte, Introdução os estudos históricos e sociais, Evolução do pensamento filosófico e científico, Organização e Administração de bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e paleografia (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 18).

A proposta de inserir disciplinas humanísticas no currículo era a de suprir a carência do ensino médio, visando uma capacitação cultural para a/o bibliotecária/o ainda no curso de graduação. No entanto, o currículo estabelecido tinha um viés fortemente profissional. "Este currículo objetivava, entre outras questões, atender às necessidades do 'mercado biblioteconômico ascendente', ao aumento da população brasileira que requeria organização e controle (...)" (CASTRO, 2000, p. 208).

Com o passar dos anos, as atividades técnicas realizadas manualmente e ou datilografada passaram a ser feitas pelo computador. Os cursos de Biblioteconomia cresceram quantitativamente, mas ainda não supriam as necessidades,

naquela época, onde "para cada três bibliotecas existia apenas um bibliotecário diplomado" (CASTRO, 2000, p. 212).

Atualmente o curso de Biblioteconomia está presente nas cinco regiões brasileiras. Dados fornecidos por Nascimento e Martins (2017) apontam que 44 cursos são ofertados no Brasil, sendo que seis são por instituições particulares e 38 por instituições públicas, sendo três desses últimos à distância. Com esse apanhado histórico sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil, é possível afirmar que em 106 anos do primeiro curso instalado no país a expansão foi significativa. E nesta perspectiva é importante pensar a prática biblioteconômica na contemporaneidade.

A sociedade é reconhecida como sociedade da informação, em que as tecnologias estão presentes no cotidiano dos indivíduos que reverbera na necessidade de informação sobre diversos temas. Isto posto, pensar a descolonialidade do saber com o olhar voltado para a Biblioteconomia é uma necessidade a qual a área está em falta desde sua criação.

4 DESCOLONIZAÇÃO DO SABER E DA PRÁTICA BIBLIOTECÁRIA

Nesta seção, que para os autores é uma contribuição importante para as leitoras e leitores que compartilham da formação em Biblioteconomia, por entender que esta profissão transcende os aspectos postos e firmados historicamente como estáticos, inertes. Decerto, pensa-se ser muita pretensão considerar mudanças em aspectos muito bem firmados e repassados nesta perspectiva de imobilidade. E de fato é, por acreditar que repensar novas possibilidades de atuação é

concebível. Para tanto, discorrer sobre colonialidade do saber é um passo fundamental para compreender novas vicissitudes.

O processo educativo nacional habitualmente se baseia na história, em mitos e lendas. Historicamente, a representação da/o negra/o no livro didático como inferior intelectualmente, feio, submisso e escravo, certamente foi e ainda é o estereótipo designado à população negra. Isso explanado, remete ao que Chimamanda Ngozi Adichie (2009) denomina de "o perigo da história única", ou o que Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 76) aborda sobre a representação da identidade e da diferença que atua sobre níveis de hierarquizações e classificações. O que acaba por relacionar identidade e diferença a sistemas de poder.

> Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta como campo da identidade e da diferença (SILVA, 2000, p. 76).

Discurso hegemônico é o que exclui o que não está dentro do padrão determinado. O conceito de cultura, corroborado ao pensamento de Stuart Hall (2006), é entendido como um conjunto de práticas significantes, ou seja, são costumes que influenciam o modo de um grupo, que organiza a vivência em sociedade. Quando se pensa cultura e a produção de conhecimento e autoimagem, fala-se sobre valores e desvalorizações de saberes, o que se pode dizer de privilégio epistemológico.

Há quem fale sobre a constituição do mundo moderno - com início no século XV - e a cientificidade em detrimento aos conhecimentos dos povos conquistados, seus saberes práticos e locais. O Colonialismo político, também foi colonialismo epistemológico. Esse, se perpetuou e resistiu ao fim do Colonialismo político. Ou seja, a hegemonia do conhecimento colocou a cultura e os saberes dos colonizados à margem, invisibilizados, tidos como inteligíveis (SANTOS; MENESES; NUNES, 2006, p. 19).

É a partir do entendimento da relação de conhecimento e poder que uma grande massa de diversidade cultural foi desqualificada; entre essas culturas estão a africana e afro-brasileira. Logo, as práticas educacionais e dos fazeres profissionais estão alicerçados na colonialidade do saber. Portanto, é pensada aqui a descolonização do fazer bibliotecário, por entender que há viabilidade de romper ao que está estabelecido nesta profissão.

A Biblioteconomia, na contemporaneidade, é tratada como um campo que caminha lado a lado com a Ciência da Informação, mesmo com as divergências que as separam e as caracterizam em suas individualidades. Neste sentido, a literatura vigente que aborda o viés social da área, não examina as reflexões no seu sentido mais profundo e problematizador.

Abordar e reproduzir sobre a responsabilidade social da biblioteca para muitos é o suficiente. Não obstante, discutir sobre cultura africana e afro-brasileira é também falar sobre todas as questões que lhe são inerentes, como o racismo. Tratando da Biblioteconomia, suas técnicas, especificidades e serviços é necessário questionar até que ponto ela colabora para a manutenção do racismo e como combatê-lo.

Como ponto inicial de análise, pensa-se os métodos de classificação que surgem na perspectiva de organizar, classificar os conhecimentos para obtenção de sua recuperação para disseminação. Nesta acepção, é importante ressaltar o que Baçã (2016, p. 02) aborda sobre as classificações, notadamente, a Classificação Decimal Universal (CDU), onde ela afirma que a "CDU não consegue comportar as religiões brasileiras. Assim, o Candomblé, o Daime, a Umbanda e o Xamanismo são geralmente alocadas em partes diferentes das bibliotecas, em ocultismo". Este fato pode ser comparado ao que Boaventura (2006) fala sobre a determinação do que é ciência e o que não é.

Outro fator é o estudo de usuários que é um método importante de conhecer a comunidade e as necessidades informacionais que carregam, a fim de oferecer materiais informacionais e serviços para saná-las. A biblioteca comunitária que, por via de regra, atende a comunidades abastadas e, consequentemente, negras, podem/devem abordar temas pertinentes como saúde da população negra, genocídio da população negra, solidão da mulher negra, racismo e formas de combates na infância, poesia negra, literatura negra, cinema negro, entre tantos.

Bibliotecas públicas também precisam atentar para tais questões. Também as bibliotecas escolares têm a responsabilidade de considerar as populações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e a comunidade negra que, majoritariamente, abandonam os estudos devido às violências sofridas no ambiente educacional institucional e fora dele.

Outro trabalho específico da Biblioteconomia é a política de seleção, que consiste na escolha dos materiais que farão parte

do acervo. Selecionar autores e autoras negras para compor o acervo de suas bibliotecas, apresentar ícones negros e negras das diversas áreas a partir das ações culturais da biblioteca, tendo em vista não apenas a culminância em datas comemorativas. É dever da biblioteca dar acesso à informação à população, procurar contribuir a partir de seus serviços e atividades com a colonialidade do saber que afeta fortemente as populações vulneráveis como são os LGBT´s, Indígenas, Negros e Negras, Quilombolas e todas as comunidades tradicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto, os Movimentos Negros lutam para a descolonização do saber desde muitos anos. As reivindicações em torno da inserção da temática africana e afro-brasileira nos currículos escolares é um dos inúmeros mecanismos dessa batalha que ainda continua fortemente nas pautas dos Movimentos Negros. Apesar de algumas conquistas, as mesmas acontecem paulatinamente, sendo urgentes e necessárias para a sociedade negra que sofre com o genocídio de sua população, tão quanto o genocídio epistemológico.

A trajetória da Biblioteconomia no Brasil não foge às regras de outras profissões atingidas pelo discurso hegemônico corroborado a partir de suas práticas, fazeres e conceitos. Ressaltando que, apesar do seu viés social, ainda é pouco mencionado sobre como ela pode contribuir com a luta antirracista e menor ainda como ela foi colonizada para exercer práticas excludentes dentro da cultura de valores de conhecimento e poder, entre a representação da identidade e da

diferença, e suas hierarquizações e classificações como Stuart Hall coloca.

Portanto, muitos dos fazeres profissionais da Biblioteconomia corroboram com a dinâmica hegemônica de exclusão determinada pela colonialidade do saber. No entanto, é possível a/o bibliotecária/o, a partir dos seus conhecimentos, aderir alternativas que possam ir ao combate. Pensando os sistemas de classificações de bibliotecas firmados em seus complexos conceitos e determinações, pode-se pensar alternativas de classificações e organizações que incluam as temáticas que o sistema de classificação não abrange. Como também ter atitude para com as necessidades informacionais de seus usuários, instigar a curiosidade desses em se inteirar sobre história e cultura das diversas comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais; disseminar, disponibilizar e trabalhar assuntos pertinentes às suas realidades sociais; dispor de literatura marginal ou poesia marginal, que é uma produção literária surgida na década de 1970, que foge dos padrões coloquiais da língua, e é uma arte produzida por ativistas que dão voz à população periférica através da poesia. Ou seja, conhecer a comunidade em sua plenitude e atender suas necessidades reais a partir da informação e do conhecimento.

Descolonizar o fazer da Biblioteconomia é uma necessidade urgente e necessária. Voltar a produção cientifica da Biblioteconomia para essas questões é essencial para que haja mudanças significativas na área, nos cursos de graduação e de pós-graduação, e nos fazeres da/o bibliotecária/o a fim de ser mais um aliado às questões raciais, preservando, disseminando, armazenando, organizando e descolonizando o saber.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. 2009, 18min, son, color. Disponível em: <https://goo.gl/qgtEi4>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BAÇÃ, Dandara. Desculpa, eu não te vi: problematizando a invisibilidade dos meus pares raciais na biblioteconomia. **Revista Biblioo**. Disponível em: <https://goo.gl/wgbrnx>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. LEI n º 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Gonçalves da. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011. Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leandro. **Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos**: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. Florianópolis: DIOESC, 2014.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente negra brasileira (1931 – 1937) e a questão da educação. **Revista de Educação**, v. 13, n. 39, setembro/dezembro, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Staurt. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LUCINDO. Willian Robson Soares. **Histórico do Movimento Negro no Brasil, luta e resistência da militância às políticas de ação afirmativas, a declaração de Durban até a lei 10.639/03:** a dívida social do Brasil com a população negra após o 13 de maio. Disponível em: <https://goo.gl/r6E7VA>. Acesso em: 10 fev. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados,** v. 18, n. 50, 2004.

NASCIMENTO, Maria Vanessa do; MARTINS, Gracy Kelli. A trajetória das escolas de biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. esp., p. 37-54, 2. sem. 2017.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabreille Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino de biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G; NUNES, João Arriscado. Conhecimento e transformação social:

por uma ecologia de saberes. **Hélia**: Revista de Direito Ambiental da Amazônia, ano 4, n. 6, p. 11-103, jan./jun. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NO BRASIL: BASE TEÓRICA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Graziela dos Santos Lima

Paulino de Jesus Francisco Cardoso

Karla Leandro Rascke

1 INTRODUÇÃO

Caracterizar um domínio para aplicação de um instrumento de indexação constitui-se na primeira tarefa de um projeto de elaboração de uma linguagem documentária (REJOWSKI; KOBASHI, 2011, p. 586). O objetivo do presente trabalho é identificar em qual domínio acontece a produção do conhecimento no campo de estudos africanos e da diáspora. Segundo Thellefsen e Thellefsen (2004), trata-se de uma área de conhecimento delimitada tanto no contexto profissional quanto no científico, de modo a identificar características específicas de uma comunidade discursiva.

O presente artigo compõe reflexões encaminhadas a partir de pesquisa realizada no programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidade de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina, intitulada *Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros*, trabalho com base em fontes informacionais do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado

de Santa Catarina (NEAB/UDESC) e no periódico (revista) da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as (ABPN).

Neste intento, projetar a área de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros implica conhecer as informações publicadas por meio de pesquisadoras/es negras/os e antirracistas, vinculadas/os às universidades ou oriundas/os delas, componentes e/ou associadas/os aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Centros de Estudos Africanos e às associações, em especial, à ABPN.[22]

Com a demanda do movimento social, em especial do movimento negro, e pelas reivindicações de políticas públicas de promoção de igualdade racial e introdução da História da África e História do Negro no Brasil nos currículos escolares, o campo dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros tem ampliado significativamente, de modo a produzir conteúdos sobre a população afro-brasileira, enfrentando o caráter epistemicida[23]

---

[22] Atualmente, a Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN) possui 123 núcleos vinculados a universidades brasileiras. Nesse sentido, as instituições de ensino superior, em especial as universidades públicas brasileiras, têm um papel fundamental, acolhendo demandas a partir da produção de conhecimento que tem sustentado as reivindicações dos afrodescendentes por justiça e igualdade. O resultado é uma considerável produção de publicações, na forma de trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos.

[23] Baseado no pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1997), a palavra epistemicida vem do termo epistemicídio e quer dizer exclusão de outros saberes em detrimento de um considerado ideal, único ou melhor. O "epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial,

da ciência que, desde sua emergência como produtora "da verdade", no século XIX, invisibiliza ou reconstrói de forma estereotipada os saberes da diáspora africana nas Américas.

Assim, quanto ao tema das produções científicas relacionadas aos Estudos Africanos e Afro-brasileiros, observam-se diferentes contextos históricos em relação à história e cultura africana e afro-brasileira.

2 A PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES

As primeiras publicações científicas no Brasil envolvendo temas relacionados às populações de origem africana, dentro de um vasto campo de conhecimento, compõem uma abordagem pautada nos estudos de precursores como Raimundo Nina Rodrigues, Manuel Quirino e Oliveira Viana, associada à própria construção das instituições de ensino superior no Brasil, tradição de intelectuais preocupados com as relações raciais e suas tensões em território brasileiro. Depois, entre aqueles que focaram na cultura, considerados intérpretes, destacam-se Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, o primeiro criador e os demais difusores, respectivamente, do "mito da democracia racial" brasileira[24] (GUIMARÃES, 1999).

---

pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento" (CARNEIRO, 2005, p. 96).

[24] A democracia racial serviu, e ainda serve, como abordagem ideológica para negar as desigualdades raciais existentes no Brasil (GUIMARÃES, 1999).

Houve um terceiro grupo de pesquisadores, críticos à democracia racial, destacando-se Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianny (DOMINGUES, 2007). Para dimensionar a natureza das relações entre negros e brancos no Brasil, esses pesquisadores identificaram o racismo como raiz das desigualdades entre essas duas populações. Para eles, a abolição da escravatura constituiu-se numa revolução burguesa ao substituir o escravismo pela organização do trabalho do mercado livre. Vale lembrar que esses pesquisadores foram os primeiros a considerar os posicionamentos dos intelectuais negros, especialmente, na cidade de São Paulo.

Em um quarto momento, percebe-se grupos de pesquisadoras/es negras/os com outras perspectivas, articuladas à trajetória dos diversos Movimentos Negros na década de 1970, tendo como foco a desconstrução de visões estereotipadas nas publicações dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Muitas dessas publicações ganharam visibilidade com a criação de Centros de Estudos, Associações Negras e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e correlatos, vinculados às instituições de ensino superior, bem como os eventos científicos realizados no campo. Ainda, essas publicações originaram, fortaleceram, e fortalecem atualmente, o campo dos Estudos Africanos e dos Afro-Brasileiros.

Organizações vinculadas às universidades, como Centros de Estudos Africanos e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, também contribuíram para o crescimento das publicações. O primeiro Centro de Estudos Africanos foi criado no Brasil em 1959, denominado Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Depois,

surgiu em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Asiáticos, transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1971, vinculado à Universidade Cândido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro. E, em 1963, surgiu o Centro de Estudos Africanos no Brasil (CEA) integrante da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Com o surgimento dos Centros de Estudos Africanos no Brasil, institucionalizou-se o campo de estudos afros com produções de dissertações, teses e livros sobre África. Lembrando que os Centros de Estudos Africanos foram criados a partir de pesquisadores pioneiros estudiosos de África, formados, em especial, fora do Brasil (PEREIRA, 2008, p. 284). O primeiro a surgir foi o Centro de Estudos Africanos (CEAO) em Salvador, Bahia, em 1944, com um número expressivo de pesquisadores, tendo como primeiro diretor o Prof. Agostinho da Silva. As pesquisas pautaram os terreiros de Candomblé de Ketu, tornando-os referências nagocêntricas (PEREIRA, 2008, p. 284). Segundo Schlickmann (2015, p. 37),

> Em razão da influência dos terreiros de candomblé, surgiram no CEAO diversas pesquisas com foco religioso nagocêntrico e também cursos de língua iorubá. A instituição foi também pioneira na intermediação da cooperação do Brasil com África, enviando pesquisadores e recebendo alunos africanos no primeiro programa deste estilo criado pelo governo federal na gestão de Jânio Quadros (1961).

Em 1965, foi fundado o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo (USP), por Fernando Augusto Albuquerque Mourão e Ruy Galvão de Andrade Coelho. Nesse período, o CEA era chamado de Centro de Estudos e Cultura Africana e, quando se tornou interdisciplinar, ampliando-se para outras áreas do conhecimento, começou a ser chamado de Centro de Estudos Africanos, devido ao oferecimento de diversos cursos que o possibilitou receber um grande fluxo de alunos africanos (SCHLICKMANN, 2015).

> A atuação de base do CEA é ministrar, através dos vários departamentos da sua Faculdade, cursos sobre temas africanos, em três níveis: graduação, mestrado e doutorado. Esse programa, sobretudo no grau de doutorado, obriga os seus alunos a fazer parte da sua pesquisa na África; aí estavam incluídos um bom número de africanos (PEREIRA, 2008, p. 286).

O CEA também teve uma quantidade enorme de produções sobre a África, tendo como precursora a dissertação na "área de Sociologia de Fernando Albuquerque Mourão, em 1969, orientada por Ruy Galvão de Andrade Coelho" (SCHLICKMANN, 2015, p. 49).

Os fatores importantes que influenciaram no fortalecimento dos Estudos Africanos no Brasil foram "as transformações políticas, os novos cursos de pós-graduação e os aportes teórico-metodológicos" (SCHLICKMANN, 2015, p. 49). Nesse sentido, novas demandas, relacionadas aos temas do

passado e do presente do continente africano, foram sendo construídas.

> Questões como a história das mulheres e do gênero, dos trabalhadores rurais e urbanos, das doenças, do saber médico (tradicional e moderno), dos nacionalismos, das lutas armadas, dos conflitos do continente, das técnicas de produção, das diferentes formas de organização social, das diferentes culturas da e na África tornaram-se os novos objetos de estudos (SCHLICKMANN, 2015, p. 49).

Em 1973, foi fundado o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), situado no Rio de Janeiro na Universidade Cândido Mendes (UCAM) e criado por Cândido Mendes. Este Centro possui o papel de gestão diplomática e de cooperação técnico-educacional, desempenhando atividades relacionadas ao continente africano, em especial, países de língua portuguesa, com maior facilidade em comparação a outros Centros vinculados às instituições públicas, que passam por um rigoroso processo burocrático (ZAMPARONI, 2007; PEREIRA, 2008; SCHLICKMANN, 2015).

Na década de 1980, o CEAA cumpriu papel de consultor em caráter institucional e individual, como organismo governamental e instituições e empresas privadas (SCHLICKMANN, 2015). Com o oferecimento das disciplinas de História África I e II, no curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História da África e dos Negros, elaborado especialmente para professores do ensino básico, a atuação CEAA expandiu-se. Nesse sentido, o

> CEAA os seus cursos e textos sobre África tinham um caráter introdutório, por vezes de quase simples divulgação. Eram essencialmente voltados para um tipo de conhecimento básico: colonialismo/ apartheid/descolonização/lutas de libertação com ênfase na África Austral e focada nas colônias portuguesas, além de uma indispensável introdução à História da África, anterior ao século XVI (PEREIRA, 2008, p. 288).

Em se tratando da produção do CEAA, essa cresceu em torno de três assuntos complementares: pesquisa sobre relações do Brasil com a África, história do negro no Brasil e questão racial. Esses temas deram início à produção de dissertações e teses no Brasil sobre a temática (PEREIRA, 2008). O CEAA realizou diversos seminários, dentre eles: *Seminário sobre Racismo e Apartheid na África Austral*, *Seminário Internacional Brasil-África numa perspectiva Latino-Americana e Africana no Diálogo Sul-Sul* e *Encontro Nacional Afro-Brasileiro*, que proporcionou o contato direto entre africanos, brasileiros e demais convidados latino-americanos, inserido o Centro nos estudos das relações internacionais (PEREIRA, 2008).

Com o passar dos anos, os Centros de Estudos Africanos estabeleceram relações com os movimentos sociais, em especial com o movimento negro, para que as demandas relacionadas às questões raciais e às cotas raciais adentrassem nos debates universitários. Nesse sentido, na década de 1970 houve uma reorganização do movimento negro, de modo a atender à demanda da população de origem africana no que diz respeito

ao combate à inferiorização, à produção e reprodução da discriminação no sistema de ensino. Assim,

> [...] ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira (SANTOS, 2005, p. 23).

Nos anos 1970, novas organizações antirracistas, em especial o bloco Ilê Aiyê[25] em Salvador, o Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo, em 1978, e o Instituto de Cultura Negra no Rio de Janeiro, em 1976, questionaram o mito da democracia racial brasileira, tendo como representantes os pesquisadores Lélia Gonzalez e Carlos Hansebalg (CARDOSO, 2008). Esses iniciaram uma série de pesquisas que indicam a natureza estrutural da desigualdade no Brasil.

---

[25] Associação Cultural Ilê Aiyê surgiu de um bloco carnavalesco e tem como objetivo realizar atividades junto às "escolas públicas, capacitando professores(as) e envolvendo os alunos em projetos pedagógicos e oficinas, cuja temática racial" (GOMES, 2005, p. 152).

Em 1989, com a emergência da graduação e da especialização de diferentes militantes negras/os, cargos de professoras/es nas instituições ensino superior começaram a ser assumidos por este grupo racial, criando o campo Estudos Africanos e da Diáspora. Para Benjamin Xavier de Paula, os pesquisadores

> [...] fundamentam na concepção que intenta articular os conhecimentos e saberes das diversas "culturas e histórias" do povo africano, aos conhecimentos e saberes produzidos nas várias diásporas africanas pelo mundo, dentre as quais, a diáspora afro-brasileira. Estes pesquisadores, independente de pertencimento racial, étnico ou populacional, compreendem que a questão da unidade africana vai além das fronteiras territoriais do continente, abrange as experiências das diásporas do povo africano (PAULA, 2013, p. 14).

Do mesmo modo que o campo de estudos da História da África e da Diáspora, o campo de estudos Negro e Educação foi ao encontro de pesquisadoras/es negras/os e pesquisadoras/es brancas/os antirracistas na área da Educação, após a inserção destas/es como docentes nas universidades. Criaram-se grupos de pesquisas com o intuito de debater problemas educacionais no Brasil (CUNHA JR., 1999) e uma das participações destes grupos ocorreu na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Pesquisadoras/es dessa área observaram que, no projeto das Diretrizes de Base Nacionais

para a Educação Brasileira (LDB), aprovado em 1996, apresentado pelo deputado federal Octávio Elísio em 1988, nenhum dos artigos apresentados no documento destacavam políticas étnicas para negros e indígenas.

Nesse sentido, pesquisadoras/es da área da educação pensaram numa forma de combater o racismo no ambiente escolar produzindo publicações sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais. No ano de 1990, mais de 40 trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado abordaram esse tema (CUNHA JR., 1999) e uma das publicações realizadas foi a série "Pensamento Negro em Educação" (GOMES, 2005, p. 151).

No limiar dos anos 2000, depois do primeiro evento sobre pesquisadores negros, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e, consequentemente, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), enfatizando os estudos Afro-Brasileiros, também nomeados Estudos da Diáspora Africana (SCHLICKMANN, 2015), procurando desenvolver ações, políticas, pesquisas, publicações, extensão e seminários capazes de impulsionar a produção em torno do tema e das demandas da população negra.

Pode-se afirmar que, de algum modo, o marco inicial dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros no Brasil foi a década de 1890, tendo como um dos primeiros autores o antropólogo e médico legista Nina Rodrigues que, ao pesquisar os africanos e seus descendentes considerou-os um "problema" (SCHLICKMANN, 2015). A partir daí, iniciou-se, por meio de uma conexão com os estudos afro-brasileiros, uma metodologia própria para os estudos do continente africano (SCHLICKMANN, 2015, p. 14). Assim, as primeiras pesquisas no Brasil relacionadas ao continente africano embasavam-se nas

nomenclaturas "população descendente de africanos", "colonos africanos" e "questões raciais no Brasil". Além de Nina Rodrigues, temos, na mesma linha de pesquisa, outro autor pioneiro ao tratar da temática, que foi Gilberto Freyre.

Nina Rodrigues escreveu seu famoso livro "Africanos no Brasil" em 1906, obra publicada apenas na década de 1930. Segundo Kabengele Munanga (1996), Nina Rodrigues desenvolveu pesquisa de forma comparativa entre o negro brasileiro e o negro africano:

> Nina Rodrigues consistiu em recolher as memórias dos antigos africanos ainda vivos na Bahia, entendendo que conhecer as populações negras do Brasil requeria estudar a África; e principalmente, ressaltar suas especificidades, identificando diferentes etnias e grupos, na contramão do pensamento da época, que rotulava todo esse contingente simplesmente de "negros" (SCHLICKMANN, 2015, p. 28).

Segundo Schlickmann (2015), Nina Rodrigues tinha uma visão da colonização

> [...] africana como algo negativo, devido à mestiçagem, pois sinalizava perigo e atraso para o progresso e também uma ameaça à nacionalidade brasileira, que almejava uma identidade europeia. O mesmo defendia a existência de diferentes raças, sendo a negra inferior à branca; contudo, era contra o

> fenômeno da escravidão (SCHLICKMANN, 2015, p. 28).

De acordo com Zamparoni (2007), as publicações do século XIX tinham viés racialista, concentradas nos temas da "questão negra" e no "problema negro". Tais produções eram forjadas, geralmente, no negro e no mestiço brasileiro, desconsiderando a referência à África. Por essa perspectiva, muitos pesquisadores criticaram a abordagem desconectada dos descendentes de africanos ao continente de origem. Desta forma, aparentemente, os afros "caíram de paraquedas" no Brasil, desvinculados e desprovidos de qualquer história anterior, o que se trata de grande equívoco (ZAMPARONI, 2007).

Nas décadas de 1940 e 1950, perdeu-se um pouco o foco nos estudos africanos, direcionando-se para os estudos negros no Brasil, principalmente nos temas relacionados à escravidão e aos estudos etnográficos conectados às práticas religiosas afro-brasileiras. As produções de destaque surgiram na "Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), integrada pelos discípulos de Roger Bastide: Florestan Fernandes, Otávio Fernando Henrique Cardoso e outros" (SCHLICKMANN, 2015, p. 34).

Nesse período, Cardoso (2012) destaca que esses autores revelaram ao público letrado um país racista e limitador do desenvolvimento sociocultural das populações negras. Porém, na conjuntura dos seus trabalhos, deixaram a desejar no modo de abordagem relacionado às vivências dos sujeitos na história.

> A forma como procuravam elucidar a "questão do negro", através de uma leitura linear e evolutiva da dinâmica das estruturas

> sócio-econômicas entre o final do século XX, levou-os a constatar a marginalização dos negros, sem considerar os modos como os seus diferentes agrupamentos vivenciaram o período. Ao realizar uma reconstituição histórica, tomando como "verdade" os registros produzidos pela elite branca, esses autores não atentaram para os aspectos valorativos presentes naquelas falas. Essa abordagem dificultou a visualização dos negros enquanto agentes sociais, com os agrupamentos presentes nas cidades e exercendo interferência nas maneiras como os habitantes ocupavam os espaços urbanos e construíam suas identidades (CARDOSO, 2012, p. 20).

Faz-se necessário apontar a produção de Carlos Hasenbalhg, Lélia Gonzáles, entre outros, que trouxeram uma nova abordagem para a temática das relações raciais no Brasil. O movimento negro contribuiu para o fortalecimento do campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Na segunda Abolição, após 1888, a população de origem africana foi relegada às margens,

> [...] os negros perceberam rapidamente que tinham que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis (SANTOS, 2005, p. 21).

Um dos movimentos negros articulados a jornais na época foi a Frente Negra Brasileira (FNB), e depois o Teatro Experimental do Negro (TEN). Surgida em 1931, fundada por diferentes militantes e intelectuais negros, a FNB tinha como objetivo "lutar por direitos e unir o povo negro" (PINTO, 2013, p. 91), além de consolidar espaços de sociabilidade para este. Essa organização pautava o combate ao racismo e percebia a educação como instrumento de transformação social. Desdobramento dela, o TEN, fundado em 13 de outubro de 1944, exerceu um papel importante na Educação, cuja proposta teve, como precursor, o intelectual, político e ativista de Direitos Humanos, Abdias do Nascimento.

O teatro, político e preocupado com a inserção do negro no mercado de trabalho, inclusive no mundo das artes, era uma forma de educar em termos de alfabetização e de uma sociabilidade negra e perspectiva de futuro. No entendimento de Costa Pinto (1953)[26], o TEN era uma associação de envergadura e expressão, tendo surgido de "uma trupe de artistas de cor, que se reuniram numa atitude de protesto contra a linha de cor que lhes dificultava a ascensão", tornando-se um movimento, "um *grupo de pressão*" (PINTO, 1953, p. 246).

Na visão do autor, o grupo, "uma trupe de artistas de cor", possuía dimensão política das tensões raciais e criava estratégias para diminuí-las ou eliminá-las, por meio da arte. Surgido como protesto contra ausência de negros nos palcos brasileiros, o

[26] A obra de Luís Aguiar Costa Pinto foi lançada em 1953, após trabalho da UNESCO no Brasil, em pesquisa discutindo as relações raciais no país. O trabalho publicado pelo autor intitula-se *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*.

grupo dirigido por Abdias Nascimento, desenvolveu técnicas, cursos de letras e teatro para que seus componentes pudessem organizar suas peças. Tratava-se de um movimento ainda pequeno, "expressão ideológica da pequena burguesia intelectualizada e pigmentada no Rio de Janeiro", diria Costa Pinto, mas sem dúvida, uma associação capaz de traduzir o racismo e as práticas culturais de matriz africana por meio de estéticas teatrais próprias, muito além de saberes europeizantes e ditos civilizados de outras companhias ou produtoras (RASCKE, 2018, p. 64).

O TEN atendeu aproximadamente 600 pessoas negras em cursos de alfabetização para adultos, possibilitando a derrubada da invisibilidade e de discursos de naturalização das diferenças e desigualdades raciais. Por meio do jornal *Quilombo*, desenvolvia estratégias para valorização do negro em diferentes setores: educacional, social, cultural, econômico, político e artístico, sempre divulgando produções e debates nesse sentido.

Abdias Nascimento foi uma das influências para os militantes negros na década de 1970 nos meios acadêmicos, possibilitando um novo viés em relação à história dos afrodescendentes, destacando a importância de escrever a própria história e a história do seu povo sob novo olhar, o olhar de quem faz parte da sua própria história. Nascimento, bem como outros militantes, perceberam que no sistema de ensino havia a inferiorização da população negra e a invisibilização desta na história e no desenvolvimento do Brasil, tanto nos livros didáticos quanto nos literários. Nessa perspectiva,

> [...] os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a

> incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira (SALES, 2005, p. 23).

Assim, o movimento negro criou uma agenda de reivindicações, no intuito de contemplar as seguintes áreas: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional, sendo que na educação as reivindicações eram: a) contra a discriminação racial e a veiculação de ideias racistas nas escolas; b) por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra; c) reformulação dos currículos escolares, visando à valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas e; d) pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares (HASENBALG, 1987 apud SANTOS, 2005, p. 24).

Uma das principais reivindicações do movimento negro ocorreu na década de 1990, quando foram examinados os livros didáticos e eliminados aqueles com imagens em que os "negros apareciam de forma estereotipada, ou seja, eram representados como subservientes, racialmente inferiores, entre outras características negativas" (SANTOS, 2005, p. 25). Em 2003,

> [...] o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e

> discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil (SANTOS, 2005, p. 32).

O referido presidente sancionou a Lei Federal nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passando a prevalecer os seguintes artigos:

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
>
> § 1º - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.
>
> § 2º - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

> Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" (BRASIL, 2003).

Porém, a legislação ficou genérica/superficial em relação à formação de professores sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e, neste sentido, Santos (2005, p. 33) relata algumas falhas em relação à normativa:

> a) Não possui metas para a implementação da Lei;
>
> b) Não dispõe de qualificação para professores do ensino fundamental e médio para ministrarem as disciplinas referentes à Lei nº 10.639/03;
>
> c) Não possui reformulação nos programas de ensino e/ou curso de graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Com as mobilizações em torno da implementação da Lei Federal 10.639/03 e das *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004), houve um aumento de disciplinas voltadas para a História da África no ensino superior, de caráter obrigatório e outras optativas nos currículos da formação inicial de professores, que proporcionaram uma ampliação do número

de publicações sobre o assunto nas editoras (OLIVA, 2003 apud SILVA, 2013).

Nas Diretrizes, há pontos sobre a formação de professores no que tange à temática africana e afro-brasileira, indicando a formação inicial e continuada como processo necessário à construção do conhecimento para discussão de abordagens, conteúdos e perspectivas com os alunos da rede pública e privada de ensino em relação à temática. Esses dispositivos legais,

> não apenas incluíram e apontaram caminhos para a inserção das temáticas de história e cultura afro-brasileira e africana, mas também impulsionaram um crescimento no que diz respeito à formação, publicação e estudos na temática (SILVA, 2013, p. 47).

Nesse sentido, segundo Silva (2013), a primeira universidade pública que inseriu na grade curricular a disciplina de História da África foi a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 1996, com a colaboração do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE), onde o grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa "Multiculturalismo: História, Educação e Populações de Origem Africana" atuava. Percebe-se, que a disciplina História da África foi incluída antes da sanção da Lei Federal 10.639/03, por intermédio do grupo de pesquisa, formado por integrantes preocupadas/os com a demanda dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, que percebia a falta de formação de futuras/os docentes na educação básica que saíam das cadeiras universitárias sem conteúdos e metodologias para o ensino das Áfricas e da Diáspora. Depreende-se que a disciplina

História da África foi incluída antes da sanção da Lei Federal 10.639/03, sendo que, por meio do grupo de pesquisa, formado por integrantes preocupadas/os com a demanda dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, percebeu-se a falta de formação dos futuros docentes na educação básica que saíam das cadeiras universitárias sem conteúdos e metodologias para o ensino das Áfricas e da Diáspora.

Depois das normativas (Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08), sancionadas pelo presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, muitas universidades incluíram nos currículos o ensino de História e Cultura Africana tornando o campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros um campo interdisciplinar, integrando, principalmente, as áreas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Educação.

Em Santa Catarina, as pesquisadoras Ana Júlia Pacheco (2014) e Mariana Heck Silva (2013) escreveram, em trabalhos de conclusão de curso, a respeito das disciplinas de História da África nas Universidades, explícitas nos quadros 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, que auxiliaram em reflexões para articulação e construção do Cabeçalho de Assuntos[27] expresso nos quadros a seguir.

[27] Este cabeçalho de assuntos foi tema de pesquisa de mestrado de Graziela dos Santos Lima, em 2016, pela Universidade do Estado de Santa Catarina, no curso de Mestrado em Gestão de Unidade de Informação, sob o título *Cabeçalhos de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*.

Quadro 1 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UDESC.

Instituição: UDESC	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
História da África I	As civilizações africanas entre os séculos XVI e XIX
	O impacto da colonização europeia e a escravidão moderna
	A presença das culturas islâmicas
	A partilha do continente africano
História da África II	A formação dos Estados no século XX
	O movimento de afirmação da negritude
	Pan-africanismo e Unidade Africana
	O renascimento do Islã
	As culturas africanas da diáspora

Fonte: Silva (2013).

Quadro 2 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UFFS.

Instituição: UFFS	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
História da África	Estruturas sócio-políticas e culturais da África do século XVI ao XXI
	Processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização
	Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino
	Estudar os processos históricos do continente africano, com ênfase nas relações internacionais estabelecidas a partir do século XVI, contemplando propostas de ensino e de pesquisa

Fonte: Silva (2013).

Quadro 3 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UFSC.

Instituição: UFSC	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
História da África	As estruturas sócio-políticas da África
	Os processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização
	África negra
	Os Estados e os impérios africanos
	A colonização europeia e a partilha da África
	Mundo atlântico
	Historiografia acerca da escravidão
	As Costas Atlântica e Índica e a África austral

Fonte: Silva (2013).

Nas universidades comunitárias analisadas por Ana Júlia Pacheco (2014), os seguintes assuntos compõem a proposta das disciplinas de História da África do curso de História:

Quadro 4 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNIVILLE.

Instituição: UNIVILLE	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
História da Ásia e África Contemporânea	A Revolução Industrial e suas repercussões na Ásia e na África
	A Expansão Imperialista
	A Partilha da África e sua Descolonização
	As interações da história Contemporânea Europeia com a do Brasil, Américas, Ásia e África
	Práticas Educativas na Ásia e África

Fonte: Pacheco (2014).

Quadro 5 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – FURB.

Instituição: FURB	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
História da Ásia e África Contemporânea	A Revolução Industrial e suas repercussões na Ásia e na África
	A Expansão Imperialista
	A Partilha da África e sua Descolonização
	As interações da história Contemporânea Europeia com a do Brasil, Américas, Ásia e África
	Práticas Educativas na Ásia e África

Fonte: Pacheco (2014).

Quadro 6 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNIVALI.

Instituição: UNIVALI	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
Antropologia das Sociedades Indígenas e Afrodescendentes no Brasil	Etnocentrismo e relativismo
	Identidade, diferença e diversidade sociocultural
	Ideias de raça e relações interétnicas
	Racismos
	Afrodescendentes no Brasil
	Cidadania e políticas de ação afirmativa

Fonte: Pacheco (2014).

Quadro 7 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNESC.

Instituição: UNESC	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
História da África	A formação dos povos africanos
	Diversidade étnica dos povos africanos
	As civilizações africanas entre os séculos XVI e XIX
	O impacto da colonização europeia e a escravidão
	A presença das culturas islâmicas
	A partilha do continente africano
	As culturas africanas da atualidade

Fonte: Pacheco (2014).

Quadro 8 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNOESC.

Instituição: UNOESC	
Curso: História	
Disciplina	**Assunto**
Antropologia da Educação	Relações sociais e formação da identidade humana
	Alteridade: etnia, gênero, identidade, cultura, diversidade, sistemas de parentesco
Introdução à História da África	A figura do negro na cultura historiográfica brasileira
	As relações étnico-raciais na construção da identidade nacional
	A legislação brasileira e a inserção da história da cultura afro-brasileira nos currículos escolares da educação básica no campo da arte

Fonte: Pacheco (2014).

3 EVENTOS E ASSOCIAÇÕES COMO IMPULSIONADORES DAS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

Os Eventos e as associações também foram importantes no fortalecimento do campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, divulgando as produções realizadas por pesquisadores e pesquisadoras negras e antirracistas.

Tendo em vista a mobilização do movimento negro, a Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, realizou o Primeiro Encontro de Pesquisadores Negros, em 1989. O evento teve como foco a situação da população negra no Brasil, reunindo diversos pesquisadores e pós-graduandos negros de diferentes instituições brasileiras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012).

Em 1995, a Marcha Zumbi, foi realizada no dia 20 de novembro, em Brasília, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, momento em que o movimento negro novamente reivindicou políticas públicas que operassem na construção da igualdade perante a lei e na superação das desigualdades, identificadas na vida cotidiana da sociedade (GOMES, 2011). Dessa discussão, surgiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)[28], em 1996, no Governo Federal, com a

[28] Constituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, além de outras providências (BRASIL, 2006).

função de elaborar, propor e acompanhar políticas de valorização da população negra (BRASIL, 2006). A partir de então, acadêmicas/os negras/os das instituições de ensino superior começaram a seguir mobilizações do movimento negro, bem como as mudanças significativas decorrentes dessas ações (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012).

Em 2000, a realização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em Recife, contou com 320 pesquisadores negros e simpatizantes da temática. "A grande concentração de pesquisadores/as deu-se nas seguintes áreas de conhecimento: educação, saúde, história, sociologia e antropologia" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012, s/p). Tal congresso foi relevante devido à qualidade das produções apresentadas e ao debate proporcionado. Em 2002, o II Congresso de Pesquisadores Negros foi realizado em São Carlos, no estado de São Paulo, onde se criou, por unanimidade, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Essa associação foi fundada

> Com o objetivo principal de congregar e fortalecer laços entre pesquisadores que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS, 2012, s/p).

Desde então, a cada dois anos é realizado o Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), tendo cada vez mais inscritos, tanto em termos de participantes nacionais e internacionais, quanto de palestrantes também de diferentes áreas do conhecimento e regiões geográficas. Em 2010, o evento chegou ao seu recorde com 2000 participantes, período de criação também da revista, chamada Revista ABPN, consolidando outro canal de divulgação das publicações de pesquisadoras/es negras/os com temas que versam sobre relações raciais, Lei Federal nº 10.639/03, ações afirmativas, movimentos sociais, África e diásporas, saúde da população negra, comunidades tradicionais, filosofia africana, geografia africana, arte e literatura afro-brasileira e africana, cultura, memória e história das populações negras, educação, gênero e diversidade dentre outros temas relativos às populações negras no Brasil e no mundo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012).

A ABPN congrega os NEABs de todo Brasil, dentre os quais, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC), abordado nessa pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções que congregam o campo de estudos africanos e afro-brasileiros evidenciam a riqueza de uma epistemologia própria que permeia diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a construção de uma linguagem documentária com termos próprios e facilitando a organização e a recuperação do conhecimento dos pesquisadores antirracistas.

Tendo uma visão geral do domínio, campo que delimita a epistemologia africana e afro-brasileira, acreditamos na ampliação desta pesquisa por meio de uma análise mais específica que possibilite a identificação de termos e a estruturação de categorias e conceitos significativos existentes no campo em questão, para posteriormente contribuir com a construção de um sistema de organização do conhecimento, que possa melhorar a recuperação da informação na temática em questão, tornando as fontes de informações acessíveis para a comunidade de interesse.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS. **Histórico**. 2012. Disponível em: <http://abpn.org.br/novo/>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2kdW27D>. Acesso: 29 fev. 2016.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARDOSO, P. de J. F. **A luta contra a apatia**: estudos sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2012.

CUNHA Jr., H. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrobrasileiros. In: LIMA, Ivan Costa et. al. (Orgs.) **Os negros e a escola brasileira**. v. 6. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros (NEN), 1999.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2cS12tl>. Acesso em: 20 jul. 2015.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: GOMES, N. L. (Org.) **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, abr. de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2kcNNIH>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, G. dos S. **Cabeçalhos de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidade de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2016.

MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996.

PACHECO, A. J. **História da África no curso de graduação em História de Instituições Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina**: perspectivas, avanços e desafios. 2014. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PEREIRA, J. M. N. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: **Los estudios afroamericanos y africanos en américa latina: herencia, presencia y visiones del otro**. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

PINTO, L. A. C. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998 [1953].

PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora da UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

RASCKE, K. L. **Entre a caneta e o pandeiro:** letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis – SC (1920 a 1950). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2018.

REJOWSKI, M.; KOBASHI, N. Y. Subsídios para Elaboração de um Tesauro Brasileiro de Turismo. **Revista Turismo em Análise**. v. 22, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2IWcqHG>. Acesso: 20 fev. 2015.

SALES, R. **Tesauros e Ontologias sob a luz da teoria comunicativa da terminologia**. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANTOS, S. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: SECADI. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCHLICKMANN, M. **A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959-1987**. 135 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, C. E. Experiência Quilombola em Santa Catarina: a Comunidade do Morro do Boi, Balneário Camboriú, Santa Catarina. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 28. **Anais**... Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2IxrDzH>. Acesso em: 01 out. 2016.

SILVA, M. H. **Identidades e Multiculturalismo:** um estudo acerca do Ensino de História das Áfricas nas Universidades Públicas de Santa Catarina (2011-2012). 2013. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

THELLEFSEN, T. L. *Knowledge profiling: the basis for knowledge organization*. ***Library Trends***, v. 52, n. 3, p. 507-514, *winter* 2004.

ZAMPARONI, V. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, abr/jun, 2007.

A INCLUSÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NAS PESQUISAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Vanessa Alves Santana

Leyde Klébia Rodrigues da Silva

1 INTRODUÇÃO

O interesse e a preocupação pelo tema da responsabilidade social são hoje parte de uma substantiva agenda de discussão dos políticos, empresários e intelectuais, ONGs, empresas e universidades, instigando as/os pesquisadoras/es, de múltiplas áreas do conhecimento e, principalmente, das ciências sociais e aplicadas, a examinar o tema à luz de conhecimentos e interfaces interdisciplinares, procurando compreender também que tal problemática não pode ser negligenciada pelas áreas de Biblioteconomia e da Ciência da Informação em sua preocupação com o processamento, a organização e a disseminação da informação, a fim de atender diversos grupos sociais.

Essa perspectiva apontou possibilidades para a realização de um estudo com o objetivo de analisar a responsabilidade social dos profissionais da informação no que diz respeito à organização e à representação da informação étnico-racial, por perceber que a biblioteca universitária ainda não se preocupa adequadamente com a organização e a representação da cultura

afrocêntrica na mesma proporção com que organiza e representa a cultura eurocêntrica nos sistemas de informação. Exercendo a função de bibliotecária na área de Biblioteconomia, por quase cinco anos, foi possível observar que as práticas de organização e representação da informação, ainda continuam "interditando", consciente ou inconscientemente, certas informações referentes à história, cultura, memória e tecnologia de grupos sociais que produziram conhecimento ao longo da história da humanidade.

Essa motivação foi ganhando corpo a partir da experiência como bolsista PIBIC/CNPq/UFPB no projeto de pesquisa "Informação e Diversidade Cultural: a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial" (2001/2002), no qual foi possível compreender melhor a problemática que atinge o povo negro. Além disso, o tema mantém conexões com o trabalho monográfico de conclusão de curso de graduação, na qual analisamos o discurso de docentes sobre a inclusão de negros, tendo como foco a responsabilidade ético-social das universidades públicas (SANTANA, 2008), e com a dissertação de mestrado onde analisamos como a informação étnico-racial tem sido organizada nas bibliotecas universitárias, focando o olhar sobre o OPAC (*Online Public Access Catalog*) da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I. Os resultados chamam atenção para a responsabilidade de não limitar as pesquisas apenas aos cursos de graduação, mas, sobretudo, dar continuidade na pós-graduação.

A nossa pretensão, neste estudo, ora se desdobra na pergunta: qual a responsabilidade social das/dos profissionais da informação (bibliotecária/o) que atuam nas bibliotecas

universitárias no que diz respeito à organização e representação da informação étnico-racial?

Nesse cenário de profundas desigualdades raciais, a questão da inclusão em seus diversos aspectos (pobreza, etnia, gênero) tornou-se importante para as políticas públicas, inserindo-se "entre os temas prioritários do discurso político contemporâneo, como instrumento de constituição da cidadania plena e de consolidação da democracia em bases justas", (PEIXOTO, 2004, p. 11), mas as políticas de inclusão da/o negra/o são complexas nas diversas esferas da sociedade.

A atenção à essa problemática é fundamental, sobretudo, quando o tema passa a estar associado ao fenômeno específico da inclusão de grupos (negras/os, ciganas/os, índias/os, homossexuais, mulheres/crianças, idosos, etc.) historicamente excluídos das diversas esferas da atual sociedade, resultando em desigualdades raciais que constituem a marca registrada da sociedade brasileira e decorrem, a grosso modo, da disparidade entre ricos e pobres e da separação entre brancas/os e negras/os. Essa situação vem cada vez mais ganhando espaços nas discussões acadêmicas e nas pesquisas, suscitando uma ação de gestoras/es, coordenadoras/es de cursos, pesquisadoras/es e professoras/es, incluindo bibliotecárias/os, arquivistas, cientistas da informação, documentaristas, dentre outros.

Nesse sentido, entendemos que novas responsabilidades são impostas aos profissionais que atuam em diversas áreas do conhecimento, principalmente, as/os bibliotecárias/os e cientistas da informação que precisariam desenvolver suas competências, habilidades e atitudes, dissociadas dos paradigmas tradicionais de disseminação da informação que ainda norteiam as ações nas bibliotecas e nos centros de documentação e nas salas de aula.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Com efeito, os países em desenvolvimento priorizam, teoricamente, a participação e a inclusão das pessoas no cenário da informação, conhecimento e comunicação, mas isso se configura como um discurso que não se efetiva na prática. Essa nova ordem informacional estabelece algo positivo no que concerne à aplicação qualitativa dessas tecnologias ao desenvolvimento das nações, sociedades e indivíduos, perspectivando a redução das barreiras responsáveis por criarem um fosso entre os que têm informação e os que não têm informação.

Em razão disso, a sociedade brasileira, afetada pelo "dilúvio de informação" põe em relevo a urgência de "contrapor-se ao risco de ruptura entre uma minoria privilegiada e maioria despreparada com a interposição do divisor digital" (TEDESCO, 2004, p. 07). As sociedades abertas e globais, construídas "sobre novos valores, novos marcos, novos modos de vida e novas prioridades" (HALÉY, 2010, p. 09) e "entendidas como aquelas que se caracterizam pela produção intensiva de conhecimento e pela gama de serviços pós-industriais produzidos", exigem "competências de acesso, avaliação e gestação da informação oferecida" (ALARCAO, 2003, p. 12).

Essas exigências colocam a ciência, a tecnologia, a pesquisa, a educação e a informação como fatores insubstituíveis dessas transformações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011) na sociedade da informação-conhecimento-aprendizagem. Na sociedade brasileira, os sujeitos devem estar "aptos para assumir a globalidade, a fluidez, a rapidez e a imprecisão das situações e

dos processos complexos" (HALÉY, 2010, p. 15). Entretanto, os sujeitos estão desprovidos de informação e conhecimento, enfrentando uma crise que cerca a estrutura contemporânea do trabalho e a expansão do mercado das atividades profissionais. Homens e mulheres (negros, brancos, amarelos) "não são nem iguais, nem desiguais, nem de fato, nem de direito: são irredutivelmente diferentes em seu ser, em suas aspirações, em seus talentos, em suas necessidades" (HALÉY, 2010, p. 120), e, para concretizar esses atributos, precisam de informação.

A Ciência da Informação, enquanto espaço de produção de conhecimento, tem como finalidade contribuir com a atualização das práticas de organização e representação da informação para solucionar problemas existentes nos diversos setores e áreas de conhecimento na sociedade brasileira. Essa área pode oferecer elementos importantes de acesso e uso da informação para reduzir uma "parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países [que] devem-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações" (BRASIL, 2000, s.p.).

Diante desse quadro, os negros estão privados do acesso à informação que lhe interessa e impedidos de terem a oportunidade de competir em iguais condições com os brancos historicamente privilegiados, que formam a elite dominante de nosso país. Mudar tal situação "depende ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola" (BRASIL, 2003, p. 13).

A informação étnico-racial que interessa a africanos e afrodescendentes, com o propósito de gerar conhecimento

oriundo da cultura afrocêntrica, deveria estar presente nos livros, projetos, monografias, dissertações e teses, etc. Hoje, se exige que as bibliotecas de todos os tipos, formatos, modalidades e características se adaptem às mudanças atuais, organizando, representando, disseminando e democratizando essa informação.

O termo "étnico-racial" ligado ao termo "informação" desvincula-se do termo raça, entendido este, por alguns autores, como "a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado" (BRASIL, 2003, p. 13).

Fazendo alusão a estudiosos que tratam da questão da responsabilidade social, Calderón (2006, p. 13) afirma que "existe um fio condutor que perpassa a necessidade de estabelecer um novo contrato ou pacto social entre a universidade e a sociedade, tendo como norte o desenvolvimento humano". Já Carrizo (2006) concorda que o novo pacto deve incidir na responsabilidade social da universidade num mundo de crescente complexidade, pois, na opinião dele, existem inúmeros desafios gerados pela mundialização, além das demandas dos países pobres do hemisfério sul focadas, principalmente, na erradicação da injustiça social, da pobreza e das desigualdades de oportunidades. Nesse sentido, a disseminação da informação "para aqueles que dela necessitam é uma responsabilidade social e esta responsabilidade social parece ser o motivo real da Biblioteconomia e da Ciência da Informação" (WERSIG; NEVELLING, 2008, s.p.). Integrando com essa ideia, Aquino (2006) assegura que a ciência é uma das formas de conhecimento que o homem constrói em sua interação com os fenômenos da

natureza e com as práticas socioculturais, resultando na produção do conhecimento como um instrumento de importância vital para a inclusão dos grupos socialmente vulneráveis na sociedade contemporânea.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O foco principal da pesquisa é analisar a responsabilidade social das/os profissionais da informação (bibliotecárias/os) no que diz respeito à organização e à representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias.

Nesse sentido, o fundamento metodológico desde estudo se baseia no estudo de abordagem quali-quanti, que embora haja polêmica sobre a validade da abordagem quantitativa na investigação dos problemas sociais, Gaskell e Allum (2002) afirmam que não existe quantificação sem qualificação, porque a mensuração dos fatos sociais é dependente da categorização do mundo social.

Na abordagem quantitativa, a/o pesquisadora/r "lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados [sem esquecer] que "não há análise estatística sem interpretação", (GASKELL; ALLUM, 2002, p. 24). Estes autores afirmam categoricamente, que a pesquisa qualitativa não tem o monopólio da interpretação e refutam a tese de que a pesquisa quantitativa alcança as suas conclusões quase que automaticamente, argumentando que "a polêmica sobre estes tipos de pesquisa é muitas vezes ligada ao problema da formalidade, e baseada na socialização metodológica do pesquisador" (GASKELL; ALLUM, 2002, p. 25). Portanto, o uso da pesquisa quantitativa é pertinente, porque oferece mais

confiabilidade e maior clareza na análise de quadros e tabelas apresentadas neste estudo.

Em contraste, a abordagem qualitativa é "determinada pela concepção epistemológica (forma de conhecer) acerca da relação entre o sujeito e o objeto" (GODOI; BALSDINI, 2006, p. 92). Derivada do pensamento compreensivo e hermenêutico, a abordagem qualitativa "preocupa-se com a compreensão interpretativa da ação social [e] ancora-se em diferentes bases disciplinares, metodológicas e paradigmáticas" (MINAYO et al, 1994, p 82). Ela "evita números, lida com interpretações das realidades sociais, é considerada soft" (GASKELL; ALLUM, 2002, p. 22-23).

Abandonando a celeuma, que envolve o enfoque quali-quanti, este estudo caracteriza-se como predominantemente qualitativo, permitindo-nos descrever, analisar, argumentar, interpretar e refutar afirmações que não condizem com a realidade em que o objeto de estudo encontra-se inserido. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória. É descritiva porque se propõe a oferecer a possibilidade de estabelecer relações servindo para "analisar como é e como se manifesta o fenômeno estudado" (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p.112), e exploratória porque objetiva analisar um tema pouco estudado na Ciência da Informação e que desconhecemos.

6 CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

Nossa preocupação, no entanto, não refere-se apenas a quantidade de material bibliográfico existente sobre informação étnico-racial, tão pouco reafirmar algo que há bastante tempo já

vem sendo evidenciado como algo que ainda precisa de uma atenção maior por parte de diversas/os profissionais, entre elas/es, as/os bibliotecárias/os que, por sua vez, assumem um papel social devendo assim se comprometer em amenizar questões ligadas a preconceito, discriminação e exclusão.

Suprir as necessidades informacionais da comunidade acadêmica é responsabilidade das bibliotecas universitárias. Porém, reconhecemos que, muitas vezes, esses locais apresentam desvantagens quando buscamos informações específicas de um determinado grupo étnico. Em contrapartida, observamos que os estudos e as pesquisas sobre a temática étnico-racial na área da Ciência da Informação estão avançando, gradativamente, porém ainda há muito o que se fazer para que se possa alcançar os objetivos concernentes à representação da informação para atender a diversidade cultural brasileira dentro das universidades.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Informação e diversidade cultural:** a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial. João Pessoa, 2006. 186 f. Relatório (Pesquisa científica) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília:

Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/NXpHkh>. Acesso em: 13 jul. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 15/2010.** Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/vu6Len>. Acesso em: 13 jul. 2014.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio. A responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Estudos:** Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Brasília: ABMES, ano 24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/a5aJXS>. Acesso em: 21 ago. 2014.

CARRIZO, Luis. Conhecimento e responsabilidade social: ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar. **Estudos:** Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Brasília: ABMES, ano 24, n. 36, p. 77-92, jun. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/K1j9PD>. Acesso em: 21 ago. 2014.

GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GODOI, Christiane Kleinübing; BALSINI, Cristiane Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais

brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, Christiane Kleinübing; MELO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A universidade e a sociedade da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 225-242, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/ZWYwmg>. Acesso em: 05 ago. 2014.

HALÉY, Marc. **A era do conhecimento:** princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXXI. São Paulo: UNESP, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEIXOTO, Maria do C. de L. (Org.). Apresentação. In: _____. **Universidade e democracia:** experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Mac Graw-Hill, 2006.

SANTANA, Vanessa Alves. **A responsabilidade social dos profissionais da informação e inclusão de negros/as afrodescendentes:** um desafio para bibliotecários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. João Pessoa, 2008.

TEDESCO, Juan Carlos (Org). **Educação e novas tecnologias:** esperanças ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. Os fenômenos de interesse para a ciência da informação. **Scribd**, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/7zpWyG>. Acesso em: 21 ago. 2014.

INFORMAR PARA A IGUALDADE RACIAL: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA PRODUÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Erinaldo Dias Valério

Dávila Maria Feitosa da Silva

1 INTRODUÇÃO

O conceito de informação, concebido como uma construção social, pode produzir ferramentas que contribuam para a eliminação de diferentes práticas de preconceito, discriminação e racismo que afetam as pessoas de ascendência negra. A ausência de uma discussão sobre as relações raciais na formação de bibliotecárias/os tem impossibilitado o desenvolvimento de ações e serviços democráticos em seus ambientes de atuação.

Nesse sentido, o tema das relações raciais não pode ser mais silenciado na prática bibliotecária. Contudo, torna-se necessário refletir sobre o racismo e seus efeitos perversos para identificá-los e combatê-los, com intuito de que a diversidade humana seja respeitada. E as/os bibliotecárias/os, enquanto profissionais que trabalham com a informação, podem ocupar um espaço de destaque no enfrentamento ao racismo brasileiro.

Sabe-se que em várias escolas de Biblioteconomia brasileira não existe uma disciplina na matriz curricular do curso que possa contribuir na formação específica de bibliotecárias/os no campo das relações raciais. Santos e Valério (2018), em pesquisa recente e em andamento, apontam que nas escolas de Biblioteconomia das regiões norte e nordeste do país, apenas duas instituições federais, a saber, Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), possuem a disciplina identificada como eletiva (não obrigatória). Isso aponta para a necessidade urgente de contemplar nas escolas e no fazer bibliotecário a discussão acerca das relações raciais.

Nessa dimensão, existem dois caminhos que podem mudar essa realidade. Primeiro, que as escolas de Biblioteconomia se educam e se articulem para modificar seus planos pedagógicos de ensino, pensando na formação futura de bibliotecárias/os. E segundo, para as/os profissionais que já estão em atuação, uma educação continuada em parceria com os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), Associações, grupos de pesquisa, movimento social negro, entre outras instituições de diferentes naturezas, que discutem o tema para uma formação e parceria para o desenvolvimento de ações inclusivas.

No Brasil, o movimento negro contemporâneo, que reúne diversas entidades, pessoas, instituições e grupos que desenvolvem ações antirracistas e possuem um discurso de enfrentamento ao racismo no Brasil, é o grande responsável pela luta efetiva por igualdade racial na educação e em outros espaços/ambientes. Este movimento social tem produzido e comunicado informações, materializadas/registradas em

diversos suportes físicos/virtuais/digitais, que contemplam a realidade e necessidade de ações inclusivas que reduzam os conflitos raciais e caminhem para uma democracia racial e ele pode ser um verdadeiro aliado na articulação entre bibliotecárias/os e sociedade.

Assim, a preocupação temática deste capítulo centra-se em compreender o papel do movimento social negro brasileiro, que usa como instrumento de mobilização a informação e a comunicação no contexto das lutas sociais, para auxiliar nas ações e demandas das/os bibliotecárias/os. Ou seja, pensar a informação produzida pelo movimento negro como vetor na contribuição da produção de conhecimento no contexto de uma ciência cidadã, denunciando o racismo como relação de poder na sociedade.

Para tanto, o procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento deste capítulo consistiu em uma revisão bibliográfica da produção científica das áreas da Biblioteconomia, Ciência da Informação (CI) e Ciências Sociais, que incidiu na fundamentação teórica e discussões críticas, sobre a temática dos estudos raciais e da informação para Biblioteconomia e Ciência da Informação. Essa revisão foi desenvolvida a partir de livros, dissertação e artigos especializados de pesquisadoras/es das áreas já citadas.

Por uma questão didática, o texto está estruturado em quatro seções. Na primeira, está a introdução, apresentando o tema deste estudo, inquietação e justificativa. A segunda seção evidencia conceitos que envolvem participação cidadã na intenção de inserir o movimento social negro como protagonista de produção de conhecimento; na terceira seção, apresenta-se o conceito de informação étnico-racial da população negra e sua

importância na produção de conhecimento; na última seção, apresenta-se as considerações finais que os autores apontam para refletir sobre o tema na Biblioteconomia.

2 CIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: PONTUAÇÕES TEÓRICAS

No campo conceitual da ciência cidadã, diferentes cientistas se deparam com a variedade de definições para o uso do termo. Embora não haja uma definição única e consolidada, para muitas/os autoras/es, é uma abordagem que sustenta a inclusão do público em geral nos processos de coleta e análise de dados, promovendo a interação entre ciência, política e sociedade.

As/os cidadãs/os podem contribuir com esforço intelectual, conhecimento local ou com ferramentas e recursos, gerando conjuntamente uma nova cultura cientifica que retribui ao público o aprendizado de novas habilidades e conhecimento científico mais profundo (SOCIENTZE CONSORTIUN, 2013, apud PARRA, 2015, p. 126).

Para Albagli (2015), a concepção de ciência cidadã pode ser discutida a partir de duas vertentes: uma está vinculada às formas de contribuição de indivíduos na coleta e compartilhamento de informações científicas. A autora chama essa vertente de "pragmática ou instrumental", por reforçar que aqui a participação das/os voluntárias/os não interfere nos resultados das pesquisas.

A outra vertente se insere em um ponto de vista democrático, no qual "estão iniciativas orientadas para maior participação, intervenção e empoderamento de cidadãos não só

nas formas de produção e uso, mas nos próprios rumos da pesquisa" (ALBLAGI, 2015, p. 15). Aqui, a contribuição dos indivíduos acontece de forma mais efetiva, considerando essa participação e influência na construção dos resultados, e na produção de conhecimento. Pode-se inferir que essa vertente tem se aproximado cada vez mais no campo das Ciências Sociais, por valorizar as pessoas nos processos e práticas de investigação científica.

Atualmente, a cooperação entre cientistas, membros da sociedade e instituições de pesquisas é facilitada pelo crescimento das tecnologias de informação e comunicação, pela colaboração distribuída e pelo fácil acesso e utilização de bancos de dados, permitindo a coleta, análise e uso de informação (HALLAVAIS, 2013 apud PARRA, 2015). Nessa perspectiva, Hallavais (2013, apud PARRA, 2015) apresenta algumas reflexões para facilitar o entendimento e entrelaçamento de conceitos para compreender a ciência cidadã. O autor elabora quatro modelos que possam abranger algumas iniciativas. No "Modelo A" estão as experiências que circulam entre cientistas e as instituições em que estão vinculados. Envolve, aqui, o compartilhamento de novas metodologias e recursos, atrelados às tecnologias digitais. No "Modelo B", as/os sujeitas/os ou grupos de cidadãs/os estão presentes na elaboração ou coleta de dados. Conforme o autor, nesse modelo existe uma valorização dos processos, nos quais as ações atribuídas aos indivíduos diferem das/os cientistas na produção de conhecimento, sendo essas/es, as/os responsáveis pela compreensão interpretativa dos dados analisados. O "Modelo C", diferentemente dos outros, baseia-se no livre acesso às informações produzidas por instituições científicas ou órgãos. Nesse modelo, os indivíduos

analisam e elaboram novas interpretações sobre esses dados. Por fim, no "Modelo D", as/os cidadãs/os participação na produção, análise e uso dos conhecimentos produzidos. É interessante salientar que nesse modelo as propostas de disseminação e democratização da informação são produzidas por movimentos sociais e efetivadas, porque aqui é dado o direito de produzir, coletar e usar as informações (HALLAVAIS, 2013 apud PARRA, 2015, p. 126).

Parra (2015, p. 134) afirma que, do ponto de vista metodológico e teórico da área da informação e comunicação, ainda existem dimensões pouco exploradas por esses modelos, como, por exemplo, analisar o acesso e a circulação desigual de informação por cidadãs/os e cientistas na busca de conhecimentos. Nesse sentido, é oportuno compreender como as informações podem modificar o comportamento das pessoas, dentro dos diferentes ambientes, para acessar e usar a informação, visto que é atributo das/os bibliotecárias/os organizar, preservar, indexar, classificar, recuperar a informação para o acesso, uso e apropriação.

Nesse rumo, é preciso compreender que um dos papéis da Biblioteconomia é democratizar a informação "na luta contra a dominação de raças, assim como uma área que atua no esclarecimento da concepção social e cognitiva de formação e desenvolvimento étnico racial" (CARVALHO, 2017, p. 02). Desse modo, cabem no "Modelo D" a troca de informação e o desenvolvimento de atividades da biblioteca em parceria com o movimento social negro, trazendo para o centro o conhecimento afrocêntrico.

A utilização do termo afrocêntrico neste capítulo parte da compreensão do pesquisador afro-americano Molefi Kete

Asante, que em 1980, concluiu que o conceito "estuda ideias, conceitos, eventos, personalidades e processos políticos e econômicos de um ponto de vista do povo negro como sujeito e não como objeto" (ASANTE, 1980, p. 01). O uso do conceito parte da concepção da perspectiva positiva e afirmativa de vida, no sentido de reconhecimento da história e existência, com foco nas culturas africanas.

Pode-se inferir que se localizam aí os estudos que possam contribuir para acabar com os preconceitos e as atitudes forjadas nas ideologias do racismo contra populações discriminadas. E, nesse contexto, se insere a informação étnico-racial.

3 INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A palavra informação origina-se do latim "informare", que significa dar forma, formar, criar. Existem dois conceitos com base na origem etimológica deste termo: a informação como atribuição de sentido, que se dá através da seleção e recepção das informações recebidas, podendo gerar conhecimento a partir da visão de cada sujeito social, e a informação como processo de representação, que se dá mediante à geração e transferência da mesma (ARAÚJO, 2002).

Oliveira (2010, p. 56) definiu informação, no âmbito das relações raciais, como sendo a informação étnico-racial, os "conhecimentos sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana". Em razão dessa concepção, este capítulo se estrutura levando em consideração a informação étnico-racial sobre a população negra. Por meio

dessa informação étnico-racial, o indivíduo conhece seus direitos e deveres na sociedade em que vive. Cabe ressaltar que a ausência desse mecanismo tem colaborado para a ampliação de desigualdades sociais, uma vez que o acesso à mesma é um direito de cidadania.

Na concepção de Capurro e Hjorland (2007), a informação desempenha um importante papel na sociedade contemporânea, visto que através dela o indivíduo adquire conhecimento necessário para construir-se em relações sociais e estabelecer-se como cidadã/o comunicativa/o na sociedade na qual está inserida/o, tendo ciência dos seus deveres e direitos.

Para Barreto (2005, p. 02):

> a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do indivíduo e da sociedade como um todo. Entre seres humanos deixa de ser uma medida de organização para ser a própria organização em si, quando referencia o indivíduo ao seu passado, as suas perspectivas de futuro e ao seu lugar no presente. O conhecimento, só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor dentro do mundo em que sua história individual se desenrola.

A transmissão da informação necessita de um processo de comunicação e, para que isso ocorra, Le Coadic (2004) propõe o ciclo informacional que é constituído pela construção, comunicação e uso da informação. O primeiro processo,

construção, se dá a partir das informações construídas por cidadãos em diferentes ambientes. O segundo processo, comunicação, se caracteriza pela disseminação da informação, que pode ocorrer de forma oral, escrita ou virtual. O terceiro processo, uso da informação, vai proporcionar uma nova produção de informação e dará início a um novo ciclo. Portanto, o uso seria justamente a utilização da informação como estratégia na luta antirracista. Dessa forma, os movimentos sociais utilizam esse mecanismo para denunciar as práticas racistas e tornar visível a importância do movimento na sociedade. Por meio dessas informações, as pessoas tomam conhecimento de seus direitos e deveres na sociedade em que vive.

Vale ainda acrescentar que a informação que circula nos movimentos sociais negros é entendida como um instrumento de mobilização das lutas, por propor a produção de conhecimentos que valorizem a população negra e se concentrem nas desconstruções das desigualdades raciais no país. Assim, é pertinente compreender que estão articulados na apropriação e disseminação das informações para a execução e implementação de ações de promoção de igualdade racial, que a biblioteca inserida nesse contexto pode contribuir com esta dinâmica.

4 EPISTEMOLOGIA SOCIAL: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO RACIAL

A epistemologia por uma visão geral é um campo de estudo que se preocupa em analisar como o ser humano constrói o conhecimento. Conforme Fallis (2006), ela é uma das três principais áreas da Filosofia e se preocupa em entender o que é

conhecimento e como as pessoas conhecem as coisas no mundo. Assim, o autor afirma ser uma área que apresenta grande relevância para os interesses da Ciência da Informação (CI) e Biblioteconomia.

Na perspectiva de Wilson (2008), toda pesquisa científica é construída a partir de pressupostos epistemológicos, uma vez que a epistemologia se refere ao entendimento de como o conhecimento é desenvolvido nas pessoas e no mundo. Zandonade (2003) acrescenta que a epistemologia tem como objetivo estudar a ciência.

No campo da Biblioteconomia e CI, a bibliotecária Margaret Egan e o bibliotecário Jesse Shera (1952) propuseram o tema epistemologia social para compreender o estudo da formação e organização do conhecimento em sociedade, uma vez que essas áreas estudam os processos de aquisição, seleção, tratamento e disseminação da informação, para possibilitar aos atores sociais o acesso ao conhecimento.

As relações entre conhecimento e informação são contundentes nessa nova área, ao perceber que a informação ultrapassa o comportamento individual para orientar as ações coletivas. Essa disciplina tem surgido em um contexto social e científico em que se discutem as bases teóricas e conceituais da Biblioteconomia, da Documentação e CI.

Zandonade (2003, p. 20) acrescenta que a criação "da 'disciplina' de 'epistemologia social' foi uma contribuição relevante para a 'cientifização' e o aprofundamento da ciência da informação", andando rumo à uma consolidação científica, com um recorte social. Oddone (2007) reforça que essa disciplina pode ajudar a compreender a configuração da CI, bem como as questões disciplinares do campo.

De acordo com Shera (1977, p. 11) a nova disciplina

> deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva com seu ambiente total. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, uma nação ou cultura alcança a compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela. O foco dessa nova disciplina seria a produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo o modelo social. De tal disciplina poderia emergir um corpo de conhecimentos e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social (SHERA, 1977, p. 11).

Dessa forma, a epistemologia social visa compreender como o conhecimento é adquirido e utilizado. O autor acrescenta que além do arcabouço teórico que a disciplina possui, ela também se caracteriza através da prática. Nessa direção, é possível pensar na relação entre informação e indivíduo, para buscar compreender como a informação pode interferir nas relações sociais.

Assim, essa disciplina "se concentra no papel que os fatores e instituições sociais desempenham na aquisição do conhecimento. Tais fatores e instituições são claramente

importantes quando as pessoas adquirem conhecimentos de outras pessoas" (FALLIS, 2006, p. 03). Não obstante, os serviços de informação, bem como as/os profissionais da informação estão preocupadas/os com a construção, comunicação e uso de todas as formas de conhecimento comunicado pelo tecido social. Assim, pode-se dizer que a epistemologia social estuda o conhecimento a partir de uma perspectiva social.

Luciano Floridi (2002) discute, em uma proposta filosófica, que a epistemologia social não é uma disciplina suficiente para atender aos fundamentos científicos e conceituais da CI, sugerindo um novo campo denominado Filosofia da Informação, que visa estudar a natureza da informação, suas dinâmicas e problemas, oferecendo uma base conceitual sólida para a CI.

Para o autor, a epistemologia social pode ser dividida em dois campos. Primeiro, a sociologia do conhecimento, que é a análise descritiva e empírica do conhecimento; segundo, a epistemologia social do conhecimento, que compreende o estudo crítico, assim como as bases conceituais das dimensões sociais do conhecimento. Conforme Floridi (2002), Shera defende a ideia de se interpretar a CI a partir desse último campo. Porém, o autor ressalta que a CI está mais voltada para as fontes de informações (registradas) que permitem o acesso ao conhecimento possível, e não do conhecimento em si.

Contudo, Fallis (2006, p. 04) afirma que, mesmo com essa discussão proposta por Floridi (2002), a epistemologia social continua a ser importante para as pesquisas da CI

> uma vez que fornece um quadro teórico para abordar um grande número de atividades realizadas pelos serviços de informação (ou

> seja, aquelas focadas na facilitação da aquisição de conhecimentos).

E por mais que essa disciplina apresente uma abordagem teórica, Shera (1977) afirma que ela tem um cunho prático, como por exemplo, o desenvolvimento das tecnologias, o aperfeiçoamento de máquinas no tratamento e circulação de informação, para facilitar o acesso ao conhecimento.

Oddone (2007), em seu estudo, afirma que a discussão sobre o conceito de epistemologia social proposto por Egan e Shera (1952), não teve naquela época uma aceitação entre as/os pesquisadoras/es, bibliotecárias/os e especialistas nos estudos da informação. A autora destaca que o motivo talvez tenha sido pela forte ligação desse conceito com a filosofia e bibliografia, com discussões ultrapassadas, e, por outro lado, a literatura especializada apresentava pesquisas com pontos repetitivos de outros autores, não logrando em uma fundamentação que o tema precisava. Além de tudo, conforme a autora, a nova temática necessitava de estudos empíricos que permitissem um maior aprofundamento do tema.

Nesse contexto, Oddone (2007, p. 110) sugere estudar a epistemologia social a partir das relações entre os seres humanos nos contextos "social, cultural e tecnológico, visando à atividade cognitiva", procurando compreender como as (os) sujeitas (os) produzem, usam e comunicam o conhecimento em sociedade.

Na CI, essa disciplina pode circunscrever em diferentes abordagens, como a bibliometria, recuperação da informação, estudo de usuárias/os, entre outros. Zandonade (2004) ressalta que os precursores da abordagem da epistemologia social, foram os responsáveis por inserirem a disciplina no âmbito dos estudos

das Ciências Sociais, na intenção de aprofundar essa área do conhecimento com outros campos científicos.

Assim, Borgatti et al. (2009) afirmam que nas ciências sociais se discute a ideia de que os indivíduos estão imersos em redes de relações sociais e interações. Nessa linha de pensamento, pode se articular no bojo da epistemologia social, para compreender como acontece a troca de conhecimento entre atores na teia social, em diferentes grupos e ações coletivas, como por exemplo, o movimento social negro. O movimento negro se caracteriza por desenvolver medidas no combate às expressões do racismo e da discriminação racial sofrida pela população negra. E esse conhecimento deve ser respeitado e valorizado.

Uma epistemologia que reconhece a luta, cultura, identidade e a contribuição do movimento negro, pode educar cidadãs/os brasileiras/os para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo.

5 CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS

Neste capítulo, os autores buscaram revelar que o movimento social negro pode contribuir para novas análises e reflexões na produção do conhecimento a partir de práticas de pesquisa, denunciando o racismo, e compreendem que isso é fazer ciência. E que em parceria com as/os bibliotecárias/os, é possível analisar a produção de informações que questionam os conteúdos que deslegitimam a população negra, uma vez que a informação perpassa todas as atividades humanas. Ou seja, a Biblioteconomia e, consequentemente, a prática bibliotecária, pode e deve incorporar o enfrentamento contra o racismo.

A proposta de ensino da temática das relações raciais na Biblioteconomia pode ser considerada uma ação transformadora, pois pode possibilitar uma transformação no comportamento e nas ações das/os futuras/os bibliotecárias/os.

Trazer o movimento social negro e a Biblioteconomia para o debate é entender/reconhecer a importância da história da população negra e sua contribuição na formação da sociedade brasileira, e que se faz necessário uma atuação eficaz de profissionais da informação para o tratamento e transferência de uma informação qualificada.

Pensar em uma ciência cidadã é priorizar a participação do movimento negro na produção de conhecimento, propondo mudanças efetivas e positivas nas posturas/valores entre os diferentes grupos étnico-raciais. Assim, o debate ganha corpo e caminha para a promoção de uma igualdade racial.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; Abdo, Alexandre Hannud. **Ciência Aberta, questões abertas.** Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. cap. 1.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. O fenômeno informacional na ciência da informação: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia:** múltiplos discursos. São Luís: EDUFMA; EDFAMA, 2002. p. 11-34.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade**. Disponível em: <https://fr-fr.facebook.com/notes/yako-tanga/afrocentricidade-

por-dr-molefi-kete-asante/194550933924584>. Acesso em: 01 set. 2017.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun05/Art_01.htm>. Acesso em: 06 out. 2017.

BORGATTI, Stephen P.; MEHRA, Ajay; BRASS, Daniel J., LABIANCA, Giuseppe. *Network Analysis in the Social Sciences.* ***Science***, v. 323, p. 892-895, 2009.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, Jonathas. Perspectivas de atuação do bibliotecário no âmbito da diversidade. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – ENEBD, 40., 2017. **Palestra**. Goiânia: UFG, 2017.

EGAN, Margaret E.; SHERA, Jesse H. *Foundations for a Theory of Bibliography.* ***Library Quarterly***, v. 22, n. 2, p. 125-137, 1952.

FALLIS, D. Social *Epistemology and Information Science.* ***Annual Review of Information Science and Technology***, Arizona, v. 40, n. 1, p. 475-519, 2006.

FLORIDI, Luciano. *On defining library and information science as applied philosophy of information.* ***Social Epistemology***, v. 16, n. 1, p. 37-49, 2002.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

ODDONE, Nanci E. Revisitando a "epistemologia social": esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto "A Cor da Cultura". 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PARRA, Henrique Z. M. Ciência Cidadã: modos de participação e ativismo informacional. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; Abdo, Alexandre Hannud. **Ciência Aberta, questões abertas.** Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. Cap. 6.

SANTOS, Fernanda Raimunda dos; VALÉRIO, Erinaldo Dias. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do (a) bibliotecário (a). In: ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NORTE/NORDESTE - ERECIN NORTE/NORDESTE, 2., 2018. Aracaju. **Anais**... Aracaju: UFS, 2018. (No prelo).

SHERA, Jesse. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

WILSON, Tom. A dimensão epistemológica da informação e seu impacto sobre o ensino em arquivologia e biblioteconomia.

Brazilian Journal of Information Science, v. 2, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2008.

ZANDONADE, Tarcísio. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

O MULTICULTURALISMO E A BIBLIOTECONOMIA: JUSTIFICANDO A RELAÇÃO

Andreia Sousa da Silva

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre multiculturalismo e a Biblioteconomia é buscar fortalecer uma relação que deve ser discutida profundamente por todos os bibliotecários que atuam em bibliotecas, sejam elas comunitárias, escolares, universitárias, especializadas e públicas, principalmente no contexto sociopolítico que nos encontramos atualmente, num Brasil onde o número de haitianos, africanos e sírios vem aumentando (isso só para citar um exemplo), devido às situações políticas e sociais dos países de origem. Discutir sobre esse tema, é também procurar compreender os conceitos de multiculturalismo, identidade, diversidade e pluralidade e o impacto delas na sociedade brasileira e nos espaços de informação.

Por isso, será tratado nesse ensaio, o quanto a cultura, a diversidade cultural e, consequentemente, o multiculturalismo deve ser respeitado e reconhecido pelos bibliotecários e suas instituições, levando-se em conta de como um ambiente onde se dissemina informação e se produz conhecimento, é também responsável pelo fortalecimento da socialização da cultura e da educação dos diversos grupos sociais existentes.

2 CONCEITOS, MULTICULTURALISMO E IDENTIDADES

Então, vamos direto ao conceito de cultura. Machado (2002, p. 31) diz que "[...] a cultura é um extenso e contínuo processo de seleção e filtragem de conhecimentos e experiências, não somente de um indivíduo, mas, sobretudo de um grupo social". A partir desse ponto, pode-se discorrer que a cultura de um povo, de um grupo social, está intrinsicamente ligada à questão da identidade de um indivíduo e de suas experiências de vidas, tradições a valores adquiridos no decorrer da sua existência. Também estão ligadas aos movimentos sociais e educacionais da sociedade. Vivemos num mundo globalizado, onde as diversas culturas se integram, se expandem ao ponto que até mesmo os espaços de informação devem-se adequar para atender os diversos tipos de usuários que trazem consigo a sua cultura, muitas vezes, relacionadas às suas etnias, religiões e educação. Toda biblioteca, todo centro de informação, deve disponibilizar serviços e produtos para se estabelecer a inclusão e participação de todos os grupos sociais e étnicos sem preconceito para promoção do diálogo cultural.

Falar sobre cultura é desejar entender a significância dessa na existência do indivíduo. Percebemos, atualmente, que o conceito de cultura vem sendo, aos poucos, substituído por algo muito mais que abrangente: a pluralidade. Hall diz o seguinte:

> Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que

> no passado, nos tinha, fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (HALL, 2006, p. 09).

Em se tratando dos indivíduos e suas identidades, o mesmo autor diz que surgem não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como sujeitos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos (HALL, 2006, p. 39).

Nesse contexto complexo de relações de diferentes sentidos e significados é que surge o multiculturalismo. É através desse conceito que afirmamos que a atual sociedade é marcada pela diversidade cultural, pela pluralidade dos grupos sociais e étnicos. Castro (2012, p. 30) diz que

> "[...] o multiculturalismo é definido como a existência de diversos segmentos étnicos e raciais na população de uma sociedade ou Estado, e de políticas e programas designados para atender e gerenciar a diversidade étnica".

O multiculturalismo apresenta uma percepção da vida de cada indivíduo, na qual a sua própria formação cultural e histórica é capaz de ver, reunir e interpretar por meio de outras tendências culturais. Dando continuidade à discussão sobre o que é o multiculturalismo, Candau diz que:

> [...] o debate multicultural na América nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nos

> construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciamos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica (CANDAU, 2008, p. 17).

E qual a relação de fato desses conceitos com a informação? Machado apresenta o seguinte conceito afirmando que a cultura da informação é:

> Um sistema de transformação, autoconstrução e desenvolvimento social. Por meio da informação e do conhecimento obtido pela experiência acumulada, objeto da transformação e autoprodução da cultura de uma comunidade, é que a educação se forma e a comunicação informa. Portanto, o espaço que une comunicação à educação é precisamente a cultura (MACHADO, 2002, p. 74).

Diante dessa afirmação tão precisa, percebe-se aí uma relação bem contundente ao apresentarmos de fato como a informação é algo transformador ao ponto de permitir aos indivíduos o fortalecimento de suas culturas e o conhecimento de outras. Possibilita ao ser, utilizar das informações que estão ao seu alcance, a oportunidade de adquirir conhecimento daquilo que não se conhece, mas que, por conta das circunstâncias impostas pelas situações da vida, é obrigado a consumir informações e dados a respeito dos espaços de convivência, e também possibilita a produção do desenvolvimento social, educacional e o fortalecimento das identidades de uma comunidade e/ou grupos sociais.

3 BIBLIOTECAS MULTICULTURAIS

No mundo considerado moderno em que vivemos atualmente, as culturas de cada país são constituídas de fontes de identidade cultural. Para Hall (2006, p. 14), "as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes". Para completar essa afirmação, vários aspectos da cultura de cada indivíduo influenciam diretamente nessas mudanças, como os problemas de governabilidade de cada comunidade e também das próprias características sociais.

Diante disso, em 2008 a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) lançou o Manifesto das Bibliotecas Multiculturais[29] que apresenta diretrizes para orientar os profissionais que atuam nas bibliotecas como lidar com as diferentes culturas, etnias, raças, classe, gênero e nacionalidades dos seus usuários. Caridad, López e Garcia, dizem que:

> "As diretrizes da IFLA aconselham dar um enfoque multicultural à coleção para que seja eficaz e equilibrada para cada grupo minoritário, selando funções específicas para os responsáveis do controle ou coordenação dos serviços bibliotecários com desenvolvimento de coleções multiculturais, como a compilação e distribuição da informação relativa às coleções existentes

[29] Manifesto aprovado pelo Conselho de Administração da IFLA em 2008 e em 2009 pela UNESCO.

> para as minorias étnicas, linguísticas e culturas em todo tipo de bibliotecas" (CARIDAD; LÓPEZ; GARCIA, 2009, p. 43, tradução nossa).

Vemos aí o quanto uma das principais instituições de bibliotecários demonstra um interesse em fortalecer a importância das bibliotecas e seus serviços devido à relevância das suas finalidades. Na verdade, desde a década de 1980, a IFLA através da Seção sobre Serviços Bibliotecários para as Populações Multiculturais, vem se organizando e preparando diretrizes específicas para o desenvolvimento de serviços bibliotecários para as minorias étnicas, linguísticas e culturais. Para a IFLA (2008), "a diversidade cultural ou o multiculturalismo é o fundamento das nossas forças coletivas em nossas comunidades locais e em nossa sociedade global".

Para entender melhor esse Manifesto, o mesmo está dividido em princípios, missões de serviços, ações básicas, dentre outros. Dos quatro **princípios** listados, dois merecem destaques:

a) Servir todos os membros da comunidade sem discriminação baseada no patrimônio cultural e linguístico e;
b) Dar acesso a uma ampla gama de materiais e serviços que reflitam todas as comunidades e necessidades.

Além desses, as **missões de serviços**, em um grupo de nove, duas devem ser destacadas:

a) Apoiar a inclusão e participação de pessoas e grupos de todos os diversos contextos culturais;
b) Promover a consciência do valor positivo da diversidade cultural, promovendo o diálogo cultural.

Vê-se que o que é mais enfatizado nesse Manifesto é a questão da inclusão, rompendo qualquer tipo de preconceito, respeitando a diversidade cultural, ou seja, o multiculturalismo nos espaços informacionais estabelecidos.

Um belo exemplo de biblioteca onde pode-se ver o multiculturalismo presente são as bibliotecas públicas. Castro confirma isso, dizendo que:

> A biblioteca pública nessa sociedade multicultural mostra-se como uma importante instituição responsável pela socialização, aprendizado e contato dessas minorias com a cultura do país em que se encontram inseridas e com a cultura de seus locais de origem. Como agente na construção de uma sociedade que fomenta o desenvolvimento social de seus grupos, a biblioteca pública deve proporcionar aos indivíduos imigrantes e as comunidades culturalmente diversas o contato com a sua herança cultural e a língua materna, o aprendizado dos idiomas oficiais do país bem como oferecer a inclusão social através do acesso igualitário à informações que propiciem o sentimento de pertencimento a

> essa realidade multicultural baseada no respeito às diferenças (CASTRO, 2012, p. 19).

Assim como as bibliotecas públicas, destaca-se também a biblioteca universitária e a escolar, onde a diversidade está presente fortemente. A educação relaciona-se com a história e a cultura de uma maneira capaz de fortalecer os aspectos multiculturais. Mas, quem tem a responsabilidade de proporcionar a diversidade nesses espaços? Silva e Fontes (2017, p. 209) afirmam que o

> trabalho bibliotecário comprometido com a diversidade propõe-se colocar em prática durante todos os dias do ano a sua posição política nos produtos e serviços da biblioteca, desde o tratamento com as pessoas, como no desenvolvimento de coleções e na ação cultural.

Fortalecendo isso, Mattos (2011, p. 44) lembra que "considerando as mudanças sociais e educacionais e na legislação brasileira, o profissional precisa avançar em sua reflexão, buscando outras percepções do mundo". O bibliotecário deve buscar durante e depois da sua formação, atuar como um ser responsável socialmente, assumindo uma postura mais condizente com os ambientes em que executa suas tarefas. Deve estar alinhado com as necessidades, demandas de seus usuários, buscando romper obstáculos (dos mais diversos, como a inexistência de obras que possam atender às necessidades informacionais dos usuários, como até mesmo a

linguística, por exemplo) para transformar a biblioteca em um espaço multicultural e inclusivo.

Nesse sentido, é necessário buscar o protagonismo social, pois como afirma Moura:

> O protagonismo revela a centralidade e a pertinência da participação social de sujeitos identificados com a ação coletiva necessária à transformação social e a construção da história. Contemporaneamente, o conceito envolve aspectos políticos, socioculturais e tecnológicos, se diversifica e se expande a diferentes contextos (MOURA, 2017, p. 96).

Respeitando todo o significado e relevância das bibliotecas e bibliotecárias/os comprometidas/os com a inclusão de comunidades na nova realidade de uma cultura, em conjunto com a preservação de sua cultura de origem, corrobora com os ideais de acolhimento, pertencimento e respeito às diferenças, todos presentes no multiculturalismo e também no Manifesto da IFLA. Agora, basta apenas as/os bibliotecárias/os e suas instituições fortalecerem a diversidade!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a biblioteca, essa unidade de informação, é um ambiente relevante para o fortalecimento da inclusão e transformação do indivíduo, pois ela é uma fonte de diversidade informacional, cultural e histórica. Por tudo isso, ela possibilita a desconstrução de qualquer tipo de discriminação, podendo até mesmo ser um espaço que contribua para a construção e

aplicação de várias políticas que possam desencadear o estabelecimento da equidade social.

A diversidade apresenta como conceito algo que tem relação com a pluralidade e com a diferença. Também é um arcabouço de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si, como diversidade biológica, diversidade religiosa, linguística e étnica. Acredita-se que as bibliotecas têm como uma de suas principais características, participar ativamente das transformações sociais, influenciando e interferindo na construção do saber e contribuindo para romper as barreiras das diferenças sociais e culturais através do acesso igualitário. Mas essas características, de fato, são aplicadas nas bibliotecas brasileiras? Será que o bibliotecário brasileiro tem uma formação que possa afirmar o quanto as suas atribuições podem, de fato, possibilitar as transformações sociais e a construção do saber de forma multicultural?

Diante de tudo que foi exposto nesse ensaio, pode-se afirmar que temos subsídios para promover continuadamente serviços e produtos que estejam alinhados com os interesses informacionais dos indivíduos. Basta que o bibliotecário, em si, perceba e busque entender o quanto é relevante para os diversos grupos sociais da biblioteca e como ela pode contribuir para a produção do conhecimento e para as transformações sociais. A relação do multiculturalismo e o universo da Biblioteconomia é possível e necessária para o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

CARIDAD, Mercedes; LÓPEZ, Fátima García; GARCÍA, Ana María Morales. Biblioteca y sociedad multicultural: la actuación

de biblioteca pública española en torno a la diversidad cultural. **Inclusão Social**, v. 3, n. 2, p. 38-53, 2010.

CASTRO, Daniele Brandini de. **Multiculturalismo no Canadá:** a biblioteca pública canadense frente a diversidade cultural. 2012. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

IFLA/UNESCO. **Manifesto IFLA por uma Biblioteca Multicultural**. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/wqjrv6>. Acesso em: 02 jan. 2018.

LIMA, Graziela dos Santos; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José-SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, XIV., Florianópolis, 29 de out. a 01 nov. 2013. **Anais...** Florianópolis: FEBAB; ACB, 2013. p. 317-332.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo**: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 100p.

MATTOS, Miriam Cássia C. Mascarenhas. **Multiculturalismo em ciência da informação**: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. 2011. 144 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

MOURA, Maria Aparecida. Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. In: GOMES, Henriette Ferreira (Org.). **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EduUFBA, 2017. p. 95-107.

SILVA, Andreia Souza da; FONTES, Sandra Regina. Diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da Lei nº 10.639/03. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 199-214, 2017.

AS MULHERES NEGRAS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Dirnéle Carneiro Garcez

1 INTRODUÇÃO

Ser negra/o na sociedade brasileira é um desafio diário. Entender e sobreviver às adversidades provocadas pelo Estado e pelas mudanças sociais torna-se algo cada vez mais complexo. A sociedade se modifica em um contexto onde a/o sujeita/o vulnerável social, educacional e economicamente não tem vez e é somente utilizada/o como mão de obra barata e subserviente que não usufrui dos bens que produz.

A sociedade industrial transformou-se na sociedade da informação e do conhecimento, mas não estendeu os direitos à informação para a cidadania para todos, pois "a população negra não está adequadamente incluída na distribuição equitativa das riquezas produzidas, e isso inclui o acesso e uso da informação" (AQUINO, 2010, p. 27). As tecnologias, ao mesmo tempo em que poderiam servir como forma de compreensão e conhecimento do mundo ao redor, exclui populações marginalizadas, pois estas não possuem acesso às tecnologias e quando há, não estão habilitadas para usufruí-las de forma concreta e que mude sua realidade social.

Entre as populações marginalizadas na sociedade brasileira, encontram-se as populações afrodescendentes e, entre as/os afrodescendentes encontram-se as mulheres negras. A mais expressiva quantidade de sujeitas/os presentes na população brasileira são afros. E é também aquela mais alvejada pelo sistema que ainda possui no racismo, na invisibilidade socioeducacional e na falta de políticas públicas estabelecidas pelo Estado, a continuação de um processo de desigualdade social, econômica e educacional que perdura desde os tempos escravistas. Concordamos com Teixeira e Queiroz (2017) quando dizem que falar sobre mulheres negras é complexo, especialmente por retratar a mulher negra em sua complexidade de ser mulher e negra, que é condicionada dentro de uma sociedade sob o viés de sua cor, gênero e classe. Assim, o objetivo deste capítulo é refletir sobre a inserção e democratização de informações para Mulheres Negras na Sociedade da Informação.

2 AS PESSOAS À MARGEM DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Segundo Werthein (2000), o termo "sociedade da informação" começou a ser usado nas últimas décadas do século XX como substituto à expressão "sociedade pós-industrial", além de visar transmitir "o conteúdo específico do "novo paradigma técnico-econômico" (WERTHEIN, 2000, p. 71). Estes conceitos denotam as transformações organizacionais, administrativas e técnicas que possuem os insumos de informação oportunizados pelo avanço da tecnologia como fator-chave para seu desenvolvimento. A sociedade da informação encontra-se ligada

ao crescimento e reorganização do capitalismo. Como nos lembra Werthein (2000), o foco na tecnologia pode perpetuar o determinismo tecnológico, "segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos" (WERTHEIN, 2000, p. 71). Além disso, a visão de que a sociedade da informação é uma etapa de desenvolvimento da sociedade, o que Werthein (2000) considera aqui como "evolucionismo", seria mais um pensamento indevido na discussão do novo paradigma tecnológico. Conforme o autor,

> O determinismo e o evolucionismo distorcem a análise do complexo processo de mudança social e alimentam uma atitude passiva, contemplativa, em relação a esse processo. Tais posturas impedem ou ignoram que a sociedade, especialmente por intermédio do Estado, tem desempenhado, no decorrer da história, um papel muito ativo tanto para promover quanto para sufocar o desenvolvimento tecnológico e suas aplicações sociais (WERTHEIN, 2000, p. 71-72).

Para Aquino (2013), com a produção das tecnologias (escrita e digitais), três pontos negativos surgiram e entre eles encontramos: a competência de aprender a aprender, que obteve um efeito brutal nos grupos excluídos e marginalizados, em especial, nos afrodescendentes (DELORS, 1999, apud AQUINO, 2013). Isto acontece, segundo a autora, pois, diante do alto índice

de desigualdades raciais (na política, economia, social, educacional), as chances desse grupo conseguir formação técnico-científica que seja compatível às exigências contemporâneas é muito baixa.

A partir dessa explanação, podemos refletir: Como alguém saberá utilizar a informação disponibilizada via *web* se, na maioria das vezes, não possui um equipamento com acesso à internet? E quando possui, detém habilidades e competências para interpretar a sua necessidade informacional e realizar a busca pela informação na *web*? Como esperar que as populações marginalizadas possuam competência para avaliar criticamente os conteúdos que recebem via internet, separando conteúdos de notícias falsas daquelas que provém de fontes seguras, sem ter oferecido educação voltada para o pensamento crítico informacional?

O segundo ponto destacado por Aquino (2013), é que as tecnologias podem ser acessadas e usadas para fins ilícitos, discriminações e racismos. Haja vista, casos de racismos ocorridos com personalidades negras brasileiras[30], tais como, Taís Araújo, Maju Coutinho, Cris Viana, Titi, Preta Gil, Negra Li, Ludmilla, Sheron Menezzes. Ou seja, nos casos supracitados, as tecnologias são utilizadas para a propagação do ódio e do racismo contra as/os afro-brasileiras/os, bem como, para a externalização do estranhamento que ocorre cada vez que as/os

---

[30] Maiores informações sobre os casos sofridos, ver: <https://glo.bo/2k22iip>. Acesso em: 28 Nov. 2017.
Ver também: <https://glo.bo/2wLRUos>. Acesso em: 28 Nov. 2017.
Ver também: <https://bit.ly/2InMdOO>. Acesso em: 28. Nov. 2017.
Ver também: <https://bit.ly/2GfjJoB>. Acesso em: 28. Nov. 2017.

negras/os ocupam espaço de visibilidade e/ou poder dentro de determinadas esferas da sociedade.

O terceiro e último ponto elencado por Aquino (2013), é que as tecnologias intelectuais possibilitam que a representatividade de vários grupos sociais seja feita por intermédio de imagens estereotipadas[31] e distorcidas, incluindo as/os afrodescendentes. Por isso, a autora afirma que a produção oferecida às pessoas para que interajam com as tecnologias não é igual para todas/os e poucas/os são aquelas/es que realmente se beneficiam delas.

Dito isto, é necessário entendermos que, ao dizermos que o uso e acesso de tecnologias é igual para todos os grupos sociais, estamos nos retirando de preconceitos, racismos e discriminações que surgem no compartilhamento de bens tecnológicos (AQUINO, 2013), visto que esse compartilhamento e acesso por parte das populações de origem africana não é uma realidade da sociedade brasileira. Além disso, "os sujeitos fazem a história das tecnologias e nelas incluem as possibilidades de

[31] Haja vista, o exemplo das novelas transmitidas em canais abertos de comunicação em massa, onde as pessoas de origem africana são apresentadas como subalternizadas às/aos pessoas brancas, são pertencentes às classes mais baixas, tidas como ignorantes, sem papéis de protagonismo e que perpetuam as imagens que desfavorecem e estereotipiam as/os afrodescendentes. Araújo (2003) aponta os estereótipos tradicionais dentro da perspectiva colonialista, e ressalta que "os estereótipos não caem em desuso, porque a TV, na ideologia do branqueamento com influências euro-norte-americanas não consegue enxergar o negro de outra forma, a não ser por sua sensualidade, comicidade ou desgraça" (ARAÚJO, 2003, p. 56).

exclusões e, assim, frustram as esperanças de inclusão digital nessa era da informação" (AQUINO, 2013, p. 64).

Quando falamos de representações de negras e negros na ciência, é preciso que entendamos sobre o significado da representação e de "políticas identitárias" (RIBEIRO, 2017) desta população em lugares de poder, visto que, por conta da cultura eurocêntrica, esta população ainda é olhada e analisada enquanto "objeto" e não como sujeitas/os.

Nas universidades, órgãos de fomento de projetos e institutos de pesquisa, a presença de intelectuais negras e negros ainda é baixa quando comparada com as/os intelectuais e pesquisadoras/es brancas/os (AQUINO, 2013). Djamila Ribeiro (2017, s.p.) nos lembra que o embate pela presença negra em diversos espaços busca, principalmente, "desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir e privilegiar". Conforme Aquino (2010), as/os afrodescendentes,

> [...] quando conseguem freqüentar a universidade, encontram baixa qualidade de ensino público e a imposição de um conteúdo programático que não valoriza seu universo cultural nem reconhece a presença do racismo – construção histórica e social introjetada nas práticas sociais e culturais dos indivíduos – nas relações cotidianas

Neste ponto, é preciso que haja uma transformação da consciência da comunidade científica com relação aos temas de pesquisa das/os afrodescendentes, bem como, inclusão na ciência produzida por elas/es (CUNHA JUNIOR, 2010 apud AQUINO, 2013). Na universidade, as negras e os negros precisam ser

vistas/os, não como "objetos de estudo", mas sim atribuir às suas culturas, sociabilidades, modos de ser e viver, bem como, as demais questões relacionadas às/aos afros como insumos para tornar a universidade, a ciência e o fazer profissional sedimentados em respeito à diversidade étnico-racial presente na sociedade.

A inclusão digital de negras e negros é também um dos pontos discutidos por Aquino (2013), visto que as primeiras iniciativas para a utilização das tecnologias no ensino ocorreram no campo referente à formação continuada de professoras/es por intermédio de cursos específicos. Estes cursos preparavam docentes para atuarem como formadoras/es de professoras/es e para exercerem funções em laboratórios de informática. Em paralelo a isso, houve a criação de uma legislação oficial, entre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394) criada em 1996 (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), a Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), entre outros. No entanto, nenhuma delas concretamente criou políticas públicas para incluir as/os afrodescendentes na sociedade da informação (AQUINO, 2013).

Com relação à apropriação da informação com vistas à sua transformação em conhecimento pelas/os afrodescendentes, Aquino (2013, p. 67) afirma que o "sistema educacional impõe barreiras informacionais para as/os afrodescendentes destinando-lhes uma informação inadequada no atual contexto,

sem nenhuma ligação com a sua história, cultura e tecnologia". Além disso, chama atenção para um ponto que considera fundamental:

> [...] [a] atual revolução tecnológica surge como uma nova cultura que impõe uma ordem econômica e social e impulsiona o acesso e uso da informação nas diversas atividades humanas e para educação coloca a responsabilidade social de se adequar a esse novo modo de desenvolvimento e redefinir seus espaços de formação. Entretanto, essa cultura que constitui uma das instâncias em potencial para o afrodescendente se empoderar, organizar a sua identidade, superar barreiras, se abastecer com "repertórios culturais diferentes" (CANCLINI, 2007) e se apropriar de fluxos de informação, é negada em sua totalidade (AQUINO, 2013, p. 67).

Tedesco (2004, p. 3) afirma que o problema da educação atualmente "não é encontrar a informação, mas como oferecer acesso a ela sem exclusões e, ao mesmo tempo, aprender e ensinar a selecioná-la, avaliá-la, interpretá-la, classificá-la e usá-la".

As políticas públicas para a população negra são ainda incipientes, precisam ser elaboradas para suprirem as necessidades informacionais específicas desse grupo, bem como torná-las/os sujeitas/os e cidadãs/ãos escritoras/es de sua própria história. Além disso, as medidas para o enfrentamento do racismo não são suficientes para a desconstrução da sociedade

racista em que vivemos e há necessidade de serem criadas e implementadas em todos os âmbitos da sociedade, tais como, escolas, universidades, locais de trabalhos, nas relações interpessoais, nos meios de comunicação, no judiciário, no legislativo, na política, na polícia e outros diversos espaços onde as/os negras/os estão presentes.

Uma formação policial voltada para o respeito à diversidade étnica e para a desconstrução da figura das/os afrodescendentes como suspeitas/os de crimes é algo urgente dentro da nossa sociedade. O genocídio da população negra causado pelo Estado e por suas/seus funcionárias/os têm aumentado a cada ano, onde as/os afrodescendentes oriundas/os de comunidades e lugares menos favorecidos têm sido vítimas de uma "limpeza étnica" diária, com a justificativa de combate às drogas. Mas não é somente a população negra periférica que a sociedade deseja excluir, há casos, como por exemplo da vereadora, ativista dos direitos humanos, cientista social e mulher negra, Marielle Franco, onde defensoras/os dos direitos e lutas de populações marginalizadas são alvejadas/os literalmente à tiros para que se calem e parem de denunciar os descasos e atrocidades cometidas contra a população negra.

Os pontos acima elencados, podem ser entendidos como reflexos da branquitude presente na sociedade que impede o desenvolvimento socioeconômico e educacional da população negra mesmo que esta seja a maioria da população brasileira (negros/as e pardos/as representam 54% da população, conforme informa o IBGE (2015). Significa dizer que existe uma elite dominante branca cis heterossexual que detém o poder para designar os lugares que outros grupos étnicos ocuparão dentro da sociedade e que o desenvolvimento dos afros, por exemplo,

pode ameaçar e retirar os privilégios designados aos/às brancos/as dentro da nossa sociedade. Significa também que o/a branco/a brasileiro não se considera como pertencente a um grupo racial, mas sim como norma a ser seguida, sendo detentor de privilégios materiais, imateriais e simbólicos (CARDOSO; 2011; SCHUCMAN, 2014). Isso nos leva a refletir o porquê desta onda frequente de casos de racismo via mídias sociais e tecnologias sofridas por negras e negros brasileiras/os que estão em "evidência" na mídia brasileira. Obviamente, a perpetuação de visões distorcidas e estereotipadas sedimentadas desde o processo escravista é um dos motivos que modelou a sociedade racista que temos hoje. Além disso, a falta de representação positivada dos outros grupos étnicos não-brancos em espaços de poder e meios de comunicação em massa contribuíram também para que isto ocorresse.

Corroborando com o que foi escrito acima, Aquino (2013, p. 69) afirma que

> As aberturas e os espaços que deveriam ser destinados a afrodescendentes, na era da informação, têm sido historicamente ocupados por aqueles que sempre estiveram dentro do sistema de produção e ainda continuam gozando de privilégios e benefícios. Permanecem fora do campo de visão dos governos e dos produtores de tecnologias intelectuais, a perversa exclusão das sociedades multiétnicas e multiculturais, a negação das múltiplas formas de pertencimento, as exclusões de grupos étnicos. Em consequência dos efeitos da

> globalização econômica, estes grupos desenvolvem conflitos entre vários grupos em defesa de seus valores, costumes, tradições e identidades.

Assim, o acesso e uso da informação não trazem a democratização educacional, nem mesmo favorecem a real participação das/os afros na cultura digital, conforme pensavam as/os idealizadoras/es da sociedade da informação. (AQUINO, 2013). Para que haja essa real inclusão, acesso e uso da informação nessa sociedade informacional, primeiro é preciso reconhecer a diversidade cultural e reconhecer que não há sociedade da informação se não houver o "reconhecimento da exclusão e da necessidade de democratização da informação" (AQUINO, 2013, p. 69).

3 AS MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

As mulheres negras são as que mais sofrem dentro da sociedade brasileira. Cotidianamente, estão sob as garras do sistema opressor que as silencia, mata e pretere. É esse sistema que faz com que a maioria das mulheres negras brasileiras vivam em situação de "mães solo", sofram para ingressarem no mercado de trabalho formal, possuam baixas taxas de alfabetização, trabalhem em tarefas domésticas remuneradas e ganhem menos que homens brancos e negros e que mulheres brancas[32].

---

[32] Informações retiradas do site do INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das desigualdades de**

São essas mulheres, que desde cedo, sofrem com a objetificação e sexualização de seus corpos por influência de uma mídia corporativa que "oferece" os corpos de mulheres negras como chamariz para estrangeiros em época de carnaval e as expõe pintadas em propagandas carnavalescas no "horário nobre" da televisão. Conforme apontam Raimundo, Gehlen e Almeida (2006, p. 03),

> A dinâmica social onde está inserida a mulher negra é movida pela ordem capitalista, o que faz com que a luta da maioria seja por direitos sociais[4] e, muitas vezes, por direitos básicos de sobrevivência, reivindicando junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências do capital, tal como ele se constitui atualmente.

Além disso, há as perspectivas colonialista e patriarcal deixadas pelos "senhores" na época da escravidão, que se apoderava dos corpos de africanas escravizadas como bem entendessem. Conforme nos lembra Sueli Carneiro, o período colonial deixou aspectos sobre as mulheres negras dentro do imaginário social, e na contemporaneidade, esses aspectos adquirem "novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da

---

gênero e raça. Brasília: IPEA; ONU Mulheres; SPM, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2KqVZjU>. Acesso em 10 mar. 2018.

escravidão" (CARNEIRO, 2011, s. p.). A autora lembra ainda, que as

> mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2011, s.p.)

A opressão que a autora pontua é algo presente na vida da mulher negra, basta vermos que as maiores taxas de feminicídio no país e morte no período de gestação, pré e pós-parto[33] são de mulheres negras (TEIXEIRA; QUEIROZ, 2017).

Na sociedade brasileira, as mulheres negras não são consideradas modelos de beleza, pois em nosso país, o padrão de beleza são as mulheres brancas. As mulheres negras são preteridas em relacionamentos, sendo aquelas consideradas "para trabalhar, não para casar" (PACHECO, 2008).

O racismo institucional é um dos principais aspectos que afetam as mulheres negras. Conforme Werneck (2013, p. 17),

> O racismo institucional é um dos modos de operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo - é o modo organizacional - para atingir coletividades a partir da

[33] Para maiores informações sobre este assunto, ler: CRENSHAW (2002), CURIEL (2007), DAMASCO, MAIO, MONTEIRO (2012), LOPES (2016), WERNECK (2016).

> priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros. E mais, como vimos acima, restringindo especialmente e de forma ativa as opções e oportunidades das mulheres negras no exercício de seus direitos.

No entanto, apesar de todos esses aspectos que tornam a mulher negra a base da pirâmide social brasileira, foi por conta desses e outros motivos, que o movimento do feminismo negro se criou. Historicamente, conforme Damasco, Maio e Monteiro (2012, p. 134), "nos primeiros anos do século XX, o perfil das militantes feministas no país era composto, principalmente, de mulheres com formação universitária, de classe média e urbana". Considerada a primeira fase do movimento feminista, as lutas desse movimento duraram até 1970 e tinham como foco a luta pelo direito ao voto e melhores condições no mercado de trabalho (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

Posteriormente, em 1975, veio a segunda fase do movimento feminista com representação de mulheres ativistas em estados brasileiros, assim como, foi realizada pela Organização das Nações Unidas, a Conferência Internacional da Mulher com representantes de diversos países. Foi nesse evento que houve a declaração da Década Internacional das Mulheres (1975-1985) (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). Com isso, houve a criação de diversos órgãos, entre eles, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (ORTIZ, 1998; DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

No entanto, houve o questionamento da ausência de temáticas relacionadas às mulheres negras. Tanto na primeira e

segunda ondas feministas, assuntos como racismo, machismo, violência contra mulher, entre outros pontos de pauta, já faziam parte da luta das mulheres negras, conforme aponta Djamila Ribeiro (2017).

Entretanto, o movimento feminista de mulheres brancas precisava visibilizar e refletir sobre essas pautas e os lugares de luta das mulheres brancas e negras (RIBEIRO, 2017). Ribeiro (2017) aponta ainda, que o movimento de mulheres brancas ao fazer essa invisibilização das lutas pelas conquistas de direitos das mulheres negras compactua com as práticas de perpetuação do racismo e invisibilidades das lutas de outras mulheres oprimidas. Para Young (2006), os membros de um grupo de gênero ou grupo racial, possuem diferentes histórias de vida que os tornam diferentes entre si, com diversos interesses e diferentes posicionamentos ideológicos.

Dessa forma, começaram as articulações dessas mulheres negras em prol das suas pautas pelo reconhecimento e igualdade na sociedade, assim como, iniciou-se uma disputa de narrativas dentro dos movimentos feministas (RIBEIRO, 2017). Conforme Penha (2017, p. 18), o objetivo do movimento feminista negro é "viabilizar os direitos das mulheres negras, na tentativa que as mesmas encontrem seus lugares no interior da sociedade, buscando sua emancipação e igualdade nos direitos". Para Pinto (2007, p. 31), a

> condição social das mulheres negras, por não ter despertado grande interesse nas feministas, que por muito tempo ficaram restritas ao debate sobre as relações homem-mulher, passou a ser estudada principalmente por feministas negras.

Estas feministas negras[34] têm demonstrado, por intermédio de seus estudos, que o foco somente em questões de gênero tido como a fonte de opressão feminina, não se conecta com questões como o sexismo, racismo e demais formas de dominação presentes na nossa sociedade (PINTO, 2007). A autora afirma ainda, que a atribuição às questões de gênero como fonte de opressão acaba por silenciar aspectos relacionados às identidades das mulheres, sexualidade e classe (PINTO, 2007).

Aqui, citamos bell hooks (1984), ao dizer que o movimento feminista de mulheres brancas - neste caso, mulheres estadunidenses, embora no Brasil tenhamos semelhanças, conforme apontaram Damasco, Maio e Monteiro (2012) - transformou suas pautas de luta como se fossem de todas as mulheres estadunidenses e, ao fazê-lo, tirou a atenção da luta de classes, do racismo e de suas atitudes sexistas.

Para Jurema Werneck, existem eixos de subordinação que auxiliam na construção da inferiorização de algumas mulheres e do privilégio de outras. A autora reflete que,

> Se é fato que as mulheres (no conceito estendido para além da biologia, o que inclui as travestis e as transexuais) dos diferentes grupos raciais estarão em desvantagem em muitos aspectos em relação aos homens (idem) de seu grupo racial, é possível verificarmos também a miríade de diferenças e desigualdades injustas que se estabelecem

[34] Cidinha da Silva, bell hooks, Angela Davis, Kia Lilly Caldwell, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Jurema Werneck, Kimberlé Crenshaw, entre outras.

> entre as primeiras. Nesta complexidade, cada mulher ou grupo homogêneo de mulheres vivenciará de forma específica os efeitos do racismo patriarcal heteronormativo. Estas variações corresponderão aos modos como são atravessadas pelos demais eixos de subordinação que se colocam em uma sociedade complexa e altamente hierarquizada como a brasileira (WERNECK, 2013, p. 16).

Os eixos elencados pela autora são: a) ocupação; b) orientação sexual; c) condição física/mental; d) território; e) classe social; e) escolaridade; e f) idade/geração (WERNECK, 2013).

Quando as mulheres brancas que fazem parte da luta feminista utilizam as condições de uma parte das mulheres para dizer como se fossem de todas, está sendo trazida uma "perspectiva unidimensional" (BELL HOOKS, 1984), que pode promover a invisibilização de lutas das mulheres de outras etnias.

Bell hooks (1984) chama atenção também para o fato da dominação do discurso feminista por mulheres brancas e como essas "raramente se questionam se a sua a realidade de mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo" (BELL HOOKS, 1984, p. 195). Aborda ainda, como as perspectivas de mulheres brancas podem refletir os preconceitos de raça/etnia e de classe e afirma que é abundante a quantidade de textos de feministas brancas, que reforçam a supremacia branca e, por consequência, negam a possibilidade de conexão política entre mulheres (BELL HOOKS, 1984).

Dessa forma, é preciso pensarmos "como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão" e utilizarmos o "arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro [...] como instrumento para se pensar não apensar sobre as próprias mulheres negras, [...], mas também sobre o modelo de sociedade que queremos" (RIBEIRO, 2016. p. 100)

Em seu texto "Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e racismo", Jurema Werneck ressalta que

> [...] as mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WERNECK, 2009, p. 151-152).

A autora afirma essas especificidades da mulher negra para proporcionar o destaque da "diversidade de temporalidades, visões de mundo, experiências, formas de representação" que constituem o modo de apresentação e vivência das mulheres negras ao longo dos séculos (WERNECK, 2009). Ressalta ainda, que as mulheres de origem africana articularam-se na diáspora possuindo como foco principal a "luta conta a violência do aniquilamento – racista, heterossexista

e eurocêntrico – [...]" buscando melhores condições de vidas para nós, enquanto mulheres negras, e para o grupo maior a que estamos vinculadas (WERNECK, 2009).

Werneck (2009) aborda, que as articulações em prol das lutas das mulheres negras se desenvolveram apesar e a partir das limitações e ambiguidades de identidades que foram formuladas com base do olhar do dominador. Assim, o que se busca é a oposição ao aniquilamento por parte do genocídio e epistemicídio de mulheres negras.

Entre os contextos de luta da mulher negra, encontramos a luta pelo reconhecimento e estratégias de desenvolvimento enquanto intelectuais negras dentro das universidades. Pinto (2007), em sua pesquisa de mestrado, realizou entrevistas com mulheres negras pertencentes aos cursos de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. A autora chama a atenção para o fato de que, apesar das universidades formarem mais mulheres que homens, as mulheres negras ainda não estão usufruindo realmente do direito de formação em cursos superiores. Para a autora, as mulheres negras, ao contrário das brancas, parecem ainda estar em espaços tradicionalmente estabelecidos dentro da sociedade, em funções como emprego doméstico e ocupações de baixo rendimento. As mulheres negras desfrutam pouco das conquistas dos movimentos feministas apesar de estarem presentes na luta feminista e isso, é resquício de uma sociedade que ainda tem a cor e o gênero, como um dos pontos de exclusão de espaços de poder e aprendizados (PINTO, 2007).

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a discussão sobre mulheres negras ainda encontra-se em desenvolvimento. Entre os estudos realizados sobre as mulheres

negras e o acesso à educação superior, Miriam de Albuquerque Aquino (2015a) realizou uma pesquisa discutindo a presença das mulheres negras nos espaços de educação superior. Para esta autora, a presença das mulheres negras no ensino superior não relaciona-se somente à cor, mas sim, aos níveis sociais, econômicos e educacionais que se tornam impeditivos para seu ingresso e permanência no ensino superior. Infere que o preconceito racial possui camuflagem com aspectos democráticos e que as desigualdades socioeconômicas, educacionais e políticas não são relacionadas à discriminação racial dentro da sociedade brasileira. Ressalta ainda, que mesmo com a criação e estabelecimento de políticas públicas educacionais, cotas, lutas contra racismo e aumento de mulheres negras no ensino superior, as desigualdades de gênero e raça estão presentes no dia a dia das mulheres negras.

4 DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA MULHERES NEGRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir dos aspectos teóricos trazidos neste trabalho, questionamos: Como o profissional da informação poderá tornar a informação mais acessível para as mulheres negras? Assim, pautamos alguns aspectos que a/o profissional da informação e bibliotecária/o poderá atuar enquanto um/a agente de promoção da igualdade e que possui um papel ativo para a consolidação da sociedade da informação.

Primeiramente, pontuamos que é necessário o entendimento de que, na nossa sociedade, as inter-relações entre raça e gênero estão interligadas e, em uma sociedade onde a maioria da população é negra (considerando pretos e pardos,

segundo IBGE), é praticamente inviável que os sistemas educacionais, políticos, sociais e econômicos não se preocupem com aspectos que envolvam as mulheres negras, enquanto sujeitas e cidadãs.

Em um segundo momento, a/o profissional da informação e bibliotecária/o precisará exercer a alteridade e colocar-se no lugar da "Outra" (neste caso, no lugar da mulher negra), entender seus contextos, dificuldades e compreender que essas possuem necessidades específicas de informação relacionadas a vários temas. A partir daí, oferecer serviços em sua unidade de informação ou espaço de trabalho, com informações sobre temas como:

a) Saúde: divulgar informações sobre saúde das mulheres negras, métodos contraceptivos, aleitamento materno, grupos de apoio para mulheres vítimas de violência, informações sobre pré-natal, parto e pós-parto; informações sobre violência obstétrica, medicamentos que afetam a saúde da mulher negra, entre outras;
b) Trabalho: divulgação de informações sobre oportunidades de emprego, oferecimento de capacitações profissionais, grupos de mães que trabalham, entre outros;
c) Educação: criar e oferecer cursos de informática, normalização, elaboração de textos (desde artigos até trabalhos de conclusão de curso), grupos de estudos e cursos preparatórios para ingresso na pós-graduação para mulheres negras. Assim como, oferecer cursos de corte e costura, bordado, crochê, artesanato, recepcionista, etc., para aquelas que desejarem mudar de profissão ou qualificar-se;

d) Aspectos políticos: Oferecer formação sobre gênero, raça, relações étnico-raciais, multiculturalismo, afrocentricidade, empoderamento feminino, entre outros temas que propiciem o fortalecimento da identidade da mulher negra e aumento de sua autoestima.

Com as sugestões de serviços e produtos supracitados, a/o profissional da informação e bibliotecária/o estará não só promovendo oportunidades de crescimento intelectual, econômico, político e social das mulheres negras, mas também, proporcionando o fortalecimento identitário e procurando colaborar para uma vida igualitária e com vistas a um pleno exercício de direitos por parte das mulheres negras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos com esse texto, ter trazido reflexões a respeito da mulher negra e dos entraves que as envolvem e são impeditivos de acesso à Sociedade da Informação. Apesar dos esforços de feministas negras, a luta pela igualdade de direitos de mulheres negras nos diversos espaços da sociedade é algo imperativo.

A conscientização do nosso papel como mulheres de diferentes pertencimentos étnicos deve estar pautada na perspectiva de valorização, respeito e visibilização de suas pautas e lutas umas das outras. O acesso pleno às informações disponíveis para o desenvolvimento e transformação social, econômica e educacional de mulheres negras dentro da dita "sociedade da informação" é um dos principais pontos a ser trabalhado e estudado para que, de fato, cheguemos ao que o

conceito Sociedade da Informação proposto por diversos autores se propõe: o acesso às informações por todas/os, sem exceção. No entanto, não se pode generalizar e pensar que todas/os temos os mesmos direitos, deveres e acessos perante à sociedade, visto que, no Brasil, o gênero e cor estão ligados por uma linha forte que ao invés de incluir, exclui.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque Aquino. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo, 2008.

AQUINO, Mirian de Albuquerque Aquino. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.26-37, jan./jun., 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2wYDb9F>. Acesso em: 03 mar. 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque Aquino. A inclusão afrodescendente na era da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/qprXAX>. Acesso em: 27 nov. 2017.

AQUINO, Mirian de Albuquerque Aquino. A presença de mulheres negras em espaços públicos como uma questão de desigualdade de gênero. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2wTk29k>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ARAÚJO, Sheneville Cunha de. **A discriminação da imagem do negro na TV brasileira**. 2003. 69 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Roraima. Boa vista, 2003.

BELL HOOKS. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16. Brasília, jan./abr., 2015, p. 193-210. Disponível em: <https://bit.ly/2IqUEgx>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2L0aJHs>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal; UNESCO, 2001. 186 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2daykZc>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível em: <https://goo.gl/kcvrN4>. Acesso: 09 Fev. 2018.

CARDOSO, Lourenço. O Branco-Objeto: o Movimento Negro situando a Branquitude. **Instrumento**: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2IssYUp>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**. 06 mar. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2D8W8oP>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2kCUF3B>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, Colombia, n. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2jZwUB6>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abr., 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2rXD6y5>. Acesso em: 06 mar. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA; ONU Mulheres; SPM, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2KqVZjU>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LOPES, Laura Lópes. Mortalidade Materna, Movimento de Mulheres Negras e Direitos Humanos no Brasil: um olhar a interseccionalidade de Gênero e Raça. **Tomo**, n. 28, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2wKLWUE>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ORTIZ, Maria José M. D. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, p. 25-32, 1998.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **"Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar"**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

PENHA, Elane Pessanha da Silva. **O feminismo negro e o uso da internet em sua propagação**. 2017. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IpVVEs>. Acesso em: 13 mar. 2018.

PINTO, Giselle. **Gênero, Raça e Pós-Graduação**: um estudo sobre presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense. 2007. 178 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2rPoqB5>. Acesso em: 17 mar. 2018.

RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória; ALMEIDA, Daniely. Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro. In: SIMPÓSIO OBSERVANORDESTE, 7. Recife, 03 e 04 de maio de 2006. **Anais...** Recife, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2IqzZ7X>. Acesso em: 15 mar. 2018.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur**: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 13, n. 24, p. 99- 104, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

TEDESCO, Juan Carlos (Org). **Educação e novas tecnologias**: esperanças ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Maria Santana dos Santos Pinheiro; QUEIROZ, Josiane Mendes de. Corpo em Debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. Salvador, 06 a 08 de setembro de 2017. **Anais...** Salvador, 2017.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In*: **Vents d'Est, vents d'Ouest**: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications*, 2009 (*generado el 13 octubre 2016*). Disponível em: <https://bit.ly/2L4UFEk>. Acesso em: 16 mar. 2018.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional – uma abordagem conceitual. **ONU Mulheres – Brasil**. 20 dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2GtaRMk>. Acesso em: 16 mar. 2018.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2pWe0k7>. Acesso em: 14 mar. 2018.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 139-190, 2006.

COMUNIDADE LGBT DA BAHIA: PERFIL E NECESSIDADES INFORMACIONAIS[35]

Bruno Almeida dos Santos

Nídia M. L. Lubisco

1 INTRODUÇÃO

A ausência de estudos de comunidade na área da Biblioteconomia, como abordado desde a década de 1990 por Figueiredo (1994), pioneira no Brasil sobre este tema[36], aliada ao desconhecimento das necessidades informacionais da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), são as razões que justificam este trabalho. Considerando que o foco central desta pesquisa está representado pela comunidade LGBT da Bahia, o presente trabalho tem como objetivo conhecer as necessidades de informação e traçar o perfil desse grupo minoritário, no intuito de elaborar estratégias para que seus integrantes possam romper as barreiras sociais, culturais e institucionais.

---

[35] Versão atualizada e ampliada da comunicação apresentada no Seminário Integrar PPGCI/ICI UFBA, 2016.

[36] Indicação de leitura: CUNHA, M. B. da; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

A compreensão de que o quantitativo de informação produzida, tanto na academia, quanto em outros âmbitos do setor produtivo, não garante seu uso efetivo, em razão das dificuldades dos usuários, suscita reflexões acerca das necessidades informacionais da comunidade LGBT da Bahia.

É preciso entender que, mesmo dispondo-se atualmente de uma produção significativa de documentos e, com isso, informações e dados em diferentes mídias, e fazendo-se uso de informações derivadas de estudos e pesquisas, na comunidade LGBT há evidências de que ela ainda precisa de informação e que suas necessidades, muitas vezes, são pouco visibilizadas pelos profissionais da informação em seus ambientes de trabalho. Mott (2000, 2004) lembra que o segmento LGBT se constitui em uma minoria das mais desprezadas dentre todas as minorias, historicamente marginalizada, odiada, vitimada pelo preconceito e pela discriminação. E a razão disso pode estar relacionada com o pensamento de Vieira Júnior (2005, p. 34) quando afirma que "[...] o preconceito e a falta de informação atuam de forma a favorecer a discriminação, no grupo minoritário dos homossexuais".

Para tentar entender o processo informacional da comunidade LGBT, foram elencadas algumas questões que nortearam este estudo de comunidade, a saber: Qual o perfil socioeconômico das pessoas pertencentes à comunidade LGBT da Bahia (tendo-se, *a priori,* esse fator como indício de mais ou menos busca por informação)? Quais as necessidades informacionais da comunidade LGBT da Bahia? Quais são as fontes de informação mais usadas por essa comunidade para satisfazer essas necessidades? E quais são as unidades de

informação mais utilizadas por essa comunidade na busca de soluções para resolver as suas necessidades informacionais?

O modelo de estudo de comunidade de Figueiredo (1994) foi escolhido por ser um dos poucos da literatura brasileira que trata sobre o tema, com foco nas necessidades de informação dos usuários. Esta pesquisa tem o caráter exploratório-descritivo e objetivou identificar e analisar as necessidades informacionais dos sujeitos LGBT da Bahia, integrantes do Fórum Baiano de Grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestir e Transexuais (FBLGB), assim como as suas características socioeconômicas. Apresenta uma abordagem quantitativa, pois é composta apenas por dados estatísticos.

Aplicou-se, conscientemente, o modelo de estudo de comunidade de Figueiredo (1994), embora este tenha sido desenvolvido especificamente para o processo de desenvolvimento de coleções, uma vez que se pretende com isto mostrar as necessidades informacionais da comunidade LGBT da Bahia aos profissionais da informação, a fim de que eles tenham subsídios para desenvolver políticas e ações voltadas para o atendimento dessa comunidade, em suas unidades de atuação (bibliotecas, arquivos, centros de documentação, centros de referência, museus, entre outros).

Para a realização da coleta de dados foi utilizado um questionário *online*, elaborado no Google Drive, com questões fechadas de múltipla escolha. O questionário, assim como a entrevista, é um método de análise direto. Segundo Lakatos e Marconi (2010), é uma ferramenta de coleta de dados, formada por perguntas ordenadas, respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Desse modo, o pesquisador envia o questionário ao informante por *e-mail*. A população, assim,

está constituída pelos dirigentes de grupos LGBT participantes do FBLGBT, e estão preservadas suas respectivas identidades.

A relevância deste estudo se deve ao fato de pretender despertar nos profissionais da informação a atenção para a importância de se realizar estudos de comunidade, como é o caso da comunidade LGBT, que se encontra à margem de uma sociedade que tem características racistas, machistas, sexistas, classistas e homofóbicas, conforme está evidenciado não só pela mídia, mas pela literatura. A autora Rohden (2009), em seus estudos, afirma que em nossa sociedade estão difundidos o racismo, a homofobia e o machismo, e que esses processos de discriminações devem ser combatidos, na perspectiva dos direitos humanos, educação, cultura, acesso à informação, entre outros fatores.

Não se pretende, com essa argumentação, considerar que as pessoas pertencentes à essa minoria devem ter privilégios no que se refere à informação, mas sim, afirmar que o acesso e o uso da informação, como direito universal ou garantido pela Constituição de 1988, pode ajudá-la a minimizar os danos causados pela exclusão e, assim, atenuar as dificuldades para exercer os plenos direitos de cidadania, isto é, a promoção da defesa de seus direitos, o combate à discriminação e ao preconceito, e a ampliação do conhecimento sobre si própria.

2 ESTUDOS DE COMUNIDADE: DIMENSÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

Para a compreensão do estudo de comunidade é necessário entender o conceito de comunidade. De acordo com site

Conceito.de (2016), a palavra comunidade se origina do termo latino *communitas* e se refere à qualidade daquilo que é comum, pelo que permite definir distintos tipos de conjuntos: das pessoas que fazem parte de uma população, de região ou nação; das nações que se encontram vinculadas por acordos políticos e econômicos (como a Comunidade Europeia ou o Mercosul); ou de pessoas vinculadas por interesses comuns (como é o caso da comunidade negra, comunidade católica, comunidade LGBT, comunidade escolar e comunidades virtuais). Kates, citado por Nunan e Jablonski (2002, p. 02), afirma que as comunidades são determinadas como um grupo de sujeitos que têm um vínculo comum que os distingue de outros indivíduos, onde compartilham uma relação social, experimentada por eles, que pode ser anônima ou não. Segundo Brandão e Feijó (1984, p. 489),

> O conceito de comunidade é um conceito familiar aos antropólogos e sociólogos, enquanto instrumento eficaz para a análise de microssistemas, e tem vindo progressivamente a ser usado pelos historiadores para o enquadramento de estudos locais. Tem-se tornado também num ponto de convergência das abordagens destas três disciplinas. No entanto, o conceito de «comunidade» é notoriamente esquivo. Umas vezes referem-se a algo existente no «mundo real», outras vezes a um artifício para dar forma à investigação e ainda outras ao produto final desta. Neste último sentido, pode dizer-se que uma comunidade é uma construção hipotética produzida por cada

> disciplina de acordo com as suas próprias finalidades e pressupostos.

Do ponto de vista da Biblioteconomia, especialmente com foco nos estudos sobre formação e desenvolvimento de coleções, comunidade é um conjunto constituído por pessoas atuantes em determinada sociedade, as quais têm necessidades evidentes de informação de caráter geral, bem como cultural, de entretenimento e de educação, que podem ser atendidas por meio de materiais informativos de diversos tipos. O conceito desse autor evidencia que esse tipo de estudo também é relevante na área da Ciência da Informação e para os profissionais da informação.

Refletindo sobre o conceito de comunidade, Goldwasser (1974, p. 70) assevera que ele tem sido formalmente incluído como um determinado segmento populacional, ocupando uma área territorial ou como certo tipo de relação social humana.

Geralmente, as acepções acerca de comunidade estão ligadas a um ou outro ângulo, algumas vezes, deixando evidentes variáveis de natureza ecológica ou demográfica, outras vezes, aludindo a processos sociais ou psicológicos catalisadores da unidade comunitária. Porém, o conceito de comunidade permanece em construção, como a própria realidade social a que se refere e, por essas razões, é que se evidencia a importância dos estudos sobre comunidade. De acordo com Goldwasser (1974, p. 69),

> Os chamados estudos de comunidade representam uma tentativa de apreensão unitária da realidade social. Metodologicamente refletem uma

> transposição para âmbito das sociedades complexa das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela Antropologia Clássica no estudo das sociedades ditas primitivas.

Como se vê, o estudo de comunidade reflete uma preocupação única com a realidade social e sua técnica vem da Antropologia Clássica, que fazia estudos focalizando as sociedades consideradas primitivas e depois se deslocando para sociedades complexas.

Neste trabalho, aplicou-se o estudo de comunidade apenas em unidades de informação (arquivos, bibliotecas, centros de documentação, centro de informação, centros de referência, memoriais e museus), as quais se caracterizam como locais formalmente constituídos para reunião, organização e disseminação de informação, onde se coletam dados, descrevem-se perfis e se identificam as necessidades de informação dos usuários de uma determinada comunidade, na perspectiva de sua satisfação. Em outras palavras, o "Estudo da comunidade é uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos interrelacionados de um grupo selecionado". (FIGUEIREDO, 1994, p. 65). Tal estudo envolve dois elementos centrais: o levantamento das características da comunidade e os significados dessas características. Nele também é enfocada a comunidade visada por uma unidade de informação e é considerado um estudo de usuário muito mais amplo que um estudo de usuário tradicional, pois é voltado para aquele que faz utilização real de uma unidade de informação.

De acordo com Figueiredo (1994, p. 67), a análise da comunidade não é apenas um simples processo de determinar o número de pessoas, as suas características gerais, níveis de educação, de economia e composição racial. Ela é mais que isso. Através dela, o profissional da informação identifica as necessidades de informação de seus usuários, estabelece serviços significativos, obtêm apoio político e econômico, contribui para o desenvolvimento da cidadania, mantém boas relações com seu público, promove ações culturais e sociais, entre outras ações. Porém, esse tipo de trabalho, que começou a ser praticado no século XX, é hoje pouco adotado pelo profissional da informação que, muitas vezes, não domina as técnicas de pesquisa e, quando o faz, só se preocupa em medir apenas a satisfação dos usuários com os serviços oferecidos pela unidade de informação onde atua.

Os primeiros estudos de comunidades foram desenvolvidos por antropólogos norte-americanos dentro de universidades, na passagem do século XIX para o XX. Segundo Oliveira e Maio (2011, p. 523),

> Desde os anos 1920, nos Estados Unidos (EUA), os Estudos de Comunidade configuravam um método investigativo de comunidades em processo de mudança social. Os pesquisadores Robert Lynd e Helen Lynd publicaram, em 1929, o estudo *Middletown – a study in contemporary american culture,* considerada pesquisa pioneira entre os estudos de comunidade americanos no século XX. Os autores investigaram uma "típica" pequena cidade americana – na

> medida em que ela teria características comuns a um vasto grupo de outras pequenas comunidades –, com o objetivo de estudar, sincronicamente, tendências de comportamento que constituíam a vida comunitária.

Esse período é caracterizado por muitas transformações urbanas e socioeconômicas nos EUA, originadas da urbanização e da industrialização, que provocaram o acelerado crescimento da população e problemas quanto aos serviços básicos da vida urbana. É nesse cenário que vários antropólogos começam a estudar as comunidades, principalmente os imigrantes. Mas no contexto das unidades de informação, o primeiro estudo de comunidade surgiu em 1908, e o segundo, em 1919, e foi aplicado a comunidades de biblioteca. Figueiredo (1994, p. 68) afirma que esses estudos não tinham um caráter científico rigoroso, eram apenas estudos de observação. Estudo de caráter científico surge em 1929, quando Gray e Monroe publicam os seus estudos de comunidade; depois deles, outro estudo de comunidade de caráter científico é publicado em 1931, por Waples e Taylon. Para Figueiredo (1994, p. 68)

> O ímpeto maior que surgiu para a realização de estudos da comunidade como um dos instrumentos da administração de bibliotecas veio da Escola de Chicago, durante os anos 30, por professores que se engajaram nesta tarefa eles próprios, desenvolveram técnicas e forneceram exemplos para serem seguidos, enquanto preparavam estudantes para realizar os levantamentos e para ensinar em

> outras escolas. Isso fez com que a análise de comunidade se tornasse mais uma tarefa acadêmica e que fosse mais executada por peritos do que por bibliotecários, para resolver os seus problemas diários.

Interessante destacar que a análise de comunidade aplicada na Escola de Chicago em uma unidade de informação, nesse caso, a biblioteca, se tornou uma importante atividade acadêmica, além de que foi mais trabalhada por peritos que por bibliotecários. É também na referida Escola que se encontravam quatro importantes estudiosos sobre estudo de comunidades. Wight, o primeiro, fez um levantamento que continha os seguintes passos: definição dos propósitos do estudo; preparação de um esboço da organização do relatório; determinação dos tipos de dados e dos métodos de coleta; preparação das tabelas, formulários e impressos para coleta e tabulação dos dados; coleta de dados; tabulação e análise; preparação de relatório e revisão, crítica e preparação final do relatório. Já McMillen, em seus estudos, distinguiu os levantamentos de comunidade dos estudos administrativos; ele também adverte sobre os preconceitos involuntários e as questões que não podem ser respondidas por um levantamento. Mc Diamid, outro estudioso, formulou a seguinte questão para seus estudos: Quais os grupos não estão usando a biblioteca e por quê? Nessa questão, o que se percebe é a grande preocupação com os não usuários. Para responder a essa questão, ele indica uma pesquisa com três características: 1) Quais são os não usuários da biblioteca; 2) Quais são seus interesses e necessidades; 3) Quais são as suas atitudes em relação à biblioteca? Completando essas questões, tem-se Martins que, em 1944, revela uma preocupação: a falta de

conhecimento das características sociais dos usuários por parte dos bibliotecários e o baixo índice leitura dos indivíduos. Ele considera que a informação sobre o nível econômico ou sobre as profissões de seu público é útil para a seleção de informação, mas não é determinante.

Em 1960, a *American Library Association* (ALA) publicou estudos sobre comunidade. De acordo com Figueiredo (1994, p. 69), são um tipo de manual para estudo das necessidades, voltado para a educação de adultos, mas útil a todos os tipos de comunidade, pois contém amostras de questionários e relatórios de levantamentos muito práticos. A obra *Library surveys* foi editada em 1967 por Tauber e Stevens e, apesar de ter um caráter administrativo, discute a análise de comunidade.

Marco na área de estudo de comunidades foi à obra de Berelson, *The library's public* (1949); considerada o ponto de partida para qualquer estudo de comunidade, é uma síntese sobre leitura e o uso da biblioteca pública. Foi um estudo bastante significativo e levou às seguintes conclusões: que a biblioteca pública era usada por somente 10% dos adultos; que esses usuários pertenciam à classe média; e o fator que mais interessava no uso da biblioteca era a educação. Segundo Figueiredo (1994), o estudo também levou a várias descobertas que, em 1966, foram confirmadas num estudo de Bundy. Além desses, outros estudos formam publicados, ao longo da história, como mostra essa mesma autora:

> Outros estudos importantes foram publicados após o de Berelson: Norwell, em 1950, publicou The reading interest of young people, no qual estudou os interesses de leitura de estudantes secundários em Nova

> Iorque, segundo idade, sexo, inteligência. Bundy, em 1960, na tese de doutoramento fez um estudo da população rural, assim como também Taves fez estudos da população rural; Peil fez um estudo de mães de baixa renda, em Chicago, comparando os hábitos de leitura e uso de biblioteca por mulheres brancas e pretas; Martin, em 1967, estudou o serviço da Enoch Pratt Free Libray de Baltimore, aos desprivilegiados; Luman em 1973, dirigiu um estudo de cinco anos sobre as características e o comportamento de leitura de adultos neo-alfabetizados, bem como os programas e matérias de leitura dirigidos para estes adultos; Lipsman, em 1972, realizou outro estudo de importância sobre os desprivilegiados na área urbana (FIGUEIREDO, 1994, p. 70).

O histórico do estudo de comunidades evidencia o quanto ele é relevante para as unidades de informação, por fornecer o conhecimento sobre as necessidades informacionais e, muitas vezes, sobre a própria comunidade estudada.

3 NECESSIDADES INFORMACIONAIS

A informação é algo essencial para a vida do ser humano e isso pode ser percebido desde os primórdios da nossa sociedade, quando o homem ainda fazia seus registros de informação nas rochas, até os dias atuais, onde ela está registrada em diferentes mídias e é considerada estratégica, tanto do ponto de vista

pessoal, como social, econômico e cultural. De acordo com Araújo (1999, p. 155),

> [...] a informação é um elemento de fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva. Assim, ao participarem de circuitos comunicacionais, os sujeitos sociais constroem as práticas informacionais.

Considerando esta visão da autora sobre a informação, faz-se necessário o conhecimento das necessidades de informação dos indivíduos, assim como os conceitos que as caracterizam.

Sobre o conceito de necessidade informacional, Martínez-Silveira e Oddone (2007) têm a mesma visão que Wilson (1981) quando descrevem que se trata de uma experiência subjetiva, que ocorre apenas na mente de cada indivíduo, não sendo, portanto, diretamente acessível ao observador. As referidas autoras também expõem que esse aspecto subjetivo se fez presente na acepção de Burnkrant, em 1976, a partir do momento em que o autor afirma que a necessidade informacional é a representação cognitiva da futura conquista de um desejo.

Morgan e King (1971 apud WILSON, 1997) argumentam que as necessidades surgem por três causas: (a) fisiológicas (fome ou sede, por exemplo); (b) desconhecimento (incluindo curiosidade e estímulo sensorial); e (c) sociais (desejo de aprovação, *status* etc.). Cooper (1971) argumenta que uma

necessidade informacional é aquilo não observado diretamente, pois não podemos, por exemplo, ver suas estruturas. Entretanto, a necessidade informacional existe, pelo menos, na mente do usuário. Diante dos conceitos expostos, percebe-se que as necessidades informacionais têm características cognitivas, subjetivas, fisiológicas, desconhecidas, sociais e psíquicas.

Derr (1983 apud MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007) também fez suas observações sobre o conceito de necessidade de informação e constatou que ela não é psicológica ou subjetiva e sim uma condição objetiva. Assim, ele apresenta duas condições para que se caracterize como tal: (a) presença de um "propósito" para a informação; e (b) que a informação em questão contribua para alcançar esse propósito. Martínez-Silveira e Oddone (2007, p. 119) acrescentam que

> Além disso, no entendimento de Derr (1983) a questão da necessidade informacional envolveria certos julgamentos. Avalia-se se há um propósito legítimo e se a informação em questão contribui para alcançar este propósito. Afirmar que determinada pessoa possui um propósito para desejar uma informação implica uma avaliação sobre a legitimidade de tal propósito, assim como supor que uma informação serve ou não a determinado propósito constitui uma avaliação sobre a pertinência daquela informação. A validade de tais ponderações dependeria então de dois fatores: (a) da profundidade do raciocínio que levou à conclusão de que determinado propósito é aceitável; (b) da disponibilidade de evidência

> científica sobre a real contribuição de determinada informação para a satisfação daquele propósito. A necessidade informacional seria então a condição na qual certa informação contribui para atender a um propósito de informação genuíno ou legítimo.

Na visão de Miranda (2006, p. 106), as necessidades informacionais podem ser definidas

> [...] como um estado ou processo no qual alguém percebe a insuficiência ou inadequação dos conhecimentos necessários para atingir objetivos e/ou solucionar problemas, sendo essa percepção composta de dimensões cognitivas, afetivas e situacionais.

Pelas acepções apresentadas, nota-se que conceituar a necessidade informacional é uma tarefa difícil e a razão disso pode decorrer do fato de que ela se origina de um processo cognitivo e perceptivo. Sobre tal, Barros e colaboradores (2008, p. 174) fazem a seguinte afirmação:

> O estudo sobre as necessidades informacionais nos permite melhor compreendermos o comportamento e o processo de busca e uso da informação. Contudo, urge ressaltar que o conceito de necessidade de informação não se constitui em uma tarefa fácil por figurar nas malhas da ambiguidade, como fruto de um processo cognitivo e perceptivo que se dá em meio a

> diferentes estágios da cognição gerenciada. Nesse sentido, a necessidade de informação consiste na percepção de um vazio cognitivo, em que perpassa incertezas, dúvidas, angústias, todo tipo de manifestação que poderá ou não, canalizar forças no indivíduo para transpor tal situação.

Para Le Coadic (2004), o conhecimento da necessidade de informação permite uma compreensão dos motivos pelos quais as pessoas se envolvem num processo de busca de informação. Cobrança oriunda da vida social, exigência de saber, de comunicação, a necessidade de informação se diferencia das necessidades físicas que se originam de exigências resultantes da natureza, como dormir, comer, entre outras.

Martínez-Silveira e Oddone (2007) lembram que as necessidades informacionais são influenciadas por fatores pessoais e que elas apresentam características mais gerais quando analisadas por grupos de usuários, uma vez que as particularidades e o contexto de cada grupo podem determinar certo padrão.

Segundo Dervin e Nilan (1986), os estudos das necessidades informacionais tendem a congregar três divisões principais que se relacionam de acordo com o seu enfoque conceitual:

a) A abordagem do valor para o usuário (*user-values*), que destaca a visão de como os sistemas de informação são percebidos pelos usuários quanto ao seu valor e utilidade;
b) A abordagem da produção de sentido (*sensemaking*), que investiga as formas pelas quais

as pessoas atribuem sentido ao mundo ao seu redor e qual o papel da informação nesse processo;

c) A abordagem dos estados de conhecimento anômalos (*anomalous states of knowledge*), que focaliza os processos pelos quais as pessoas buscam informação sobre assuntos em que seu conhecimento é incompleto.

Já Le Coadic (2004) destaca que a análise das necessidades de informação contará com as seguintes etapas: identificar os usos e usuários da informação; descrever o grupo-alvo e o ambiente; identificar as necessidades desse grupo; averiguar as necessidades; e descrever, comunicar e colocar em práticas soluções.

A análise das divisões apresentada por Dervin e Nilan (1986) e a execução das cinco etapas apresentadas por Le Coadic (2004) podem colaborar para que o profissional da informação venha a entender e resolver as necessidades de informação de um indivíduo ou de grupos de indivíduos que apresentam características comuns, que pertencem a um lugar comum a eles ou lutam por uma causa comum.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e a análise dos dados se referem à amostra selecionada, que contabilizou um total de 46 sujeitos (54,76%), dos 84 representantes de grupos afiliados ao FBLGB. Trata-se de uma amostra do tipo aleatória simples, onde todos os indivíduos representantes de entidades do FBLGBT tiveram a mesma possibilidade de ser analisados. A coleta de dados foi

estabelecida por meio de um questionário *online,* formatado no Google Drive.

4.1 SOBRE A COMUNIDADE LGBT DA BAHIA

Dos 84 representantes de entidades afiliadas ao FBLGBT, 46 (54,76%) participaram da pesquisa e 38 representantes não responderam o questionário em tempo hábil. Portanto, obtiveram-se apenas 8 respostas, apesar de todos os esforços empreendidos para se alcançar a participação de todos na pesquisa.

Quanto à faixa etária dos participantes da amostra, situou-se entre 26 e 35 anos, com 35% do total, seguida pela faixa entre 18 e 25 anos, com 33% do total de jovens e adultos a frente de grupos que militam pelas causas LGBT. Este resultado, ainda que numericamente baixo, sugere que a participação dos jovens no movimento LGBT da Bahia vem crescendo.

No que se refere à etnia, 61%, dos sujeitos da amostra se autodeclararam de etnia negra, sendo assim a maioria. A etnia negra, da maioria dos participantes da amostra coincide com etnia da maioria dos habitantes do estado da Bahia.

No que tange ao sexo dos sujeitos da amostra, a prevalência é do sexo masculino, com 65% do total, seguido pelo sexo feminino com 30% do total. Um dado que chama atenção é que a alternativa "outros" da pesquisa obteve 4% do total dos indivíduos da amostra, revelando pessoas que não se identificam nem com sexo masculino, nem com o feminino.

Sobre a identidade de gênero dos respondentes, que é diferente do sexo biológico, a maioria dos indivíduos se identifica como sendo do gênero masculino (65% do total) e a

minoria com outro tipo de gênero (4% do total). Os resultados mostraram que os sujeitos do sexo masculino se identificam com o gênero masculino, assim como os sujeitos do sexo feminino se identificam com o gênero feminino. Mas o que chama a atenção da pesquisa são os indivíduos que pertencem a outro sexo e se identificam com o sexo feminino, pois isso é prova que o gênero não é determinado pelo sexo, e sim por uma construção de sentimento individual de identidade.

Já em relação à orientação sexual dos participantes da pesquisa, há um predomínio da orientação sexual gay, totalizando 63% do total, seguida pelas lésbicas com 17%. A pesquisa mostra que entre os sujeitos da amostra do estado da Bahia ainda é grande a quantidade de indivíduos do sexo masculino, de gênero masculino e de orientação sexual gay na liderança de grupos LGBT,

Várias foram às cidades identificadas no estado da Bahia que tem a presença de militantes LGBT, dentre elas: Salvador, Jequié, Castro Alves, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Simões Filho, Ilhéus, Madre de Deus, Alagoinhas, Lauro de Freitas, Serrinha. A maioria dos sujeitos, 52% do total reside e tem seus grupos localizados na capital, e 48% do total são sujeitos que militam em grupos localizados no interior.

No que se refere ao grau de escolaridade dos sujeitos, a maior parte dos entrevistados declarou ter ensino superior incompleto, 43% do total, seguida por 26% que afirmaram ter completado o ensino superior.

De acordo com os dados coletados, o estado civil que obteve maior percentual foi o solteiro, com 76% do total dos indivíduos da amostra. É preciso notar que, mesmo diante da aprovação de leis que beneficiam a união homoafetiva, alguns

indivíduos pertencentes a esse segmento ainda continuam solteiros.

Sobre a questão religião/culto a que obteve maior número de adeptos foi a religião de matriz africana, com 50% do total. Essa religião é uma das poucas que aceita a homossexualidade. Ela também compreende que seus preceitos estão além da orientação sexual de seus membros.

No quesito profissional, 46% do total dos sujeitos estão integrados a profissões de "jornalista, artista, servidor público, cabeleireiro, psicólogo, autônomo", entre outras. Há também uma quantidade importante de indivíduos que declararam ser estudantes (representando um total de 35%), o que mostra, provavelmente, que os LGBT da amostra estão buscando, com o estudo, adquirir outra profissão, além das que já têm ou aprimorar e se capacitar naquelas em que atuam.

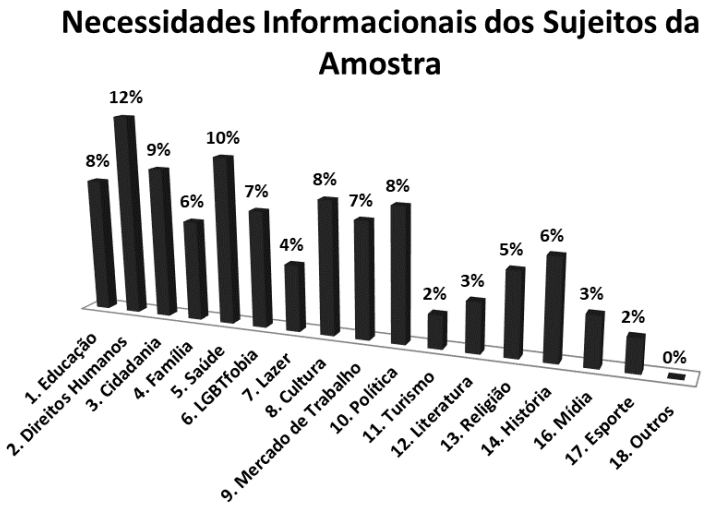
No que se refere à faixa salarial, foram propostas seis faixas: até R$ 1.000,00; de R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00; de R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00; de R$ 3.001,00 a R$ 4.000,00; acima de R$ 4.000,00 e a opção não se aplica. Os resultados indicam que 24% do total recebem entre R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00 e apenas 9%, uma pequena parcela, ganham acima de R$ 4.000,00. Um dado interessante é que a maioria da amostra não se identificou com nenhuma alternativa apresentada – indicado a opção *Não se aplica* –, dificultando desse modo a compreensão acerca da real situação.

4.2 NECESSIDADES, FONTES E UNIDADES DE INFORMAÇÃO

No que tange às necessidades informacionais dos sujeitos da comunidade LGBT estudada, os dados revelam que o tema

direitos humanos (12% do total), conforme o Gráfico 1, é apontado como a maior necessidade, seguido de saúde e cidadania. Este resultado é compreensível e coerente com a discriminação social que esta comunidade sofre, já comentada anteriormente. Tem sido uma tônica dos movimentos mais progressistas, acessíveis na literatura de Mott e nas redes sociais, como a página do *Facebook* da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a revelação da forma discriminatória com que são tratados esses sujeitos, tanto de forma ostensiva, quanto sutil, no que refere às questões sobre direitos humanos, saúde e cidadania e dos outros temas relacionados a seguir.

Gráfico 1 – Necessidades informacionais dos sujeitos da amostra.



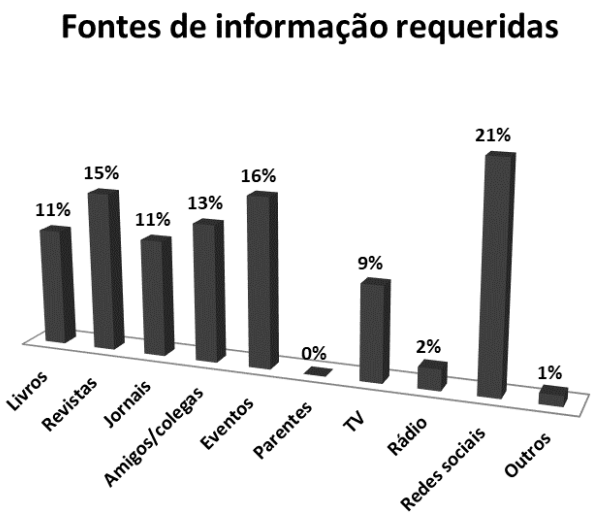
Fonte: Dados da pesquisa.

Miranda (2006, p. 105) lembra que as necessidades informacionais podem suprir anomalias no estado de conhecimento, quanto à construção de sentido, para solucionar problemas e situações-problema. Logo, o conhecimento das necessidades informacionais da comunidade LGBT aqui estudada, pode subsidiar e sensibilizar os profissionais da informação quanto à atenção a ser dispensada à essa comunidade, na perspectiva do direito à informação e dos direitos humanos, para solucionar problemas como a violação dos seus direitos, o exercício da cidadania, a saúde, entre outros temas aqui apresentados, parte das demandas informacionais da comunidade LGBT.

No que se refere às fontes de informação utilizadas pelos sujeitos da pesquisa para satisfazer suas necessidades de informação, as redes sociais foram as fontes predominantes, com 21% do total (Gráfico 2), provavelmente por serem caracterizadas como redes abertas, democráticas, portanto, facilmente acessíveis para quem busca informação. Além do mais, ela também deve apresentar subsídios informacionais adequados aos temas trabalhados pela comunidade LGBT.

Salles e Almeida (2007 apud VIOLA; GARBELINI, 2012, p. 02) dizem que "[...] todo conhecimento advém de uma fonte de informação". Ou seja, o ser humano só adquire o conhecimento a partir de uma fonte de informação, seja ela formal ou informal.

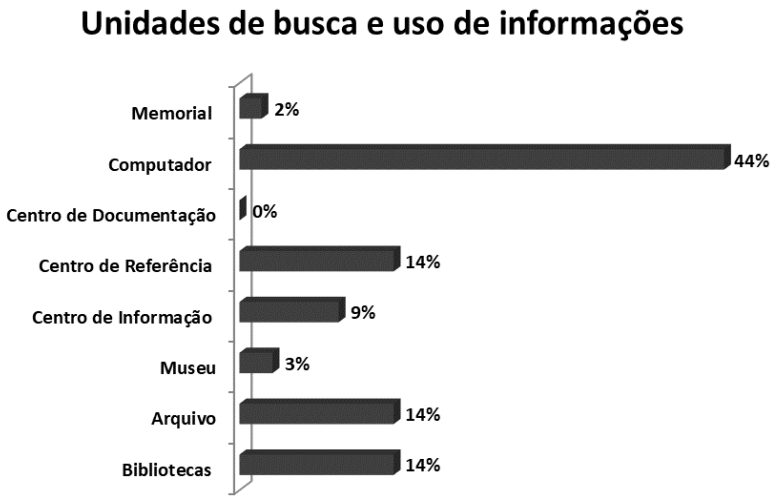
Gráfico 2 – Fontes de informação requeridas pelos sujeitos da amostra



Fonte: Dados da pesquisa.

Sendo as unidades de informação um dos *locus* privilegiados de acesso e uso da informação, a pesquisa revelou que, dentre os espaços elencados, o computador detém a preferência dos participantes dessa comunidade (44% do total). Salienta-se que nessa pesquisa o computador é entendido como uma unidade de acesso à informação mediada pelas tecnologias da informação. Isto demonstra que rareia a mediação feita por outros sujeitos, no caso, profissionais da informação. Os dados também mostram que espaços tradicionais de informação (bibliotecas, museus e arquivos) têm preferência pouco importante (Gráfico 3) para essa comunidade.

Gráfico 3 – Unidades de busca e uso de informações dos sujeitos da amostra.



Fonte: Dados da pesquisa.

O quantitativo descrito no gráfico anterior pode ter relação com a facilidade que o uso do computador traz para o acesso a informações de interesse da comunidade LGBT. Mott (2004, p. 05) argumenta que

> [...] através da internet tudo é muito mais fácil e rápido para a comunidade LGBT, sendo que o acesso ao Google, Altavista e links de grupos LGBTs do Brasil e exterior possibilita aos indivíduos encontrar bibliografias fantásticas sobre os variados temas, inclusive enciclopédias sobre a homossexualidade.

No entanto, outras unidades de informação também são utilizadas pela comunidade, como se observa no Gráfico 2, mostrando assim que algumas bibliotecas, arquivos, centros de referência, centros de informações e museus se constituem em fontes de informações que também tratam da temática LGBT. Porém, essas unidades são pouco usadas pelos sujeitos e, possivelmente, um dos motivos deve ser a pouca aquisição de fontes de informação relevantes à comunidade.

Taylor, apresentado por Miranda (2006, p. 105), afirma que o ambiente de uso da informação é definido como um conjunto de elementos que afeta o fluxo e o uso das mensagens, define entidades ou grupos de clientes e determina o critério pelo qual o valor da informação será julgado em determinado contexto. Significa dizer que se há pouca disponibilidade de fontes de informação que atendam à uma determinada comunidade; dificilmente esta reconhecerá o valor de uma unidade de informação.

No que concerne ao grau e valor das informações utilizadas nesses ambientes, 65% do total de indivíduos pesquisados acordaram ser de boa qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de comunidade é relevante em qualquer unidade de informação, pois através dele se identificam o perfil e as possíveis necessidades informacionais dos indivíduos de uma comunidade, o que possibilita desenvolver serviços pertinentes, conforme afirmam Rozados e Piffer (2009, p. 170):

> Com a finalidade de reunir informações que permitam mapear o perfil de seu usuário,

> estabelecendo, entre outras, suas prováveis necessidades e desejos de informação, os Estudos de Usuário são uma ferramenta de pesquisa que, aplicados em unidades de informação, possibilitam aos bibliotecários propor e implementar mudanças e adaptações na biblioteca e em seus serviços, que atendam, cada vez mais e com maior qualidade, às novas demandas.

No presente estudo, buscou-se identificar e analisar as necessidades de informação das pessoas pertencentes à comunidade LGBT da Bahia, presentes no FBLGBT. O referencial teórico utilizado apresentou conceitos e definições sobre estudo de comunidade e necessidades informacionais, elaborados por pesquisadores renomados e reconhecidos em suas áreas de atuação, possibilitando uma visão acerca das particularidades que envolvem a temática.

Estudos dessa natureza são imprescindíveis, visto que a literatura é escassa na área da Ciência da Informação, dificultando com isso a ampliação de uma discussão mais ampla e consistente acerca das necessidades informacionais da comunidade LGBT. Aliado a isso, é importante que as unidades de informação desenvolvam políticas de informação e estratégias que atendam às necessidades de grupos minoritários, em consonância com a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011), a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal de 1988.

Os resultados apontaram que, de um modo geral, a comunidade LGBT da Bahia tem maior necessidade de informação nas temáticas relacionadas com direitos humanos,

saúde e cidadania. Buscam, geralmente, no computador (Internet) as informações para satisfazer suas questões informacionais, especialmente nas redes sociais, e não especificamente em espaços tradicionais, como as bibliotecas, arquivos e museus. Nesse sentido, é que se faz necessário que os profissionais da informação voltem seu olhar para grupos sociais, a fim de compreender suas demandas e disseminar informações pertinentes que possam ajudar os sujeitos a satisfazer suas demandas e desejos de informação.

Diante dos resultados aqui evidenciados e acreditando que a disseminação, o acesso e o uso da informação podem contribuir objetivamente para reafirmar a luta por direitos, é que se recomenda a ampliação de investigações, a fim de que o exercício da cidadania e o combate ao preconceito sejam bandeiras levantadas pela sociedade em geral.

Sendo a informação um direito garantido constitucionalmente, possibilitar que as minorias acessem e usem a informação pode ser um caminho para se chegar à justiça social. Caso contrário, teremos uma sociedade em que os direitos são negados e a injustiça e o preconceito, mantidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999.

BARROS, Dirlene Santos; SAORIM, Roberto Natal Silva; RAMALHO, Francisca Arruda. Necessidades informacionais e comportamento de busca da informação dos vereadores da

câmara municipal de João Pessoa – Paraíba. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 171-184, set./dez. 2008.

BRANDÃO, Maria de Fátima; FEIJÓ, Rui Graça. Entre Textos e Contextos: Os Estudos de Comunidade e as suas Fontes históricas. **Análise Social**, Lisboa, v. 20, n. 83, p. 489-503, 1984.

CONCEITO.DE (Site). Disponível em: <https://goo.gl/m9VwBZ>. Acesso em: 15 jul. 2017.

COOPER, W. S. *A definition of relevance for information retrieval.* ***Information Storage and Retrieval***, v. 7, n. 1, p. 21-29, 1971.

DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. *Information needs and uses.* ***Annual Review of Information Science and Technology***, *New York*: *White Planis*, v. 21, p. 3-33, 1986.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154 p.

GOLDWASSER, Maria Julia. Estudos de comunidade: teoria e/ou método? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1974.

NUNAN, Adriana; JABLONSKI, Bernardo. Homossexualidade e preconceito: aspectos da subcultura homossexual no Rio de Janeiro**. Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 54, n. 1, p. 21-32, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124 p.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 118-127, maio/ago. 2007.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006.

MOTT, Luiz. ABC do universitário GLTB. In: ENUDS, 2., Recife. **Anais...** Recife: [s. n.], 2004. 9 p.

MOTT, Luiz. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? In: SEMINÁRIO GÊNERO E CIDADANIA: Tolerância e distribuição da justiça, 2000, Campinas. **Anais...** Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 2000. p. 143-155.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, p. 521-550, 2011.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cardemos de Pesquisa,** São Paulo, v. 39, n. 136, p. 157-174, jan./abr. 2009.

ROZADOS, Helen Frota; PIFFER, Bárbara Pilatti. Pesquisa de Marketing e estudos de usuários: um paralelo entre os dois processos. **Em Questão**, v. 15, n. 2, p. 169-188, jul./dez. 2009.

VIEIRA JÚNIOR, Nilson Carlos. **Uso de informação como forma de amenizar os preconceitos acerca da homossexualidade**. 2005. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

VIOLA, Helouíse Hellen; GARBELINI, Maria Fátima. Verificação da qualidade da informação na internet: Estudo de caso do portal da empresa "'Nutrição em Foco'". In: SILVA, Fábio Mascarenhas et al. (Org.). **Tecnologias e métodos aplicados à gestão da informação em instituições públicas e privadas**. Recife: Néctar, 2012. p. 1-21. CD-ROM.

WILSON, T. D. *On user studies and information needs*. ***Journal of Librarianship***, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981. Disponível em: <https://goo.gl/Xyzuiq>. Acesso em: 21 abr. 2017.

WILSON, T. D. *Information behaviour: an interdisciplinary perspective*. ***Information Proceeding and Management***, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

INFORMAÇÃO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: ESTUDO DA PÁGINA DO GELEDÉS – INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS NO *FACEBOOK*

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Dirnéle Carneiro Garcez

1 INTRODUÇÃO

A identidade do indivíduo se constrói pela "necessidade de sobrevivência, bem como as intrínsecas variabilidades das relações sociais, e sua delimitação do contexto espaço e tempo em que o sujeito está inserido" (SANTINELLO; 2011, p. 155). Oriunda das definições biológica e sexual, a identidade social será criada a partir de elementos históricos, religiosos, psicológicos e culturais. Esses elementos que nos tornam diferentes enquanto indivíduos são vistos e vividos como algo inferior na cultura ocidental (CARNEIRO, 1989). Isso significa dizer que, a identidade é algo que "se constrói em oposição a alguma coisa, pressupondo portanto, o outro" (CARNEIRO, 1989, p. 01).

A identidade feminina, é explicitada pela sua diferença do masculino e, traz para a mulher, o papel de ser vista como inferior ao homem em nossa sociedade em relação a fatores como a força física, na visão da religião em que a mulher é vista

como um subproduto do homem por ser construída de uma parte dele, ou do ponto de vista cultural em que é definido um campo específico para as mulheres e outro para os homens. Os fatores supracitados, visam atribuir uma construção negativa de identidade feminina com o propósito de justificar as formas de subordinação e opressão sofridas pelas mulheres ao longo das eras (CARNEIRO, 1989).

Neste estudo, o enfoque será dado às mulheres negras, que segundo Sueli Carneiro (1995), são desvalorizadas socialmente e esteticamente em nossa sociedade, sendo inclusive, preteridas em relação às mulheres brancas em vínculos sociais, matrimoniais e de trabalho. As mulheres brancas são tidas na sociedade brasileira, como o ideal estético feminino a ser seguido, e as mulheres negras que, por muito tempo, foram invisibilizadas pela historiografia brasileira, estão se empoderando e mostrando para que vieram.

A partir da revolta contra o processo de opressão sofrida e pela recusa em exercer os papéis estereotipados e tradicionais estabelecidos para as mulheres, tanto brancas quanto negras, surgiram os primeiros passos dos Movimentos Feministas no país e no mundo. O mito da fragilidade, a limitação da mulher como "bela, recatada e do lar" e a visão de reprodutora, serão motivos que levam à evolução dos movimentos feministas (CARNEIRO, 1995).

Com o advento da internet e das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o acesso a conteúdos voltados para fortalecimento de causas e lutas de diversos movimentos sociais tem ganhado expansão e visibilidade. Na sociedade contemporânea tem acontecido uma expansão informacional sobre questões relacionadas às mulheres negras. Quando

acessamos as mídias sociais, sites e blogs podemos encontrar diversos grupos de discussão, trocas de experiências, lutas por direitos e acesso, bem como o apoio mútuo de quem defende causas e direitos igualitários a todos. Podemos citar, *Youtubers*, escritoras e blogueiras negras, tais como, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Dayellen Pamela, Yuli Balzak, Stephanie Ribeiro, Maju Silva e Luany Cristina que se utilizam de mídias sociais, blogs e sites para abordar questões que fazem parte do dia a dia das mulheres negras brasileiras, tais como, estética, política, violência e empoderamento.

A criação de leis que tratam de direitos das mulheres, questões de gênero, discriminação e preconceitos, a valorização da estética negra e da mulher negra, a saúde da população negra, o mercado de trabalho e a subalternidade, a sub-representação da mulher negra em espaços de visibilidade, tanto em livros didáticos quanto canais de comunicação em massa, bem como a dificuldade de acesso ao ensino superior e a alta mortalidade da mulher negra por violências, são questões que estão em pauta e que têm sido discutidas por grupos que lutam pelos direitos das mulheres negras (MATTOS, 2006; MATTOS, 2007; MATTOS, 2013; GOES; NASCIMENTO, 2012).

No Brasil, existem instituições e organizações não-governamentais que possuem como objetivo ser instrumento pela luta dos direitos e contra racismos, sexismos e violências sofridas pelas mulheres negras. Entre as organizações presentes em meios físico e digital que atuam em prol do fortalecimento das mulheres negras, encontra-se o Geledés - Instituto de Mulheres Negras.

Há mais de uma década, esse Instituto tem produzido e disseminado informações a respeito das lutas e das populações

de origem africana e dos movimentos de mulheres negras por intermédio do seu Portal. Além desse Portal, o Instituto conta também com uma página no *Facebook*, sendo este o foco desta pesquisa.

A partir da explicação supracitada, propõem-se enquanto problema de pesquisa: Como o Geledés – Instituto de Mulheres Negras se constitui enquanto subsídio informacional para a luta pela equidade de gênero e empoderamento de mulheres negras no *Facebook*? O objetivo geral deste estudo, é analisar como o *Facebook* do Portal do Geledés – Instituto de Mulheres Negras se constitui enquanto subsídio informacional para a luta pela equidade de gênero e empoderamento de mulheres negras. Enquanto objetivos específicos, pretende-se: a) Listar as publicações realizadas pelo Geledés no *Facebook* e categorizá-las conforme Corrêa e Silva (2017); b) Avaliar quais os temas das publicações e os assuntos que tratam.

Justifica-se este trabalho evidenciando que o Instituto Geledés é direcionado à população afrodescendente, e por estarmos na Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) estabelecida em Assembleia pela Organização das Nações Unidas (ONU) devemos, enquanto participantes de uma sociedade que está fundada na cultura africana, lutar para o reconhecimento e representação, em todas as esferas, da contribuição das populações de origem africana em nosso país e no mundo, além de propormos "medidas concretas para promover a sua plena inclusão, o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância" (DÉCADA..., 2017).

Neste sentido, o Geledés dissemina informações sobre a memória, história, direitos, cidadania, lutas, empoderamento e

resistências destas populações e visa facilitar o acesso de pesquisadoras/es, docentes, estudantes e demais interessadas/os a conteúdos informacionais sobre estas temáticas (GELEDÉS, 2016). Nesse sentido, visa ser um espaço disseminador de produções científicas e culturais de pesquisadores africanas/os, negras/os e afrodescendentes expressando o orgulho dessas populações por suas culturas, histórias e lutas (GELEDÉS, 2016).

Ressalta-se que, na área da Ciência da Informação, existe um baixo número de publicações e pesquisadoras/es que estudam portais e organizações especializadas em populações negras e mulheres negras. Assim, esta pesquisa visa identificar como a página no *Facebook* do Geledés - Instituto de Mulheres Negras realiza a disseminação de informações de interesse às mulheres negras com o propósito de suprir suas necessidades informacionais e realizar seu empoderamento intelectual, social, de gênero e contra violências dentro de nossa sociedade.

2 A LUTA PELAS PAUTAS DAS MULHERES NEGRAS

O feminismo surgiu em 1960 e é definido por Coelho e Gomes (2015, p. 04), como um "movimento social e político que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, buscando dessa forma a libertação de padrões patriarcais estabelecidos em nossa sociedade". Nesse sentido, o movimento feminista é um instrumento de luta pautado na emancipação das mulheres nas organizações e sociedade. Esse movimento questiona a condição de subordinação e inferiorização da mulher ao sexo masculino e luta pela conquista de uma cidadania para as mulheres (COELHO; GOMES, 2015).

Para Sueli Carneiro (2013, p. 01), tanto no Brasil quanto na América Latina,

> a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências.

Conforme Malta e Oliveira (2016, p. 57) ressaltam:

> Durante séculos, foi negado às mulheres negras a oportunidade de contar as suas próprias experiências e de ecoar as vozes que as representam. Os livros estudados nas escolas, em geral, trazem a perspectiva do branco colonizador, refletindo uma educação calcada em uma sociedade eurocêntrica, machista e racista que relegou os negros e as negras a papéis subalternizados na sociedade.

Silva (2013) irá discutir que

> As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, consequentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres

> negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social.

Ainda para Malta e Oliveira (2016), o ingresso nos espaços de poder e na produção do conhecimento foi negado às mulheres negras e a invisibilização da mulher negra nos espaços de luta e na historiografia brasileira, fez com que houvesse a união dessas mulheres contra as opressões, abusos e racismos e demais violências sofridas.

O movimento feminista foi por algum tempo (e talvez ainda seja) universalizado, ou seja, havia a percepção de que as mulheres brancas e negras sofriam as mesmas violências e necessidades de luta. Evidentemente, não há como negar que a sociedade brasileira é machista e que isto influencia na vida de toda (ou quase) mulher. No entanto, a mulher negra, além de sofrer com o machismo, sofre também o racismo, e isto é uma das principais lutas trazidas pelo feminismo negro (COELHO; GOMES, 2015; RIBEIRO, 2017). Neste sentido, Sueli Carneiro (2013, p. 03) faz um destaque bastante importante:

> Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em

> particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

Conforme afirmam Malta e Oliveira (2016, p. 58), o feminismo negro no Brasil foi criado entre 1970 e 1980 e sua construção foi motivada pelas mesmas razões do movimento negro norte-americano: "o recorrente machismo" onde "predominavam as posições dos homens" e as mulheres geralmente não tinham ou tinham pouco poder de decisão. "O Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações daquele período, não entendia que as bandeiras delas deveriam ser defendidas pelo coletivo" (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 58). Isso significa que o antirracismo era pontuado por um machismo que existia nos movimentos (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

Houve, então, a criação desse novo olhar que além de ser feminista é também antirracista e que integra à luta do movimento negro com a luta do movimento de mulheres negras afirmando essa identidade política que será atribuída especificamente à mulher negra. Assim, ao enegrecer o movimento feminista do Brasil, está sendo demarcado de forma concreta uma agenda política do movimento de mulheres negras e permitirá a inserção de discussões até então ignoradas pelo

movimento feminista composto por mulheres não negras (CARNEIRO, 2013).

3 INFORMAÇÕES PARA MULHERES NEGRAS VIA *FACEBOOK*

Nesta seção, discorreremos sobre o Instituto, bem como suas ações para a melhoria da vida das mulheres negras. Posteriormente, abordaremos sobre a internet e as informações disponibilizadas via mídias sociais, especialmente, no *Facebook*.

3.1 O INSTITUTO GELEDÉS: INSTITUTO DA MULHER NEGRA

O Geledés - Instituto da Mulher Negra foi fundado em 30 de abril de 1988 por Sônia Nascimento, e trata-se de uma organização de sociedade civil que é participante ativa em defesa de mulheres e negros por entenderem que ambos segmentos sociais enfrentam desvantagens e discriminações em relação ao acesso às oportunidades sociais em decorrência do racismo e do sexismo corrente na sociedade brasileira. (GELEDÉS, 2018).

A palavra *Geledé* é oriunda "originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade" (ALMEIDA, 2010; GELEDÉS, 2016).

Dessa forma, o Instituto atua prioritariamente nas questões raciais e de gênero e seus entrelaçamentos com outros temas, bem como luta contra as formas discriminatórias que promovem a exclusão e limitam a realização da plena cidadania, tais como: a

lesbofobia, a homofobia, os preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social (GELEDÉS, 2018).

No ano de 2018, o Instituto Geledés completou três décadas, e ao longo de sua trajetória tem colecionado alguns prêmios. A seguir, apresentamos alguns destaques: a) Prêmio Direitos Humanos, criado pelo decreto de 8 de setembro de 1995, concedido pelo Ministério da Justiça, no Dia Mundial de Direitos Humanos, na categoria Organizações Não Governamentais, recebido em 10 de dezembro de 1996 (GELEDÉS, 2018); b Prêmio de Direitos Humanos do governo da França recebido do primeiro ministro Lionel Jospin em Paris em 10 de dezembro de 1998 nas comemorações do governo francês pelo Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (GELEDÉS, 2018); c) Prêmios Geledés *WebSite*: Selo Nota 10 – Prêmio oferecido pela Dhnet – Rede de Telemática Direitos Humanos & Cultura, ao site do Geledés Instituto da Mulher Negra por sua performance de qualidade, conteúdo e apresentação visual sobre o tema Direitos Humanos em língua portuguesa (GELEDÉS, 2018); d) Prêmio "Luta, gênero feminino", oferecido pela Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 1998 (GELEDÉS, 2018); e) O projeto GERAÇÃO XXI, uma parceria estratégica da Fundação BankBoston, da Fundação Cultural Palmares e o Geledés Instituto da Mulher Negra foi um dos finalistas do Prêmio ECO (GELEDÉS, 2018); f) Prêmio TOP SOCIAL 99 da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB) ao Projeto Geração XXI, iniciativa do BankBoston em parceria com a Fundação Cultural Palmares, desenvolvido pelo Geledés Instituto da Mulher (GELEDÉS, 2018).

Ao que diz respeito às questões de gênero, o Geledés atua contra a violência doméstica e sexual contra a mulher, pela

realização da igualdade no mercado de trabalho, em defesa dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, descriminalização do aborto, contra os estereótipos e estigmas acerca das mulheres nos meios de comunicação (GELEDÉS, 2018).

Atuando nas áreas de Direitos Humanos, Educação, Comunicação, Saúde, Mercado de Trabalho, pesquisas e políticas públicas, o Geledés exerce um papel de extrema importância não só em defesa da mulher negra, que é seu foco principal, mas da população negra em geral. O Instituto participa de ações voltadas para o Monitoramento e Incidência de Políticas Públicas que visam à promoção de igualdade de gênero e raça. Atua levando informação e participando ativamente de lutas dos movimentos negros pela criminalização do racismo, com auxílio de lideranças comunitárias capacitadas através de estratégias de enfrentamento e instrumentos jurídicos para atender as vítimas de racismo, defendendo as políticas de ações afirmativas e posicionando-se contra a violência doméstica e sexual, luta pela igualdade no mercado de trabalho em defesa das mulheres, dos direitos reprodutivos e sexuais, pela descriminalização do aborto, estereótipos e estigmas reproduzidos sobre as mulheres nos meios de comunicação (GELEDÉS, 2018).

Atualmente, o Instituto é coordenado pela Presidenta Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, advogada que atua na área de Direitos Humanos, questões de gênero, raça e etnia e enfrentamento à violência contra a mulher e violência doméstica e familiar. Militante do Movimento Negro e Feminista Negro, Maria Sylvia, iniciou sua atuação em 1994, como estagiária no SOS Racismo, departamento jurídico do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Posteriormente, tornou-se sócia efetiva do Geledés e no período 2015/2018, ocupa o cargo de Presidente do

Instituto. Entre os projetos que coordena, existe o Curso Promotoras Legais Populares, ação que visa a capacitação de Lideranças Femininas Comunitárias em direitos humanos e direito das mulheres, no sentido de multiplicar informações nesses temas; fortalecer a busca da cidadania e acesso à justiça e atuação na rede de enfrentamento à violência doméstica[37]. Esse projeto é desenvolvido em parceria com a Vice-presidenta Juciara Almeida Souza, Assistente Social, Promotora Legal Popular do Geledés e Defensora Popular pela OAB-SP[38].

3.2 A INTERNET E AS INFORMAÇÕES PARA MULHERES NEGRAS NO *FACEBOOK*

A internet é definida por Branski (2004, p. 71) como "um conjunto de inúmeras redes de computadores, conectadas entre si, que permite a comunicação, partilha de informações, programas e equipamentos entre seus usuários". Sua infraestrutura permite trafegar grandes volumes de informações e serviços. No entanto, ao mesmo tempo em que temos facilidade em encontrar a informação disponível na internet, nos deparamos com um paradigma, visto que temos acesso a dezenas de milhares de sites, portais, mídias sociais, blogs, bases de dados, bibliotecas e museus online, mas encontramos muita informação desnecessária e isso dificulta a seleção do que realmente nos interessa.

---

[37] Informação retirada do Currículo Lattes da autora. Disponível em: <https://bit.ly/2INM76n>. Acesso em: 26 jan. 2018.

[38] Informação retirada do Linkedin da autora. Disponível em: <https://bit.ly/2k3Wllf> Acesso em: 26 jan. 2018.

O acesso às informações sobre as populações de origem africana é algo ainda de difícil acesso, pois estas informações encontram-se dispersas em diferentes acervos e lugares. Isso dificulta e até mesmo inviabiliza pesquisas na temática por pesquisadores, comunidades escolares e demais interessados em conhecer aspectos específicos destas populações (SILVA, 2004).

No que concerne às questões relacionadas às mulheres negras, a internet estimulou a produção de estudos acerca das experiências históricas, políticas e educacionais sobre mulheres negras, bem como, permitiu a comunicação remota entre mulheres negras de todos os lugares do mundo. Conforme Malta e Oliveira (2016, p. 57), é observado que as mulheres negras,

> [...] principalmente jovens, têm utilizado as plataformas digitais para narrar histórias sobre a presença do racismo e do machismo em suas vidas: são blogs, sites, *twitter*, canais de *youtube* e páginas de *facebook* que têm ganhado um alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias.

Quando utilizada corretamente, a internet pode auxiliar na mobilização política e social de mulheres marginalizadas histórica, social e economicamente, como é o caso das mulheres negras. Assim, estimulará o engajamento e articulação coletiva destas mulheres visando garantir direitos, trocar experiências, fortalecer o coletivo e permitir a criação de uma agenda política para negociações de interesse das mesmas (SELAIMEN, 2013).

Entre os sites de redes sociais online que estão presentes na internet, encontramos a mídia social *Facebook*. Sua origem

associada ao *Facemash*, um *website* colocado online em 2003 por Mark Zuckerberg (até então era um estudante universitário de Harvard) e mais três colegas: Andrew McCollum, Chris Hughes e Dustin Moskovitz (ZEEVI, 2013). Foi a partir dele, que em janeiro de 2004, Zuckerberg desenvolveu um código afim de criar um *website* com o nome *Thefacebook* (TABAK, 2004).

Deste período em diante, o *Facebook* se tornou a mais popular a mídia social em todo o mundo, com um mais de 1 bilhão de pessoas usuárias (FOLHA, 2018). Sua missão é "dar às pessoas o poder de compartilhar informações e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado" (FACEBOOK, 2018, s.p.).

Conforme Corrêa e Silva (2015), o *Facebook* é uma mídia social que se constitui de "plataformas colaborativas na Internet que agregam redes sociais". Ainda segundo as autoras:

> Os perfis mais bem-sucedidos (que obtém grande número de seguidores, contato recebem grandes quantidades de "curtidas" ou de compartilhamentos) tornam-se formadores de opinião nas mídias sociais, divulgando amplamente seus ideais e pensamentos e, assim, atingindo seu objetivo principal: adquirir uma boa reputação no ambiente da sociedade digital (CORRÊA; SILVA, 2015, s.p.).

O *Facebook* apresenta-se como uma ferramenta de canal de divulgação e *marketing* por ser uma plataforma de comunicação muito eficiente. Nessas mídias, as pessoas podem compartilhar, interagir uma com as outras e com empresas, dar feedback sobre as publicações, bem como, se aliarem em prol de lutas contra

opressões, por direitos civis, protestos contra assédio, entre outros (CORRÊA; SILVA, 2015; ROMEIRO; SILVA, 2018).

Entre as organizações criadas no Facebook com fins de articulação de mulheres negras e denúncia da violências por elas sofridas, encontra-se a página do Geledés – Instituto da Mulher Negra. A página oficial foi criada em 2012, e atualmente possui mais de 673.000 curtidores, e 664.000 seguidores. Sobre a missão, informa que:

> Na perspectiva de atualizar essa tradição à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, o Geledés vem, nestes 30 anos, consolidando as discussões sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos (GELEDÉS, 2018, s.p.).

A seguir, apresentaremos os procedimentos, técnicas e instrumentos utilizados para a análise da página do Geledés no *Facebook*.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva de cunho quali-quantitativa. Utilizamos como procedimento de análise, a metodologia da análise de redes sociais (MARTELETO; TOMAÉL, 2006) para o mapeamento de

publicações realizadas pela página no período de janeiro a abril de 2017. As referidas postagens coletadas em planilha eletrônica e foram categorizadas, seguindo o modelo de categorização para *Facebook* descrito por Corrêa e Silva (2017). Com relação à categorização, baseamo-nos nas *hashtags* utilizadas nas publicações do próprio Geledés e na categorização realizada no site do mesmo para atribuirmos às publicações as seguintes categorias:

a) **Artigo**: Essa categoria se refere aos artigos escritos por autoras/es e compartilhados na página;

b) **Atualidades**: Refere-se a publicações de temas atuais daquele período como por exemplo, exposições, estreia de cinemas, lançamento de livros e músicas, entre outros;

c) **Discriminação, Preconceito e Racismo**: essa categoria questões relacionadas ao racismo, preconceito e discriminações sofridos por pessoas negras em diversas esferas da sociedade (política, polícia, sistema judiciário, sistema educacional);

d) **LGBTQI**: são postagens que abordam as questões de gênero, em especial, populações LGBTQI;

e) **Notícias**: refere-se às publicações com reportagens sobre feminicídio, políticas públicas para mulheres negras, personalidades afro-americanas e afro-brasileiras, política, entre outros assuntos;

f) **Questões de gênero**: postagens sobre mulheres negras em determinados contextos, casos de violência contra

as mulheres, aspectos relacionados à educação e questões de gênero e feminismo;

g) **Sobre o Geledés**: informações sobre atualização de informações, horários, missão do Instituto e parcerias realizadas.

Realizamos também, a avaliação dos temas das postagens, as quais foi realizada a leitura e atribuído termos que representam a mesma. Para apresentação dos resultados sobre os temas que a página mais posta, selecionamos as postagens com maior interação (comentários, compartilhamentos e curtidas) na página do *Facebook* do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

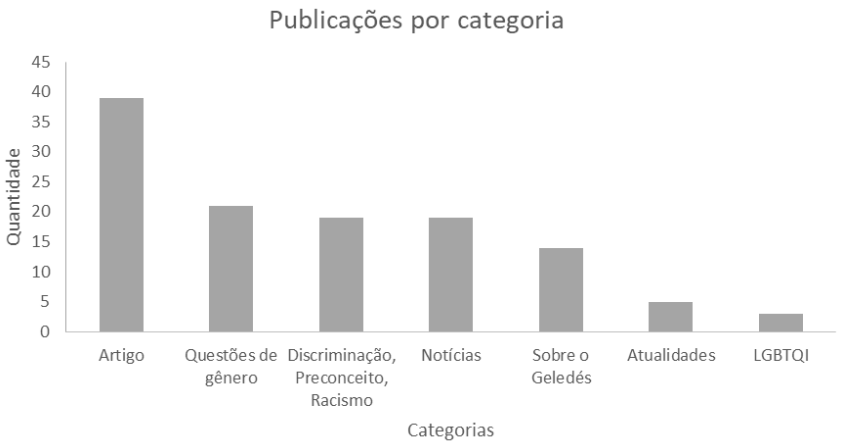
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período de coleta de dados da pesquisa ocorreu entre os dias 15 e 21 de janeiro de 2018, onde, na página do *Facebook*, selecionou-se a classificação "publicações mais relevantes", "em qualquer lugar" e com data das publicações do ano de 2017. O período das publicações coletadas foi de 01 de janeiro a 31 de maio de 2017. Ao total, foram mapeadas 120 postagens.

Com relação à categorização, do total de publicações feitas pelo *Facebook* do Geledés durante o período de estudo, a maioria das postagens realizadas pela página referem-se à categoria Artigos, com 39 postagens realizadas. A categoria "Questões de gênero" ficou em segundo lugar com 21 postagens, seguida das categorias "Discriminação, preconceito e racismo" e "notícias" com 19 publicações cada. Informações "Sobre o Geledés" tiveram 14 publicações, e as categorias "Atualidades" e

"LGBTQI" obtiveram cinco e três postagens, respectivamente (Figura 1).

Figura 1 – Número de publicações realizadas por categoria durante o período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2017.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos temas das publicações realizadas pela página, para este estudo, realizamos as leituras dos conteúdos das postagens e atribuímos a elas, os temas. Para cada publicação, foram atribuídos até três assuntos do/s qual/is ela tratava. Ao final, analisamos quais temas e assuntos mais apareciam e realizamos a relação entre eles. Assim, selecionamos três temas que mais apareceram nas postagens e, a seguir, mostraremos as suas relações. Enfatizamos que os esquemas apresentados a seguir foram construídos para fins de melhor visualização dos temas e seus assuntos e que não seguem nenhum método além do acima estabelecido.

O tema "Questões de gênero" apareceu em 25 publicações. Destas, os assuntos que esse tema se relacionava era:

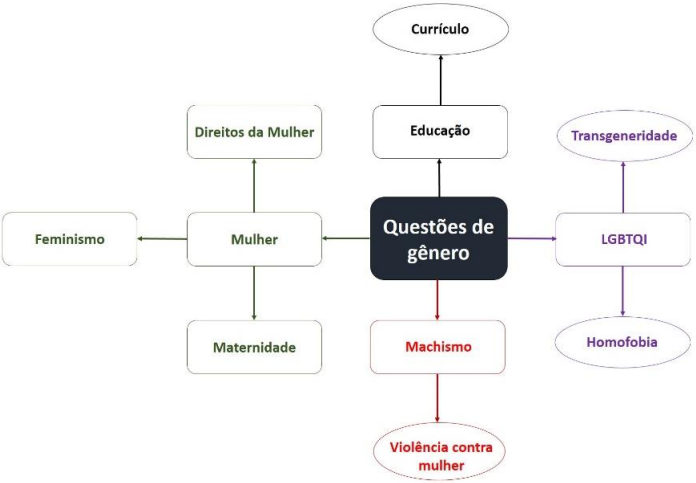
a) **Questões de gênero - Educação**: as publicações que abordavam os assuntos das questões de gênero e educação, discutiam o currículo escolar e superior para formação de pessoas para abordar as temáticas de gênero dentro dos espaços educativos;

b) **Questões de gênero - Mulher**: houve publicações que abordavam questões de gênero e relacionavam-nas aos direitos da mulher, à maternidade e ao feminismo;

c) **Questões de gênero - Machismo**: havia também, publicações que abordavam as violências contra mulher (casos de assédio, casos de estupros, feminicídio, relacionamentos abusivos, casos de racismo, etc.) relacionadas ao machismo que predomina a sociedade brasileira;

d) **Questões de gênero - LGBTQI**: encontramos neste estudo, publicações que se referiam às populações LGBTQI. Essas publicações tratavam de Transgeneridade, bem como, de casos de homofobia passados por pessoas pertencentes à essa população.

Figura 2 – O tema "Questões de gênero" e seus assuntos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 – O tema mulher negra e os assuntos relacionados.

Fonte: Dados da pesquisa.

O tema "mulher negra" foi atribuído a 24 publicações. Conforme a Figura 3, quando haviam publicações que tratavam de mulheres negras, estas se relacionavam a:

a) **Mulher negra – objetificação, samba e carnaval**: os três assuntos se relacionavam à figura da mulher negra como "globeleza" durante o período do carnaval; abordavam também como a mulher negra era objetificada dentro da sociedade e como a figura da "globeleza" auxiliava no fortalecimento dessa objetificação;

b) **Mulher negra - feminismo**: as publicações abordavam o feminismo negro enquanto organização política de mulheres negras e de coletivos de mulheres;

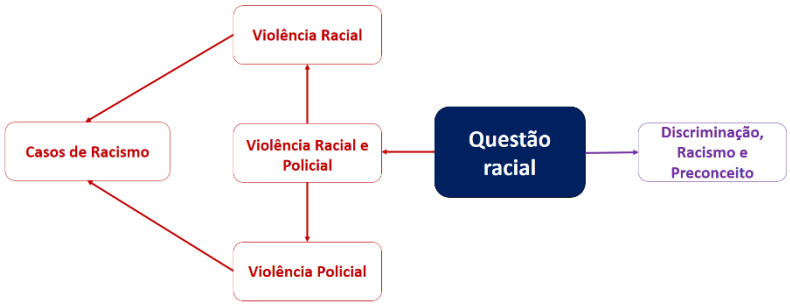
c) **Mulher negra - cabelo afro, autoestima, empoderamento, representatividade**: o tema mulher negra estava presente em publicações que abordavam o empoderamento da mulher por intermédio da estética negra, a representatividade de personalidades femininas negras para outras mulheres negras e o empoderamento de mulheres negras por intermédio de assumir seu cabelo afro;

d) **Mulher negra - discriminação, racismo e preconceito**: obtivemos também, publicações com casos de racismo e outras relatando a discriminação e preconceito sofridos por mulheres negras em diversas esferas da sociedade, tais como escola, trabalho, pela polícia, na política, entre outros;

e) **Mulher negra - escravidão**: o tema mulher negra também apareceu em publicações sobre o período da escravidão, abordando as mulheres negras que resistiram e lutaram pela libertação do povo de origem africana no período escravista;

f) **Mulher negra - relacionamentos**: houve publicações que abordavam as mulheres negras nos relacionamentos afetivos e no trabalho, não se relacionando com os assuntos anteriores.

Figura 4 – Tema Questão racial e os assuntos das postagens.



Fonte: Dados da pesquisa.

O terceiro tema foi a Questão racial com 12 publicações. As publicações com esse tema estavam ligadas aos seguintes assuntos:

a) **Questão racial - Violência Policial e Racial**: algumas publicações que tratavam sobre esse tema, traziam denúncias sobre a violência sofrida por pessoas negras

por parte de policiais. Os casos denunciados por essas reportagens tratavam desde mulheres e homens negras/os que sofriam racismo por parte da polícia, caso de menina negra morta dentro da escola, bem como estudos e entrevistas com opiniões de estudiosos sobre o sistema prisional e o combate às drogas;

b) **Questão racial - Discriminação, racismo e preconceito**: outras publicações sobre a questão racial traziam denúncias ou artigos sobre discriminações, preconceito e racismo contra mulheres e homens negras/os em outras esferas, tais como política, educação, mercado de trabalho e sistema judiciário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo respondeu aos objetivos propostos inicialmente, visto que apresentamos como a página do *Facebook* do Geledés – Instituto de Mulheres Negras se constitui em um subsídio informacional para a população negra, em especial, mulheres negras. Verificamos que a maioria das publicações realizadas pela página promove a disseminação de artigos, notícias e atualidades, bem como traz informações sobre o próprio Geledés. Além disso, promove, por intermédio de suas publicações, informações sobre questões de gênero, população LGBTQI e casos de discriminação, racismo e preconceito. Este capítulo mostrou também que os principais temas que aparecem nas publicações são questões de gênero, mulheres negras, questão racial.

Neste sentido, acreditamos que o Geledés se constitui em um polo disseminador de informações, não só para mulheres

negras, mas também para as populações negras e não-negras. Por intermédio desta página, questões que fazem parte do cotidiano das/os negras/os brasileiras/os são visibilizadas e/ou denunciadas, trazendo à luz os problemas, bem como, vitórias e avanços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lady Christina de. Protagonismo e Autonomia de Mulheres Negras, a Experiência das Organizações: Geledés e Criola. In: FAZENDO GÊNERO, 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. **Anais**... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 23-26 Ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2GDitf2>. Acesso em: 01 Ago. 2016.

BRANSKI, Regina Meyer. Recuperação de informações na *Web*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 70-87, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_7b0e618ad3_0012984.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

CARNEIRO, Sueli. Identidade Feminina. **CACE Informativo** – boletim do Centro de Assessoramento e Coord. Empresarial (CACE), ano II, n. 6, 1989.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. **Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, p. 544-552, set. 1995.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Negra Cubana**. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2ucZia0>. Acesso em: 12 Abr. 2017.

COELHO, Andreza Maria Sá; GOMES, Sansarah da Silva. O Movimento Feminista Negro e suas Particularidades na Sociedade Brasileira. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., São Luís, Maranhão, 2015. **Anais**... São Luís, Maranhão: UFMA, 25 a 28 de agosto de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2IXn7JX>. Acesso em: 12 Abr. 2017

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Presença digital dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no *Facebook*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2015.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Presença digital dos conselhos regionais de Biblioteconomia do brasil no Facebook. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, p. 16-32, jul./set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2s2emnx>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES 2015-2014. **Contexto**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IClwpF>. Acesso em: 06 Abr. 2017.

FACEBOOK, **Sobre**. 2018 Disponível em: <https://bit.ly/2IyXekk>. Acesso em: 03 fev. 2018.

GELEDÉS. **Missão Institucional - Geledés**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2GC9ye0>. Acesso em: 28 jan. 2018.

GOES, Emanuelle F.; NASCIMENTO, Enilda R. Mulheres negras e brancas, as desigualdades no acesso e utilização de serviços de saúde no Estado da Bahia, PNAD – 2008. In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (Orgs.). **Saúde**

da População Negra. 2. ed. rev. e ampl., Brasília, DF: ABPN, 2012.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. **Gênero**, Niterói, v.16, n.2, p. 55-69, 1.sem. 2016.

MARTELETO, Regina Maria; TOMAÉL, Maria Inês. A Metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS). In: VALENTIM, Maria Lígia Pomim (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2015.

MATTOS, Ivanilde [Ivy] Guedes de. **É pra descer quebrando**: o pagode e suas performances para a Educação das Relações Etnicorraciais no currículo escolar. 2013. 227 f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2013.

MATTOS, Ivanilde [Ivy] Guedes de. Educação física e o corpo negro. **Espaço Plural**, v. 6, n. 14, 1º Semestre de 2006.

MATTOS, Ivanilde [Ivy] Guedes de. **A negação do corpo negro**: representações sobre o corpo no ensino da educação física. 148 f. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

ROMEIRO, Nathália; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. A Folksonomia das Hashtags como Instrumento de Militância contra o assédio sexual no Facebook: avaliação da *hashtag* #mexeucomumamexeucomtodas'. **Revista Brasileira de**

Biblioteconomia e Documentação, v. 14, p. 215-232, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2IEK8hs>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SANTINELLO, Jamile. A identidade do indivíduo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 12, n. 28, p. 153-159, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2IEJReq>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SELAIMEN, Graciela. TICs e empoderamento das mulheres negras: revelando a dominação em várias camadas. **GenderIT.Org**: Análisis feminista de las Políticas de internet. 22 Nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2LhyQla>. Acesso em: 30 Jul. 2016.

SILVA, Andréia Sousa da. **O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação**. 2004. 60 f. Monografia (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Biblioteconomia, Florianópolis, 2004.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2013. Cap.4. p. 109-131. Disponível em: <https://bit.ly/2GBQnkr>. Acesso em: 10 abr. 2018.

TABAK, Alan. *Hundreds Register for New Facebook Website*. ***The Harvard Crimson***, Fev. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/1n7DwFT>. Acesso em: 03 fev. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2keQSrX>. Acesso em: 12 Abr. 2017.

ZEEVI, Daniel. *The Ultimate History of Facebook* [INFOGRAPHIC]. ***Socialmedia Today***. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2mtiIVi>. Acesso em: 03 fev.2018

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Sandra Regina Fontes

Lourival José Martins Filho

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a realizar algumas reflexões sobre a importância da realização de práticas pedagógicas na biblioteca escolar, que poderão ser desenvolvidas pela/o bibliotecária/o. Trata-se de práticas pedagógicas voltadas para a educação das relações étnico-racial, considerando que as escolas brasileiras são compostas por um público multicultural e pluriétnico, devendo ser valorizado e respeitado.

A educação como exercício para a compreensão e reconhecimento das diferenças é um dos desafios deste século. No Brasil, o sistema educacional, nas últimas décadas, vem se preocupando com as políticas de combate às desigualdades étnicas. Essas políticas estão sendo concebidas também com o propósito de reversão da ausência de conhecimento e pela democratização da escola que, caracteristicamente, propaga a educação baseada no eurocentrismo (FLORIANÓPOLIS, 2016).

Segundo as *Diretrizes para Biblioteca Escolar*, elaboradas pelo Comitê Permanente da Secção de Bibliotecas Escolares da

IFLA[39] (2015), o objetivo das bibliotecas escolares é promover o ensino e aprendizagem para toda a comunidade escolar, proporcionando igualdade de oportunidades de aprendizagens (crianças, jovens e adultos), independentemente de suas condições de origem socioeconômico e cultural.

O mesmo documento aponta para a necessidade em envolver a biblioteca escolar no contexto do século XXI, onde as alterações na educação afetaram diretamente as bibliotecas que precisam ser adaptadas às necessidades informacionais da comunidade escolar e a seus aspectos característicos e específicos, sejam eles sociais, étnicos, culturais, linguísticos, entre outros.

Considerando que a informação sempre foi priorizada para a minoria da população que compõe a classe dominante da sociedade, outros grupos (negros, indígenas, homossexuais, deficientes, etc.), historicamente, não tiveram acesso à educação e, consequentemente, à informação; seus saberes foram marginalizados e excluídos, o que ainda se perpetua.

Contribuindo para que essa situação não permaneça, chama-se a atenção para a necessidade de mudança do perfil bibliotecário. Entendendo que estas/es profissionais, muitas vezes, não refletem criticamente sobre a realidade que os envolve, uma característica vinda desde a formação acadêmica, onde lhe é imposto um padrão de comportamento que são refletidos na postura adotada na atuação profissional (GOMES, 2016).

Paulo Freire (1994) alertou que todos que trabalham em educação podem pensar e agir de outra forma, na feitura de um

---

[39] *International Federation of Library Associations and Institutions.*

mundo mais humano e solidário. Coloque-se, neste cenário, a/o bibliotecária/o, que por meio de suas ações, sempre intencionais, também contribui ou não na construção de uma sociedade mais dialógica e inclusiva.

Em pesquisa recente, Mattos (2011) investigou a percepção de um grupo de bibliotecárias/os da área escolar sobre o tema "multiculturalismo"[40] e constatou o baixo conhecimento dessas/es profissionais sobre o tema. Pontuou também o perfil de trabalho das/os bibliotecárias/os pesquisadas/os como sendo "organizar e disponibilizar materiais", contrastando com o que se espera de um/a bibliotecário/a escolar na atualidade.

No mesmo sentido, Gomes (2016) alerta sobre o problema das/os graduandas/os em Biblioteconomia não compreenderem a real necessidade e aplicabilidade de determinados assuntos, como as questões raciais e de gênero, assim como o corpo docente desses cursos não dialogar com seus pares para que essa questão seja resolvida.

Porém, nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2001) uma das competências e habilidades esperadas dessas/es graduandas/os se apresenta como "[...] traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação". Dessa forma,

---

[40] A palavra multiculturalismo é um termo típico do contexto do mundo globalizado contemporâneo. Na "Declaração Universal sobre Diversidade Cultural" da UNESCO (2002), "Diversidade Cultural" e "multiculturalismo" são citados como "a convivência e interação em harmonia das diferentes culturas". O documento define a cultura como "conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas" (UNESCO, 2002 apud MATTOS, 2012, p. 51-52).

entende-se o respeito pela diversidade étnico-cultural, como sendo uma necessidade informacional concreta na biblioteca. Tema, em que as/os futuras/os bibliotecárias/os precisarão repensar, compreender e atuar de forma consciente na prática profissional.

A biblioteca é considerada como um espaço propício para o desenvolvimento de ações educativas antidiscriminatória e antirracista. Espaço onde a/o bibliotecária/o poderá utilizar as diversas fontes informacionais, pois a "ausência da informação étnico-racial, reforça a perda de sentido do tempo, espaço e controle dos saberes, da cultura, da história e da memória do povo africano" (AQUINO; SANTANA, 2013, p. 31) e de outros povos discriminados.

Dessa forma, as bibliotecas têm o compromisso de tratar sobre a informação étnico-racial adequadamente, juntamente com a escola e a universidade, pois essas instituições possuem "a responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira" (BRASIL, 2004, p. 18).

Por meio de revisão bibliográfica, propõe-se realizar uma abordagem em textos das áreas da Biblioteconomia e Educação, direcionada para uma participação social[41] do/a educador/a, especialmente tratando da/o bibliotecária/o na escola. Para tanto,

[41] Entenda-se participação social como uma atuação profissional pautada na contra-hegemonia, na defesa de um projeto ético, político e crítico, no comprometimento com a construção do projeto de emancipação humana e com a defesa dos direitos sociais (SPUDEIT; MORAES; CORREA, 2016).

buscou-se fundamentação nos textos de Bernadete Campello, Miriam Albuquerque de Aquino, Nilma Lino Gomes, Paulo Freire, Oswaldo F. de Almeida Júnior, entre outras/os.

Salientando que, as práticas pedagógicas apresentadas neste capítulo, implicam-se numa "[...] intencionalidade para a aquisição de um novo saber; pressupõe, portanto, o ensino de algo que precisa ser previamente pensado, sistematizado e objetivado para que possa ser apropriado por outro sujeito" (MARTINS FILHO, 2009, p. 97).

Ao mencionar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas/os bibliotecárias/os escolares, é importante ressaltar que estas são diferentes das realizadas por professoras/es. No entanto, na biblioteca escolar o trabalho educativo deve ser realizado em conjunto entre os dois tipos de profissionais (CAMPELLO, 2009).

A motivação para o tema deste capítulo se justifica pela atuação profissional da autora como bibliotecária escolar. O tema "práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares" está sendo desenvolvido como pesquisa para o Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação[42].

Tenciona-se, com as reflexões apresentadas, alcançar as/os profissionais atuantes em bibliotecas escolares (como também as/os futuras/os profissionais) na importância do desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a

[42] Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação – Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

diversidade étnica da população de nossas escolas e, consequentemente, das bibliotecas.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR PARA TODAS/OS

Segundo Gasque (2012, p. 25), na nova estrutura econômica/social, onde "a formação profissional de qualidade torna-se crucial para o pretendido desenvolvimento da sociedade", emerge a necessidade de priorização da participação de grupos considerados ao longo da história como minoritários, investindo no reconhecimento de seus pertencimentos, identidades, histórias e culturas (AQUINO; SANTANA, 2013).

Sendo assim, todos (brancos, pretos, amarelos, etc.) precisam estar adequadamente inseridos nesse novo contexto fundamentado na informação e no conhecimento. Esse cenário requer uma educação que tenha preocupação com o desenvolvimento humano não se reduzindo à dimensão científico-tecnológica, mas "como condutora de culturas e valores inerentes à formação integral dos sujeitos" (AQUINO; SANTANA, 2013, p. 19).

As autoras supracitadas enfatizam, especificamente, a "resistência social" como forma de luta do povo negro no resgate e valorização de sua cultura. Apontam como positivas, as ações efetivadas junto ao Governo Federal brasileiro para impedir que a memória do povo africano e afrodescendente continue sendo tratada de forma criminosa e desumanizada[43], além da

[43] "É que para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros são "coisas". [...]. Ter mais, na exclusividade, não é um privilégio desumanizante e inautêntico dos demais e de si mesmos, mas um direito intocável" (FREIRE, 2006, p. 50-52).

persistência de um imaginário étnico-racial que supervaloriza a cultura europeia ignorando ou pouco valorizando as culturas indígenas, africanas e asiáticas.

Como resultado desta "resistência social" da população negra brasileira, alguns avanços foram alcançados. Em 2003, foi promulgada a Lei Federal nº 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em todos os níveis de ensino. Em 2004, foi publicada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais que estabelecem orientações, definições e princípios para a educação das relações étnico-raciais. No ano de 2008, a Lei Federal nº 11.645/08 alterou novamente a LDB para acrescentar também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena (ROMÃO, 2014).

No texto das Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), a educação das relações étnico-raciais é vista como uma possibilidade de aprendizagem entre brancos e negros, possibilitando trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, visando a construção de uma sociedade justa, igual, equânime. Também determina que não é apenas nas salas de aulas ou em algumas disciplinas específicas que poderá ser trabalhada a educação das relações étnico-raciais. Todos os espaços e disciplinas da escola deverão se envolver na temática, inclusive a biblioteca escolar, entendendo que os serviços bibliotecários e suas técnicas não são neutras e tendem a reproduzir uma determinada situação social, "reproduzindo os interesses, necessidades, modo de pensar e ideologias da classe dominante, o profissional da informação pode ser incluído entre

os que excluem outras classes" (ALMEIDA JÚNIOR, 2005, p. 167).

Sendo assim, é necessário que a/o bibliotecária/o esteja sempre atenta/o com os produtos e serviços disponíveis na biblioteca, procurando não ser apenas mero/a reprodutor/a da cultura dominante. Refletindo criticamente suas ações, procurando formação permanente e agregando suas práticas pedagógicas às propostas pedagógicas das instituições em que a biblioteca esteja vinculada.

3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A utilização de prática pedagógica, aqui apresentada, refere-se à necessidade das ações/práticas educativas, "correlacionadas a uma proposta curricular de educação que priorize o acompanhamento e a sistematização destas ações/práticas em seu desenvolvimento" (MARTINS FILHO, 2009, p. 98).

Ao pesquisar as práticas educativas realizadas por bibliotecárias/os que atuam em bibliotecas escolares e sua contribuição para a aprendizagem das/os alunas/os, Campello (2009) apontou que práticas educativas realizadas comumente eram formalizadas através de projetos, existindo a preocupação por parte das/os profissionais à permanência e ampliação daqueles projetos.

Da mesma forma, entende-se que as práticas pedagógicas realizadas por bibliotecárias/os escolares na perspectiva da educação das relações étnico-raciais não poderão ser realizadas nos moldes de atividade "espetaculosa" ou mesmo apenas no

mês de novembro (mês da consciência negra). Acredita-se que quando a/o profissional se compromete com a realização de um trabalho educativo dessa natureza na biblioteca, o mesmo deverá estar vinculado ao Projeto Político Pedagógico da unidade educativa, precisando ser sistematizadas em seu desenvolvimento.

Importante salientar que ao pensar tais práticas, prioriza-se a vivência da/o educanda/o, sua diversidade cultural, manifesta na biblioteca, num verdadeiro processo dialógico[44]. Pelos objetivos do desenvolvimento dessas ações educativas, as experiências, conhecimentos, saberes dos educandos precisam ser respeitados.

Dessa forma, para Gomes (2006 apud MARTINS FILHO, 2009, p. 98)

> [...] uma prática pedagógica precisa ter dinâmica própria, que lhe permita o exercício do pensamento reflexivo, conduza a uma visão política de cidadania e que seja capaz de integrar a arte, a cultura, os valores, [o conhecimento] e a interação, propiciando, assim, a recuperação da autonomia dos sujeitos e de sua ocupação no mundo, de forma significativa.

[44] Segundo Paulo Freire, o processo educador-educando, dialógico, problematizador, não é uma doação ou uma imposição, ao contrário do "educador-bancário", que pergunta e responderá ele mesmo. A dialogicidade começa "[...] quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes" (FREIRE, 2006, p. 96).

Segundo Nilma Gomes (2012), do ponto de vista das Diretrizes Curriculares Nacionais, as práticas pedagógicas na perspectiva da Lei Federal nº 10.639/03 são ações onde todos os alunos negros e não negros, bem como todas/os as/os educadoras/es precisam se sentir valorizadas/os e apoiadas/os. Nesse contexto, a autora pontua várias outras ações que configuram as práticas pedagógicas na perspectiva da Lei Federal nº 10.639/03:

- São ações que atuem no nível de conhecimento e de conteúdos escolares na contribuição histórico-cultural dos povos indígenas, descendentes de asiáticos, povos de origem africana e europeia, ou seja, que abranja todos os componentes curriculares;
- São ações que estejam baseadas em várias fontes (bibliográficas e outros materiais didáticos) realizados por educadores e alunos, permitindo a inclusão de personagens negros e de outros grupos étnico-raciais garantindo a valorização da oralidade, a corporeidade e a arte, por exemplo, a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura. Atuam no campo da educação patrimonial visando o aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro e sua preservação.

Desenvolver atividades educativas na biblioteca escolar, visando a valorização possibilita aos educandos e, até mesmo aos docentes, a possibilidade de conhecerem o continente africano e sua diversidade, além das histórias dos afrodescendentes no Brasil.

4 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca na sociedade possui um papel fundamental na construção da democracia, garantindo o direito à leitura e o acesso não apenas do acervo, mas também de ações que dinamizem o espaço. Dessa forma, a biblioteca precisa ter um sentido de pertencimento à comunidade. Questões socioeconômicas, gênero e raça são também pertinentes quando discutimos acesso e democracia (GOMES, 2016).

Na área social, as/os profissionais da Biblioteconomia passaram a adaptar seus serviços aos debates sobre "[...] multiculturalismo, diversidade cultural, inclusão digital, acessibilidade e usabilidade aos deficientes, principalmente no campo educacional, em bibliotecas escolares, universitárias e públicas" (MATTOS, 2011, p. 46), garantindo o acesso democrático à informação, conduzindo suas ações para o respeito às vivências, às diversidades culturais e às identidades dos estudantes e demais usuários da biblioteca.

Santana (2010) entende que a dimensão de conflitos nas relações humanas requer projetos específicos que possibilitem a construção de uma educação antirracista na escola. Amparado por Lina N. Gomes, o autor explica que a educação das relações étnico-raciais é aquela em que todos, crianças e adultos, brancos e negros, ao passarem pela escola básica, questionem a si mesmos os seus próprios preconceitos, desnaturalizando as desigualdades, posicionando-se politicamente contra toda forma de discriminação (GOMES, 2008 apud SANTANA, 2010).

Realizando reflexões de práticas pedagógicas, imbuídas na Lei nº 10.639/2003, que podem ser desenvolvidas pelas/os

bibliotecárias/os, chama-se a atenção para atividades que ressaltem positivamente a "aparência física", especialmente dos educandos não brancos. Outro fator importante para ser abordado é a quebra do preconceito das religiões afro-brasileiras, tema que permanece, inclusive na fala de educadoras/es como algo relacionada ao "demônio" (SANTANA, 2010). Dessa forma, reforça-se a necessidade da realização de práticas pedagógicas na biblioteca escolar visando a valorização da diversidade étnica, o combate ao preconceito e a elevação da autoestima dos grupos discriminados. No entanto, a ausências dessas práticas pedagógicas corroboram para os dizeres de Cavalleiro (2000 apud SANTANA, 2010, p. 203) ao afirmar que:

> o silêncio que atravessa os conflitos étnicos da sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola. De modo silencioso ocorrem situações, no espaço escolar, que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando diferentes lugares para pessoas brancas e negras.

Sendo assim, para o desenvolvimento das ações na biblioteca escolar, é necessário que a/o bibliotecária/o esteja preparado, realizando leituras apropriadas, participando de formações, ingressando em grupos de estudos. Essas ações irão contribuir inclusive para um melhor embasamento na formação do acervo na temática, acervo este, bibliográfico ou não.

Sobre o acervo da biblioteca, Campello (2009) explica que sua seleção e organização poderá vislumbrar o sistema de educação pretendido e chama a atenção para que a biblioteca se

apresente como a alternativa ao modelo tradicional cristalizado da informação representante de "uma ideologia conservadora nos processos de produção e distribuição da cultura" (COELHO NETTO, 1978 apud CAMPELLO, 2009, p. 29). Dessa forma, entende-se a necessidade de o acervo das bibliotecas escolares estarem adequadas às atuais normas legais no que diz respeito a assegurar a representação da cultura e experiência africana. Os acervos são extremamente importantes como instrumento de disseminação da cultura, de diversidade e promoção de igualdade, caracterizando uma biblioteca que respeita o direito à diferença, onde os valores culturais, étnicos, políticos e religiosos se salvaguardam e se respeitam (LIMA, 2012; SILVEIRA, 2015; MATTOS, 2010).

Nesse caminho, Elisângela Gomes (2016) apresenta em seu texto alguns procedimentos básicos relacionados a profissão bibliotecária pautado em um trabalho "afrocentrado"[45]. Serviços como indexação, aquisição, seleção e desenvolvimento do acervo, fontes de informação histórico-geográficas, literárias, culturais e também a mediação dessas informações, poderão ser desenvolvidos na perspectiva do "afrocentrismo". A autora também alerta para identidade visual da biblioteca e sobre as questões de sexismo e racismo linguístico, no uso de termos

[45] A autora apresenta e conceitua os princípios de "afrocentricidade" como que "[...] situa a população negra no centro das discussões nos processos históricos de produção do conhecimento e saberes, da valorização cultural e de elementos pertencentes à memória e ancestralidade antes do processo de escravização que marginalizou esse grupo étnico e subalternizou seu sistema de crenças e valores em detrimento do poder hegemônico europeu (GOMES, 2016, p. 739).

pejorativos em que a/o bibliotecária/o deverá ficar sempre atento, interferindo sempre que necessário.

Sendo assim, propõe-se a utilização dos diversos recursos didáticos existentes na biblioteca escolar para a promoção e a valorização das populações historicamente excluídas, pensando uma educação democrática, com novos paradigmas educativos de valorização da diversidade cultural e garantindo respeito à cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. No entanto, um dos recursos didáticos que poderá auxiliar a/o bibliotecária/o para a promoção da igualdade racial está na literatura infantil e infanto-juvenil, o que será apresentado no próximo subitem.

5 A LITERATURA INFANTIL E INFANTO-JUVENIL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O incentivo à leitura é uma das atividades consideradas como tradicional desenvolvida pela/o bibliotecária/o na biblioteca escolar, especialmente a atividade da "hora do conto". Porém, muitas vezes essas ações acabam sendo distorcidas, transformando a biblioteca em um local de eventos esporádicos e sem continuidade (CAMPELLO, 2009). Contudo, esse tipo de ação na biblioteca vem ao encontro à proposta de prática pedagógica pretendida com o presente trabalho.

Como já mencionado anteriormente, na sociedade atual emergiu a necessidade da/o bibliotecária/o em desenvolver seu papel educativo, implementando ações para o uso da informação, contribuindo para a melhoria das capacidades de leitura dos atores sociais. Dessa forma, a ação bibliotecária, leva o/a profissional à posição de mediador/a de leitura, promovendo

práticas leitoras, desenvolvendo o letramento informacional. Esse tipo de trabalho na biblioteca propicia o direito humano básico, necessário para a prosperidade, liberdade, criando condições plenas de inclusão social e cultural. As ações de mediação de leitura são vistas como "[...] processos de inclusão cultural e de emancipação de grupos e indivíduos" (RASTELI; CAVALCANTI, 2013, p. 160).

Sobre o uso da leitura para o desenvolvimento do letramento informacional, De Lucca, Caldin e Righi (2015) pontuam que a leitura auxilia o cidadão a entender a realidade que o cerca, a acompanhar as mudanças da sociedade e a ter autonomia e liberdade. O letramento informacional possui a missão de formar cidadãos críticos, reflexivos e autônomos. Dessa forma, ao mencionar a função social da literatura infantil, concomitantemente, refere-se ao desenvolvimento do letramento informacional.

Para a proposta da utilização da literatura para trabalhar as práticas pedagógicas em bibliotecas escolares, utiliza-se a orientação de Cosson (2006 apud CAMPELLO, 2009, p. 58), que propõe "a aprendizagem por meio da literatura"[46], onde o autor explica que a literatura possui um papel social para cumprir na escola. Porém, muitas vezes essa literatura acaba sendo utilizada

[46] Segundo o autor, a literatura é uma linguagem que compreende três tipos de aprendizagem: a aprendizagem da literatura, que consiste fundamentalmente em experienciar o mundo por meio da palavra; a aprendizagem sobre a literatura, que envolve conhecimentos de história, teoria e crítica; e a aprendizagem por meio da literatura, nesse caso os saberes e habilidades que a prática da literatura proporciona a seus usuários (COSSON, 2006 apud CAMPELLO, 2009, p. 58).

na escola de forma descompromissada, não sendo aproveitado todo o seu potencial desse tipo de texto.

De Lucca, Caldin e Righi (2015) reconhecem o papel pedagógico e social da literatura para crianças, ressaltando que essa deverá sempre estar embutida na efabulação. Também salientam a importância de o discurso literário se preocupar com a sensibilidade da criança e ter apelo estético. Ao utilizar esse tipo de literatura na biblioteca escolar para tratar de uma questão social, este trabalho precisa ser cuidadoso, até mesmo para não transformar o texto em uma obra paradidática.

Para Debus (2012), o texto literário de recepção infantil, mesmo tendo a criança como seu público alvo, possui, na maioria das vezes, o adulto como produtor desse texto. A criança compreendida como receptor passivo, absorve exemplos de bom comportamento e valores a serem seguidos. Por outro lado, os protagonistas das narrativas apresentam características vinculadas aos grupos mantenedores do poder, muitas vezes, não contemplando a diversidade étnica, ocultando a representação de personagens negros, indígenas, asiáticas, entre outros.

No mesmo sentido, importante chamar a atenção para os "formadores de leitores" que atuam nas áreas sociais que precisam compreender a literatura como uma expressão social carregada de valores ideológicos e culturais representados por uma constante transformação social (WENCZENOVICZ; GOMES, 2015).

A biblioteca escolar tem a função de ser um espaço que propõe aos educandos apoio ao ensino, pesquisa e, sobretudo, o lugar ideal para a prática de leitura. A escola deve possuir propostas didáticas orientadas especificamente para formação de

leitores aliados à biblioteca. "Quando o hábito da leitura é desenvolvido na infância facilita e ajuda a criança a ser capaz de desenvolver habilidades informacionais e críticas, como exemplo, debater, deduzir, analisar e interpretar" (BRAGA; PAULA, 2014, p. 253).

Nesse contexto, quando a biblioteca escolar se propõe a trabalhar em conjunto com o currículo escolar, desenvolvendo práticas pedagógicas em parceria com as/os professoras/es de forma criativa e consciente, as literaturas infantil e infanto-juvenil podem ser consideradas um importante recurso didático e pedagógico na busca de uma educação antirracista e antidiscriminatória na biblioteca escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais na sociedade, a informação passou a ser a base de tudo. Dessa forma, surgiram alterações no sistema educacional, exigindo que a biblioteca se adapte ao contexto e, consequentemente, novas formas de atuação da/o bibliotecária/o que teve seu papel social e educacional ampliado.

Na atual conjuntura, emerge também a participação dos grupos "minoritários" que exigem inserção na sociedade, fundamentada na informação e no conhecimento. Surgem as políticas afirmativas na educação e a necessidade de os cursos de Biblioteconomia/Ciência da Informação adaptarem seus currículos para acompanhar essa realidade. Para Mattos (2010, p. 125) "[...] a formação dos bibliotecários para a atuação multicultural deve ser aquela que prepare o futuro profissional

para a compreensão de que a diversidade que compõe a biblioteca é um fator enriquecedor da prática pedagógica".

Dessa forma, apresentou-se a prática pedagógica como atividade educativa, pautada no respeito a vivência das/os educandas/os, num compromisso de educar-ensinar-aprender, afirmando a escola como um lugar privilegiado para a aprendizagem de crianças e adultos-educadores ao entender o contexto escolar como lugar onde diferentes sujeitos possam tecer suas histórias e perceberem-se como produtoras/es e consumidoras/es de culturas (MARTINS, 2009).

Propõem-se a realização de projetos permanentes nas bibliotecas escolares na perspectiva da educação das relações étnico-raciais como forma de diminuir as desigualdades e propiciar o conhecimento e a valorização das diversas culturas que compõem o povo brasileiro. As ações bibliotecárias não podem ficar restritas a atividades esporádicas ou isoladas apenas no mês da consciência negra (novembro). O trabalho bibliotecário deve estar vinculado à proposta curricular da unidade educativa e deve ser realizada em parceria com o/a professor/a.

É importante o comprometimento da/o bibliotecária/o na constituição do acervo da biblioteca escolar, para que não sejam perpetuadas ideologias que ainda caracterizam a educação brasileira, enaltecendo apenas um tipo de cultura e considerando as demais inferiores e, muitas vezes, invisibilizadas.

A literatura infantil e infanto-juvenil apresenta-se como um importante recurso pedagógico para ser trabalhada a educação das relações étnico-raciais na biblioteca escolar, utilizando o lado social desse tipo de texto, porém, sem desprezar seu enfoque lúdico e poético.

Espera-se, com a apresentação deste capítulo, proporcionar amplas reflexões para que a/o bibliotecária/o, no espaço escolar, possa adequar sua ação educativa também para esta forte questão social que são as relações étnico-raciais, promovendo práticas pedagógicas que visem o combate à discriminação, preconceito e de violências nos seus mais variados aspectos, objetivando a construção de um novo mundo possível e necessário, onde todos se enxerguem como iguais, respeitadas suas diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR. Oswaldo Francisco de. Sobre os métodos e técnicas de pesquisa: reflexões In: VALENTIM, Marta Lígia Pomin (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação.** São Paulo: Polis, 2005. p. 161-171.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-36, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/MkJdt6>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Biblioteconomia**. Parecer CNE/CES nº

492, de 3 de abril de 2001. Disponível em: <https://goo.gl/HeoFyY>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento informacional no Brasil:** práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/EGMTWu>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência Informacional**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/CjyxFt>. Acesso em: 05 set. 2017.

DEBUS, Eliane Santana Dias. A escravidão africana na literatura infanto-juvenil: lendo dois títulos. **Currículos Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 141-156, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/UiPTGc>. Acesso em: 14 out. 2016.

DE LUCCA, Djuli Machado; CALDIN, Clarice Fortkamp; RIGHI, João Primo Ramirez. O desenvolvimento da competência informacional nas crianças a partir da literatura infantil. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 192-206, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ziNvFK>. Acesso em: 29 jul. 2017.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Matriz curricular para a educação das relações étnico-raciais na educação básica**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Editora FCI; UnB, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/HDE7CX>. Acesso em: 23 nov. 2017.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/LpZzSB>. Acesso em: 02 abr. 2017

GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. IFLA, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/M1e4Pj>. Acesso em: 16 set. 2017.

LIMA, Graziela dos Santos. **Educação e diversidade cultural**: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos das bibliotecas escolares do município de São José-SC. 2012. 51 f. Monografia (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LIMA, Aurilia de Brito; SILVA, Fabiana Cristina da. A importância da literatura infantil afro-brasileira e africana no ensino fundamental do SESC – Petrolina/PE. **Diálogo das Letras**,

Pau dos Ferros, v. 02, n. 02, p. 104-131, set./dez. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/9sf537>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MARTINS FILHO, Lourival José. **Tem azeite na botija**? ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental em Florianópolis – SC. 2009. 153 f. Tese (Doutorado em Religião e Educação) - Escola Superior de Teologia do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. São Leopoldo, 2009.

MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. **Multiculturalismo em Ciência da Informação**: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/p5vKc4>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ROMÃO, Jeruse Maria. O Movimento Negro brasileiro e as Diretrizes da Educação Nacional: a Lei Federal 10.639/03 é L.D.B! In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leandro. (Org.). **Formação de Professores**: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. p. 29-41.

SANTANA, Jair. **A Lei 10.639/03 e o ensino de Artes nas séries iniciais**: políticas afirmativas e folclorização racista. 2010. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/BcV2Cf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

SILVEIRA, Lueci da Silva. O Programa Nacional Biblioteca na Escola e o cotidiano escolar. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 626-642, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/jYXthS>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; MORAES, Marielle Barros de; CORRÊA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 24-46, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/XMhMEf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina; GOMES, Elisângela. Cidadania, leitura e inclusão: o bibliotecário como formador de leitores em literatura negro-brasileira. **Interdisciplinar**, Sergipe, Ano X, v. 22, p. 223-244, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/QF5bWc>. Acesso em: 20 nov. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE OBRAS DE ESCRITORAS NEGRAS NOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Carine S. de Jesus

Iara Moraes

Lais Hellen Santos Macedo

1 INTRODUÇÃO

> Se não lemos todos os passos criativos da nação, estamos lendo uma nação em pedaços, estamos lendo uma nação incompleta.
>
> Conceição Evaristo

A biblioteca no formato ao qual estamos acostumados, além de coleção de livros, configura-se como um centro de guarda, tratamento e difusão da informação, assim como um espaço de ação cultural. Dentre as diversas tipologias existentes, destacaremos aqui a biblioteca pública: organização criada, mantida e financiada por órgãos públicos, federais, estaduais ou municipais, cujo principal objetivo é "fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação,

informação e desenvolvimento pessoal, e também recreação e lazer" (MANIFESTO IFLA/UNESCO, 1994, p. 13). O manifesto IFLA/Unesco (1994) diz, ainda, que as bibliotecas desempenham um papel importante no desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, fornecendo aos indivíduos acesso a diversos campos de conhecimento, ideias e opiniões. Para isso, as bibliotecas devem promover um ambiente adequado para variados públicos, de acordo com tipos de interesses e idade, alcançando, assim, múltiplos grupos culturais, sociais, etários e étnicos, tudo isso aliado a um programa de desenvolvimento de coleções elaborado com base nessa multiplicidade.

Posto isso, podemos considerar que se o acervo de uma biblioteca é capaz de interferir na formação da visão de mundo de um indivíduo e, consequentemente, no comportamento social, a ausência, nesse acervo, de obras produzidas por um determinado grupo étnico pode, então, contribuir para a invisibilização[47] e segregação desse grupo em variados âmbitos. Ao passo que a inclusão dessas obras pode apresentar novas realidades, fazendo com que o público frequentador de bibliotecas se identifique ou se depare com outras vivências. Além do mais, essa mudança de perspectiva pode contribuir para a diminuição de barreiras impostas pelo preconceito e desigualdade de gênero e etnia.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral apontar a relevância de haver um número maior de obras de autoras negras nas bibliotecas públicas da cidade de São Paulo,

[47] Cf. SILVA, Wellington. Foucault e indigenciação – as formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. **Problemata**: Revista Internacional de Filosofia, v. 6, n. 3, p. 111-128, 2015.

levando em consideração que a escassez dessas obras nessas bibliotecas pode afetar a formação da identidade de mulheres negras que residem nesse município, sobretudo, daquelas que têm acesso a livros apenas por meio de bibliotecas públicas. Além disso, visamos ressaltar a importância de usar atividades culturais como método de intervenção na formação de público para essas obras, o que pode causar reflexo no desenvolvimento de acervo, futuramente.

Para tanto, realizamos uma pesquisa por meio de um questionário que foi enviado para as Bibliotecas Públicas Municipais do estado de São Paulo – as quais identificaremos, ao longo do texto, como A, B, C, D, E, F, G, H, e I, pertencentes a uma rede administrada pela Secretaria da Cultura do estado de São Paulo, onde o acervo de cada biblioteca que compõe o sistema é planejado por uma comissão de seleção e aquisição de obras. A partir de perguntas abertas, optamos por fazer uma análise qualitativa das respostas das nove bibliotecas que participaram da pesquisa, com o intuito de examinar o cenário atual das bibliotecas públicas de São Paulo, no que diz respeito à presença de obras escritas por mulheres negras. Sendo assim, as perguntas inseridas no questionário foram apresentadas da seguinte forma: 1) Quais são os critérios usados para aquisição de títulos? O que muda em caso de espaços ou acervos temáticos?; 2) Há uma preocupação pela aquisição de um acervo de literatura negro-feminina?; 3) Como está a demanda por reserva e empréstimos de livros de autoras negras?; 4) Qual o conhecimento do público perante às obras de autoras negras? Há alguma ação em termo de divulgação? Se sim, qual?; 5) Há alguma atividade voltada ao incentivo de leitura de obras de autoras negras? Caso positivo, descreva.

Os objetivos específicos deste trabalho são, portanto: analisar a quantidade de obras de autoras negras que circulam nas Bibliotecas Públicas Municipais do estado de São Paulo; justificar a importância da inclusão de um número maior de obras de escritoras negras no processo de composição do acervo de bibliotecas; e sugerir ações voltadas à disponibilização e à visibilidade dessas obras para o público.

2 COMPOSIÇÃO DO ACERVO DE LIVROS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O acervo de uma biblioteca diz muito a respeito da visão da instituição que a mantém. Por isso, para entender a composição do acervo é necessário levar em consideração a política de desenvolvimento de coleções e os critérios adotados pela instituição. Com base nisso, torna-se imprescindível fazer uma análise dos acervos das bibliotecas públicas, já que, desse modo, é possível identificar falhas e apresentar soluções no que se refere à diversidade.

Pensando nisso, decidimos analisar os acervos das Bibliotecas Públicas Municipais do estado de São Paulo, à procura de obras de escritoras negras. Fizemos, então, um levantamento por meio do catálogo online do Sistema Municipal de Bibliotecas que possibilita acesso a todo o acervo das bibliotecas públicas do município de São Paulo. Para essa pesquisa, usamos como base uma lista de autoras negras brasileiras e estrangeiras citadas em indicações de leituras de alguns sites, sendo que algumas delas já receberam prêmios literários e, entre as brasileiras, algumas são reconhecidas

internacionalmente. São elas: Maria Firmina dos Reis; Auta de Souza; Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lívia Natália, Miriam Alves, Cristiane Sobral, Elizandra Souza, Jarid Arraes, Jenyffer Nascimento, Ana Maria Gonçalves, Alzira Rufino, Geni Guimarães, Lia Vieira, Cidinha Silva, Esmeralda Ribeiro, Mel Duarte, Elisa Lucinda, Chimamanda Ngozi Adichie, Paulina Chiziane, Toni Morrison, Sapphire. Contudo, dos 100 acervos que consultamos – entre bibliotecas Municipais e CEUs, naqueles em que localizamos obras de autoras negras, há uma média de três autoras, considerando uma lista de 22 autoras na qual nos baseamos. Desse modo, foi possível identificar uma escassez de obras de autoras negras nesses acervos.

Para entender o porquê dessa escassez perguntamos às bibliotecas, por meio de um questionário de pesquisa, como se dá o processo de aquisição de livros. A maior parte das bibliotecas que responderam ao questionário informou os mesmos critérios que nos foram apresentados, via e-mail, pela pessoa responsável pela Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação das Bibliotecas Municipais do estado de São Paulo (2017):

> Procuramos garantir, na medida do possível, uma coleção consistente e um crescimento balanceado dos recursos informacionais da biblioteca. Para tanto, é necessário que se tenha em mãos uma grande variedade de dados, destacando-se o estado atual da coleção, a comunidade a ser servida e outros recursos disponíveis. De posse desses dados, são empregados tanto critérios intrínsecos quanto extrínsecos.

a) Critérios intrínsecos:

Atendimento à política cultural da Secretaria Municipal de Cultura; lançamentos do mercado livreiro do ano corrente e complementação dos anos anteriores; obras premiadas e autores mais representativos nas diversas áreas; coleções de história local tão extensa e útil quanto possível; obras indicadas para os exames de vestibular; assuntos relevantes e atuais; avaliar a atualidade da obra; qualidade da obra (técnica, artística ou literária); adequação do texto à faixa etária; aspectos do seu conteúdo no que diz respeito à ética; assuntos que se aplicam às condições existentes e que refletem os interesses da comunidade; evitar qualquer forma de censura ideológica, política e religiosa, bem como pressões comerciais; grafia correta; linguagem objetiva; riqueza na subjetividade das obras poéticas.

b) Critérios extrínsecos:

Necessidade de reposição devido ao desgaste/danos no acervo; ampliação do número de alguns exemplares; projeto gráfico (aspectos da ilustração e durabilidade da obra, tamanho das letras); custo; idioma; livros compostos de cadernos e folhas soltas que requerem encadernação, livros em espiral; qualidade do papel, da impressão;

> existência e qualidade das ilustrações; formato da obra.

A Supervisão de Desenvolvimento de Acervo e Tratamento da Informação explicou, ainda, que os acervos temáticos são adquiridos considerando os mesmos critérios, dando atenção aos temas que abrangem tais coleções; além disso, comunicou que a Secretaria da Cultura procura contemplar obras da literatura negra, mas não especificamente obras escritas por mulheres negras.

Além disso, algumas bibliotecas apresentaram mais informações a respeito do processo de aquisição de acervo. A Biblioteca A, por exemplo, nos enviou a seguinte resposta:

> A aquisição de títulos costuma seguir diretrizes estabelecidas pela Comissão de Seleção e Aquisição, instituída via Diário Oficial do Município pelo Sr. Secretário de Cultura, que é composta por membros das bibliotecas públicas, CEUs, Centros Culturais e outros espaços. No geral, há políticas públicas voltadas ao Livro, Leitura e Literatura (Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca - PMLLLB). Majoritariamente são adquiridos livros de Literatura, foco principal do PMLLLB, mas as bibliotecas recebem obras gerais nas diversas áreas do conhecimento humano. (2017).

Já a Biblioteca B destaca que essas aquisições são feitas anualmente. No que diz respeito a doações recebidas, a

Biblioteca C informou que avalia a importância das obras para a população que se encontra no entorno da biblioteca.

Em suma, com base nas respostas, é possível notar que o processo de aquisição pode variar de acordo com os tipos de bibliotecas, embora a maioria dos critérios de cunho técnico e burocrático coincidam. Contudo, no que se refere ao baixo número de livros escritos por mulheres negras, essas burocracias presentes nos critérios de desenvolvimento de acervo existem como barreiras praticamente intransponíveis para a concepção de um acervo democrático. Analisando os parâmetros usados pelo departamento de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação, é possível notar que as obras de autoras negras, apesar de corresponderem a alguns dos critérios, esbarram naquele que é referente a "lançamentos do mercado livreiro do ano corrente e complementação dos anos anteriores", devido à falta de mercado editorial para essas obras e à pouca visibilidade que essas autoras têm comparadas a outros escritores.

3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES COMO FATOR IMPORTANTE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Analisando alguns dos critérios intrínsecos da política de desenvolvimento de acervos, citados na seção anterior, é possível perceber que as obras disponíveis nas bibliotecas tendem a propagar a homogeneidade que encontramos na literatura brasileira, que, segundo a pesquisadora Regina Dalcastagnè (2012), é masculina e branca. Essa constatação revela, portanto, que o tipo de obra predominante no mercado

não alcança a diversidade e multiplicidade de perspectivas, contrariando o objetivo essencial da biblioteca em seu conceito.

Conforme Cardoso (2011), as bibliotecas públicas perpetuam um perfil que conserva a hegemonia há muito estabelecida, proporcionando pouco espaço para a modificação desse perfil:

> Não se pretende negar a contribuição do que já foi preservado na biblioteca pública até hoje, mas é evidente que historicamente se preservaram as ideias, valores e ideologias de quem detinha o poder e que a própria prática de construção de lugares de memória histórica, desde o primeiro momento, nos contextos de seleção ou de tratamento da informação, reflete essas visões de mundo (CARDOSO, 2011, p. 57).

No que se refere à política de desenvolvimento de coleções, Lima e Figueiredo apresentam a seguinte definição:

> Um conjunto de diretrizes e normas que visam estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções, em consonância com os objetivos da instituição, dos diferentes tipos de ações e dos usuários do sistema (LIMA; FIGUEIREDO, 1994 apud DIAS; PIRES, 2003, p. 20).

Porém,

> É muito comum os bibliotecários conceberem o desenvolvimento de coleções apenas como as atividades de seleção e aquisição; fato que, além de desconsiderar a natureza cíclica e processual do desenvolvimento de coleções, também retira a comunidade como elemento central e norteador do processo (VERGUEIRO, 1989 apud CARDOSO; NÓBREGA, 2011, p. 3390).

No processo de desenvolvimento de coleções, as bibliotecas lidam com autonomia e limitações. Portanto, é necessário também analisar o que as bibliotecas têm feito e deixado de fazer com essa autonomia e como encaram as limitações. Nesse sentido, os resultados da nossa pesquisa mostram que algumas das bibliotecas públicas municipais de São Paulo não têm se comprometido em desenvolver ações que ajudem a romper com o conservadorismo que impede, por meio das barreiras burocráticas, a difusão da diversidade de culturas presentes em nossa sociedade. Com isso, essas bibliotecas reforçam a invisibilização presente no mercado editorial em relação a escritoras negras, quando, no entanto, o ideal seria desenvolver uma política de enfrentamento, por meio de ações culturais. Segundo Smit (2001, p. 10),

> A informação estocada em arquivos e bibliotecas é registrada e, após avaliação, considerada útil: o fruto deste processo é a institucionalização da informação uma vez que decorrente de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Independentemente de suportes ou códigos, a informação é

> institucionalizada por arquivos e bibliotecas: este é certamente um produto da área, que confere "status" a certas informações e o nega a outras. A informação, ao ser institucionalizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída, é organizada em nome de objetivos institucionais. A institucionalização da informação encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque.

Sendo assim, o resultado desse processo de avaliação e escolha do tipo de informação a ser disponibilizada reflete o pensamento ideológico da instituição. Diante disso, há que se pensar a respeito do que revelam as informações que as instituições optam por ocultar, e de que forma essa prática interfere no desenvolvimento da sociedade, uma vez que a não diversificação do acervo pode prejudicar o desenvolvimento do lado crítico e questionador dos indivíduos que o acessam, fomentando a aceitação e assimilação da informação disponibilizada como única, correta e verdadeira. Para que isso não ocorra, é imprescindível, portanto, que os profissionais que participam do processo de desenvolvimento do acervo estejam verdadeiramente atentos à necessidade de derrubar as barreiras impostas pela institucionalização da informação.

Ademais, Cardoso (2011) afirma que para que possamos transformar equipamentos hegemônicos em espaços mais justos e democráticos, precisamos

> Transformar ideologicamente a consciência das camadas populares, especialmente aquelas que historicamente têm sofrido com as desigualdades sociais e raciais existentes no nosso país, como a população afrobrasileira, afirmando diferentes identidades de classe, de gênero e de raça e, ainda, formar uma consciência crítica nos sujeitos (CARDOSO, 2011, p. 59).

Para isso, é fundamental que a biblioteca conte com uma política de desenvolvimento de coleções que apresente uma ampla abordagem cujo objetivo seja a formação de um acervo com temática extensa e profunda, que atenda às necessidades de todos os tipos de usuários. Sendo assim, a biblioteca deve prover uma coleção de referência e didática para adultos, jovens e crianças, que se desenvolva permanentemente garantindo a seus usuários uma série de novos materiais e serviços; além disso, deve atender à população local sem deixar de refletir a diversidade de nossa sociedade – tudo isso apoiado em critérios técnicos que garantam a manutenção e conservação do acervo.

4 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE OBRAS DE ESCRITORAS NEGRAS NOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS

Como vimos nas seções anteriores, há uma escassez de obras de autoras negras nas bibliotecas públicas da cidade de São Paulo e também é pouca a preocupação dos responsáveis em relação a esse fato que, embora a olho nu pareça um problema pequeno, se observado mais profundamente, revela-se grave. Se

os usuários dessas bibliotecas não têm acesso a um acervo que apresente diversidade étnica e de gênero, isso certamente tem afetado não só a formação da identidade de leitores negros e, sobretudo, leitoras negras, mas também a visão de mundo dos leitores em geral. Portanto, é importante nos atentarmos ao fato de que essa escassez reverbera na sociedade e que esse eco pode ser notado, por vezes, na naturalização da ausência de mulheres negras em posição de destaque e da presença delas, na maioria dos espaços, em posição de subserviência.

A representação de mulheres negras nos livros que preponderam nas estantes das bibliotecas é um fator muito relevante a ser inserido na reflexão sobre a importância da inclusão de autoras negras nos acervos. Uma vez que, segundo Dalcastagnè (2008, p. 91), nos livros de literatura brasileira "é possível observar a ampla predominância de homens brancos nas posições de protagonista ou de narrador, enquanto as mulheres negras mal aparecem". Fato esse, que não ocorre na literatura escrita por mulheres negras, como é o caso das obras citadas pela pesquisadora em seu artigo.

> A diversidade na narrativa, além da importância estética, possui importância política. Graças a seu poder expressivo, a literatura pode permitir um acesso a diferentes perspectivas sociais, mais rico do que aquele que é oferecido, por exemplo, pelo discurso político em sentido estrito. Personagens negras, assim, talvez ajudem leitores brancos a entender melhor o que é ser negro no Brasil – e o que significa ser branco

> em uma sociedade racista (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 107-108).

Sendo assim, além de proporcionar representatividade a mulheres negras, a presença de obras de autoras negras nas bibliotecas é também muito importante para a redução do preconceito racial e de gênero na sociedade. De acordo com Dalcastagnè (2008, p. 99),

> o preconceito pode continuar sendo veiculado porque a sociedade se mantém preconceituosa, e ela se mantém preconceituosa porque vê seus preconceitos se "confirmarem" todos os dias nas diferentes representações sociais.

Desse modo, os livros de autoras negras, uma vez dispostos nos acervos das bibliotecas públicas, terão um papel fundamental na desconstrução da visão estereotipada que a sociedade possui em relação aos lugares ocupados por pessoas negras.

Por isso, a escritora nigeriana, Chimamanda N. Adichie, faz um alerta sobre *os perigos de uma história única*[48], pois

> "[...] cria estereótipos e o problema dos estereótipos não é eles serem mentira, mas eles serem incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. [...] [A história única] rouba as pessoas de sua

[48] Cf. ADICHIE, Chimamanda. **The danger of a single story**. 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/jkMNV>. Acesso em: 20 abr. 2018.

> dignidade. Torna difícil o reconhecimento de nossa humanidade comum" (ADICHIE, 2009 apud CARDOSO; NÓBREGA, 2011, p. 3384).

Tudo isso evidencia a importância de se ter acesso a narrativas de vivências sob a perspectiva de mulheres negras, que contemplem leitoras negras, porque

> mesmo que outros possam ser sensíveis a seus problemas e solidários, nunca viverão as mesmas experiências de vida e, portanto, enxergarão o mundo social a partir de uma perspectiva diferente (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 89-90).

Além disso, importa saber que

> a literatura é um espaço privilegiado para tal manifestação, pela legitimidade social que ela ainda retém. Ao ingressarem nela, os grupos subalternos também estão exigindo o reconhecimento do valor de sua experiência na sociedade (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 108).

Ainda sobre a falta de representatividade na literatura brasileira, os resultados da pesquisa de Regina Dalcastagnè (2012) revelam um silogismo que pode ser a razão pela qual, no Brasil, há poucas mulheres negras assumindo a carreira de escritoras, em comparação à quantidade de escritores brancos e negros e escritoras brancas. Se a nossa literatura é predominantemente masculina e branca (DALCASTAGNÈ, 2012), logo, há poucas referências em que mulheres/meninas

negras possam se inspirar. Em outras palavras, se a representatividade de escritoras negras é pouca, logo, haverá um interesse muito pequeno em seguir essa carreira por parte de mulheres negras.

> O pintor e sua desenvoltura escondem, na verdade, anos de estudo de antigos álbuns de anatomia, páginas de cabeças, mãos, pés e músculos cuidadosamente copiados. E esconde, é claro, a observação direta de retratos e mais retratos.
>
> Não é diferente com um escritor, que precisa buscar seus modelos em representações discursivas já estabelecidas, mesmo que seja para se contrapor a elas. Por isso, a ausência de personagens negras na literatura não é apenas um problema político, mas também um problema estético, uma vez que implica na redução da gama de possibilidades de representação (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 97).

Isso pode implicar no processo de formação de identidade de mulheres negras, que, além de não se reconhecerem nas histórias contadas pelos autores cujas obras estão disponíveis nas bibliotecas, também não se reconhecem no lugar de escritoras.

Apesar de tudo, temos como grande referência Carolina Maria de Jesus, autora do *best seller* **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Uma escritora negra que, para a escritora (também negra) Cidinha da Silva, "é ícone e inspiração para todas as pessoas que conseguem compreender o desejo de uma

mulher portadora das condições sociorraciais já mencionadas de se firmar como escritora" (SILVA, 2014 apud SALES, MOTA, 2015, s.p.). Essa declaração corrobora a tese tão defendida por mulheres negras nos últimos anos de que representatividade importa.

Como resultado dessa luta por representatividade, os responsáveis pelo vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e os da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) anunciaram, recentemente, que o livro **Quarto de Despejo** entrará para a lista de livros obrigatórios de ambas as universidades, nos processos seletivos entre 2018 e 2019. Segundo Renata Cristina Pereira (apud TEODORO, 2017), coordenadora de Linguagens e educadora de Literatura, incluir Carolina significa uma representatividade política enorme, pois "ela escreve sobre sua vida, sobre o lugar em que vive. O livro versa sobre essa realidade que é a realidade de muitos estudantes brasileiros e não podemos ignorar isso". No entanto, mesmo sendo uma obra que, na época em que foi lançada, no início dos anos 1960, chegou a vender mais do que Jorge Amado e traduzida para 13 idiomas (japonês, esloveno e russo, inclusive) (SUGIMOTO, 2013), os vestibulares a estão resgatando somente agora, em 2017. E, apesar de **Quarto de Despejo** ser a obra escrita por uma mulher negra mais presente nas bibliotecas – 72 bibliotecas, conforme pode ser consultada no catálogo online do Sistema Municipal de Bibliotecas, por meio do site, Carolina ainda é uma escritora pouco conhecida.

O caso de Carolina reforça a ideia de que não basta apenas disponibilizar obras de escritoras negras nas bibliotecas, é urgente que se crie campanhas de incentivo à leitura dessas obras, para tornar essas autoras conhecidas e reconhecidas, na

tentativa obrigatória de compensar a invisibilização e a falta de referência que as mulheres negras sofreram até agora.

5 AÇÕES CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE LUTA CONTRA A INVISIBILIDADE DE AUTORAS NEGRAS NAS BIBLIOTECAS

Uma das formas de converter a invisibilização de autoras negras nas bibliotecas é por meio de ações culturais. Com o objetivo de promover cultura, ações culturais na biblioteca podem estabelecer uma relação entre obras literárias e indivíduos. Isso indica a importância e o potencial da produção de eventos dentro desse espaço. Visto que, segundo Bernardino e Suaiden (2011, p. 29-41),

> os projetos culturais de leitura desenvolvidos por estas Unidades de Informação preveem a aquisição da cultura e do conhecimento, através de um delineamento de um leque de ações com metas bem definidas.

Ou seja, se essas ações forem bem planejadas e produzidas, de modo a impactar o público-alvo positivamente, podem influenciar, inclusive, o desenvolvimento de coleções da biblioteca, pois os livros e temáticas abordados nessas ações, se efetivas, passarão a ser mais procurados pelos usuários.

Ademais, segundo Bernardino e Suaiden (2011, p. 29-41),

> Projetos de leitura desenvolvidos por bibliotecas públicas oportunizam a comunidade usuária o desenvolvimento

> social e cultural, uma vez que proporcionam o adentramento ao mundo letrado e não letrado da leitura, criando, assim, condições de geração de conhecimento.

No que se refere a livros escritos por mulheres negras, considerando que são pouco conhecidos e, por isso, lidos por um público muito pequeno que não tem poder de influência no desenvolvimento da coleção de acervo das bibliotecas públicas, projetos culturais com o objetivo de trazer à tona essas obras podem ser uma das ações mais funcionais e simples de executar. A exemplo:

- Contação de histórias: leitura de obras de escritoras negras, realizada por um/a contador/a, que pode usar vários recursos para despertar o interesse e atenção dos ouvintes, como elementos artísticos e/ou leitura dramática;
- Clube de Leitura: encontro periódico para ler e discutir textos de autoras negras, durante o qual os leitores poderão expor opiniões, dúvidas e vivências em torno da obra;
- Slam: batalha de poesia falada, que pode ser realizada por meio de uma temática pré-estabelecida;
- Saraus: reunião para recitar poemas, cantar, entre outras atividades artísticas em torno de obras de escritoras negras;

- Palestras/Bate-papos/Debates em torno de obras de escritoras negras (com eventual presença das autoras ou de pesquisadoras);
- Teatro: interpretação de obras de escritoras negras;
- Exposição: colocar em destaque no espaço físico obras (ou cartazes) de escritoras negras, com informações relevantes a respeito da autora e do conteúdo da obra.

Na biblioteca, a promoção de atividades culturais fica geralmente sob a responsabilidade da/o bibliotecária/o que, nesse caso, faz a função de agente cultural. É ela/e que, de acordo com a observação das necessidades e interesses dos frequentadores da biblioteca, estimula a participação da população. Para isso, é necessário que se tenha conhecimentos básicos em informática e comunicação, para a divulgação; saber o básico sobre o tema e sobre as obras que serão trabalhadas; planejamento; equipamentos necessários para realização das ações; e uma equipe de apoio.

Entretanto, algumas das Bibliotecas Públicas Municipais de São Paulo têm se preocupado muito pouco em desenvolver ações de incentivo à leitura de autoras negras, de acordo com os resultados da nossa pesquisa. Em resposta ao nosso questionário, a Biblioteca C, por exemplo, informou que não possui nenhuma ação voltada ao tema. Ao passo que a Biblioteca D disse que trabalha essas obras somente em lançamentos, "datas comemorativas, como consciência negra, dia da mulher, eventos relacionados ao tema do conteúdo da obra e/ou sempre quando é possível intercaladas no contexto e na disponibilidade

do material para divulgação" e que, apesar do ainda pouco interesse, houve um certo crescimento na procura por essas obras pelo público nos últimos anos, mesmo não sendo tão expressivo. A Biblioteca E também afirma ter notado um aumento na procura por esses livros e relata: "geralmente nos meses de março [mês da mulher] e novembro [mês da consciência negra] realizamos atividades voltadas para essa questão (exposições, saraus, contações de história). Já a Biblioteca F respondeu que divulga o "acervo como um todo, não apenas as autoras negras", e, a respeito do incentivo de leitura de obras de autoras negras, informou: "no momento, ainda não, mas estamos planejando"; inclusive confirmou que a procura continua sendo baixa devido ao desconhecimento do público. No que se refere a algumas atividades culturais, como palestras, encontros, debates e mediação de leitura, a Biblioteca A informou que, em meio aos eventos culturais promovidos na biblioteca, "a questão do negro é abordada seja por meio de um livro de um(a) escritor(a) negro(a), seja por meio da cultura negra e suas tradições", e disse que costuma recomendar que os usuários visitem a biblioteca que dispõe de um acervo temático de cultura negra, para que "obter maior sucesso na busca de alguns títulos que são adquiridos ou doados exclusivamente para ela"; e sobre a demanda em relação a esses livros respondeu:

> Varia conforme o mês e as demandas das escolas e/ou universidades. Quando este assunto é abordado em escolas ou universidades a demanda aumenta, ao passo que em certas épocas a demanda diminui. Porém, algumas autoras/escritoras negros são

> frequentemente lidos, independentemente de demanda ou não de escolas.

A Biblioteca G, por sua vez, respondeu que promove, nesse sentido, "algumas rodas de conversa, saraus temáticos, contações de estória, encontros com autores" e, além disso, no dia da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha, faz exposições ou deixa os livros em maior evidência; em seguida comenta: "Mas precisamos realmente, divulgar mais". E ainda ressalta:

> Temos poucos livros de autoras negras, isso reflete o nosso mercado editorial também. Os livros que estão sendo publicados são muito recentes e de editoras pequenas, o que dificulta a aquisição pela Coordenadoria. Mas temos alguns títulos, não são tão consultados como os best-sellers juvenis, tentamos trabalhar com esses títulos, pois é o mote da nossa proposta. Recebemos algumas doações de autoras e de projetos de saraus e publicações independentes.

Nesse aspecto, a Biblioteca B se aproxima mais do ideal, por apresentar uma "exposição permanente de autores afro brasileiros (adulto e infantil) e nela se inclui autoras negras", ou seja, trabalha constantemente a temática negra. Essa biblioteca também relata utilizar títulos voltados ao tema afro e indígena em um projeto de leitura. Apesar disso, a demanda de consulta e empréstimo de obras de autoras negras nessa biblioteca ainda está abaixo da média, segundo eles.

A Biblioteca H respondeu que não tem um levantamento a respeito do empréstimo de obras de escritoras negras especificamente; informou que o acervo é divulgado no geral; e reconheceu que falta incentivo à leitura dessas obras para o público adulto, o que pressupõe que ao menos há ações voltadas à população infantil e/ou infanto-juvenil, apesar de não se ter essa afirmação na resposta ao questionário. A Biblioteca I também respondeu que não realiza ações voltadas para essas obras em especial, disse que procura fazer mediação de leitura não só "dessas autoras como de outros autores".

De modo geral, é possível perceber que as bibliotecas que conseguem trabalhar essas obras por meio de ações desenvolvidas no espaço, como as Bibliotecas B, D e G percebem o aumento, mesmo que em pequena proporção, da procura por obras de autoras negras. Isso significa que quanto mais ações bem planejadas voltadas a essas obras, mais será notado o aumento da procura, o que colabora com a mudança de perspectiva na escolha e distribuição do acervo, e, assim, torna-o mais diverso.

Em suma, pelo fim da invisibilização de autoras negras, as bibliotecas podem realizar ações simples e de grande efeito, como priorizar a inclusão de obras de autoras negras no processo de aquisição de acervo, além de desenvolver projetos culturais que coloquem essas autoras em evidência, colaborando com a formação de público para essas obras. Para isso é importante ter em mente que ações culturais, além de contribuírem para que a população desenvolva apreço pela leitura, podem ajudar a promover literaturas que enfrentam dificuldades em alcançar leitores (PAULA, 2016), devido à pouca

visibilidade que recebem, como é o caso da literatura produzida por autoras negras.

6 RELATO DE EXPERIÊNCIA NA BIBLIOTECA DA ETEC PARQUE DA JUVENTUDE

Em meados do primeiro semestre do curso Técnico em Biblioteconomia, em setembro de 2016, nós, alunas negras, notamos que na biblioteca da Etec Parque da Juventude não havia livros escritos por autoras negras. Diante dessa constatação, reunimo-nos para pensar em uma ação que pudesse transformar essa realidade.

No primeiro momento, decidimos fazer uma publicação no *Facebook* pedindo doações. Essa iniciativa teve uma boa repercussão na rede, o que nos ajudou a arrecadar em torno de 15 livros. Em seguida, passamos a pensar na divulgação dessas obras para os usuários da biblioteca, alunos da Etec. Então, espalhamos cartazes pela escola com informações sobre vida e obras de autoras negras, para chamar atenção à existência delas. Quando chegou novembro, mês da consciência negra, aproveitamos para realizar três dias de eventos na biblioteca, dando destaque a obras de autoras negras. O evento foi composto por uma programação que apresentou, no primeiro dia, um bate-papo com a escritora Miriam Alves; no segundo dia, bate-papo com a escritora Bianca Santana; e, no terceiro, um sarau cuja temática era "poetas pretas", com a participação dos usuários, para os quais disponibilizamos poemas escritos por mulheres negras.

Além disso, para dar mais visibilidade às obras de autoras negras agora presentes no acervo da biblioteca da Etec de Parque

da Juventude, recentemente pedimos que fossem colocadas em destaque na estante expositora.

Depois do sucesso do evento, criamos uma página com intuito de dar continuidade ao projeto, estendendo a campanha de incentivo à leitura de autoras negras. Para divulgar, deixamos na biblioteca marca-páginas com o endereço do projeto no *Facebook*. Atualmente, a página Mulheres Negras na Biblioteca tem mais de 1.000 seguidoras/es e apresenta um conteúdo totalmente voltado à literatura negro-feminina.

Ao que tudo indica todas as ações executadas por meio desse projeto foram funcionais, pois a procura por esses livros tem sido muito alta, de acordo com os responsáveis pela biblioteca, o que comprova o poder e a importância de ações culturais na divulgação do acervo.

7 CONCLUSÃO

Como já sabemos, a biblioteca é um importante meio de disseminação de informação e a escolha do acervo e o modo como ele é exposto impactam diretamente na formação dos indivíduos que vivem no entorno e frequentam esse espaço. Mas, para que a biblioteca contribua para isso de maneira imparcial, é importante que obras como as escritas por mulheres negras sejam incluídas na Política de Desenvolvimento de Coleções. Dessa forma, a biblioteca pública poderá ser mais democrática, o que é primordial para o desempenho de sua função e objetivo de "ser tudo para todos" (CARDOSO; NÓBREGA, 2011, p. 3378).

Cardoso e Nóbrega (2011, p. 3389) ressaltam "cinco atividades que devem estar interligadas entre si e ser

desenvolvidas, segundo os objetivos de cada unidade de informação: a) seleção; b) aquisição; c) avaliação; d) estudo de comunidade; e) desbaste". Considerando que essas etapas sejam cumpridas pelas unidades de informação – sendo que mulheres negras correspondem a pelo menos um quarto da população do Brasil, segundo dados do IPEA (2009 apud MARCONDES, 2013), por que há poucas obras de autoras negras nas bibliotecas? Os resultados da nossa pesquisa apontam para a baixa procura por essas obras por parte do público. No entanto, é evidente que isso aconteça uma vez que essas obras não são divulgadas. Além disso, na seção em que abordamos o desenvolvimento de coleções, foi mencionado que um dos fatores que dificulta o processo de aquisição das obras de autoras negras por parte da Coordenadoria e Comissão de Seleção e Aquisição é a pouca visibilidade dessas autoras no mercado editorial – vale salientar aqui que muitas delas realizam publicação independente.

Porém, podemos pensar na divulgação efetuada no sentido inverso, em que o público passa a se interessar por essas obras e, com isso, elas ganham mais visibilidade, tanto no mercado editorial, cujo maior objetivo é o lucro financeiro, quanto ao que se refere ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas, que costuma usar como critério a popularidade da obra e do autor. Nesse sentido, a biblioteca pode contribuir para a realização desse processo, procurando despertar o interesse do público para essas obras mesmo que ainda não estejam presentes no acervo. Já que, na nossa pesquisa, nota-se que quando essas obras são trabalhadas por meio de atividades culturais, tem-se uma melhora significativa na procura por elas.

Para Amaro (apud PAULA, 2016)

> existe uma carência de representatividade de certos grupos da população na literatura brasileira e consequentemente nas bibliotecas, e é papel do bibliotecário contribuir para tornar seu acervo mais diversificado culturalmente.

Sendo assim, tendo em vista o desejo do público como um fator considerável para a inclusão de novos títulos no acervo das bibliotecas, nós, profissionais de Biblioteconomia, podemos oferecer uma grande contribuição para a transformação da realidade no que diz respeito a obras de autoras negras, desenvolvendo ações que despertem no público o interesse em acessar essas obras. Essa é uma forma sagaz de nos posicionarmos contra as barreiras da institucionalização da informação, pois é provável que a partir do momento que um determinado público passe a exigir acesso aos conteúdos informacionais que o represente, não haverá justificativas para a negação desse direito; ao mesmo tempo, estaremos contribuindo para que a biblioteca se transforme cada vez mais em um espaço democrático.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. ***The danger of a single story***. 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/jkMNV>. Acesso em: 20 abr. 2018

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. **O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da**

informação. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/aGLQT>. Acesso em: 19 maio 2017.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. A Biblioteca Pública Na (Re) Construção da Identidade Negra**.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Brasília, 23 a 26 de outubro de 2011. **Anais...** Brasília, 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/kmvwC>. Acesso em: 19 maio 2017.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca na (re)construção da identidade negra**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

DALCASTAGNÈ, Regina. Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Gragoatá**, Niterói, n. 24, p. 203-219, 1. sem. 2008.

DAlCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. **Iberic@l**: *Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*. Disponível em: <encurtador.com.br/esvEY>. Acesso em: 16 jun. 2017.

DIAS, Maria M. Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2ISCS59>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MARCONDES, Mariana M.; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (Org.). **Dossiê de mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

PAULA, Chico de. Bibliotecário lança editora voltada à temática afro-brasileira. **Biblioo**. 20 nov. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/asvN7>. Acesso em: 17 maio 2017.

SALES, Sinei; MOTA, Maria. Entrevista com a escritora Cidinha da Silva. **Revista Crioula**, n. 15, 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/gpCJ8>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SILVA, Wellington. Foucault e indigenciação – as formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. **Problemata**: Revista Internacional de Filosofia, v. 6, n. 3, p. 111-128, 2015.

SUGIMOTO, Luiz. Negra, periférica e fundamental**. Jornal da Unicamp**, Campinas, n. 573, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/clMOV>. Acesso em: 06 jun. 2017.

TEODORO, Marina. Unicamp inclui obras escritas por mulheres na lista de leituras obrigatórias. **IG: Último Segundo** 20 abr. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/iEQVW>. Acesso em: 06 jun. 2017.

DESIGN THINKING EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

Priscila Fevrier

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos, como a demanda e a competitividade no mercado, surge a necessidade de inovar, seja por intermédio do desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos, ou apenas criando novos significados para as coisas que existem e que não estão tendo o êxito esperado. Para Zattar (2011), inovação é vista como um processo e que pode ser entendida de diferentes maneiras. Entretanto, isso dependerá do âmbito no qual a inovação será empregada, ou seja, se será utilizada nos setores empresarial, acadêmico, de processo e de produto, material e imaterial. A autora exemplifica comparando o âmbito empresarial e o âmbito acadêmico, onde, sobre o âmbito empresarial, a inovação vai ser voltada para competitividade e no âmbito acadêmico, a inovação se destina ao avanço do conhecimento e sua disseminação. Assim, podemos compreender que a inovação pode ser inserida em diversos campos.

Diante do cenário atual, as organizações buscam instrumentos e métodos para auxiliar o processo de inovação em seus ambientes. Existem diversas ferramentas e métodos para

isso. Entretanto, para este trabalho, será destacado o instrumento *Design Thinking* (DT), que tem como foco, o indivíduo. Para Vianna et al. (2012), o DT é uma abordagem focada no ser humano que vê na multidisciplinaridade, colaboração e tangibilização de pensamentos e processos, caminhos que levam às soluções inovadoras para negócios. O objetivo dessa ferramenta é identificar problemas e gerar soluções. A inovação acontece, principalmente, através do DT ao se introduzir novos significados aos produtos, serviços ou relacionamentos.

O tema inovação possui grande relevância para a Biblioteconomia e Ciência da Informação, visto que o DT possui o mesmo objetivo que essas duas áreas: o usuário. Nesse contexto, iremos analisar a produção científica sobre a temática DT e biblioteca universitária.

O objetivo geral deste estudo é verificar qual é a produção científica no país sobre DT em bibliotecas universitárias. Como objetivos específicos, busca-se: a) apresentar um panorama geral das publicações relacionadas com a temática DT nas bibliotecas universitárias; e b) contribuir com a geração de novos estudos na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre a temática.

Justifica-se este estudo porque as bibliotecas universitárias têm buscado cada vez mais aprimorar os serviços e produtos oferecidos aos seus usuários, oferecendo métodos de estudos e organização dinâmicos e centrados em usuários. E como qualquer outra organização, as Bibliotecas Universitárias precisam utilizar a inovação como um suporte para suprir as demandas colocadas pelas mudanças que acontecem constantemente na sociedade. Acredita-se que o DT, com suas

técnicas, é eficaz para promover novas ideias, com o objetivo de atender com mais exatidão as necessidades dos usuários.

2 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas universitárias atuam como espaços de apoio informacional com o intuito de oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão por intermédio de seus acervos. Seus objetivos provêm da finalidade da própria universidade, visto que a biblioteca universitária se caracteriza por possuir forte ligação com as atividades realizadas do âmbito acadêmico e, com isso, possui uma contribuição com a formação profissional e o desenvolvimento social (MIRANDA, 2007).

De uma forma geral, as mudanças que ocorrem na sociedade causam impacto nas atividades desenvolvidas nas bibliotecas universitárias que, com isso, requerem novos produtos e serviços informacionais a serem disponibilizados nessa unidade de informação (SANTA ANNA; COSTA, 2017). Ainda nesse contexto, Cunha (2010, p. 06) salienta o seguinte:

> As bibliotecas universitárias são organizações complexas, com múltiplas funções e uma série de procedimentos, produtos e serviços que foram desenvolvidos ao longo de décadas. No entanto, o seu propósito fundamental permaneceu o mesmo, isto é: proporcionar acesso ao conhecimento. Esse acesso ao conhecimento é que irá permitir que o estudante, o professor e o pesquisador possam realizar suas aprendizagens ao longo da vida.

Diante das inúmeras mudanças na sociedade, as bibliotecas universitárias precisam estar em constante inovação, trazendo novos ressignificados para alguns produtos, serviços e gestão, com o intuito de acompanhar as mudanças de seu público. Essas mudanças buscam continuar o cumprimento de sua missão que é de possibilitar o acesso e impulsionar o uso e a geração da informação em todas as áreas do conhecimento, com a utilização eficaz dos recursos públicos ou privados (SENA, 2014).

As bibliotecas universitárias têm se constituído como um organismo em constante evolução em vários âmbitos: a) no desenvolvimento de coleções; b) na disponibilização de materiais informacionais; e c) nos serviços prestados de auxílio às atividades acadêmicas, além daqueles voltados à cultura, lazer e recreação, para atender diferentes públicos e demandas. Essas unidades de informação devem se munir de uma política institucional baseada na gestão estratégica e na inovação, com o intuito de tornarem-se competitivas e trabalharem no caminho da contínua melhoria (SANTA ANNA; COSTA, 2017). Para Spudeit e Führ (2011, p. 42),

> As unidades de informação (bibliotecas, centros e sistemas de informação e documentação), apesar de serem organizações sociais sem fins lucrativos, prestam serviços tangíveis e intangíveis para a sociedade, por meio de operações que requerem também a definição e aplicação de estratégias. Essas unidades sofrem influências do mercado, da globalização e das tecnologias, da mesma forma que empresas

> que produzem resultados financeiros (SPUDEIT; FÜHR, 2011, p. 42).

Nesse mesmo sentido, pode ser dito que com a utilização de novas tecnologias e modificações que acontecem na sociedade, diversos setores da sociedade tenham tido a necessidade de adotar uma nova postura e inovar em seus inúmeros campos como nos serviços, nos produtos, na gestão, entre outros. Com a biblioteca Universitária não poderia ser diferente. Pais (2007) destaca que as bibliotecas universitárias se encontram inseridas em um ambiente onde são reconhecidas, pois fazem parte do sistema nacional de inovação do país. Esse sistema possui como objetivo proporcionar um ambiente propício para a economia do conhecimento, além de cooperar para o fomento da pesquisa, visando produzir inovação.

3 INOVAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

O conceito de inovação tem passado por mudanças no que tange ao entender o que é inovar, quanto quem são essas pessoas que podem fazer parte deste processo (FINEP, 2006). Segundo Vieira (2017), a inovação propõe que as organizações precisam estar antenadas para ofertar serviços que promovam a competitividade e que gerem maior valor de mercado através da oferta de produtos ou serviços que façam surgir novos negócios e que, assim, se produza algo novo. Silva (2015 apud DAMANPOUR, 1996) destaca em sua dissertação que,

> Inovação é concebida como um meio de mudança de uma organização, quer como resposta para mudança no ambiente externo

> ou como uma ação preventiva para influenciar o ambiente. Por isso, inovação é aqui amplamente definida para abarcar uma gama de tipos, incluindo novos serviços e produtos, novos processos tecnológicos, novas estruturas organizacionais ou sistemas administrativos, ou ainda novos planos ou programas relativos para os membros da organização (SILVA, 2012 apud DAMANPOUR, 1996, p. 694, tradução nossa).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou o manual Oslo, onde sugere quatro tipos de inovação que promovem amplo conjunto de mudanças nas atividades das organizações: a) **Inovações em produtos**, que se referem às mudanças visíveis em produtos e serviços, desenvolvimento de bens e serviços novos e melhorias para os produtos que já existem; b) **Inovações de processos**, que visam a melhoria dos processos de produção e distribuição; c) **Inovações organizacionais**, que se relacionam à implementação de novos processos organizacionais, como mudanças em práticas de negócios, na organização do ambiente de trabalho ou nas relações externas da empresa; d) **Inovações de Marketing**, que incluem modificações no *design* do produto e em sua embalagem, na divulgação do produto e sua distribuição, e em formas de determinação de preços de bens e de serviços (OCDE, 2005).

Inovação, para Gerber (apud HONESKO, 2001), é confundida diversas vezes com criatividade. O autor explica que a diferença consiste no fato de que "a criatividade imagina coisas novas, enquanto a inovação faz coisas novas". Explicita que a

inovação não precisa ser cara para ser boa, pois algumas das inovações mais espantosas envolveram apenas a mudança de algumas palavras, um gesto, uma cor, bastando achar a oportunidade certa para tentar uma inovação simples e barata.

O ambiente dinâmico em que as universidades estão inseridas (e as suas bibliotecas) exige a inclusão de atividades inovadoras aos serviços e produtos, nos padrões de gestão, na estrutura do espaço físico e nos equipamentos disponíveis (SILVA, 2015). A inovação pode ser empregada em qualquer ambiente organizacional, independentemente do seu porte, tipo ou ramo de atuação (JULIANI et al., 2016).

Padri e Cavaglieri (2016) dizem que os serviços e produtos tradicionais não atendem uma sociedade que se mostra participativa, conectada e com acesso à uma pluralidade de recursos. Isso precisa ser percebido pelas bibliotecas para que a inovação ocorra e que sejam propostos novos significados para os produtos e serviços que existem, bem como outros que sejam criados. As organizações percebem a inovação como um fator crítico de sucesso que deve estar atenta de forma frequente aos métodos e ferramentas de gestão que possibilitem nortear o processo inovativo. Existem diversas ferramentas que são aliadas de um processo de inovação, tais como: *Benchmarking*, *Brainstorming*, *Canvas*, Sistemas de Cocriação, *Scamper*, entre outros (JULIANI; CAVAGLIERI; MACHADO, 2016).

As unidades de informação passaram a entender que a inovação é um fator estratégico para aperfeiçoar os serviços já existentes ou não, tal como para assegurar sua sustentabilidade. Apesar disso, são poucas as instituições que desenvolvem políticas claras de apoio e destinação de recursos e planejamento tendo em vista serviços e produtos inovadores (GUILHEM;

TORINO; TAVARES, 2013). Nesse contexto, um dos instrumentos que se mostra um bom aliado a esse propósito é o DT, que será apresentado a seguir.

4 *DESIGN THINKING* COMO FERRAMENTA PARA INOVAÇÃO NAS BIBLIOTECAS

O DT é definido como uma abordagem criativa e pode ser visto também como uma série de etapas que auxiliará a desenhar, de modo satisfatório, soluções para a organização (IDEO, 2017). O DT foi criado quando da procura de novos caminhos para a inovação e é considerado como

> [...] uma abordagem focada no ser humano que vê na multidisciplinaridade, colaboração e tangibilização de pensamentos e processos, caminhos que levam a soluções inovadoras para negócios (VIANNA et al., 2012, p. 12).

Ainda nesse sentido, a MJV Technology e Innovation (2017) ressalta que o DT,

> complementa a visão mercadológica de que para inovar é preciso focar no desenvolvimento e na integração de novas tecnologias e na abertura de novos mercados. Além disso, é uma metodologia que inova, principalmente, ao introduzir novos significados aos produtos, serviços e relacionamentos a partir do foco no ser humano. Logo, o Design Thinking é utilizado

> para gerar inovações que atendem às necessidades humanas, sem perder de vista a viabilidade tecnológica e o valor gerado ao negócio (MJV Technology e Innovation, 2017?).

Para a IDEIO (2017), o DT, à primeira vista, pode parecer difícil para algumas pessoas, mas esse processo utiliza habilidades que todos os indivíduos têm de forma inerente e que, por muitas vezes, não são percebidas e deixadas de lado. O autor ainda ressalta que não é preciso ser um designer para usar instrumentos e ferramentas criativas e solucionar problemas.

Apresenta-se no Quadro 1, os principais autores que impulsionaram as discussões acerca do DT. Nesse quadro, também é possível observar que esse conceito já foi intitulado por termos diferentes, mas sempre apresentando como base o *design*, além de focar no processo de inovação, tendo as pessoas como seu principal objeto, visto que são as usuárias dos produtos e serviços.

Quadro 1 - Origens do *Design Thinking*.

Autor	Conceito de Design
Herbert Alexandre Simon (1969)	Design com o conhecimento nos processos da engenharia, gestão ou medicina, aqueles preocupados com "o que deveria ser". No seu livro Administrative Behavior (1947), expõe a importância do design na tomada de decisões, a qual compreende três (3) elementos: inteligência, design e escolha. Daí uma frase dele sobre design thinking: "Quem projeta cursos de ação para transformar situações existentes em outras preferidas, faz design."
Peter Gorb (1970)	Contribuiu com o design management, argumentando que para que os designers fossem integrais, deviam aprender a linguagem dos negócios (linguagem contável e financeira). Essa gestão do design é vista como a base para o design thinking, a tecnologia, a gestão corporativa e a gestão de marca.
Robert Mckim (1980)	Pensamento visual composto por três atividades: desenho da ideia (idea-sketching), visualização (seeing), e imaginação (imagining).
Peter G. Rowe (1987)	Publicou o livro Design Thinking sobre arquitetura e planejamento urbano, visto ele como um processo de design.
Rolf Faste (1980 - 1990)	Expandiu os estudos feitos por Mckim na Universidade de Stanford no curso de Engenharia Mecânica. Faste trouxe grandes contribuições aos campos de design focado no homem e no ensino do design. Escreveu vários livros como, por exemplo, "Forget Design Thinking and Try Hybrid Thinking" e foi o mentor de David Kelley, o fundador de IDEO. Faste trabalhou muito para a definição de design thinking e tentou expressar o único rol que os designers poderiam desenvolver para fazer quase tudo.
IDEO (1991)	Empresa fundada por David Kelley, é a empresa mais respeitada no mundo da inovação por apresentar e testar a sua metodologia de Design Thinking, a qual é centrada no usuário e é composta por cinco passos: compreender, observar, visualizar, avaliar e implementar.

Fonte: Ramírez e Zaninelli (2017).

O DT, de uma maneira geral, apresenta fases pré-definidas e se trata de um processo sistêmico composto de três etapas principais, conhecidas como: Inspiração, Ideação e Iteração (Figura 1).

Figura 1 - O processo de *Design Thinking*.

Fonte: IDEO (2017).

Na primeira etapa, **Inspiração**, trata da criação de um desafio de *design* e as descobertas de novas oportunidades, perspectivas e entendimento inicial do problema. É enxergar que se tem um desafio a ser solucionado e responder a perguntar: Como posso abordá-lo? A próxima etapa, a **Ideação,** trata de criar ideias e pensar como se pode fazê-las tangíveis. É "pensar fora da caixa", apresentando soluções para o problema. Para poder, em um outro momento, criar um protótipo e, aí, poder testar com os usuários e com a equipe interna até entender se realmente está funcionando. É recomendado que nesta última fase, a **Iteração**, se tenha uma equipe, visto que é sobre a experimentação contínua, tendo como base o *feedback* dos usuários. A MJV Technology e Innovation (2017) acrescenta que

essa última fase, também conhecida como prototipação, visa "tangibilizar uma ideia, é a passagem do abstrato para o físico de forma a representar a realidade — mesmo que simplificada — e propiciar validações". Vianna (2012), ainda salienta que apesar de ser considerada a última fase pode ser realizada ao decorrer do projeto em paralelo com as outras etapas (BROWN, 2008; VIANNA et al., 2012; IDEO, 2017).

Alguns autores relatam que cada profissional ou gestor de um projeto vai aplicar de uma maneira distinta o DT. É preciso que se faça uma avaliação de contexto, para saber a melhor maneira e quais as ferramentas e técnicas serão usadas. Dessa forma, a IDEO, no livro intitulado "*Design Thinking* para Bibliotecas"[49], traduzido para o português e publicado no ano 2017, ressalta que, muitas vezes, quando se pensa em *design*, pensamos no aspecto estético em relação à forma ou em um objeto palpável, como um desenho de uma cadeira. No entanto, a IDEO ressalta que o DT, como processo, pode ter uma repercussão e um resultado mais abrangente e pode ser usado também para resolver todos os tipos de desafios de uma Biblioteca, como programas, sistemas, espaços e serviços (Quadro 2).

[49] Para saber mais acesse: IDEO. **Design Thinking para Bibliotecas**: um toolkit para design centrado no usuário. [São Paulo]: FEBAB, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/vFIJO>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Quadro 2 - Quem pode utilizar?

	Modo de Utilizar	**Exemplo**
Programas	Programas de bibliotecas são ótimos meios para se começar a usar *Design Thinking*, uma vez que apresentam uma série de eventos fáceis de construir, modificar e interagir. Como bibliotecário, você provavelmente já é um "mestre designer" de vários programas, tais como: um desafio de leitura no verão ou uma série de palestras. Ao projetar programas, você pode considerar de que forma serão facilitados. Os conteúdos e os recursos de que pode precisar e o contexto (físico ou virtual) em que eles ocorrem.	Como poderíamos... apoiar e diferenciar os programas de alfabetização infantil para crianças, envolvendo toda a família? Como poderíamos... projetar um programa de aprendizado, baseado em games que incentivem a prática: 'criando e fazendo' na era digital?
Sistemas	Em maior escala, sistemas representam várias partes integradas, relações e necessidades, o que pode ser pensado como uma rede ou uma organização. Os exemplos incluem: um sistema bancário, um programa de refeição por toda a cidade e novamente o sistema de biblioteca. Projetar sistemas significa integrar vários serviços interdependentes, de modo a gerar impacto. Desafios envolvem, muitas vezes, uma estratégia de alto nível em torno de prioridades, políticas e comunicações essenciais.	Como poderíamos... produzir *design* em parcerias mutuamente benéficas – com as escolas locais e outras instituições educacionais? Como poderíamos... redesenhar métricas em bibliotecas para que as pessoas compreendam o seu valor de uma forma mais significativa e emocional?

Espaços	Ambientes físicos sinalizam as pessoas de como devem se comportar e influenciam a forma como elas se sentem. Tenha em mente que o espaço não é, necessariamente, influenciado pela estética, como a cor da tinta na parede. O que importa é a forma como as pessoas reagem à cor e o que elas fazem. No *Design Thinking* falamos pouco sobre espaços que "captam" impressões e mais sobre espaços que "agem" sobre estas. Quando repensar um espaço de biblioteca, considere as restrições de construção, circulação, fluxo de usuários e ferramentas específicas do ambiente que possam torná-lo um espaço mais interativo.	Como poderíamos... criar um ambiente acolhedor na biblioteca que incentive os usuários relaxarem e permanecerem por mais tempo? Como poderíamos... aproveitar o espaço não utilizado, ou redistribuir o espaço para que os usuários descubram mais sobre o que a biblioteca pode oferecer?
Serviços	Embora os programas sejam, tipicamente, ofertas específicas de tempo, como aulas; os serviços são, muitas vezes, uma oferta sistêmica dos quais as pessoas não só participam, mas usam e defendem. *Design* de serviços, muitas vezes, se concentra em fazer com que os sistemas estejam por trás dos serviços, como a comunicação ou a tecnologia em benefício do usuário. Alguns bons exemplos incluem: a entrega de uma refeição leve para um almoço na Índia, um serviço de táxi sob demanda e, claro, o empréstimo de um livro da	Como poderíamos... criar uma experiência de interface amigável na *web*, ao usuário que conhece o cenário digital do século XXI? Como poderíamos... prestar assistência relevante ao público adulto, quanto ao aprendizado sobre Tecnologia da Informação, especialmente àqueles que relutam em pedir

	biblioteca! Grandes serviços aproveitam o poder da biblioteca, dos bibliotecários e de todos os recursos existentes para mover a sociedade para frente.	ajuda?

Fonte: Adaptado do IDEO (2017).[50]

O DT é de muita ajuda para as resoluções de desafios e para que a Biblioteca possa estar em consonância com suas práticas de um modo mais inovador e eficaz, estando apta a suprir as demandas dos dias atuais em diversos aspectos. O IDEO (2017) destaca que essa ferramenta pode se espalhar por toda a organização e proporcionar vários benefícios, tanto para as bibliotecas quanto para os usuários. A biblioteca pode trazer mais confiança criativa por intermédio do DT, além de aprimorar os processos de gerenciamento de projetos, criar uma forte cultura colaborativa na equipe e ter um melhor desenvolvimento de estratégias para tomada de decisão. Para os usuários, a utilização dessa ferramenta pela equipe da biblioteca pode proporcionar um aumento da satisfação, novas maneiras de conexão junto à comunidade, mais envolvimento por parte dos colaboradores, equipe e comunidade, além de ganhar defensores e aliados para a unidade informacional.

[50] Adaptado de: IDEO. **Design Thinking para Bibliotecas**: um toolkit para design centrado no usuário. [São Paulo]: FEBAB, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/vFIJO>. Acesso em: 10 mar. 2018.

5 *DESIGN THINKING* COM FOCO NO USUÁRIO: NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Diante do que foi falado anteriormente, pode-se perceber que o DT é um grande aliado para a inovação em diversos segmentos, focando no processo de mudança/inovação com vistas ao usuário. Para IDEO (2017), o processo de DT possui como foco as necessidades das pessoas e é por isso que "anda de mãos dadas" com a metodologia que é chamada de "design centrado no ser humano", ou centrado no usuário. Sendo assim, pode ser dito que a Ciência da Informação, em alguns de seus estudos e pesquisas, demonstra preocupação com a importância de analisar e entender as necessidades de informação dos usuários e o uso que este dá à informação. No campo de pesquisa dos Estudos de Usuários, fica evidente a relação acima citada, visto que é um dos campos de estudo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Baptista e Cunha (2007) ressaltam que essa temática vem sendo pesquisada há mais de 40 anos. E seus objetivos continuam imutáveis, pois o foco desses estudos está em coletar dados para desenvolver e avaliar serviços e produtos informacionais, bem como entender de uma forma mais concreta o fluxo de transferência de informação.

Figueiredo (1994) contribui com essa afirmativa ao explicar que os estudos de usuários são pesquisas ou avaliações feitas para saber o que os indivíduos precisam em questão de informação, ou para identificar se as necessidades de informação dos indivíduos que utilizam uma unidade de informação estão sendo satisfeitas. A autora afirma ainda ser por meio desse estudo que são verificados o "porquê", o "como" e "com que

finalidade" os usuários usam as informações e quais os fatores que afetam tal uso.

Diante disso, pode ser compreendido que a relação entre DT, Biblioteconomia e Ciência da Informação acontece no sentido de que essas áreas possuem foco no usuário. Nesse caso, o processo de DT pode ser uma valiosa ferramenta para o estudo de usuário, visando compreender a necessidade dos utilizadores das unidades informacionais e, assim, desenvolver ou melhorar os serviços e produtos informacionais de forma inovadora.

6 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva, por meio de levantamento bibliográfico em artigos. Na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), buscou-se pelo termo de busca "*Design Thinking*" na aba de busca da referida base. Após serem recuperados os artigos sobre o tema, foi realizada uma análise por título, resumos e palavras-chave para identificar as publicações que reuniam as temáticas *Design Thinking* e Bibliotecas Universitárias. Os artigos que foram filtrados para esta pesquisa se referem ao período de 2000 a 2018. O período de busca e coleta dos dados se deu de 08 a 10 de janeiro de 2018.

7 RESULTADO E DISCUSSÃO

Na busca na base de dados BRAPCI foram encontradas nove publicações, sendo que apenas três artigos continham a temática "*Design Thinking*" e "Bibliotecas Universitárias". O

primeiro artigo é intitulado "**O uso do design *thinking* como ferramentas no processo de inovação em bibliotecas**" das autoras Diana Marcela Bernal Ramirez, graduada em Engenharia Industrial e mestranda no programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e de Thais Batista Zaninelli, bacharela em Biblioteconomia, doutora em Engenharia e Gestão Industrial pela Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com Pós-Doutorado em Ciência da Informação, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). No artigo acima citado, as autoras tratam dos conceitos de inovação de forma ampla, fazendo uma relação com a inovação em serviços de informação. Perpassam pelos conceitos e origem do DT, descrevem as três fases para a abordagem dessa ferramenta, além de descreverem os casos de sucessos de aplicação da abordagem do DT em bibliotecas, tais como, a Biblioteca Pública de Chicago, nos Estados Unidos, Biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e no Sistema de Bibliotecas de Bogotá, na Colômbia. Essa pesquisa teve cunho bibliográfico com abordagem qualitativa e teve como principal objetivo compreender de que forma o DT estimula o processo de inovação em bibliotecas universitárias (BERNAL RAMÍREZ; ZANINELLI, 2017). O artigo foi publicado no ano de 2017 na revista Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O segundo artigo analisado possui como título "**Design Thinking como estratégia de inovação em Bibliotecas**" e foi escrito por quatro autores: Jordan Paulesky Juliani, doutor em Engenharia e Gestão do conhecimento e Professor do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação (BDI), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e do

Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação; Diego de Castro Vieira, mestre em Gestão da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação; Déborah Medeiros, bibliotecária no Centro Universitário São José, mestra em Gestão da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, e Douglas Paulesky Juliani, doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento e Professor do Instituto Federal de Santa Catarina. Essa pesquisa foi publicada no periódico Informação & Informação, no ano de 2016 e possui como objetivo a aplicação das técnicas e processos do DT como instrumento de inovação na Biblioteca Universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) para resolver os problemas relacionados à sinalização da biblioteca. Foi uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de uma pesquisa-ação, onde utilizaram como instrumento de coletas de dados, a entrevista. Após a coleta de dados, os autores aplicaram as etapas do DT, com base na aplicação da técnica de grupo focal. Os autores ressaltaram que o processo de DT possibilitou o desenvolvimento de uma inovação incremental, de forma simples e sistematizada, que ao ser empregada, produzirá benefícios relevantes para aos usuários e equipe da unidade informacional (JULIANI et al., 2016). Nesse mesmo contexto, os autores ainda destacam "que o valor da inovação não está relacionado com sua complexidade ou demanda de recursos para a sua implementação, mas sim ao valor percebido por aqueles que usufruem dos resultados do processo inovativo (JULIANI et al., 2016, p. 119).

O terceiro e último artigo analisado foi publicado no ano de 2015 na InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação e intitula-se "***Design thinking* como ferramenta**

para geração de inovação: um estudo de caso da Biblioteca Universitária da UDESC" Tem como autores Jordan Paulesky Juliani, que também foi autor do artigo abordado anteriormente; Marcelo Cavaglieri e Raquel Bernadete Machado, ambos graduados em Biblioteconomia e mestre/mestra em Gestão de Unidades de Informação pelo Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da UDESC. Essa pesquisa se apresentou como um estudo de caso, com abordagem exploratória de natureza qualitativa. Foi utilizado como ferramenta de coleta de dados, entrevistas e a formação do grupo focal. O intuito do estudo foi utilizar as técnicas de DT como instrumento para criação de serviços inovadores na Biblioteca Universitária da UDESC, sendo proposto a criação do Espaço Acessível para atender os indivíduos com deficiências que lá frequentam. Foi relatado pelos autores que o processo teve algumas limitações. A primeira, foi que o grupo que aplicou de forma prática a metodologia DT possuía pouca experiência. A segunda, foi que os proponentes da pesquisa não faziam parte do quadro funcional da biblioteca, assim, a fase de prototipação não pode ser realizada de forma completa, sendo apenas planejada para a instituição e seus colaboradores colocarem em prática em um outro momento (JULIANI; CAVAGLIERI; MACHADO, 2015).

Pode-se destacar desta pesquisa que nem todos os autores que contribuíram para os artigos citados acima, atuam na área da Biblioteconomia ou Ciência da informação, ou tem como sua primeira formação a Biblioteconomia. Outro aspecto que foi observado é que a temática abordada nesta pesquisa é relativamente recente, visto que os artigos analisados foram publicados entre 2015 e 2017.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que é possível a inovação nas bibliotecas e, diante às mudanças na sociedade, é mais que necessária para que essa instituição fique à frente dessas modificações e disponibilize serviços e produtos satisfatórios para seus usuários. Para que a inovação possa ocorrer, é fundamental a utilização de métodos e ferramentas; entre eles, destacamos o *design thinking*, objeto deste estudo.

Nesta pesquisa, foi possível verificar que o DT é um instrumento para colocar a inovação em prática e que se mostrou muito eficiente para o desenvolvimento da inovação para qualquer tipo de instituição. Apesar de ser um campo recente na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a utilização do DT como estratégia de inovação tem se mostrado promissora para as bibliotecas universitárias, como foi possível observar nos casos de sucesso apresentados.

Diante disso, observa-se que se faz importante que outras pesquisas em torno dessa temática sejam realizadas, visando servir de incentivo e auxílio no desenvolvimento de outras Bibliotecas universitárias e para que ocorra o desenvolvimento da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007. Disponível em: <encurtador.com.br/wDHM2>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BERNAL RAMÍREZ, D. M. B.; ZANINELLI, T. B. O uso do *design thinking* como ferramenta no processo de inovação em bibliotecas. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n. 49, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/iouyJ>. Acesso em: 8 jan. 2018.

BROWN, T. *Design thinking*. **Harvard Business Review**, v. 86, n. 6, p. 85-92, jun. 2008. Disponível em: <encurtador.com.br/orxyB>. Acesso em: 8 jan. 2018.

CUNHA, M. B. da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, dez./2010. Disponível em: <encurtador.com.br/fhJM3>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154 p.

GUILHEM, C. B.; TORINO, L. P.; TAVARES, H. Um olhar sobre inovação em bibliotecas universitárias: desafios e possibilidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis. Disponível em: <encurtador.com.br/uxzDU>. Acesso em: 16 jan. 2018.

HONESKO, A. **Empreendedorismo em bibliotecárias universitárias**: um estudo do cenário paranaense. 124 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas,

Departamento de Pós-Graduação, Campinas, 2001. Disponível em: <encurtador.com.br/bju05>. Acesso em: 15 jan. 2013.

IDEO. ***Design Thinking* para Bibliotecas**: um *toolkit* para *design* centrado no usuário. [São Paulo]: FEBAB, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/vFIJO>. Acesso em: 10 mar. 2018.

JULIANI, J. P.; CAVAGLIERI, M.; MACHADO, R. B. *Design thinking* como ferramenta para geração de inovação: um estudo de caso da Biblioteca Universitária da UDESC. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 66-83, oct. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/gorKP>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JULIANI, J. P. VIEIRA, D. C.; MEDEIROS, D.; JULIANI, D. P. *Design thinking* como estratégia de inovação em bibliotecas. **Informação & Informação**, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/iqETU>. Acesso em: 11 jan. 2018.

MIRANDA, A. C. C. de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-19, jan. 2007. Disponível em: <encurtador.com.br/hOVW1>. Acesso em: 11 jan. 2018.

MJV. ***Design Thinking* e *Scrum* no contexto da transformação digital**. [2017?]. Disponível em: <encurtador.com.br/ELNQU>. Acesso em: 09 jan. 2018.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. **Manual de Oslo**: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre

inovação tecnológica. Brasília: FINEP, 2005. Disponível em: <encurtador.com.br/awQ09>. Acesso em: 26 jan. 2018.

PAIS, P. S. **Relações Universidade-Empresa:** Contextos, Estratégias e Factores Críticos. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão do Ensino Superior) - Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Portugal, 2007. Disponível em: <encurtador.com.br/efAST>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SENA, P. M. B. **A Biblioteca Universitária na Educação a Distância:** papel, característica e desafios. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/hzGRS>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, M. P. da. **A inovação nas bibliotecas universitárias públicas do estado de São Paulo no contributo ao desenvolvimento nacional**. 2015. 146 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/giMT0>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SPUDEIT, D. F. A. O.; FÜRH, F. Planejamento em unidades de informação: qualidade em operações de serviços na Biblioteca do SENAC Florianópolis. **Revista Bibliotecas Universitárias**, v.1, n.1, p. 41-49, jan./jun. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/aeuS8>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SANTA ANNA, J.; COSTA, M. E. de O. A Redefinição da Biblioteca Universitária à Luz dos Paradigmas da Biblioteconomia e Ciência da Informação: um estudo de caso. **Ciência da Informação em Revista**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 40-57, dec. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/aoSX7>. Acesso em: 25 jan. 2018.

VIANNA, M.; Vianna, Y.; ADLER, I. K., LUCENA, B.; RUSSO, B. ***Design thinking***: inovação em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/nvH07>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VIEIRA, D. V. Inovação em bibliotecas: considerações sobre a disponibilização de serviço de impressão 3D. **RBBD:** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, p. 1106-1120, dez. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/eqxO1>. Acesso em: 2 fev. 2018.

ZATTAR, M. **O lugar da informação, do conhecimento e da aprendizagem no modelo de inovação aberta**. 119 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/abr68>. Acesso em: 15 jul. 2017.

IDENTIFICAÇÃO RACIAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Dandara Baçã de Jesus Lima

1 INTRODUÇÃO

A produção de estatísticas por unidades de informação, geralmente, visa relatar situações internas para gestores, não sendo muito comum a disponibilização para públicos externos. Mas estas informações podem apresentar o perfil de usuários e o uso da informação disponibilizada. Os recursos estão cada vez mais escassos, e para as unidades de informação isso não representa uma novidade, mas um desafio contínuo. A disponibilização de estatísticas pode ser uma ferramenta para criar uma ligação com os usuários, vendo-se refletidos nas mesmas, eles podem se engajar para que a unidade seja reconhecida e mantida pela gestão.

Existem diversos fatores que influenciam a determinação do destino das verbas públicas. O Ministério da Cultura é o órgão responsável em nível nacional pelas políticas do livro, leitura e bibliotecas. Para alcançar seus objetivos organizacionais, utiliza de seu orçamento para realizar convênios e repasses. No ano de 2012, liberou 60 mil reais para a implantação da Biblioteca Parque do Alemão, expansão da Biblioteca Parque de Manguinhos, Parque da Rocinha e Biblioteca Pública do Estado.

No ano de 2009, somente para a implantação da Biblioteca Parque de Manguinhos foram destinados dois milhões e quinhentos mil. A Biblioteca do Alemão teve que dividir os recursos com outras bibliotecas que também estão em regiões periféricas da cidade; a Biblioteca de Manguinhos, devido às atividades de pacificação, teve recursos diretos para a implantação da biblioteca.

Em uma sociedade que tem dificuldades de reconhecer a importância das bibliotecas, essas precisam produzir informação que demonstre seu impacto para a comunidade. Imaginar gestores que tenham "consciência" da importância e que as mantenham por critérios pessoais é desconsiderar a necessidade de a biblioteca disputar com outras políticas públicas o recurso para se manter. A sociedade possui demandas complexas e o gestor não pode ser responsabilizado pelo fechamento da biblioteca, os bibliotecários são corresponsáveis por esse fato. E a demonstração de valor não é somente em nível filosófico, mas em níveis de impactos sociais e financeiros, demonstrando, por exemplo, quanto um indivíduo leitor pode contribuir para a renda do estado quando participa ativamente da economia, produzindo para o sistema capitalista. Os dados podem demonstrar como uma instituição de acesso ao conhecimento dentro de uma sociedade com as nossas características pode influenciar os sujeitos a alcançar trajetórias de vida diversas dos padrões de sua raça, classe e gênero.

Nas unidades de informação existem diversas informações que são computadas para identificação dos usuários. Por meio das estatísticas, podem ser publicizadas as informações dos usuários sobre gênero, idade, áreas de conhecimento com maior número de acessos, tempo de uso de salas de estudo em grupo,

computadores de acesso à internet, sites e *softwares* utilizados com maior frequência, perfil de usuários que visitam a unidade nos finais de semana e feriados, entre outros. Tais números ajudam a justificar o uso do orçamento da biblioteca e mostram para os usuários que suas necessidades são levadas em conta quando a biblioteca toma uma decisão.

As decisões nas unidades de informação não são necessariamente baseadas em informações. As visões pessoais de gestores que colhem experiências exitosas em eventos ou em conversas influem muito na replicação de iniciativas que consideram exitosas. Esse tipo de inserção de atividades tem suas vantagens, mas tem a dificuldade de não reproduzir as necessidades informadas pelos usuários.

Os livros de registro de presença são muito comuns nas bibliotecas. Colocados nas entradas das unidades, os usuários devem preencher as colunas de um livro ata com o nome, cidade, e-mail. Também as catracas são utilizadas como meio de contabilizar as visitas na unidade. Tais instrumentos podem ser aproveitados para auferir outros dados e dar mais informações sobre o usuário.

Um dado que não é visto com frequência nas unidades de informação é o dado racial dos usuários. Os sistemas de gestão de unidades de informação comerciais não contemplam o quesito racial, e não tem sido do interesse das unidades a solicitação da inserção desse campo. Os sistemas recebem diversas demandas dos gestores de unidades de informação, mas não se tem o registro de pedidos para inserção desse campo nos sistemas comercializados no Brasil ou a discussão na literatura da área. Mas essa informação é importante para conhecer características importantes dos usuários e reconhecer

especificidades no acesso à informação. Para explicar para os profissionais da informação a importância do quesito raça/cor dos usuários, utilizaremos de metodologias e do exemplo da saúde.

A inserção da quantificação racial nas unidades de informação poderá demonstrar qual a distribuição dos recursos financeiros e se o perfil do usuário influencia nessa distribuição. Bibliotecas em lugares marginalizados, periféricos que são acessíveis à população preta, periférica, de baixa renda, baixa escolarização, certamente, deve ter recursos bem diferentes das situadas nos centros destinadas a pessoas com alto poder aquisitivo e escolarização, e usuários não negros.

A Portaria nº 344 do Ministério da Saúde normatizou a inserção e coleta das informações do pertencimento étnico/racial dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa portaria faz parte das atividades para implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Para que essa política seja efetivada é necessário que nos sistemas de saúde seja evidenciado como a população negra sofre disparidades no acesso. Embora essa realidade já tenha sido evidenciada pela literatura e pela militância política, a resistência para o reconhecimento e implementação de mudanças nos serviços de saúde é muito grande, sendo preciso alternativas complexas que possam alcançar o objetivo de um sistema de saúde com equidade étnico-racial.

Para demonstrar a possibilidade da inserção da identificação racial nas unidades de informação, utilizamos o último relatório de gestão da Fundação Biblioteca Nacional disponibilizado e o relatório de 2017 da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa

Maria (UFSM). Iremos elucidar pontos dos relatórios que poderiam ser explorados para demonstrar o perfil racial das pessoas que estão inseridas nas atividades relatadas. Por meio desta ação, procura-se demonstrar para as/os bibliotecárias/os a importância da demonstração do perfil racial das pessoas que participam das atividades da biblioteca.

2 METODOLOGIA

Para demonstrar a viabilidade da proposta de inserção do quesito raça cor nos demonstrativos de gestão de unidades de informação, utilizamos a Portaria nº 344 de fevereiro de 2017 do Ministério da Saúde. A Portaria foi utilizada por ser um instrumento normativo que determina a inserção e preenchimento da autodeclaração racial dos usuários dos serviços de saúde em todos os instrumentos de coleta de dados dos serviços e pesquisas do SUS. Os campos seguirão a definição determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que divide os brasileiros em cinco grupos, a saber: amarela, branca, indígena, parda e preta.

Para elucidar os pontos que são pertinentes ao estudo, a Portaria foi examinada segundo a abordagem da análise da enunciação proposta por Bardin, que possui as seguintes características:

> A análise da enunciação assenta numa concepção do discurso como palavra em ato. A análise de conteúdo clássica considera o material de estudo em dado, isto é, um enunciado imobilizado, manipulável, fragmentável. Ora, uma produção de palavra

> é um processo. A análise da enunciação considera que na altura da produção da palavra é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações. O discurso não é transposição cristalina de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira. O discurso não é um produto acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições (BARDIN, 2011, p. 218).

O relatório de gestão da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) foi escolhido pela importância que essa instituição tem para o campo da Biblioteconomia brasileira. Uma de suas funções é manter o depósito legal das publicações. Por meio de normativa, a FBN deveria receber um exemplar de todas publicações brasileiras. Essa atividade objetiva resguardar a memória nacional e o acesso à produção bibliográfica brasileira. Para a consecução dos seus objetivos organizacionais, a Biblioteca desempenha diversas atividades que estão descritas no seu relatório. O último relatório disponibilizado na página da FBN é do ano de 2015, que demonstra uma lacuna de dois anos de demonstração desses dados.

O relatório da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais da UFSM foi também selecionado, pois ele demonstra diversas atividades que estão sendo desenvolvidas pela unidade para o próximo biênio e é oportuno apresentar o quanto a elucidação racial pode ser relevante para a comunidade universitária. O ambiente universitário tem sido o local de

muitas discussões raciais e a biblioteca deve dar suporte para essas pesquisas e discussões acadêmicas. Essa atividade será melhor desempenhada quando a biblioteca se coloca junto desse processo de discussão.

3 PORTARIA Nº 344

O texto da Portaria foi estruturado se justificando em documentos internacionais e nacionais que reconhecem a existência do racismo. Tal construção já demonstra uma diferença de outros instrumentos normativos, por já trazer o reconhecimento do racismo como parte do texto. Foi construído no Brasil, um mito de convivência harmônica entre as raças e isso tem dificultado a discussão racial.

Roberto Damatta (1986), na obra *O que faz o brasil, Brasil?*, ao analisar a racialidade brasileira, faz algumas observações que são corroboradas por nossas indicações:

> [...] o nosso preconceito seria muito mais contextualizado e sofisticado do que o norte-americano, que é direto e formal. A consequência disso, sabemos bem, é a dificuldade de combater o nosso preconceito, que em certo sentido tem, pelo fato de ser variável, enorme e vantajosa invisibilidade. Na realidade, acabamos por desenvolver o preconceito de ter preconceito, conforme disse Florestan Fernandes numa frase lapidar.
>
> Realmente estou convencido de que a sociedade brasileira ainda não se viu como

> sistema altamente hierarquizado, onde a posição de negros, índios e brancos está ainda tragicamente de acordo com a hierarquia das raças. Numa sociedade onde não há igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é forma muito mais eficiente de discriminar pessoas de cor, desde que elas fiquem no seu lugar e "saibam" qual é ele.
>
> O fato contundente de nossa história é que somos um país feito por portugueses brancos e aristocráticos, uma sociedade hierarquizada e que foi formada dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios (DAMATTA, 1986, p. 43- 46).

Essas características da sociedade brasileira é que fazem com que o Ministério da Saúde tenha que utilizar de diversos instrumentos jurídicos para justificar a existência da Portaria. Neste país que não reconhece a existência de racismo, indicar o pertencimento racial para muitas pessoas parece ser mais racismo, mas, na verdade, busca-se por meio da normativa, evidenciar os usos dos serviços de saúde nos três níveis de atenção. O Ministério da Saúde por meio da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída em 2009, reconhece a existência do racismo nos serviços de saúde e que isso causa dificuldades no acesso dessa população.

A variável racial nas bibliotecas pode indicar que existe racismo ou que esse ambiente, a despeito da estrutura da sociedade em que está inserido, não reproduz o comportamento racista. Pode indicar que as/os profissionais que atuam na biblioteca possuem atitudes que não criam barreiras de acesso à

informação baseadas nos estereótipos raciais. Se isso puder ser evidenciado por meio de dados, será um grande ganho para a população negra, que terá um equipamento cultural que podem utilizar sem ser alvo de racismo. Existem muitas informações em torno das pessoas negras e não é desejo delas serem relatadas somente na perspectiva do sofrimento, mas poderem contar outras histórias de si mesmas, onde o racismo não seja um fator impeditivo para a fruição de seus direitos.

Na Portaria, a coleta do quesito raça/cor abrange situações em que não é possível enunciar o pertencimento étnico-racial como nascimentos, mortes e impedimento de autodeclaração. Mas a Portaria deixa de mencionar situações em que o fenótipo mascara o verdadeiro pertencimento sociorracial. Um exemplo destes são os albinos que apesar de terem a cor da pele clara, devido à sua condição genética, não são considerados brancos no quesito racial.

O preenchimento da variável pelos sistemas de informação e pesquisas do SUS irá permitir a construção de um olhar racializado na fruição dos serviços públicos de saúde. No texto da Portaria, a responsabilidade para o alcance dos objetivos é repartida entre as esferas de gestão, mas é preciso discutir quem são as pessoas que estão no poder de decisão na sociedade brasileira.

Sustentados em privilégios, a população branca tem acesso a oportunidades de estar nas diferentes esferas de poder e isso inclui a gestão de saúde. Não será tarefa fácil convencer essas pessoas a se responsabilizar pela inserção de dados raciais. Mas faz parte de uma mudança cultural que nunca é feita de forma simples e por isso a esfera federal dividiu a grande

responsabilidade de inserção desses dados nas atividades do SUS.

Uma atividade comum das bibliotecas públicas é a seleção de documentos para inserção nos acervos. As bibliotecas brasileiras, geralmente, são mantidas por recursos públicos que têm a gestão estabelecida em normativas. Uma das normativas mais importantes é a Lei de Licitações, que determina o processo de compras da Administração Pública. Devido às dificuldades de acesso da população negra ao mercado editorial, os autores têm produzido por meio de editoras independentes ou edições do autor. O artigo 24 da referida legislação indica que a licitação é inexigível na ocorrência de aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

As Consultorias Jurídicas da Administração Pública têm interpretado a legislação de forma impeditiva à criação de acervos diversos. Nos seus pareceres, não consideram as especificidades do mercado editorial brasileiro, que exclui autores negros das possibilidades de inserção, movimento que pode ser compreendido como racismo institucional ou uma forma de perpetuar os racismos e as dificuldades de acesso a esses autores.

> Quanto à forma individual, o racismo manifesta-se em atos de violência de indivíduos negros. Já com a forma de racismo institucional, aparece menos identificável em relação aos indivíduos negros. Já com a forma de racismo institucional, aparece menos destrutivo de vidas humanas. Origina-se no funcionamento das forças consagradas da

> sociedade, e recebe condenação pública muito menor do que a primeira forma. Dá-se por meio da reprodução de políticas institucionalmente racistas, sendo muito difícil de se culpar certos indivíduos como responsáveis (LÓPEZ, 2012, p. 127).

A não inserção de autores diversos na biblioteca faz também com que a Lei nº 10.639/2003 encontre dificuldades na sua implementação. Os materiais que compõem a biblioteca escolar têm a função de dar suporte às atividades educacionais e a implementação dessa Lei passa pela biblioteca escolar. O acesso à literatura com diversidade racial tem sido dificultado pelas práticas do mercado editorial e as bibliotecas podem franquear o acesso aos usuários que podem não ter conhecimento dos autores e condições financeiras para realizar esse processo de forma autônoma.

4 RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015 DA BIBLIOTECA NACIONAL

A FBN é regida pela Lei de criação nº 8.209/1990 e o Estatuto regulamentado no Decreto nº 8.297/2014. Tem como missão receber e organizar o depósito de todas as publicações brasileiras. Escapam desse depósito publicações que escapam do radar pelo não cumprimento da legislação e por publicações que não foram publicadas pelo mercado editorial tradicional. Como dito anteriormente, os autores negros não estão inseridos no mercado editorial por diversos processos estruturais que os inviabilizam como autores.

No relatório de 2015, publicizado em 2016, são apresentadas informações importantes sobre a Biblioteca. Em 2015, ela contava com 700 funcionários entre servidores e terceirizados. Nesse ponto, poderia ser discriminada o perfil dos colaboradores da unidade por gênero, raça, formação.

A FBN concede bolsas de tradução de autores brasileiros, sendo que em 2015, concedeu 134 bolsas. Nesse ponto, o relatório poderia elucidar a distribuição de bolsas por gênero, raça e localização geografia do autor e do tradutor, e também o idioma para o qual foi traduzido. Por meio desses dados, a Biblioteca poderia demonstrar como suas bolsas têm empoderado diversos sujeitos em diferentes lugares do mundo e tornado os autores brasileiros conhecidos em diferentes países.

Com relação a eventos culturais, pessoas foram proferir palestras e participar de eventos representado o Estado Brasileiro. A apresentação de quem são essas pessoas pode demonstrar quem tem sido escolhido pela FBN para representar o Brasil, e qual é a imagem que tem sido colocada no exterior como o rosto do livro, da leitura e da biblioteca.

Os eventos realizados na Biblioteca Euclides da Cunha, segundo o relatório, contribuíram para democratizar o acesso e atrair o público, mas é preciso demonstrar como esses eventos realizaram essas ações. Por muitas vezes, a atração do público é contabilizada pelo número de visitantes, sem demonstrar quantas pessoas já eram assíduas nesse espaço. E, também, há o convite feito a escolas para que participem da exposição que também é contabilizado como público.

O Prêmio Camões de Literatura foi "instituído em 1988 pelo Protocolo Adicional ao acordo cultural entre os governos português e brasileiro, tem como objetivo consagrar anualmente

um autor de língua portuguesa". Entre 1989 e 2017 (28 anos), José Craveirinha, premiado em 1991, foi o único autor não branco premiado com tal prêmio. Isso demonstra que não há distribuição racial entre os premiados. Talvez haja a necessidade de reformular o júri ou o formato do prêmio para que o mesmo possa reconhecer a autoria da maioria da população brasileira.

> A literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso. Na literatura, não é diferente. São poucos os autores negros e poucas, também, as personagens - uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do País publicados nos últimos 15 anos identificou quase 80% de personagens brancas, proporção que aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87).

Segundo o relatório de 2015, a FBN "concede anualmente prêmio de destaque às melhores obras da literatura brasileira publicadas no exercício". O prêmio abrange as categorias poesia, romance, conto, ensaio literário, ensaio social, tradução, projeto gráfico, literatura infantil e literatura juvenil. Nas nove categorias, somente pessoas brancas foram premiadas.

Na demonstração dos resultados, não foi apresentada a distribuição geográfica dos autores. Pelo relatório, não podemos saber se o prêmio tem se concentrado em algumas regiões do

país ou se foram contempladas diversas regiões que têm diferentes expressões literárias regionais. Lemaire (2010), ao estudar a literatura do século XX, aponta que

> as culturas regionais serão marginalizadas e desprezadas ou até completamente ignoradas; os estudantes aprenderão que elas são inferiores e estão fadadas à morte perante a superioridade da cultura nacional.

E tal apagamento se verifica em práticas institucionais como o da distribuição desse prêmio pela FBN.

5 RELATÓRIO DE GESTÃO DA BIBLIOTECA SETORIAL DA UFSM

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais (BSCCR) atende a comunidade universitária desse centro que tem os cursos de graduação de Agronegócio, Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Tecnologia de Alimentos e Zootecnia, e alguns de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). A UFSM conta com cinco campus localizados em Santa Maria, Silveira Martins, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Cachoeira do Sul. A biblioteca setorial está localizada no campus sede na cidade de Santa Maria, no bairro Camobi.

A UFSM conta, na sua estrutura, com o Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-raciais e indígenas, com "o objetivo de acompanhar e monitorar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes cotistas de escola pública, pretos, pardos, quilombolas e indígenas da UFSM" (UFSM, 2018, s/p.). Esse núcleo desempenha diversas atividades para que os grupos

de estudantes mencionados possam vencer as dificuldades de permanecer no ambiente universitário, que são maiores que as dificuldades de acesso.

No ano de 2017, foram encontradas pichações racistas no Diretório Livre do Direito (DLD) da UFSM, as expressões "o lugar de vocês é no tronco", "fora negrada" e "negros fora", acompanhadas de um desenho de suástica. O crime está sendo investigado pela Polícia Federal, mas demonstra como as relações raciais no ambiente universitário não são pacíficas.

O relatório registra uma realidade das/os bibliotecárias/os bastante reiterada nas bibliotecas universitárias que acumulam funções. No BSCCR, um único bibliotecário exerce as funções de direção, gerencial como supervisor de equipe e operacional no exercício de atividades restritas a bibliotecários com catalogação, indexação, descarte e seleção.

Essa biblioteca tem o potencial de apresentar documentos que possam discutir o passado escravocrata brasileiro e suas repercussões na forma que lidamos com a produção de alimentos. O meio rural, segundo os dados da PNAD de 2012,

> concentra uma população negra maior do que a encontrada nas cidades, provavelmente isto é resquício da sociedade agrária ainda presente no Brasil, marcada pelas relações escravistas que [...] ainda permanece no país (MELO; KRETER, 2014, p. 10).

A biblioteca pode ajudar os profissionais que lidam com o ambiente rural a repensar as culturas enraizadas no ambiente rural e serem aliados na luta antirracista. Apesar do crime de racismo na UFSM não ter sido realizado na unidade do Centro

de Ciências Rurais, não quer dizer que as relações raciais nesse ambiente não sejam difíceis e que a estrutura do campo não interfira nessas relações.

O BSCCR tem como aliado o Núcleo de Ações Afirmativas, que pode desenvolver atividades de educação de usuários que possam preparar os discentes para as situações no ambiente agrário. Como a equipe da biblioteca é muito pequena, é importante estar em sintonia com os Núcleos da universidade que possam oferecer formações e complementar a formação discente. Não há uma legislação que obrigue a inserção de conteúdos racializados na educação superior, mas por meio de suas ações educativas, as bibliotecas podem complementar a formação dos estudantes. As discussões desses conteúdos podem propiciar um conhecimento mais ampliado sobre a contribuição das diversas populações que formam nossa sociedade para a produção alimentar do país. Os estudantes podem ter acesso aos meios de produção das comunidades tradicionais e as heranças culturais presentes na produção.

No ano de 2017, a Biblioteca somente participou de dois eventos da comunidade universitária. A equipe da Biblioteca pode tentar um contato mais próximo com os Centros Acadêmicos dos cursos para inserir na recepção dos calouros uma visita guiada à Biblioteca feita por um bolsista. Ou mesmo, inserir uma atividade relativa às atividades da Biblioteca em uma das disciplinas dos cursos para que os estudantes possam conhecer e utilizar os serviços da mesma e, assim, fazer com que as necessidades da unidade sejam vistas pela gestão da UFSM.

Outro espaço que a Biblioteca pode utilizar para discutir as questões raciais é a *fanpage* do *Facebook*, que tem 959 curtidas até a data da redação deste texto. Nessa página, são encontrados

conteúdos de interesse para a comunidade universitária, como compartilhamento de eventos e informações gerenciais. Em datas comemorativas, como o dia da Consciência Negra e dia da Mulher Negra Latina e Caribenha, a página pode trazer algumas reflexões sobre as temáticas raciais, como previsto nas ações de marketing para 2018.

A unidade desempenha diversas atividades que superam seus limites de recursos financeiros e humanos. Mesmo com essas restrições, a equipe desempenha e reflete diversas atividades que podem gerar impacto na comunidade universitária. O primeiro relatório da unidade é uma demonstração da disponibilidade da equipe para desenvolver atividades e processos que possam melhorar suas atividades e a inserção da contabilização racial nos seus indicadores pode trazer mais reflexões para a unidade.

6 CONCLUSÃO

As bibliotecas têm sido reconhecidas como fatores de proteção para as pessoas em situação de vulnerabilidade que podem buscar nelas apoio cognitivo para reversão de situações estruturais de desigualdade. O Brasil é um país com muitas dificuldades de inserção da população negra, que desde o abolicionismo legal não experimentou a liberdade plena de cidadãos brasileiros. Por meio da coleta do quesito raça/cor nas unidades de informação, pode ser possível demonstrar o uso das bibliotecas pelas pessoas negras e serem analisados seus impactos de uso, ou os impactos do não uso das bibliotecas pelas pessoas.

Os dados podem fornecer para as bibliotecas mecanismos que sustentem sua permanência. Podem ainda, demonstrar a gestores e comunidade que a biblioteca tem sido um equipamento importante para a comunidade e, por isso, deve ser mantida. É inegável o reconhecimento cultural dos livros na mudança de vida dos sujeitos, mas a coleta de informações raciais dos usuários pode demonstrar quem são os sujeitos que têm se aproveitado da oferta desse equipamento cultural: se são os que já teriam acesso ou se são outros sujeitos que dependem da gratuidade da biblioteca para terem acesso à informação.

A tecnologia tem produzido mecanismos de informação capazes de mudar a necessidade do material impresso, mas em diversos recortes da população esse tipo de equipamento não é acessível. Analisar a distribuição racial do uso dos equipamentos da biblioteca pode direcionar os recursos da biblioteca para onde os usuários mais demandam. A população preta e indígena tem pouco espaço na formação superior e podem demandar serviços diferentes que os demais grupos raciais, mas isso somente pode ficar evidente se forem registradas essas demandas. Uma grande parte da população não teve oportunidade de ter acesso a bibliotecas em nenhuma das etapas de sua formação. Os que tiveram acesso à uma biblioteca pública, não tiveram com todos os serviços, organização e métodos de uma biblioteca universitária.

Quando um/a estudante advindo dessas condições desfavoráveis adentra a universidade, ele irá precisar de serviços da unidade de informação que o habilitem a usá-la e a superar as necessidades de adaptação. A estatística precisa ser direcionada para a realidade das unidades de informação e para os usuários. Uma atividade comum entre as/os profissionais da informação

que são formadas/os para entender as necessidades pessoais das/os usuárias/os e não da sociedade no nível macro, uma possibilidade que a variável racial pode ser importante para determinar o direcionamento de esforços da unidade de informação.

Os relatórios da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria foram utilizados como possibilidades de inserção do quesito racial nos indicadores das unidades de informação. A proposta apresentada pode demonstrar a quem os serviços de informação têm sido direcionados e se as bibliotecas são os instrumentos de emancipação social na realidade brasileira para indivíduos pretos e pardos.

As populações preta e parda brasileiras ainda enfrentam muitas dificuldades para a fruição de seus direitos. Como demonstrado anteriormente, alguns ambientes ainda têm enraizados a cultura escravocrata que tornou as pessoas negras em objetos passíveis de aquisição e controle. Tal situação não está presa em um passado histórico, mas na estrutura da sociedade brasileira. As/os negras/os podem ter acessado a universidade, cursado Biblioteconomia, serem gestores de bibliotecas, mas isso não os protege do racismo cotidiano nos silenciamentos.

As bibliotecas são um espaço para acesso ao conhecimento que podem ter mais pluralidade. As/os bibliotecárias/os podem observar também quem são as/os autoras/es nos seus metros lineares. Nos seus relatórios, evidenciar quantos metros lineares das bibliotecas são formados por autoras/es brancas/os e quantos por autoras/es negras/os. Tal desigualdade não se refere à qualidade da autoria, mas às disparidades do acesso dos autores

negros à edição de livros, como evidenciado nas referências das pesquisas de Dalcastagnè. As bibliotecas podem ajudar no enfrentamento do racismo quando suas atividades são revistas pela equipe e propiciam a discussão dos efeitos do racismo na criação e compartilhamento do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Poder Executivo, 22 jun. 1993. Seção 1, p. 8269.

BRASIL. Ministério Da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Prêmio Camões de Literatura.** Rio de Janeiro: FBN, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2HO3sN3>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. Ministério Da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. Rio de Janeiro: FBN, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2wfPxdc>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRASIL. Ministério Da Transparência e Controladoria Geral da União. Portal Da Transparência. **Convênios por órgão concedente**. Brasília: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2HRYej6>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de**

Literatura Brasileira Contemporânea, v. 31, p. 87-110, jan./jun. 2008.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 126 p.

LEMAIRE, Rita. Tradições que se refazem. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 35, p. 17-30, jan./jun. 2010.

LOPEZ, Laura Cecília. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface**: Comunicação, Saúde e Educação. v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012.

MELO, Hildete Pereira de; KENETER, Ana Cecília. Quem são? Como vivem os idosos brasileiros do século XXI? Uma análise a partir da perspectiva de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro. **Anais...** São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2014. p. 1-18.

PORTAL DOS CONVÊNIOS SICONV. **Prestação de contas**: convênio 703180/2009. Brasília: SICONV, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2HQJMb8>. Acesso em: 15 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Página inicial**. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: <http://site.ufsm.br/>. Acesso em: 03 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas**. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2jvrJso>. Acesso em: 03 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM:** estudantes negros são alvo de mensagens racistas. Pichações

trazem, outra vez, símbolo nazista. Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2wahtPO>. Acesso em: 03 fev. 2018.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Edilson Targino de Melo Filho

Jobson Francisco da Silva Júnior

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, apesar de a população negra (o que inclui negros e pardos) ser mais de 50% da população total do país, segundo dados do IBGE (2010), esse grupo ainda é invisibilizado e colocado às margens da sociedade, e constantemente excluído das políticas públicas. O número de pessoas que se autodeclaram como negras ou pardas tem crescido (BIANCHI; VILELA, 2014), mas mesmo assim, pesquisas apontam que esse fenômeno ainda não teve grande impacto na produção científica sobre temáticas referentes à essa população.

Sabemos que a escravização de pessoas negras no Brasil perdurou por mais de três séculos, gerando, além de um sofrimento incalculável, um estigma nessa população por meio da desigualdade social que hoje exclui negros e negras livres. No Brasil, esse grupo sempre foi impossibilitado de ter acesso aos direitos garantidos pela Constituição Federal brasileira, como por exemplo, saúde, educação e segurança, e, por consequência,

conquistar o direito à cidadania (AQUINO, 2010), ficando assim, preso em um ciclo vicioso de exclusão.

Partindo desse ponto de vista, passamos a entender que a discussão sobre as relações étnico-raciais é uma questão que ainda precisa ser amplamente discutida. Falando especificamente da nossa área de pesquisa, a Ciência da Informação (CI), podemos observar que alguns temas passam a ganhar cada vez mais espaço nas discussões. Isso é visível através do aumento do número de trabalhos relacionados à inclusão social, mediação da informação e apropriação social da informação, temáticas que aproximam cada vez mais a CI de uma perspectiva social. Por outro lado, constatamos que os estudos que contemplam temas como relações étnico-raciais e/ou de gênero e sexualidade, embora existentes, não ocupam lugares de destaque na agenda de pesquisa da CI.

Tomando essa observação como base, queremos conhecer a produção científica acerca das relações étnico-raciais nas ciências sociais aplicadas, por entender que a CI compõe esse campo de pesquisa, com o objetivo de analisar as temáticas abordadas e identificar discussões atuais. Para isso, nos propomos a analisar a produção científica nos periódicos das Ciências Sociais Aplicadas, a partir do ano de 2010. Ao fazermos o levantamento da produção científica no tocante a esse tema, pretendemos apontar especificamente as pesquisas que trabalham questões de construção da identidade negra, preconceito, racismo e empoderamento. Partimos da premissa que essa abordagem pode instrumentalizar as lutas contra a exclusão de negros e negras na sociedade brasileira.

2 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: UMA POSSIBILIDADE PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para podermos identificar a produção científica acerca do recorte étnico-racial, com maior ênfase nas questões do racismo e da identidade negra, a revisão sistemática de literatura (RSL) se apresentou como uma ferramenta de grande valia para esta problemática.

Amplamente utilizada na área das ciências da saúde, trata-se de uma abordagem projetada para seguir o rigor científico, explicitando seus passos e também sendo passível de reprodução, para a contestação ou corroboração de seus resultados. Uma revisão sistemática visa estabelecer um processo formal para conduzir um método de investigação, evitando a introdução de eventuais tendenciosidades, erros ou desvios sistemáticos da pesquisa, que se distanciam da verdade (BIOLCHINI et al., 2005).

Para Sampaio e Mancini (2007), a RSL é

> Uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. [...] as revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção [ou estudo], que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência,

> auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84).

Dessa forma, entendemos que a RSL é realizada por meio de uma busca sistemática, onde todo o procedimento é aduzido e obtém-se como um de seus resultados a elaboração de um resumo crítico refletindo sobre o estado da produção científica acerca do tema estudado e, especificamente, sobre os documentos selecionados como relevantes para a revisão.

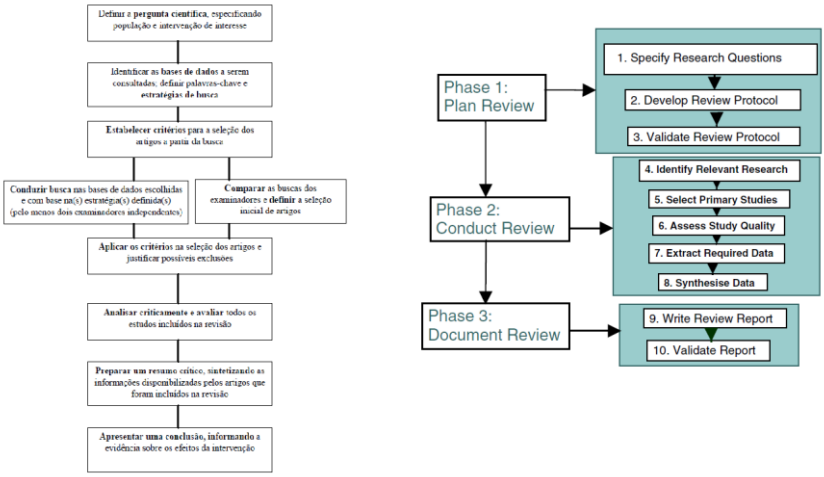
Algumas dessas revisões incluem uma síntese estatística dos resultados obtidos. Contudo, os autores que abordam a RSL apontam essas sínteses como um elemento opcional, não aparecendo em todas as RSL (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Bereton et al. (2007) sugerem a elaboração de uma resenha ou um resumo crítico, o qual entendemos como a análise dos dados coletados e sistematizados.

Para Kitchenham (2004), uma revisão sistemática pode ser conduzida em três etapas principais: planejamento de revisão, condução da revisão e publicação dos resultados. No planejamento da revisão é definido o protocolo da revisão, que descreve, entre outras coisas, o objetivo da revisão e os passos que serão adotados. Na condução da revisão é realizada a busca por trabalhos relevantes para a pesquisa, a seleção das publicações e a extração dos dados de cada uma das publicações selecionadas. Na fase de publicação dos resultados, as considerações são descritas em relatórios ou artigos.

A respeito dos passos a serem seguidos para a RSL, observamos na literatura consultada que esse é outro ponto de divergência entres as/os autoras/es. Rother (2007) expõe sete passos a serem seguidos, a saber: formulação da pergunta;

localização dos estudos; avaliação crítica dos estudos; coleta dos dados; análise e apresentação dos dados; interpretação dos dados; e, por último, aprimoramento e atualização da revisão. Retomando o pensamento de Sampaio e Mancini (2007), somos apresentados a um esquema de oito passos, enquanto Bereton et al. (2006) elaboram um esquema de dez passos. Contudo, como podemos observar na Figura 1, que exibe os esquemas elaborados do Sampaio e Mancini (2007) e Bereten et al. (2006), respectivamente, embora haja essa variação sugerida nos passos trilhados pelas/os autoras/es, em termo de conteúdo, é basicamente o mesmo.

Figura 1 - Passos para a RSL.



Fonte: Bereten et al. (2006), Sampaio e Mancini (2007).

Refletindo sobre esses passos, apontamos a primeira etapa como sendo a que demanda maior preocupação para as/os

pesquisadoras/es: a elaboração da questão da pesquisa e, por consequência, dos termos ou palavras-chaves que têm a potencialidade de representar o assunto pesquisado, tratando-se, na verdade, de um processo de indexação, onde as/os pesquisadoras/es devem demonstrar alto grau de familiaridade com a área pesquisada. Especificaremos o processo de delimitação desses termos na próxima seção.

Nas pesquisas sobre produção científica na CI, foi possível identificar alguns trabalhos sobre essa temática como o projeto de pesquisa "Memória da Ciência: (in) visibilidade de negros (as) na produção de conhecimento na Universidade Federal da Paraíba", desenvolvido pela professora doutora Mirian de Albuquerque Aquino, como projeto de iniciação científica na Universidade Federal da Paraíba e a dissertação "A (cons)ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o (a) negro(a) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba", dissertação defendida no ano de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, também na Universidade Federal da Paraíba. Além dessas duas pesquisas, os artigos resultantes das mesmas nos serviram como base para pensar nesta revisão sistemática ampliando o espaço para tais discussões no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas.

Convém enfatizar que ao abrir espaço para pesquisas que tratem das relações étnico-raciais, especificamente da população negra, estamos incluindo pessoas que são marginalizadas no que concerne ao acesso à informação, visando anular o estigma histórico, em que ainda são vistos como seres inferiores, e vivenciar a prática da responsabilidade étnico-social no nosso campo de pesquisa.

Este estudo irá permitir obter conhecimentos no campo da realidade social em que as/os sujeitas/os negras/os estão inseridas/os (GIL, 2010). Com o enfoque quanti-qualitativo, abordagem comum as pesquisas sociais, poder-se-á acessar as informações que possibilitem pesquisas maiores, como por exemplo, sobre a vida acadêmico-profissional desses produtores de conhecimento.

Ao entender a revisão sistemática como um percurso metodológico a ser seguido e que conduz o pesquisador a um protocolo, previamente estabelecido, podemos definir o protocolo da revisão especificando os métodos que foram utilizados na realização desta sistematização.

O propósito da revisão sistemática, neste trabalho, é a preocupação em realizar um levantamento dos artigos publicados acerca da temática étnico-racial, a fim de compreender a configuração desses temas dentro área das ciências sociais aplicadas. Dessa forma, operacionalizamos como objetivo deste trabalho identificar a conjuntura teórica acerca dos estudos voltados para a temática étnico-racial na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Em razão da população negra no Brasil ser marginalizada nos mais diversos espaços de cultura, esporte, lazer, trabalho, etc., torna-se viável conhecer como essa parcela da população está sendo reconhecida na produção científica. Baseados nos objetivos do trabalho, identificamos a seguinte questão: Dentro dos estudos étnico-raciais, quais são os temas pesquisados atualmente no campo das Ciências Sociais Aplicadas? (Como é vista a temática étnico-racial nos periódicos das Ciências Sociais Aplicadas?).

Para identificar quais os termos que melhor representariam os documentos de interesse para nossa pesquisa, iniciamos com uma investigação na Revista da ABPN, essa escolha se justifica pela revista ser um dos produtos da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, periódico que agrega pesquisadoras/es de várias áreas do conhecimento, fornecendo assim um panorama geral das pesquisas realizadas nos últimos anos. Além disso, ao focarmos nossa atenção na produção das/os pesquisadoras/es negras/os estamos levando em consideração o lugar de fala, em consonâncias com a visão de pesquisa social, elaborada por Minayo (1996), para quem o observador é da mesma natureza do seu objeto.

Realizamos uma consulta iniciando com o vol. 1 n. 1 (2010) até o vol. 7 n. 17 (2015), totalizando 17 números. Foram coletadas as palavras-chaves de 192 artigos, sendo 189 em português, 2 em francês e 1 em inglês. A partir dessa coleta, chegamos a uma lista de 501 termos diferentes.

Baseados no número de ocorrências dos termos e também levando em consideração a temática desta RSL, chegamos aos sete termos, e suas respectivas traduções para a língua inglesa, que foram utilizados para a pesquisa nas bases de dados selecionados (Quadro 1).

Quadro 1 - Termos para pesquisa nas bases de dados.

Termo em português	Tradução
Estereótipo racial	*Racial stereotype*
Identidade negra	*Black identity*
Identidade racial	*Racial identity*
Mulher negra	*Black woman*
Racismo	*Racism*
Relações raciais	*Race relations*
Teorias raciais	*Racial theory*

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Ao analisarmos as palavras-chaves, observamos que os indexadores relacionados às questões de gênero são os que ocorrem com a maior frequência na revista, somando os termos mulher, mulher negra, feminismo e feminismo negro representam a maioria dos termos. Dessa forma, acrescentamos o indexador mulher negra aos termos utilizados nas pesquisas por entendermos que a temática das relações de gênero, especificamente o feminismo negro, ocupa hoje certa centralidade nas discussões étnico-raciais, visível tanto em termos de discussões acadêmicas, quanto no contexto dos movimentos sociais.

2.1 SELEÇÃO DAS FONTES

Os critérios definidos para seleção das fontes, além dos que foram mencionados na escolha dos descritores, foram os

periódicos melhor avaliados pela CAPES[51] e que tivessem visibilidade internacional.

Foi feito um levantamento desses descritores nos periódicos A1, classificados de acordo com o Webqualis[52], da área de Ciências Sociais Aplicadas I considerando a avaliação da CAPES no ano de 2014. Foram identificados 14 periódicos, conforme pode ser observado no Quadro 2. Vale destacar que dentro dos periódicos, três são brasileiros e voltados especificamente para área da Ciência da Informação.

Quadro 2 - Periódicos A1 da área Ciências Sociais Aplicadas I.

#	PERIÓDICO/ FONTE	URL	PAÍS
1	Comunicar (Huelva)	http://www.revistacomunicar.com/	Espanha
2	El Profesional de la Información	http://www.elprofesionaldelainformacion.com/index.html	Espanha
3	Hermès	Não localizado	
4	Information Research	http://www.informationr.net/ir/	Suécia
5	Information Sciences	http://www.sciencedirect.co	Canadá

[51] Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, "fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Periódico disponível apenas na versão impressa". Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso: 13 nov. 2015.

[52] Sistema de classificação da CAPES para avaliação de periódicos nacionais e internacionais.

		m/science/journal/00200255	
6	Informação & Sociedade	http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies	Brasil
7	International Journal of Communication	http://ijoc.org/index.php/ijoc	Estados Unidos
8	Investigación Bibliotecológica	http://iibi.unam.mx/revistaCuib.html	México
9	Journal of the American Society For Information Science and Technology	http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)2330-1643;jsessionid=7ECBD67B2A3B40A8E7143C97838667E4.f02t02	Estados Unidos
10	Knowledge Organization	http://www.ergon-verlag.de/de/	Alemanha
11	Perspectivas em Ciência da Informação	http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci	Brasil
12	Revista Española de Documentación Científica	http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc	Espanha
13	Sociétés[53]	http://www.cairn.info/revue-societes.htm	França
14	Transinformação	http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo	Brasil

Fonte: Plataforma Sucupira – Capes. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>.

A partir do estabelecimento dos descritores, realizamos as buscas pelas sete palavras-chaves levando em consideração o idioma de cada periódico, ou seja, os descritores foram traduzidos para o idioma dos periódicos. Assim, a pesquisa foi

[53] Este periódico foi excluído de nossa pesquisa por se tratar de uma publicação exclusivamente impressa.

realizada utilizando os termos em português, inglês, espanhol e francês, o que contribuiu para aumentar a profundidade da busca e da recuperação das informações.

2.2 CONDUÇÃO DA REVISÃO

Uma vez que as fontes foram definidas, é preciso descrever o processo e os critérios de seleção dos artigos. Esta seleção compreende basicamente duas partes: definição dos estudos e execução da seleção.

Definimos como critérios de exclusão:

- Os estudos que não estavam no formato de artigo completo;
- Artigos considerados que tratavam de problemáticas não relacionadas à temática de interesse;
- Trabalhos publicados anteriormente ao ano 2010.

O acesso aos periódicos de interesse se deu por meio do portal de periódicos da Capes[54], de onde fomos redirecionados para as bases de dados que hospedam cada um dos 14 periódicos selecionados. Foram utilizados os recursos de pesquisa avançada nas bases, onde o recorte temporal foi utilizado como um dos filtros para a busca, associando-o às palavras-chaves mencionadas anteriormente.

Dos 14 periódicos que compõem o quadro Webqualis A1, na área de Ciências Sociais Aplicadas I da CAPES, apenas nove apresentaram algum resultado, conforme demonstrado no Quadro 3.

[54] Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 06 maio 2016.

Quadro 3 - Presença dos descritores nos periódicos A1 da área de Ciências Sociais Aplicadas I.

#	Periódicos/ Descritores	Identidade negra	Racismo	Estereótipo racial	Identidade racial	Teorias raciais	Relações raciais	Mulher negra
1	Comunicar (Huelva)	-	23	-	-	-	-	-
2	El Profesional de la Información	5	13	-	1	0	3	1
3	Information Research	95	14	2	8	18	23	35
4	Information Sciences	13	1	-	14	1	8	17
5	Informação & Sociedade	-	2	-	1	-	2	-
6	International Journal of Communication	4	310	182	26	-	17	7
7	Knowledge Organization	4	3	-	2	-	1	-
8	Perspectivas em Ciência da Informação	-	1	-	-	-	-	-
9	Transinformação	-	1	-	-	-	-	-
#	**TOTAL**	**117**	**367**	**184**	**52**	**19**	**54**	**60**

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O descritor que apresentou maior número de frequência foi "racismo" (310) no periódico "*International Journal of Communication*", seguido por "estereótipo racial" (182) no mesmo periódico e "identidade negra" (95) no "*Information Research*". O que apresentou menor frequência na junção de todos os periódicos foi "teorias raciais". Com esse resultado não se pode inferir nenhuma análise qualitativa, tendo em vista que os critérios de exclusão ainda serão aplicados.

Quadro 4 - Quantidade de artigos selecionados após a aplicação dos critérios de exclusão.

#	Periódicos/ Descritores	Quantidade de artigos selecionados
1	Comunicar (Huelva)	21
2	El Profesional de la Información	25
3	Information Research	8
4	Information Sciences	27
5	Informação & Sociedade	5
6	International Journal of Communication	11
7	Knowledge Organization	5
8	Perspectivas em Ciência da Informação	1
9	Transinformação	1
#	**TOTAL**	**104**

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Foram encontrados um total de 853 artigos que continham algum dos descritores selecionados para a pesquisa. Aplicados os critérios de exclusão, assim como foram retirados os artigos duplicados, ou seja, artigos que apresentavam mais de um

descritor dentre os selecionados para a busca, soma-se 104 artigos (Quadro 4) que fizeram parte da análise e revisão sistemática. Destaca-se que apenas sete artigos estão em português e apresentam pesquisas cujo campo empírico está no Brasil.

No processo de seleção, foram considerados os títulos e os resumos dos artigos e aqueles que não apresentaram algum descritor foram excluídos da seleção aplicando, assim, os critérios de exclusão definidos anteriormente.

Percebe-se que houve um destaque na produção científica sobre os negros na área de Ciências Sociais Aplicadas nos periódicos: "Information Sciences", "El Profesional de la Información" e "Comunicar (Huelva)". Respectivamente, 27, 25 e 21 artigos foram selecionados. Os periódicos que menos tiveram representatividade na pesquisa foram os brasileiros: "Perspectivas em Ciência da Informação" e "Transinformação", ambos com apenas um artigo, demonstrando que, apesar de iniciativas como a Lei nº 10.639 que trata sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira ter sido promulgada em 2003, e as políticas de cotas implementadas nas instituições de ensino superior, ainda é baixa a produção científica no Brasil acerca dessa temática, no campo das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, no que se refere ao período delimitado para a pesquisa.

3 A PRODUÇÃO SOBRE A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO DO CONHECIMENTO NOS PERIÓDICOS A1

A partir da pesquisa nos periódicos, que resultou na identificação de um panorama acerca da temática étnico-racial na área de Ciências Sociais Aplicadas I, pode-se observar que apesar da ampliação dessa agenda, ainda é pouco abordada nos artigos, pelo menos no que se refere aos artigos mais bem-conceituados, segundo critérios da CAPES para avaliação de periódicos.

Considerando o escopo dos periódicos analisados, pode-se afirmar que a temática, ainda marginal na área das Ciências Sociais Aplicadas, está, aos poucos, encontrando espaço para aumentar a visibilidade das questões étnico-raciais. Dessa forma, os periódicos que trabalham com temas sobre educação, comunicação, informação, conhecimento e profissionais estão permitindo que os pesquisadores dessas áreas apresentem os resultados de suas pesquisas, contribuindo para o debate científico.

É importante destacar que a falta de abertura dessas temáticas nos periódicos não se justifica pelas áreas de atuação das/os pesquisadoras/es negras/os, mas pelo desafio de incluir determinadas discussões no bojo da ciência moderna. Evidentemente, a ruptura entre a ideologia de miscigenação e o multiculturalismo omite o problema das relações raciais e seus efeitos (HELLEBRANDOVÁ, 2013).

Nesse sentido, como destaca Hellebrandová (2013), é necessário abrir agendas científicas que permitam às/aos

sujeitas/os negras/os criar vozes que transformem, redefinam e ampliem o multiculturalismo de maneira geral. Esses espaços possibilitam discutir as estruturas sociais pré-estabelecidas que sufocam esses sujeitos e não os concede o direito da participação científica. A não inserção dessa agenda nas discussões científicas nos mostra o cerceamento desses sujeitos, ou seja, o processo de invisibilidade que advém de cultura eurocêntrica, que é, entre outras coisas, branca, cristã e heteronormativa, por exemplo.

A quebra dessas fronteiras somente será possível quando esses assuntos deixarem de ser apenas um problema da população negra. Muito mais que a inserção das temáticas na produção científica, esse processo requer uma sociedade consciente do seu papel social enquanto espaço de comunhão e de relações sociais possíveis.

Assim, sugere Hellebdandová (2013):

> Estas personas que transcienden las fronteras establecidas por la etno-racialización nos muestran hasta qué punto la racialización proviene y concierne a toda la sociedad y por lo tanto, que al ser vista y tratada como un problema de la población negra, no puede ser remediada por completo.

Por meio da produção científica e, por conseguinte, a disseminação da informação étnico-racial, os sujeitos adquirem condições para modificar suas ações e mobilizam esforços para ter maior inserção e integração com as instituições sociais de forma mais democrática (SILVA; AQUINO, 2014).

Salientamos aqui que entendemos informação étnico-racial de acordo com o conceito tecido por Oliveira (2010), que descreve como

> todo elemento inscritos num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

Assim sendo, o levantamento da produção científica acerca da temática étnico-racial nos periódicos permitiu conhecer o panorama das pesquisas científicas no período analisado, identificando que o baixo número (104) de artigos selecionados em relação ao total (853) de artigos recuperados, reflete o que Silva e Aquino (2014) entendem como a falta de compreensão sobre a necessidade da disseminação da informação étnico-racial.

> Na ciência, os africanos e os afrodescendentes foram estudados como objetos, sem serem considerados sujeitos capazes de produzir informação e gerar conhecimento sobre sua história e cultura. Os estudos e as pesquisas ainda não reconheceram totalmente que a apropriação dos saberes não é privilégio apenas de um grupo dominante que continua detendo o poder na atual sociedade,

> ignorando que os saberes pertencem à humanidade (SILVA; AQUINO, 2014, p. 204).

Ademais, consideram as autoras "o déficit histórico do escravismo não foi totalmente reconhecido e reparado" (SILVA; AQUINO, 2014, p. 204) porque as/os negras/os continuam sendo invisibilizadas/os a todo instante. Prova disso é falta de abertura para essas temáticas nos periódicos da área de Ciências Sociais Aplicadas.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os resultados desta revisão sistemática nos induzem a refletir sobre a produção científica acerca da informação étnico-racial, sobretudo, no que concerne à disseminação e promoção das ações afirmativas das/os negras/os.

Entendendo que a produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial depende de um esforço estratégico direcionado para a formação de novas competências, metodologias e teorias emergentes que configurem um referencial literário, a fim de proporcionar aos interessados conhecimento sobre a história, cultura africana e afrodescendente.

Evidentemente, não há aqui uma pretensão de induzir a realização de pesquisas voltadas para a temática étnico-racial, tão somente a necessidade de refletir os danos históricos proporcionados pela falta de oportunidade que a população negra sofreu ao longo da história.

É importante destacar que a produção científica acerca dessa temática pode ser considerada como um arcabouço teórico sobre diversidade cultural que aumenta a capacidade de ação

dos sujeitos que dela se apropriam. Nesse sentido, como destaca Silva e Aquino (2011, p. 105), "é necessário desenvolver mais estudos e pesquisa que articulem pesquisadores/as militantes ou não, para refletirem sobre a informação étnico-racial".

Ademais, é necessário criar motivações para uma integração do conhecimento eurocêntrico com o estado de conhecimento afrocêntrico, podendo proporcionar uma vivência real do multicuturalismo. Contudo, os estudos voltados para a cultura, a história de matriz africana e dos afrodescendentes precisam estar no cerne do planejamento das agendas de pesquisas estimulando a produção de novos conhecimentos sem marginalizar o olhar social, necessário às pesquisas na área das Ciências Sociais Aplicadas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão social**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 36-37, jan./jul., 2010.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Memória da Ciência**: a (in)visibilidade dos(as) negros(as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (Projeto de Pesquisa). João Pessoa, 2009.

BIANCHI, Paula; VILELA, Taís. Cresce número de quem se diz 'preto' e 'pardo'; grupo chega a 53% no país. **Uol Notícias**, Rio de Janeiro, 18 nov. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2JUnaDu>. Acesso em: 07 jan. 2016.

BERETON, Pearl; KITCHENHAM, Barbara A.; BUDGEN; David; TURNER, Mark; KHALIL, Mohamed. Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. **Journal of Systems and Software**, v. 80, n. 4, p. 571-583, 2006.

BIOLCHINI, Jorge; MIAN, Paula Gomes; NATALI, Ana Candida Cruz; TRAVASSOS, Gustavo Horta. ***Systematic Review in Software Engineering***. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005. (Relatório Técnico).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HELLEBRANDOVÁ, Klára. *El processo de etno-racialización y resistência em La era multicultural*: *ser negro em Bogotá*. ***Universitas humanística***, Bogotá, v. 77, p. 145-165, ene./jun. 2013.

IBGE. **Os negros e o acesso à educação**. Disponível em: <https://bit.ly/2KHc4Tq>. Acesso em: 11 nov. 2015.

KITCHENHAM, Barbara. "***Procedures for Performing Systematic Reviews***". *Keele*: *Keele University*, 2004. (Relatório Técnico).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. **Arquitetura da informação pervasiva**: contribuições conceituais. 2013. 202f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências,

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Marília), Marília, 2013.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v., 20, n. 2, abr./jun., 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2IjIpBa>. Acesso: 16 out. 2015.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2HTtsqh>. Acesso: 28 out. 2015.

SILVA, Alba Ligia Almeida da. **A (cons) ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o (a) negro(a) em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Alba Lígia de Almeida; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A (in)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em Programas de Pós-Graduação da UFPB. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 91-108, jan./abr. 2011.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Fontes de informação na *web*: apropriação, uso e disseminação da informação étnio-racial no movimento negro da Paraíba. **TransInformação**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 203-212, maio/ago, 2014.

ANÁLISE MÉTRICA DAS PALAVRAS-CHAVE MAIS CITADAS NO PERIÓDICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS (ABPN) NO PERÍODO DE 2010 A 2014

Graziela dos Santos Lima

1 INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento, com a perspectiva de análise estatística por Hulme, em 1922, e com o termo bibliometria por Otlet, em 1934, as métricas são utilizadas para verificar a visibilidade de um determinado campo científico. As métricas, podem ser utilizadas para medir publicações obsoletas até as publicações atuais objetivando a mensuração de uma determinada área do conhecimento.

Com o passar dos anos, somado à evolução das tecnologias de informação, surgiram novos enfoques métricos, tais como cientometria, webometria, altimetria e informetria. Resumidamente, pode-se afirmar que as métricas, tais como bibliometria, cientometria, informetria, webometria e a altmetria, auxiliam na análise quantitativa da produção cientifica, cada qual com diferente propósito, funções e características para mensurar o fluxo da produção cientifica.

A bibliometria se trata de um conjunto de métodos científicos e leis distintas que visam consolidar os fundamentos teóricos da Ciência da Informação (GUEDES; BORSCHIVER,

2005). A cientometria, por sua vez, abrange os métodos bibliométricos visando mensurar a produção cientifica pelo estudo da ciência. A informetria é uma análise métrica de aspectos da informação, seja formal ou informal (MEDEIROS; LUCAS, 2014). Já a webometria e a altimetria são métricas alternativas utilizadas para medir produção cientificas no meio online. A diferença entre as duas é que a primeira mede as produções nos websites, enquanto a segunda mede nas websociais (*Facebook*, *Twitter*, dentre outras redes).

Contudo, Medeiros e Lucas (2014) recomendam que todos esses métodos quantitativos sejam acompanhados de estudos qualitativos como um complemento aos resultados desses estudos métricos. A medição se torna possível em um determinado campo científico, a partir da produção científica das/os pesquisadoras/es, sendo que a produção científica fruto da pesquisa científica têm seus resultados divulgados em forma de publicação, reportados em livros, artigos de periódicos, comunicações em evento científico, dissertações/teses entre outros.

Nesse contexto, a comunicação científica se constitui da produção científica publicada (levada ao público). Como qualquer outra área do conhecimento, os estudos voltados para a temática africana e afro-brasileira ganharam visibilidade, principalmente, a partir do momento em que intelectuais negras/os, tais como Abdias Nascimento, Neusa Santos, Lélia Gonzalez, começaram a reivindicar direitos e a produzir materiais referentes à história dos afrodescendentes no Brasil, objetivando resgatar a cultura e história da população negra em diáspora.

Tendo em vista a mobilização pelo movimento negro, a Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus Marília, realizou o primeiro encontro de pesquisadores Negros em 1989. O evento teve como foco a situação da população negra no Brasil, reunindo diversos pesquisadoras/es, pós-graduandas/os negras/os das diversas instituições brasileiras (ABPN, 2012).

Em 1995, na Marcha Zumbi, o movimento negro reivindicou políticas públicas que operassem na propagação da igualdade perante a lei e na superação da desigualdade, identificadas na vida cotidiana da sociedade. Dessa discussão, surgiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a função de elaborar, propor e acompanhar políticas de valorização da população negra. A partir de então, as/os acadêmicas/os negras/os das instituições do ensino superior começaram a acompanhar as mobilizações do movimento negro, bem como as mudanças significativas decorrentes (ABPN, 2012).

Em 2000, a realização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em Recife, contou com 320 pesquisadoras/es negras/os e simpatizantes na temática. "A grande concentração de pesquisadores se deu nas seguintes áreas de conhecimento: educação, saúde, história, sociologia e antropologia" (ABPN, 2012). Tal congresso foi relevante devido à qualidade das produções apresentadas. Em decorrência, foi proposto, em 2002, o II Congresso de Pesquisadores Negros, realizado em São Carlos, no estado de São Paulo. Neste segundo Congresso, criou-se por unanimidade a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). A ABPN foi criada:

> com o objetivo principal de congregar e fortalecer laços entre pesquisadores que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico (ABPN, 2012).

Desde então, a cada dois anos é realizado o Congresso, tendo cada vez mais inscritos, tanto nacional quanto internacionalmente. Em 2010, o evento chegou ao seu recorde com 2000 participantes e é nesse mesmo período que a ABPN cria a sua revista, consolidando outro canal de divulgação das publicações das/os pesquisadoras/es negras/os com temas que versam sobre: relações raciais, Lei Federal nº 10.639/03, ações afirmativas, movimentos sociais, África e Diásporas, Saúde da População Negra, comunidades tradicionais, filosofia africana, geografia africana, arte e literatura afro-brasileira e africana, Cultura, memória e História das Populações Negras, Educação, Gênero e Diversidade, dentre outros temas relativos às populações negras (ABPN, 2012).

O presente trabalho tem o intuito de identificar a ocorrência das palavras-chave contidas nos resumos dos artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, para criar uma lista de termos que auxilie na construção de um vocabulário controlado para os estudos africanos e afro-brasileiros. O vocabulário controlado é objeto de estudo, por parte da autora (associada da ABPN) construído no Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A disputa no campo científico tem ficado mais acelerada, a partir do momento em que a pesquisa toma um importante papel no que concerne à disseminação da informação, principalmente nos meados da década de 1970. Esse aceleramento científico é resultante dos avanços das tecnologias de informação e comunicação que, praticamente, eliminaram as barreiras geográficas de acesso às informações, tornando-as mais próximas dos usuários da informação. Essa disputa, que nos dizeres de Merton (2013) se configura em uma luta concorrencial, nos espaços de comunicação cientifica, tem como objetivo o reconhecimento da produção científica e a confiabilidade da mesma entre seus pares, com o intuito de alcançar o prestígio da comunidade científica de interesse do pesquisador. Ao pensar na produção científica que legitima a credibilidade do pesquisador, é necessário pensar a ciência e sua desenvoltura perante a sociedade.

Segundo Targino (2000), para pensar na relevância da ciência, é necessário ter em mente a importância da informação, do conhecimento, da comunidade e da comunicação científica. Nesse caso, são necessários métodos seguros e sistemáticos para a construção do conhecimento, para chegar à produção científica.

Nos dizeres de Medeiros e Lucas (2014), a análise da produção científica se caracteriza pela necessidade de entender o crescimento da produção acadêmica, identificar os núcleos produtores de informações e o surgimento de campos de pesquisa, principalmente quando a ciência se envolve no

movimento de globalização e disseminação do conhecimento proporcionado pelo uso da internet.

Segundo Brambilla e Stumpf (2012), a produção científica é a parte tangível da ciência e se configura como resultado da atividade científica, divulgada por meio dos canais de comunicação. É por meio desses que a produção se faz visível nos canais informais de comunicação e é submetida a julgamento entre pares, capacitados no assunto abordado.

O canal de comunicação científica significa uma troca de informações entre pares especializados em um determinado assunto pesquisado, com o objetivo de moldar o conhecimento, tendo em vista o resultado de um produto que satisfaça a comunidade científica. Para o cumprimento dessa função, Targino (2000) informa que os grupos de pesquisadores se reúnem em torno de um objetivo comum. As trocas de informações podem ser feitas em diversos meios, utilizando, muitas vezes, sistemas facilitadores da comunicação científica.

Oliveira (2002) menciona que a comunicação é fundamental para a comunidade científica, uma vez que une esforços individuais de cada membro no desenvolvimento científico. A comunicação científica, conforme a autora, é analisada como um conjunto de atividades integradas para transmitir o conhecimento e o uso de informações.

O sistema de comunicação científica é formado por canais formais e informais (MUELLER, 2000 apud ALVES, 2011). Ambos os canais são essenciais para a evolução do conhecimento (TARGINO, 2000). Os canais formais são denominados por Le Coadic (2004), de comunicação escrita, constituindo uma comunicação formalizada por meio de livros, periódicos, obras de referências, relatório técnicos, revisão de literaturas, dentre

outros. Esses canais de divulgação, segundo Whitley (2000 apud Carvalho et al., 2013) e Targino (2000), alcançam um público mais amplo, possuem armazenagem e recuperação mais segura, e uma avaliação prévia. Já os canais informais são feitos por meio de contatos interpessoais, podem utilizar diversos recursos tecnológicos quando os pesquisadores estiverem longe geograficamente, por exemplo, reunião por vídeo conferência. Outros canais de divulgação informais são reuniões científicas, participações em associações profissionais, eventos científicos, dentre outros.

Na presente pesquisa, enfoca-se somente canais formais, mais especificamente, as publicações periódicas, por se entender que é um veículo de comunicação e disseminação dinâmico e abrangente.

Oliveira e Boente (2012) corroboram as afirmativas de Beuren e Erfurth (2010) e Oliveira (2002), de que o periódico é um meio de comunicação que possui mais evidência do que as dissertações e teses, pois visa "contribuir de modo amplo para a pesquisa, pois se diferencia dos demais meios de publicação por diversos pontos positivos, dentre eles, a maior agilidade de circulação do que dissertações e teses o que colabora de maneira mais expressiva como fonte bibliográfica" (OLIVEIRA; BOENTE, 2012, p. 201).

Para a mensuração na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), utilizou-se a bibliometria, pois essa possibilita visualizar e quantificar os indicadores propostos neste estudo.

3 BIBLIOMETRIA

Existem várias formas de analisar e quantificar a ciência com relação às produções científicas. A Ciência da Informação tem utilizado métricas de mensuração de dados relacionadas ao campo científico, à geografia do conhecimento, à identificação de rede de conhecimento, dentre outros indicadores.

Segundo Medeiros e Lucas (2014, p. 3360), as métricas são importantes no sentido de oferecer dados quantitativos sobre determinado fenômeno, oferecendo subsídios e fornecendo uma melhor observação de desempenhos e ações em uma determinada situação analisada. Ajudam também a identificar as tendências de pesquisa, desempenho do pesquisador, acompanhamento e avaliação das produções científicas, auxiliam ainda na tomada de decisão e no processo de revisão por pares.

A bibliometria, que é a métrica de medição de produções científicas em diferentes suportes de informação, deriva da expressão *Statistical Bibliography*, ou bibliografia estatística, e foi usada pela primeira vez em 1922, por Hulme. O referido termo foi usado três vezes e esquecido durante aproximadamente 20 anos. Mais tarde, o termo chamou a atenção dos pesquisadores com a publicação de Prichard em artigo que comparava os termos bibliografia e bibliometria. Embora tenha se destacado nesse período, o termo bibliometria já tinha sido evidenciado pelo pesquisador Otlet, em 1934 (GUEDES; BORSCHIEVER, 2005).

De maneira geral, a bibliometria pode ser definida como um conjunto de leis e princípios aplicados a métodos estatísticos e matemáticos que visam o mapeamento da produtividade científica de periódicos, autores e representação da informação.

Para um melhor aporte das leis bibliométricas e de outras derivadas, retoma-se Guedes e Borschiver (2005), que destacam:

- Lei de Bradford: Estuda a dispersão das publicações científicas, muito utilizada para identificar a qualidade de periódicos;
- Lei de Lotka: Está relacionada à produtividade dos autores. Quantifica a autoria. Segue a premissa de que poucos autores detêm uma grande publicação e o inverso, com muitos autores publicando pouco. Uma adaptação de Lei de Pareto sobre a riqueza mundial (20% detêm 80% da riqueza mundial);
- Leis de Zipf (1ª e 2ª Leis): Está relacionada à frequência das palavras em um texto. Revela quais as palavras que mais aparecem no texto (maior evidência); verifica a adequação das palavras-chave (se são as palavras mais repetidas no texto), além de verificar a adequação dessas palavras. A aplicação da Lei de Zipf auxilia na indexação, bem como na recuperação da informação;
- Ponto de Transição T de Goffman: Da mesma forma que a Lei de Zipf, tem o objetivo de determinar sobre qual assunto trata um texto científico ou tecnológico. Seu diferencial é que torna possível determinar onde ocorre a transição das palavras de baixa frequência para as de alta frequência;
- Fator de Imediatismo ou Impacto: Estima a concentração de citações de um artigo em documentos publicados nos últimos quinze anos. Mostra o quanto cada autor

contribui na produção dos demais autores, ou quanto cada artigo publicado individualmente foi citado nos demais;

- Acoplamento Bibliográfico e Co-citação: Acoplamento Bibliográfico mede o grau de ligação entre dois ou mais artigos, segundo o número de documentos idênticos citados por esses artigos. Co-citação mede o grau de ligação de dois ou mais artigos, pelo número de documentos onde esses artigos são citados simultaneamente;
- Obsolescência da Literatura e Vida média: Obsolescência da Literatura consiste na análise do declínio do uso da literatura, no decorrer do tempo; a Vida-Média é estimada a partir da razão de obsolescência e da razão de crescimento, de um determinado corpo de literatura (LINE, 1970). Burton e Kleber (1960 apud Guedes e Borschiver, 2005) definiram três tipos de literatura: (i) a efêmera, (ii) a clássica e (iii) a clássico-efêmera, onde cada uma delas apresenta sua própria vida média (*half-life*). Descrevem a queda da validade ou utilidade de informações no decorrer do tempo;
- Lei do Elitismo (ou Lei de Price): Enuncia que toda população de tamanho N tem uma elite efetiva √N (PRICE, 1965);
- Teoria Epidêmica de Goffman (Frente de Pesquisa): Estima os níveis de importância de linhas de pesquisa, em uma determinada área de assunto, e prognostica o comportamento dessas linhas de pesquisas;

- Lei 80/20: Em sistemas de informação 80% da demanda de informação se satisfaz com 20% do conjunto de fontes de informação (TRUESWELL, 1969 apud GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Em sistemas de informação, essa lei pode ser usada nas tomadas de decisão relacionadas à composição e redução de acervos.

Pitella (1991) afirma que a bibliometria é uma área extensa da Ciência da Informação e abrange todos os estudos que procuram quantificar os processos da comunicação escrita, aplicando métodos numéricos específicos.

> A bibliometria, desde sua origem, é marcada por uma dupla preocupação: a análise da produção cientifica e a busca de benefícios práticos imediatos para as bibliotecas (desenvolvimento de coleções, gestão de serviços bibliotecários) (FIGUEREIDO, 1977 apud ARAUJO, 2006, p. 13).

No Brasil, a bibliometria foi introduzida em 1971, por Tefro Saracevic, professor do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, implantado pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, atual Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), no Rio de Janeiro. Também no IBICT, foi defendida a primeira dissertação de mestrado enfocando bibliometria, de autoria de Braga, que, por esse motivo, é considerada a pioneira dessa área no país. É importante salientar que, no Brasil, o IBICT é responsável por toda a produção de dissertações dessa área na década de 1970 (KROEFF, 2000).

A partir dos trabalhos de Braga, inúmeros estudos foram realizados aplicando a bibliometria e a análise de citação. Kroeff (2000) verificou a amplitude com relação à quantidade de trabalhos brasileiros realizados de 1972 a 1998, que envolveram análise da produtividade científica com enfoque na bibliometria e/ou análise de citação. Cerca de 190 trabalhos em diferentes áreas, foram identificados nesse período, com uma média de 7,3 trabalhos realizados/publicados por ano.

4 METODOLOGIA

O estudo é de natureza empírica, uma vez que envolve uma realidade observável, sendo, neste caso, as palavras-chave presentes nos resumos dos artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.

Quanto ao procedimento de coleta de dados, classifica-se como pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002), é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

É classificada como estudo bibliométrico, pois identifica e quantifica a ocorrência das palavras-chave contidas nos resumos dos artigos. Para tanto, fez uso da Lei de Zipf. Salienta-se que a aplicação da Lei de Zipf está relacionada à frequência das palavras em um texto e que a mesma auxilia na indexação, bem como na recuperação da informação;

O corpus da pesquisa foi formado por n=143 artigos científicos e 565 palavras-chaves, e abrange o período de 2010 a 2014. Foram utilizados como parâmetro de análise os seguintes tópicos: a) quantidade de palavras usadas na seção palavras-chave do resumo; b) quantidades de palavras-chave utilizadas

por ano (2010, 2011, 2012, 2013 e 2014); c) quantidades de palavras-chave utilizadas na seção ao longo dos quatro anos; d) identificação das palavras-chave mais usadas ao longo dos quatro anos utilizando-se a Lei de Zifp.

Para auxiliar na análise, os dados foram tabulados em planilha eletrônica do Microsoft Excel e os resultados apresentados sob a forma de tabelas, com números reais e percentagem.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As palavras-chave utilizadas nos periódicos científicos servem para melhor localização dos artigos em uma base de dados de periódicos. São usadas de modo a identificar o contexto principal do texto e são escolhidas, subjetivamente, com base no conhecimento do autor. E, segundo Santiago (2007, p. 42), "são nódulos cognitivos-conceituais, que podem ou não, coincidir com o termo técnico cientifico".

Constituem-se em uma linguagem natural, na qual representa o pensamento do autor e seu uso facilita o acesso ao conteúdo desejado (MIGUÉIS et al., 2013). Também podem ser representadas por meio de processos de indexação (FUJITA, 2004).

Se tratando de uma revista especializada com foco para os estudos africanos e afro-brasileiros, tende-se a encontrar palavras-chaves especificas do conhecimento dos pesquisadores da área, que conhecem o seu contexto histórico e ideológico. As palavras de especialidade dificilmente são utilizadas por pessoas leigas na temática.

Conforme a Tabela 1, a revista da ABPN publicou ao longo dos quatro anos 143 artigos. Dentre esses, percebe-se maior quantidade de artigos no ano de 2012, apresentando 36 artigos publicados.

Tabela 1 - Artigos publicados na revista da ABPN por ano.

ANO	QTDE	PALAVRAS-CHAVE
2010	22	93
2011	31	118
2012	36	133
2013	28	111
2014	26	110
Total	143	565

Fonte: Elaboração pela própria autora.

Com relação à Tabela 2, observa-se que as palavras-chave mais citadas foram: "mulher negra", seguido de "relações raciais" e "feminismo negro". Essa maior quantidade se refere ao ano em que foi lançado o Dossiê da Mulher Negra, abordando o tema "movimento feminista negro", que surgiu nos meados da década de 1980. A Tabela 3 apresenta temas livres como proposta para submissão de artigos.

Obtiveram-se muitos artigos com diversas palavras-chave, e entre as mais citadas estão: "racismo", "relação raciais" e "representação", respectivamente. Comparando uma tabela com a outra, verifica-se que a palavra "relações raciais" foi a mais citada entre os anos de 2010 e 2011. Isso sugere que o termo "relações raciais" é utilizado como termo complementar, pois

sempre é acompanhado de outra palavra que é o tema principal do artigo. Como por exemplo, se for falar sobre a "mulher negra", o termo "relações raciais" será uma das palavras-chave utilizadas para representar suas relações com a sociedade.

Tabela 2 - Lista de palavras-chave mais citadas pelos autores no ano de 2010.

Ano	Palavras-chaves	Quantidade
2010	Mulher Negra	6
	Relações raciais	5
	Feminismo Negro	4
	Negro	3
	Gênero	2
	Raça	2
	Discurso	2
2010	Total	24

Fonte: Elaboração pela própria autora.

Tabela 3 - Lista de palavras-chave mais citadas pelos autores no ano de 2011.

2011	Palavras-chave	Quantidade
	Racismo	5
	Relações Raciais	3
	Representação	3
	População Negra	3
	Mídia	3
	África	2
	Afrodescendente	2
	Autonomia	2
	Cidadania	2

	Cultura Negra	2
	Direito	2
	Lei 10.639/03	2
	Literatura	2
	Memoria	2
	Mulher Negra	2
	Negro	2
	Raça	2
	Rap	2
	Total	43

Fonte: Elaboração pela própria autora.

No ano de 2012, ano com maior publicação de artigos na revista, as palavras-chave inclusas pelos autores, praticamente ficaram na média, possuindo distribuição equitativa de assuntos.

Tabela 4 - Lista de palavras-chave mais citadas pelos autores no ano de 2012.

2012	**Palavras-chaves**	**Quantidade**
	Lei 10.639/03	3
	Educação	3
	Juventude Negra	3
	Racismo	3
	Quilombo	2
	Movimento sociais	2
	Identidade	2
	Identidade Negra	2
	Negritude	2
2012	Total	22

Fonte: Elaboração pela própria autora.

Em 2013, percebe-se que a palavras-chave "identidade" aparece em maior quantidade. Geralmente, na temática africana e afro-brasileira, em especial, em assuntos que têm como tema principal a diáspora africana, tem-se maior predominância a palavra "identidade", pois é nesse período em que movimento negro reivindica seu direito e afirma sua identidade negra de forma positiva.

Tabela 5 - Lista de palavras-chave mais citadas pelos autores no ano de 2013.

2013	Palavras-chave	Quantidade
	Identidade	6
	Quilombo	3
	Lei 10.639/03	2
	Negros	2
	Diáspora	2
	Representação	2
2013	Total	17

Fonte: Elaboração pela própria autora.

A Tabela 6 identifica as palavras-chave praticamente com a mesma quantidade, onde os temas versam mais sobre identidade, identidade negra e negritude.

Tabela 6 - Lista de palavras-chave mais citadas pelos autores no ano de 2014.

2014	Palavras-chave	Quantidade
	Racismo	3
	Africanidades	2
	História	2
	Identidade	2
	Identidade Negra	2
	Lei 10.639/03	2
	Negritude	2
2014	Total	15

Fonte: Elaboração pela própria autora.

Com a intenção de identificar as palavras-chave citadas no resumo, primeiramente, identificou-se as mais citadas ao longo de quatro anos, e conforme a Tabela 7, tem-se as palavras-chave mais citadas: "racismo", "identidade", "lei 10.639/03", "mulheres negras", "relações raciais" e "negro".

Tabela 7 - Lista de palavras-chave mais citadas ao longo de quatro anos.

Palavras-Chave	Quantidade
Racismo	11
Identidade	10
Lei 10.639/03	9
Mulheres Negras	8
Relações Raciais	8
Negro	7

Representação	5
Quilombo	5
Raça	4
Feminismo negro	4
Identidade Negra	4
População Negra	3
Mídia	3
Juventude Negra	3
Total	74

Fonte: Elaboração pela própria autora.

Das palavras-chave mais citadas, observa-se na Tabela 8 que a palavra "mulheres negras" foi citada no resumo 11 vezes, sendo que, em termos de citação, a maior parte ocorreu em 2010. Chamo a tenção, novamente, para o dossiê apresentado nesse período, que trouxe grande representatividade à palavra-chave "mulher negra", ao contrário da palavra-chave "identidade", que foi a segunda palavra-chave mais citada ao longo de quatro anos (Tabela 7), e não foi representada no resumo.

Tabela 8 - Quantidade de palavras-chave no resumo.

Palavras-chave	Qde. no resumo
Racismo	7
Identidade	0
Lei 10.639/03	8
Mulheres Negras	11
Relações raciais	1
Negro	8

Total	35

Fonte: Elaboração pela própria autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi identificar a ocorrência das palavras-chave contidas nos resumos dos artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, a fim de se criar uma lista de termos que auxilie na construção de um vocabulário controlado para os estudos africanos e afro-brasileiros. A identificação das palavras-chave mais citadas auxiliou a identificar a importância das mesmas para a área em questão e marca o ponto de partida para a elaboração do vocabulário controlado.

A palavras-chave mais citada nos quatro anos foram: "racismo", "identidade", "Lei 10.639/03", "mulheres negras" e "relações raciais". A predominância da palavras-chave no corpo do resumo diz respeito à importância do conteúdo em questão. Como sugestões para futuras pesquisas no campo, poderiam ser analisadas as palavras com suas definições e citações, pois em alguns artigos relata-se seu processo histórico de formulação, reformulação e afirmação no campo científico. Muitas dessas palavras surgidas nos artigos remetem a um contexto social e histórico, e para transformá-las em uma linguagem documentária, muitas vezes, há um processo de validação entre especialistas na temática ou verificação e validação por meio de órgão científico.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Informação e os sistemas de comunicação científica na Ciência da Informação. **Data Grama Zero**: revista de informação. v. 12, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2ro3P5P>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS. **Histórico**. Disponível em: <https://bit.ly/2I0ecE5>. Acesso em: 30 nov. 2015.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2JXVc9P>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRAMBILLA, S. D. S.; STUMPF, I. R. C. Produção científica da UFRGS representada na WoS (2000-2009). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 3, p. 34-50, jul./set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2FNccNu>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BEUREN, I. M.; ERFURTH, A. E. Pesquisa em contabilidade gerencial com base no futuro, realizada no Brasil. **Contabilidade, gestão e governança**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 44-58, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2ro4nbX>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 9-25, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2jxQX9K>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e Biblometria. **Encontros Bibli**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.,

Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2FOgQuD>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CARVALHO, K.; ODDONE, N.; CAFÉ, A. L. da P.; MENEZES, V. Aspectos gerenciais da política cientifica brasileira: um olhar sobre a produção cientifica do campo da sociologia face aos critérios de avaliação do CNPq e da CAPES. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 187-212, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2HYpGIa>. Acesso em: 16 fev. 2015.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária de artigos científicos em Educação especial: orientação aos autores para determinação de Palavras-chave. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 257-272, set./dez. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2rp6nk3>. Acesso em: 20 mar. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 6, p. 1-18, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2geanCa>. Acesso em: 03 abr. 2015.

KROEFF, M. S. **Pós-Graduação em Educação Física no Brasil**: Estudo das características e tendências da Produção científica dos professores doutores. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LINE, M. B. The half life of periodical literature: apparent andreal obsolescence. **Journal of Documentation,** New York, v. 26, n. 1, p. 46-54, mar. 1970. Disponível em: <https://bit.ly/2roaJZL>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MEDEIROS, D.; LUCAS, E. de O. Métricas Digitais e o Contexto Científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 15., 2014, Belo Horizonte**. Anais...** Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. 642 p. Disponível em: <https://bit.ly/2JUVtKv>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MERTON, R. K. A ciência e a estrutura social democrática. In: MERTON, R. K.; MARCOVICH, A.; SHINN, T. (Org.). **Ensaios de sociologia da ciência**. Tradução Sylvia Gemignani Garcia e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia; Editora 34, 2013.

MIGUÉIS, A.; NEVES, B.; SILVA, A. L.; TRINDADE, Á.; BERNARDES, J. A. A importância das Palavras-chave dos artigos científicos da área das ciências farmacêuticas, depositados no estudo geral: Estudo Comparativo com os termos atribuídos na MEDLINE. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, Ed. esp., p. 112-125, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2JVr7HS>. Acesso em: 20 fev. 2015.

OLIVEIRA, M. C. Análise dos Periódicos Brasileiros de Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças** – USP. São Paulo, n. 29, p. 68-86, mai./ago. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2IcYCsb>. Acesso em: 10 fev. 2015.

OLIVEIRA, E. K. F. de; BOENTE, D. R. Análise bibliométrica da produção científica recente sobre contabilidade gerencial. **Revista Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 15, jan.-jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2jAy3PJ>. Acesso em: 03 abr. 2015.

PITTELA, M. C. Análise de citação dos periódicos brasileiros de biblioteconomia, 1972-1982**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 191-217, jul./dez. 1991. Disponível em: <https://bit.ly/2wk5NK8>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PRICE, D. J. de S. *Networks of scientific papers: the pattern of bibliografic references indicates the nature of the scientific research front*. ***Science***, *Washington*, v. 149, n. 3683, p. 510-515, jul. 1965. Disponível em: <https://bit.ly/2rtUzhB>. Acesso em: 15 fev. 2015.

SANTIAGO, M. S. **Rede de Palavras-chave para artigo de divulgação científica da Medicina: Uma proposta a luz da terminologia**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007.

TARGINO, M. das G. Comunicação cientifica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade**, v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2HUQzkn>. Acesso em: 16 mar. 2015.

VALÉRIO, E. D.; BERNARDINHO, M. C. R.; SILVA, J. da. A produção cientifica sobre os/as Negros/as nos ENANCIBs sob um olhar Cientométrico. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 151-169, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2rn9mdB>. Acesso em: 20 fev. 2015.

A CONTRIBUIÇÃO DO MARCO CIVIL DA INTERNET: REFLEXÃO SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, PÓS-VERDADES E *FAKE NEWS*

Miriely da Silva Souza

Nathália Lima Romeiro

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

1 INTRODUÇÃO

Dentre as diversas discussões contemporâneas, estão em voga, nos mais diversos espaços de comunicação de massa, sobretudo, os facilmente compartilhados através de aparelhos tecnológicos móveis, os temas: acesso à informação, *fake news* e pós-verdade, bem como o comportamento de usuárias e usuários, cada vez mais atuantes no que tange à produção e consumo de informações. Motta e Batista (2013) caracterizam os agentes desse cenário como "prossumidores", ou seja, pessoas que produzem, consomem e opinam, não só sobre produtos e serviços, mas também movimentam e compartilham determinados pontos de vista sobre os mais diversos temas e interesses políticos entre coletivos.

Nessa perspectiva, o uso da internet, bem como o direito à informação, torna-se uma preocupação constante para pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, sobretudo, as que estão em essência vinculadas à

Organização do Conhecimento, à Comunicação, ao Direito e às Tecnologias de Informação. Apontamos essas preocupações como essenciais à Biblioteconomia e à Ciência da Informação (BCI), uma vez que a busca, o acesso e o uso de informações são constantes discussões na área.

Ressaltamos a importância de estudos sobre o acesso aberto, dados abertos, avaliação da informação para a BCI, uma vez que, nas discussões contemporâneas sobre a área cada vez mais tem emergido a Competência Crítica em Informação. Essa, enquanto área de estudo, preocupa-se com o uso da informação, sobretudo, no contexto das *fake news* (notícias falsas) e pós-verdade, bem como na utilização de informações e análise crítica sobre seus conteúdos para o exercício da cidadania (BEZERRA; CAPURRO; SCHNEIDER, 2017).

Pensando nessas questões, este artigo tem como objetivo refletir sobre a evolução do direito à informação brasileiro com foco na contribuição da Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Além disso, visamos acompanhar a trajetória do desenvolvimento do tema em diversos países e suas influências no desenvolvimento da Lei de Acesso à Informação (LAI). A partir dessa ótica, nos apoiaremos no tripé: direito de ser informado, direito de informar e, por último, no direito de informar-se, presente nos escritos de Seclaender (1991), Cepik (2000) e Mendel (2009). Também discutiremos o Marco Civil da Internet e o quanto cidadãs e cidadãos podem recorrer a esses documentos legais para maximizar o exercício à cidadania. Por fim, refletiremos sobre a informação em tempos de *fake news* e pós-verdade, sobretudo, atrelado à responsabilidade das informações compartilhadas nas mídias sociais.

No que se refere à metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que conta essencialmente com o conhecimento teórico de quem a defende (MARTINS, 2004). Também pode ser caracterizada como bibliográfica e documental, pois se apoia em conhecimentos teóricos já publicados e documentos públicos, neste caso, na legislação sobre direito à informação: a Lei de Acesso à Informação (LAI) e o Marco Civil da Internet (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

2 DIREITO À INFORMAÇÃO: INFORMAR, SE INFORMAR E SER INFORMADO

As discussões sobre direito à informação emergiram no bojo da Segunda Guerra Mundial, como apontado por Saracevic (1996). Nesse contexto, somente se referia à liberdade de expressão e informação contidas nos meios de comunicação e circulação de notícias. De fato, já haviam ocorrido alguns apontamentos referentes a essa questão, como por exemplo, no século XVII, quando o jurista da antiga República dos Países Baixos (atual Holanda), Hugo Grócio, fez menção ao direito de os parlamentares serem informados sobre as decisões do príncipe; o escritor inglês, John Milton, também defendeu que, ao lado da liberdade de expressão, caberia a liberdade do saber (SECLAENDER, 1991).

Em 1927, a Conferência de Genebra discutiu problemas relativos à circulação internacional de notícias e difundiu a prática de distinção entre a liberdade de expressão e a liberdade de informação. A Conferência foi considerada um marco, onde a gênese do direito de ser informado foi entendida e vista dentro

de uma questão maior e mais abrangente: o desenvolvimento de uma ideia sobre o direito à informação (SECLAENDER, 1991, p. 147).

Essa ideia de direito à informação não obteve engajamento até o término da Segunda Guerra Mundial. No período entre guerras (1914 a 1945), pouco se desenvolveu sobre a questão do direito à informação. O que houve, foi a combinação de propagandas nacionalistas incessantes e o contínuo uso do segredo (sigilo de informações), que formavam elementos chave nos campos de disputa de Estados e ideologias pela supremacia e poderio informacional.

Segundo Mendel (2009, p. 08), a noção de "liberdade de informação" foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em assembleia geral, no ano de 1946. Durante sua primeira sessão, a Resolução nº 59 informa:

> Muito embora algumas das primeiras leis que garantiam um direito à informação sob o controle de órgãos públicos fossem chamadas de leis de liberdade de informação, o contexto deixa claro que o termo, tal como é usado na Resolução, referia-se, de forma geral, ao livre fluxo da informação na sociedade e não apenas à ideia de um direito de acesso à informação detida por órgãos públicos (MENDEL, 2009, p. 08).

Como fruto desse contexto, no ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe em sua essência o princípio da igualdade fundamental entre os seres humanos:

> Art. 19 Todos têm o direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de expressar opiniões sem interferência e de buscar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e sem limitações de fronteiras (BRASIL, [1948] 2000, p. 10).

Dessa maneira, a soma da ideia da liberdade de expressão com a liberdade de buscar, receber e transmitir informações propiciou a emergência de uma nova perspectiva sobre as informações. Essa nova perspectiva, não atingia somente a atividade dos meios de comunicação, mas também "ao interesse dos governados de saber, por meio destes e dos órgãos estatais, tudo o que se refira à condução dos negócios públicos" (SECLAENDER, 1991, p. 149).

A Declaração Francesa, de 1789, foi uma das primeiras que discutiu sobre o direito à informação. Implementou não apenas a liberdade de opinião, mas também a livre comunicação das ideias e opiniões (LAFER, 1988). Na perspectiva de Seclaender (1991), a primeira menção ao direito à informação foi feita no final da década de 1940 pelas leis de imprensa dos Estados germânicos da Baviera e Hesse, ambos sob ocupação americana naquele período. Para o autor, somente com a publicação da carta Encíclica *Pacem in Terris* foi consolidado, de fato, este direito. No entanto, pouco se fala nessa carta e sobre sua contribuição para a evolução e afirmação do direito à informação. A *Pacem in Terris*, datada de 11 de abril de 1963, elaborada pelo Papa João XXIII, foi o marco histórico para a emancipação definitiva do direito à informação perante o direito de liberdade de expressão.

Independentemente da primeira menção ou antecipação do direito à informação, ressaltamos que não somente esses instrumentos fizeram parte da trajetória do direito de informação, como outros documentos influenciaram e prepararam o caminho para que, em muitos países, fosse garantido, por meio de suas constituições, leis ou decretos, o acesso à informação. Podemos citar como exemplo, a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais na década de 1950, bem como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos nos anos 1960 (SECLAENDER, 1991; MENDEL, 2009).

No que diz respeito às entidades, a Organização das Nações Unidas (ONU) exerceu um papel fundamental na questão aqui discutida. Na década de 1990, a Comissão da ONU para os Direitos Humanos estabeleceu o escritório do Relator Especial da ONU para a Liberdade de Opinião e Expressão com a missão de "esclarecer o exato conteúdo do direito de liberdade de opinião e expressão" (MENDEL, 2009).

Em 1997, houve o pedido da Comissão para que o relator fosse mais especifico em sua abordagem sobre o direito de buscar e receber informações, ou seja, exercer o direito de se informar e ser informado. No ano seguinte, o Relator estendeu a discussão às informações em posse do Estado.

De acordo com Mendel (2009), no final dos anos 1990, reuniram-se, pela primeira vez, o relator Especial da ONU para a Liberdade de Opinião e Expressão, o representante da Organização para segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para Liberdade da Mídia e o relator Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre Liberdade de Expressão, sob os auspícios da Organização Não-Governamental (ONG) de

direitos humanos ARTIGO 19[55], visando uma Campanha Global pela Liberdade de Expressão.

Mundialmente, o movimento para o reconhecimento do direito à informação se difundiu. Foi através da Organização dos Estados Americanos, da União Africana e o Conselho da Europa (sistemas regionais de direitos humanos), e por meio da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Europeia de Direitos Humanos (jurisprudências internacionais), que se reconheceu o direito à informação, em especial, à informação sob a guarda do Estado (MENDEL, 2009; BOTTREL, 2016).

De acordo com Cepik (2000), os instrumentos legais de garantia para o direito à informação vão desde artigos constitucionais, leis ordinárias em diferentes esferas de poder (seja âmbito nacional, regional ou local), até decretos do poder executivo e decisões judiciais que fixam jurisprudência, em alguns casos tomadas pelas cortes mais altas de um país.

Constitucionalmente, em muitos países, o *habeas data* já exerceu a função de instrumento legal, inclusive no Brasil, Argentina e Peru. Foi adotado pela necessidade de garantir aos cidadãos o acesso e a correção de informações individuais sob guarda de arquivos de segurança dos antigos regimes

---

[55] Organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Possui escritórios em nove países, estando no Brasil desde 2007. Atualmente, se divide em quatro áreas de atuação: acesso à informação, centro de referência legal, direitos digitais, e proteção e Ssgurança. Disponível em: <http://artigo19.org/a-organizacao/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

autoritários e como principal instrumento jurídico para obrigar legalmente os responsáveis a conceder as informações solicitadas. Nesse contexto, como nos aponta González de Gómez (2012), podemos caracterizar a influência do Estado junto aos meios de comunicação de massa (como a TV, Rádio, etc.) como determinantes no uso de informação pelos cidadãos. Essa perspectiva dentro da Ciência da Informação é compreendida como regime de informação.

Identificamos o pioneirismo da Suécia, quando nos referimos às legislações específicas do direito à informação. Com a aprovação do Ato de Liberdade de Imprensa em 1776, a Suécia implementou que documentos oficiais solicitados deveriam ser entregues de imediato ao solicitante, e esse deveria ser isento de custos, exigências e justificativas sobre o uso pretendido das informações. Ainda sobre legislações, os Estados Unidos se destacam através do *Freedom of Information Act*, de 1966, e do *Privacy Act*, de 1974, por conta do suporte oferecido pelo poder judiciário à garantia de pleno exercício do direito à informação (CEPIK, 2000; MENDEL, 2009).

Na América Latina, faz-se necessário contextualizar um pouco mais a discussão sobre o direito à informação. É preciso compreender o momento político vivido entre o período pós-guerra (sobretudo, no contexto Guerra Fria) e o contexto de globalização neoliberal que emergiu nos anos 1990. Durante esse período, muitos países (Brasil, Argentina, entre outros) sofreram com ditaduras civis militares, apoiados pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) (RAPOPORT; LAUFER, 2000).

Sendo assim, a análise sobre o movimento tardio na elaboração e desenvolvimento de leis de acesso à informação na

América Latina, merece uma apreciação diferenciada. Enquanto a liberdade de acesso à informação era amplamente difundida nos EUA e na Europa, diversos países viviam intensos conflitos. De um lado, estava o regime militar censurando o direito de civis à informação. E de outro, a população exigindo a liberdade de expressão artística, cultural, intelectual e a participação de toda a sociedade através de eleições diretas (RAPOPORT; LAUFER, 2000).

Nessa perspectiva, citaremos o exemplo da Colômbia que, em 1985, tornou-se o primeiro país latino-americano a adotar uma lei de acesso fora do eixo Europa e EUA. O México, em 2002, ampliou a discussão sobre LAI e foi considerado uma referência no assunto, especialmente pela existência de um órgão específico para o tema, o *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales* (INAI) (BOTTREL, 2016).

Em 2009, na segunda edição de sua publicação "Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado" editada pela UNESCO, Toby Mendel relata que em 1990, 13 países contavam com leis nacionais sobre direito à informação. Nessa publicação, Mendel avaliou leis de 13 países: Azerbaijão, Quirguistão, Tailândia, Bulgária, México, Uganda, Índia, Peru, Reino Unido, Jamaica, África do Sul, Estados Unidos, Japão e Suécia.

Atualmente, 111 países possuem leis referentes ao direito à informação. Os instrumentos legais desses países foram avaliados em conjunto pela *Access Info Europe* e *Centre for Law and*

Democracy através do *Global Right to Information Rating*[56]. O Brasil ocupa o 22º lugar nesse ranking.

Cepik (2000) aborda as prerrogativas e provimentos como dimensões que conformam o direito à informação. Essa perspectiva corrobora a afirmação de Mendel de que:

> A garantia geral do direito à informação no direito internacional [...] estabelece uma presunção geral em favor da divulgação de informações mantidas por órgãos públicos. A implicação disso é que não apenas os Estados devem garantir o direito à informação, mas também que sistemas eficientes devem ser instaurados para efetivá-lo (MENDEL, 2009, p. 29).

A ONG inglesa ARTIGO 19, que tem como principal tema de discussão os Direitos Humanos, publicou um conjunto de princípios, "Direito do Público a Estar Informado: Princípios sobre a Legislação de Liberdade de Informação", onde estipula os padrões de melhores práticas em matéria de legislação sobre direito à informação. Segundo Lima et al. (2012), esse conjunto de princípios se baseia em leis e padrões internacionais e regionais e nos princípios gerais do Direito, reconhecidos pela comunidade desses países. A ONG também publicou um Modelo de Lei de Liberdade de Informação que traduz os princípios para a forma jurídica. Totalizam nove, os princípios

---

[56] *CENTER OF THE LAW AND DEMOCRACY*. ***Global Right to Information Rating***. Disponível em: <http://www.rti-rating.org/country-data/by-section/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

característicos de um regime de direito à informação, são eles (MENDEL, 2009, p. 32-42):

1. Máxima divulgação: a legislação sobre liberdade de informação deve ser guiada pelo princípio da máxima divulgação;
2. Obrigação de publicar: os órgãos públicos devem ter a obrigação de publicar informações essenciais aos cidadãos;
3. Promoção de um governo aberto: os órgãos públicos precisam promover ativamente a abertura do governo;
4. Limitação da abrangência das exceções: as exceções devem ser claras e restritamente definidas e sujeitas a rigorosos testes de "dano" e "interesse público";
5. Procedimentos que facilitem o acesso: os pedidos de informação devem ser processados com rapidez e justiça, com a possibilidade de um exame independente em caso de recusa;
6. Custos: as pessoas não devem ser impedidas de fazer pedidos de informação em razão dos custos envolvidos;
7. Reuniões abertas: as reuniões de órgãos públicos devem ser abertas ao público;
8. A divulgação tem precedência: as leis que não estejam de acordo com o princípio da máxima divulgação devem ser revisadas ou revogadas;

9. Proteção para os denunciantes: os indivíduos que trazem a público informações sobre atos ilícitos - os denunciantes - precisam ser protegidos.

Esses princípios evidenciam que o direito à informação é um direito civil, político e social a um só tempo, como afirma Cepik (2000). Apresentam-se, portanto, como a simples soma de três outros direitos: o direito de informar, de se informar e de ser informado (SECLAENDER, 1991). Esse direito é definido da seguinte maneira:

> Por direito à informação entende-se aqui como um leque relativamente amplo de princípios legais que visam a assegurar que qualquer pessoa ou organização tenha acesso a dados sobre si mesma que tenham sido coletados e estejam armazenados em arquivos e bancos de dados governamentais ou privados, bem como o acesso a quaisquer informações sobre o próprio governo, a administração pública e o país, ressalvados o direito à privacidade, o sigilo comercial e os segredos governamentais previstos em lei (CEPIK, 2000, p. 46).

Na contemporaneidade, o acesso às informações tanto em posse do Estado ou de entidades privadas, encontram-se cada vez mais presentes e necessárias nas discussões da BCI como forma de discutir e possibilitar a participação de diversas classes sociais no exercício à cidadania. Dessa forma, fortalecem a relação entre sociedade, informação e Estado no que tange à

tomada de decisões que possivelmente influenciarão cidadãs e cidadãos. Assim, na próxima seção veremos como o direito à informação foi construído na realidade brasileira e como o país chegou à elaboração e implementação do Marco Civil da Internet.

3 A CONSTRUÇÃO DE UM REGIME DE DIREITO À INFORMAÇÃO NO BRASIL: O QUE O MARCO CIVIL NOS TROUXE?

O Brasil apresenta alguns instrumentos legais que garantem o direito à informação. Nesta seção, falaremos um pouco de cada uma delas e no contexto em que foram elaboradas até chegarmos à Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que versa sobre a regulamentação dos princípios de uso da internet no país (BRASIL, 2014).

Ressaltamos que o período anterior à Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, foi um tempo sombrio para o país. A ditadura no Brasil teve início em 31 de março de 1964, com o golpe militar que derrubou o Presidente João Goulart, chegando ao fim em 15 de janeiro de 1985, quando faleceu o Presidente Tancredo Neves, e seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência da República através de eleições indiretas.

Segundo Fausto (1995, p. 465), o golpe militar "tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e restaurar a democracia". Mas suas características, tais como a repressão aos movimentos sociais, censura aos meios de comunicação e à qualquer expressão artística impedindo, assim, qualquer forma de liberdade de expressão, já pressupõe o autoritarismo que caracterizou o regime militar (FAUSTO, 1995).

A Constituição da República Federativa do Brasil é o principal instrumento normativo do país desde 1988. No governo de José Sarney (1985-1990), foi pensada a nova Constituição do país, onde a elaboração iniciou em 1987 e encerrou com a sua promulgação no ano 1988 (FAUSTO, 1995). Com a nova Constituição, conhecida como "Constituição Cidadã", foram inseridos artigos que reconhecem as populações indígenas e afrodescendentes como contribuintes na construção do país, aborda também a criminalização do racismo, bem como questões ligadas à informação. Esse último aspecto, considerado o pontapé inicial para discussão do direito à informação no contexto brasileiro (Quadro 1).

Quadro 1 - Incisos do Artigo 5º sobre o direito à informação na Constituição Federal de 1988.

Art.5°	XIV	XXXIII	XXXIV	LXXII	LXXVII
Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos seguintes termos:	É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;	Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;	São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;	Conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.	São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

Fonte: CEPIK (2000).

Na década de 1990, no governo de Fernando Collor (1990-1992) foi sancionada a Lei Federal nº 8.159, datada de 8 de janeiro de 1991, que regulamenta a Política Nacional de Arquivos em âmbito público e privado (BRASIL, 1991). Para Cepik (2000), a Lei de Arquivos pretendia regulamentar o dispositivo constitucional do direito à informação.

No entanto, a principal contribuição da Lei de Arquivos para o direito à informação está no artigo 21 e remete à garantia do direito "para eventuais dispositivos legais no âmbito estadual e ou municipal" (BRASIL, 1991):

> Art. 21 - Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei (BRASIL, 1991, p. 02).

Em 1994, durante a administração do Presidente Itamar Franco (1992-1995), o Brasil, assim como Argentina, México e Estados Unidos, assinou a Declaração de *Chapultepec*, adotada na Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão organizada pela Associação Interamericana de Imprensa. Essa declaração é um conjunto de princípios que aborda a garantia de liberdade de expressão presente no art. 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Reconhece o direito à informação como direito fundamental e que inclui o direito de acesso à informação mantida por órgãos públicos (MENDEL, 2011).

Entretanto, com esses instrumentos normativos e a assinatura da Declaração de *Chapultepec*, o Brasil cada vez mais se direcionava à "regulamentação do segredo governamental e dos procedimentos de segurança de informações" (CEPIK, 2000, p. 53). Isso pode ser analisado, através dos Decretos nº 2.134/97 e nº 2.910/98, no que diz respeito às informações, dados e materiais sigilosos, que poderiam ameaçar a segurança da sociedade e do Estado. Em contrapartida, o *Habeas Data*, presente na Constituição de 1988, foi regulamentado através da Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 (BRASIL, 1988, 1997).

Com a popularização da internet e uso de tecnologias de informação e comunicação por empresas e governo, leis e regulamentos que compõe as políticas de informação nacionais ganharam importância (MARQUES; PINHEIRO, 2014). Marcondes e Jardim (2003) afirmam que a implementação de políticas públicas em diversos setores tornou imprescindível o desenho e a execução de políticas de informação governamental. E, dessa maneira, nos anos 1999 e 2000, o Brasil implantou os programas de governo: o Governo Eletrônico e a Sociedade da Informação:

> Uma das principais ações governamentais no campo da informação no Brasil, o Governo Eletrônico contempla três das sete linhas de ação do Programa Sociedade da Informação: universalização de serviços; governo ao alcance de todos e infraestrutura avançada. Seu estabelecimento na Administração Pública Federal, a partir de março de 2000, tem levado à arquitetura de uma estrutura organizacional e

> informacional com ênfase nas iniciativas do Governo Federal voltadas para o uso da Internet no exercício da cidadania (MARCONDES; JARDIM, 2003, p. 03).
>
> O objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil (BRASIL, 2000, p. 10).

Com consideráveis avanços nas políticas de informações e algumas controvérsias entre os instrumentos legais no âmbito do direito à informação, ainda podemos destacar outros dispositivos que foram parte da construção do direito à informação no Brasil e que visavam criar barreiras para o acesso à informação. São eles, os Decretos: nº 4.553/2002 e nº 5.301/2004, ambos revogados posteriormente pela Medida Provisória nº 228/2005, que veio a se tornar a Lei nº 11.111/2005 (BOTTREL, 2016).

Como aponta Bottrel (2016, p. 51) "já havia no país um movimento em prol do reconhecimento e do estabelecimento do acesso à informação", o que contribui para que Projeto de

Lei Complementar (PLC) nº 41 fosse aprovado pela Câmara dos Deputados em 2010, e posteriormente resultasse na LAI.

Nos anos de 2010 e 2011, o projeto de lei recebe parecer favorável quando passa pelas Comissões do Senado de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Ciência e Tecnologia. Em contrapartida, no ano de 2011, o projeto volta à Câmara dos Deputados devido à apresentação de relatório e texto substitutivo que sugere a manutenção do sigilo eterno sobre alguns documentos públicos, feita por Fernando Collor, na época, senador (PTB-AL).

Em seguida, os membros da Comissão apresentam Emendas Constitucionais e votam separadamente, contra o substitutivo do senador Fernando Collor. Ainda assim, sob caráter de urgência para votação, o projeto de lei não entra em pauta do Plenário. Entretanto, em outubro de 2011, a LAI é aprovada pela Câmara dos Deputados, sancionada pela Presidência da República sob a administração da Presidenta eleita Dilma Rousseff (BRASIL, 2011).

A aprovação da LAI brasileira, além de regulamentar o que já estava previsto na Constituição de 1988, também:

> [...] representa a adesão do país a um novo regime de informações, mais precisamente, ao regime jurídico de direito à informação pública que vem se manifestando mundialmente através de leis nacionais e supranacionais, com força reestruturante da ordem social e política brasileira a ser monitorada e estudada (MALIN, 2012, p. 02).

Dessa maneira, o Brasil se inseriu na lista de países com instrumentos legais para regulamentação do acesso às informações. E esse avanço continuou. Ainda na administração de Dilma Rousseff, o país se destacou no ano de 2014 por elaborar a primeira legislação no mundo a regular a internet de forma ampla e irrestrita (JORENTE et al., 2016).

A Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, foi firmada em três eixos principais: 1) a neutralidade da rede; 2) a privacidade; e 3) liberdade de expressão. O primeiro eixo é considerado um princípio basilar (MARQUES; PINHEIRO, 2014).

De acordo com Marques e Pinheiro (2014), foi com a justificativa de que era preciso uma lei que regulasse o uso da internet contra prática de crimes que o Projeto de Lei nº 84 foi apresentado ao Congresso em 1999. Porém, seu conteúdo ia além de questões ligadas a crimes digitais. Por um lado, o projeto fora considerado polêmico e apelidado de AI-5 Digital, e recebeu muitas críticas. Por outro lado, abriu espaço para os debates que deram origem ao Marco Civil da Internet como um novo projeto de Lei nº 2126/2011.

A referida Lei foi construída coletivamente, com a participação cidadã através de audiências públicas e consultas públicas online. Entretanto, sua votação foi adiada por diversas vezes no Congresso. Passou a vigorar em 23 de maio de 2014, e em 2016 foi regulamentada no Decreto nº 8.771/2016. No que diz respeito ao direito à informação, o artigo 4º, confirma que o Marco Civil da Internet é um instrumento que contribui e reforça a legitimidade do direito:

> Art. 4º A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção:
>
> I - do direito de acesso à internet a todos; II - do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; III - da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados (BRASIL, 2014, p. 01).

Assim, os artigos 7º asseguram aos usuários inúmeros direitos referentes ao acesso à internet, e o artigo 8º garante a privacidade e a liberdade de expressão ao usuário. Esses artigos se tornam temas que merecem cada vez mais atenção, sobretudo, no contexto da BCI, uma vez que ambas as áreas do conhecimento adentram nos aspectos legais no que se refere ao acesso à informação, comportamento e uso de informação por cidadãs e cidadãos.

Acreditamos que essa medida fere o direito à informação nas três dimensões descritas por Cepik (2000): o direito de o cidadão informar, se informar e ser informado. Além disso, o uso de filtros de informação com algoritmos, conhecidos popularmente como "filtros bolha", possui grandes inconvenientes para a aquisição do conhecimento, sobretudo, se analisarmos o consumo de informações errôneas conhecido

como *fake news* (notícias falsas) e a ascensão dos estudos sobre a pós-verdade.

4 INFORMAÇÃO EM TEMPOS DE FAKE NEWS E PÓS-VERDADE

Embora o referido Marco Civil da Internet tenha proporcionado muitos avanços, ainda é preciso que discutamos sobre os impactos causados pelas chamadas *fake news* e pós-verdades presentes no mundo digital, em especial, nas mídias sociais. Desde que a internet se tornou um dos principais modos de adquirir informação, as relações das pessoas com a imprensa (antes o maior canal de transmissão de informação em massa) se transformou por conta do fácil acesso à informação em dispositivos móveis com acesso à internet (*smartphones*, *tablets*, etc.). Antes, era na figura do jornalista ou profissional responsável por transmitir as informações em telejornais que o público se mantinha informado sobre o que acontecia no país e no mundo. Aqui frisamos que golpes políticos foram, inclusive, realizados com total apoio e/ou protagonismo das redes televisivas, haja vista o Golpe Civil Militar de 1964 e, atualmente, o Golpe de 2016, quando a Presidenta eleita sofreu impeachment.

Embora seja impossível negar o alcance da televisão em lugares onde a internet ainda não está disponível, o número de utilizadores da internet têm aumentado nos últimos anos. Assim, as pessoas estão exercendo seus direitos de receber e acessar as informações de que necessitam, além das informações sobre gastos do governo, salários de funcionários

públicos, determinadas informações que podem transformar suas realidades sociais, etc.

Llorente (2017, p. 09) chama a atenção para os meios de informação e comunicação alternativos que são utilizados, onde

> as tradicionais formas de jornalismo perdem peso diante do auge dos novos canais de comunicação, como os blogs pessoais, o *Youtube*, os canais de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*, *Telegram* e o *Facebook Chat*, ou as redes sociais como *Snapchat* e *Twitter*. Um simples *twee*t pode mobilizar massas e causar resultados impensáveis há alguns anos.

Em outras palavras, as pessoas continuam se informando por outros canais, produzindo e consumindo informação também.

No entanto, questionamos: As pessoas estão acessando as informações de fontes confiáveis e exercendo, de fato, o seu direito de acesso à informação? Ou estão reproduzindo as informações que recebem via mídias sociais ou sites sem confirmar sua veracidade? Bezerra, Capurro e Schneider (2017, p. 373) citam a Universidade de Oxford ao afirmarem que a pós-verdade "se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais". Para Zarzalejos (2017, p. 11), a "pós-verdade consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emotivo". Poderia ser considerada como uma indiferença à verdade dos fatos, mesmo

quando esses são realizados em pesquisas científicas. Sobre a verdade, Bezerra, Capurro e Schneider (2017, p. 373) explanam que

> Ao longo do século XX, a concepção positivista de uma verdade objetiva ao alcance do homem foi, por diversas vezes e nas mais distintas correntes de pensamento, refutada. Seja na crítica ao positivismo lógico levada a cabo por Thomas Kuhn, no relativismo de pensadores pós-estruturalistas como Michel Foucault ou na demarcação do fim da modernidade defendida por pós-modernistas como Jean François Lyotard, foram muitos os "pós" que marcaram a história recente como a época em que a verdade científica perdeu sua condição objetiva. O racionalismo crítico de Karl Popper e a filosofia de Ludwig Wittgenstein, ambos dotados de contornos pós-positivistas, colocaram em questão a ideia de que há verdades irrefutáveis e universais que possam ensejar algum tipo de conhecimento absoluto. Essa foi uma mudança muito radical dentro das correntes cientificistas do século passado – embora Popper e seus seguidores, de nenhuma maneira, tenham passado para um relativismo de "vale-tudo", como fez seu discípulo Paul Feyerabend; a ideia foi, sempre, de se aproximar lentamente ou "assintoticamente" da verdade.

Embora saibamos que é necessária a criação de uma competência crítica em informação (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017) naqueles que desejam analisar as fontes de informação que recebem e verificar se contém fatos fidedignos, precisamos refletir como a pós-verdade influencia no acesso às informações e no pleno exercício de direito da população brasileira.

As fontes de informação da internet precisam de

> tratamento e uso diferenciados, o que exige um estudo dos tipos de fontes, de como são trabalhadas e como são designadas na rede, pois ainda existem poucas pesquisas que têm como objeto de análise esta abordagem (TOMAÉL et al., 2000, s.p.).

Conforme Tomaél et al. (2004, 2008), há padrões de qualidade que auxiliam na avaliação de fontes de informação contidas na internet. Entre os critérios de avaliação de qualidade de fontes de informação da internet encontramos: a) informações de identificação tanto dos autores quanto da instituição (se houver) responsável pelo conteúdo da fonte; b) consistência e relevância das informações: análise da coerência na abordagem do conteúdo, das fontes pesquisadas, cobertura (tempo e tema) de acordo com a fonte utilizada; c) confiabilidade das informações: analisar se existe instituição ou pessoa física responsável pelo conteúdo, bem como informações de contato e credenciais dos autores; d) adequação da fonte; e) *links* internos e externos: visite os *links* disponíveis para verificar as fontes utilizadas; f) usabilidade: facilidade de uso e navegação; g) *layout* da fonte; h) restrições percebidas:

análise do acesso restrito à alguma informação ou proteção de conteúdo; i) suporte ao usuário: verifique se é possível obter auxílio em caso de dúvidas.

Todos esses itens devem ser verificados para que as pessoas não se informem por intermédio de *fake news* (notícias falsas). As *fake news* têm por objetivo disseminar notícias falsas na internet, em especial, nas mídias sociais. Conforme Shao et al. (2017, p. 02, tradução nossa), as *fake news* são fenômenos que para as quais:

> [...] o ecossistema de informação online é um terreno particularmente fértil para semear a desinformação. As mídias sociais podem ser facilmente exploradas para manipular a opinião pública graças ao baixo custo de produzir sites fraudulentos e grandes volumes de perfis ou páginas controladas por software, conhecidos como "social bots" (SHAO et al., 2017, p. 02, tradução nossa).

São utilizadas principalmente em época de eleições, vide o caso de das últimas eleições nos Estados Unidos, onde foram compartilhadas diversas notícias com informações erradas no *Facebook* a fim de garantir a deturpação da verdade, ocultar informações ou, simplesmente, atingir o adversário. No Brasil, as *fake news* tomaram grande proporção a partir de 2013, quando grupos aliados de partidos políticos se uniram para disseminar notícias falsas para fomentar o ódio sobre um determinado partido político brasileiro e seus integrantes. Segundo Ramos (2017, p. 78):

> Os "influenciadores digitais", termo usado para designar aquelas pessoas ou marcas que conseguem atingir um grande número de audiência através das mídias sociais, atingem seu público através da mediação do algoritmo. Nunca se sabe ao certo o que vai ou não incentivar mais ou menos pessoas a consumirem certos tipos de conteúdos em determinados ambientes digitais; no entanto, certamente o algoritmo é o agente "caixa preta" neste contexto, pois é através dele que a "influência" é exercida.

Embora as *fake news* não sejam algo da atualidade, foi por intermédio das mídias sociais na internet que tomaram grandes proporções e passaram a fomentar situações de ódio e preconceitos. É por meio dos algoritmos, que ficamos restritos à "bolha" de informações compartilhadas por nossos amigos de *Facebook* e, a partir daí a própria mídia nos apresenta no nosso *feed* de notícias, informações parecidas com aquelas que lemos ou curtimos em nosso perfil. Assim, o algoritmo não é o único "ator", ao nos aproximarmos da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2001), mas é sim, o responsável pela "escolha" de informações que recebemos via mídias sociais e internet (RAMOS, 2017). Por esse motivo, acreditamos que as *fake news* e as pós-verdades se tornam impedidoras do direito pleno de acesso à informação e, por consequência, podem influenciar nas tomadas de decisão das/os cidadãs/os bem como promoverem inverdades, desigualdades e discriminações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacamos, o universo da internet vem sendo permeado por verdades e inverdades, da mesma forma que os meios de comunicação de massa tradicionais, como por exemplo, a televisão. Levantamos essa questão como forma de ampliar o debate, tanto no que diz respeito ao Marco Civil da Internet, quanto à Lei de Acesso à Informação, na tentativa de ilustrar os entraves ao acesso às informações verídicas e de qualidade.

Mas, até que ponto o Estado disponibiliza dados informativos sobre determinados setores e órgãos públicos ao povo brasileiro? No que tange ao direito à informação e seus instrumentos reguladores no nosso contexto, acreditamos na necessidade de ampliar a discussão ao tema das *fake news* e a questão da pós-verdade, visto que são parte do dia a dia do cidadão. Compreender e ter a possibilidade de recorrer à Lei de Acesso à Informação e ao Marco Civil da Internet, considerando a presença dos governos na rede mundial de computadores, em meio às *fake news* e à pós-verdade, torna-se importante como instrumento de maximização da cidadania com o qual podemos exercer o direito de sermos informados sobre o uso de informações pessoais, seja sob a guarda do Estado ou em posse de empresas privadas, onde sua utilização pode ser indevida e comercializada. Além disso, de nos informarem acerca da tomada de decisões dos governantes para que eles possam agir de maneira mais transparente e justa.

Nessa perspectiva, a competência crítica em informação auxilia a localizar, filtrar, avaliar e compartilhar de forma responsável a informação que se recebe e, assim, descontinuar a

propagação de *fake news* e pós-verdades. Nesse sentido, a competência crítica em informação é uma importante aliada para o exercício da cidadania por possibilitar uma reflexão crítica acerca das fontes informacionais.

Conforme mostramos no referencial teórico, apesar de existirem pesquisas e instrumentos normativos que se referem ao Marco Civil da Internet e à Lei de Acesso à Informação, ainda é preciso uma análise e reflexão mais aprofundadas nos estudos sobre os mesmos e o impacto cultural a respeito desses, sobretudo, no que se refere ao pleno exercício da cidadania. Compete à/ao bibliotecária/o e profissional da informação, a mediação entre os instrumentos normativos e cidadãs/os de maneira que estas/es consigam acessar e interpretar esses documentos e atuar criticamente na sociedade.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. C.; CAPURRO, R.; SCHNEIDER, M. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 371-380, nov. 2017.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A. Pensamento reflexivo e Gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 7-16, jan./abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/1FieR0R>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12. 527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/1eXaagP>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: <https://bit.ly/2rlox6q>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/1fIIV2i>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/1kxaoKm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BOTTREL, R. M. **Uma análise dos usos da lei de acesso à informação no Brasil em notícias do período de 2013 a 2015**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.

CEPIK, M. Direito à informação: situação legal e desafios. **Informação Pública**, v. 2, p. 43-56, 2000. Disponível em: <www.is.gd/ez2iXf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FONSECA, M. O. K. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 146-154, maio/ago. 1999.

JARDIM, J. M.; MARCONDES, C. H. Políticas de informação governamental: a construção de um Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2jsGMmL>. Acesso em: 25 nov. 2017.

JORENTE, M. J. V. et al. O Marco Civil da Internet e a Ciência da Informação: uma discussão sobre softwares livres AtoM e Archivematica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 90-106, maio 2016.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

LATOUR, B. **A experiência de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: Edusc, 2001.

LIMA, M. H. T. F. et al. Uma análise do estatuto princípio-epistemológico do direito à informação na lei de acesso à informação (lei 12527/2011). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais…** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ICICT, 2012.

Disponível em: <https://bit.ly/2FMkzZS>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LORETTE, J. A. A Era da Pós-verdade: realidade versus percepção. **Desenvolvendo ideias**, São Paulo, n. 27, mar. 2017.

MALIN, A. M. B. Reflexões sobre a adesão brasileira ao regime global de acesso à informação pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais…** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ICICT 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2KCu15l>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. Informação e poder na arena da internet. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 47-60, jan./abr. 2014.

MARTINS, H. H. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MENDEL, T. **Liberdade de informação**: um estudo de direito comparado. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009. 172 p. Disponível em: <https://bit.ly/2jsvmzv>. Acesso em: 23 maio 2011.

MOTTA, B. S.; BATISTA, L. L. A crença no desconhecido: como a prossumerização está mudando os hábitos de consumo. **Cadernos de comunicação**, v. 17, n. 1, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, [1948], 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2rsrZKw>. Acesso em: 25 nov. 2017.

RAMOS, D. O. A influência do algoritmo. **Revista Communicare**, v. 17, Edição especial de 70 anos da Faculdade Cásper Líbero, 2017.

RAPOPORT, M.; LAUFER, R. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, p. 69-98, 2000.

SANTOS, M. C. F.; CATARINO, M. E. 25 anos da *web* e o marco civil da internet: apontamentos sobre o livre acesso à informação, a liberdade de expressão e a privacidade. **Informação e Comunicação**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 05-19, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2FJRoqa>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SECLAENDER, A. C. L. O direito de ser informado: base do paradigma moderno do direito de informação. **Revista de Direito Público**, São Paulo, v. 25, n. 99, p. 147-159, jul./set. 1991.

SHAO, C.; CIAMPAGLIA, G. L. C.; VAROL, O.; FLAMMINI, A.; MENCZER, F. The spread of misinformation by social bots. **arXiv**, jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2waPcsn>. Acesso em: 19 fev. 2018.

TOMAÉL, M. I. et al. Fontes de informação na internet: acesso e avaliação das disponíveis nos sites de universidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., Florianópolis, 2000. **Anais…** Florianópolis: SNBU, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2jwwBxN>. Acesso em: 19 fev. 2018.

TOMAÉL, M. I. et al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet. In: TOMAÉL, Maria. Inês; VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004. p. 19-40.

TOMAÉL, M. I. et al. Fontes de informação na internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, M. I. (Org.). **Fontes de informação na internet**. Londrina: EDUEL, 2008. cap. 1.

ZARZALEJOS, J. A. Comunicação, jornalismo e "fact-chacking". **Desenvolvendo ideias**, São Paulo, n. 27, mar. 2017.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Carine S. de Jesus

Técnica em Biblioteconomia pela ETEC Parque da Juventude (SP, 2017), graduanda em Letras na Universidade Anhembi Morumbi, e integrante do coletivo Mulheres Negras na Biblioteca.

Andreia Sousa da Silva

Bibliotecária e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UDESC. É integrante do Grupo de Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Bruno Almeida dos Santos

É doutorando em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2018). Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2014). Pesquisador do grupo de pesquisa GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento. Tem experiência na área de Ciência da Informação atuando principalmente em temas como: gênero, sexualidade, raça, etnia e informação; informação, cidadania e cultura; estudo usuários e de comunidade; acesso, busca e uso da informação, unidades e fontes de informação, assim como tem interesse nas

disciplinas de Iniciação Científica e Metodologia da Pesquisa Científica.

Dávila Maria Feitosa da Silva
Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC – Campus Cariri) e cursa Mestrado Profissional em Biblioteconomia Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Dirnéle Carneiro Garcez
Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC com bolsa CAPES. Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (2013.1-2016.2). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ. É integrante do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Possui interesse nas temáticas relacionadas à comunicação científica, gestão da informação, feminismo negro e mídias sociais.

Edilson Targino de Melo Filho
Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFRJ/IBICT, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba e

Bibliotecário-Documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE.

Elisângela Gomes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Especialista em Teoria e Prática da Formação de Leitores na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduanda em Letras pela Faculdade de Educação Regional Serrana (FUNPAC). Vice-coordenadora do Grupo em Ações Afirmativas da Faculdade de Informação e Comunicação (GTAA/ FIC). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação e Diferença - Pindoba. Angoleira no Grupo de Capoeira Angola de Goiânia - Calunga. Áreas de pesquisa: narrativas negras na literatura, literatura marginal, oralidade, memória, ancestralidade, processos de letramento, África e diáspora, relações étnico-raciais e de gênero. Atuou como professora substituta da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG).

Erinaldo Dias Valério

Professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC – Campus Cariri). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e cursa Doutorado em Ciência da

Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2013-2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes. É membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber. É membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), ocupando o cargo de Diretora de Marketing e Divulgação. Faz parte do Conselho Editorial da Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina atuando como editora de layout. Participou como voluntária no Projeto Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC (2013-2017) e no Projeto Espaço de Referência Ações Afirmativas, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC) (2013-2015). Foi bolsista de iniciação científica no projeto de pesquisa "Ser alfabetizador(a) no olhar de quem se alfabetiza: uma abordagem fenomenológica, do Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente - GpDD (2016). Organizadora do Livro "Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e ação política" em parceria com Graziela dos Santos Lima (2018) e do livro "O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" em conjunto com Nathália Lima Romeiro. É

integrante e coordenadora do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Temas de pesquisa: Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, *Black Librarianship*, Representações Sociais, Temática Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, Mídias sociais, Bibliotecas especializadas, NEABs.

Francilene Cardoso

Bibliotecária. Professora do Departamento de Biblioteconomia da UFMA. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Feminismo Negro - UFMA. Mestre em Ciência da Informação pela UFF/RJ e Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ.

Graziela dos Santos Lima

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus Marília, Mestra em Gestão de Unidade de Informação e Graduada em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), atuando na coordenação do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação e voluntária no projeto de extensão Biblioteca de Referência do NEAB-UDESC. Membro do Instituto de Estudos Culturais - Luisa Mahin e membro do Instituto Internacional de Estudos Africanos e da Diáspora – IEADi; atuou na coordenação executiva na Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN e atuou no Gerenciamento de Projetos Sociais e culturais do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Instituto de Estudos Culturais Luisa Mahin. Organizadora do Livro "Bibliotecári@s

Negr@s: ação, pesquisa e ação política" em parceria com Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2018). É integrante e coordenadora do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Áreas de interesse: Organização e Representação da informação e Organização e Representação do Conhecimento, bibliotecas especializadas, bibliotecas escolares, gestão da informação em núcleos e/ou laboratórios, gestão nas organizações do terceiro setor e gestão em projetos.

Iara Moraes

Técnica em Biblioteconomia pela ETEC Parque da Juventude (SP, 2017). Arte-educadora e integrante do coletivo Mulheres Negras na Biblioteca.

Jobson Francisco da Silva Júnior

Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFRJ/IBICT, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

Karla Leandro Rascke

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestra em História Social pela PUC-SP (2013), Graduada (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2009). É pesquisadora associada ao Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO) da PUC-SP e ao Núcleo

de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC), integra a Associação de Investigadores Negros da América Latina e Caribe (AINALC) e professora da Rede Municipal de São José. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, da África e da Diáspora, atuando principalmente nos seguintes temas: história, populações de origem africana, irmandades, relações étnico-raciais e diversidade.

Lais Hellen Santos Macedo

Técnica em Biblioteconomia pela ETEC Parque da Juventude (SP, 2017), graduanda em Biblioteconomia na Universidade Federal de São Carlos, e uma das idealizadoras do projeto Mulheres Negras na Biblioteca.

Leyde Klébia Rodrigues da Silva

Professora Assistente DCI/ICI/UFBA. Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Desempenha trabalhos nas áreas de: Sociologia da Informação, Tecnologia da Informação, Estudos Étnicos-Raciais, Produção do Conhecimento, Disseminação, Uso e Apropriação da Informação, bem como a Preservação e Memória das fontes de informação da *web* (redes sociais, sites, portais, blog, microblogs, buscadores, metabuscadores, entre outros). Interessa-se pelas áreas de

Ciência da Informação, Sociologia e Educação, com vistas ao acesso e disponibilização da Informação presentes nos diversos suportes informacionais. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE), o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS) e o Grupo de Pesquisa "Ecce Liber: Linguagem, Filosofia e Saberes".

Lourival José Martins Filho
Professor Associado do Departamento de Pedagogia e dos Programas de Pós-graduação em Educação e Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Michelle Silva Pinto
Bibliotecária do Instituto Federal de Educação do Maranhão - Campus São Luís Maracanã. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino na Educação Básica - PPGEEB/UFMA.

Miriely da Silva Souza
Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2013), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes (2015) e atualmente cursa Mestrado em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) associado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui experiência acadêmica com questões ligadas ao

direito e à publicização no que tange ao acesso às informações no campo governamental e se interessa por estudos sobre regimes, gestão e políticas públicas de informação. Tem experiência profissional com pesquisas, tratamento e recuperação da informação em diversos suportes e organização de acervos.

Nathália Lima Romeiro

Licenciada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/ECO-UFRJ. É organizadora do livro "O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" em conjunto com Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2018). Áreas de atuação: Estudos de gênero, Mídias Sociais, Competência Crítica em Informação, Formação continuada de profissionais da informação; Empreendedorismo na Biblioteconomia; Informação, Educação e Saúde.

Nídia M. L. Lubisco

Bacharela em Biblioteconomia e Documentação, Especialista em Modernização de Sistemas Administrativos, Mestra em Ciência da Informação e Doutora em Documentação (Universidad Carlos III de Madrid, 2007). É professora dos cursos de graduação de Biblioteconomia e Arquivologia, do Instituto de Ciência da Informação, do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (mestrado e doutorado); e Professora Colaboradora do Programa de Saúde, Ambiente e Trabalho, da Faculdade de Medicina, todos na Universidade Federal da Bahia. Lidera o grupo de Pesquisa

GEINFO Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento, investigando nas áreas de planejamento, gestão e avaliação de unidades de informação, com ênfase em bibliotecas universitárias. Além das disciplinas ligadas às áreas citadas, ministra disciplina referente à elaboração do trabalho científico no Programa de Pós-Graduação em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas (mestrado e doutorado), do Instituto de Ciências da Saúde, também da UFBA. Atua na área de revisão textual e normalização de trabalhos acadêmicos, tendo publicado, em coautoria, o Manual de estilo acadêmico, pela EDUFBA, que se encontra na sua 5a. edição. É parecerista *ad-hoc* de nove revistas científicas da área. Recebeu prêmio internacional da *Emerald Net* em 2009 por artigo publicado, em coautoria, sobre capítulo de sua tese. De março a dezembro de 2013 esteve em estágio pós-doutoral na Universidad de Salamanca, com bolsa da CAPES. Foi Vice-diretora do Instituto de Ciência da Informação da UFBA (2010-2014). Coordenou o Núcleo de Periódicos da UFBA, criado no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (2015-2017). Também no ano de 2015, o grupo de pesquisa que lidera teve projeto de pesquisa aprovado pelo edital Universal 05/2015 da FAPESB, para o desenvolvimento de quatro pesquisas, cujo objeto é a qualificação de serviços e produtos do Sistema de Bibliotecas da UFBA. É membro da Academia de Ciências da Bahia, desde maio de 2016, e Presidente do Núcleo Docente Estruturante, do Curso de Biblioteconomia, desde 2017.

Paulino de Jesus Francisco Cardoso

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestrado em História pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (1993) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Diretor da Associação de Investigadores Negros da América Latina e Caribe (AINALC), Secretário Nacional de Educação da União de Negros pela Igualdade - UNEGRO, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, membro de Comissão Acompanhamento da Lei de Cotas do Ministério da Educação e professor associado - dedicação integral da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Populações de Origem Africana no Brasil e Em Santa Catarina, atuando principalmente nos seguintes temas: negros, história, educação, Santa Catarina e populações de origem africana.

Priscila Fevrier

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2013). Bibliotecária na Universidade Candido Mendes. É integrante do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Sandra Regina Fontes

Mestranda no curso de Mestrado Profissional Gestão em Unidades de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bibliotecária Escolar da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC.

Vanessa Alves Santana

Atuou como professora substituta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba - DCI/UFPB. Atuou como Bibliotecária e Documentalista da TV Paraíba nos anos de 2013 e 2016, responsável pelo Centro de Documentação (CEDOC). Atuou como professora dos cursos de especialização da Faculdade Anglo-Americano de campina Grande-PB nos anos de 2012 e 2014. Bacharela em Biblioteconomia pela UFPB (2008). Foi bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, recebendo o título de Mestra pela Universidade Federal da Paraíba-PPGCI/UFPB (Ano de 2012). Foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq no período de agosto de 2004 a julho de 2008. Recebeu Prêmio Jovem Pesquisador - UFPB/CNPq no ano de 2005 com a Pesquisa Intitulada "Informação e Diversidade Cultural: a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial". Atuou como arquivista da Empresa FL Assessoria Serviços Contábeis, no setor de Arquivo e Documentação. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: afrodescendentes, inclusão social/racial, discurso, informação para educação e sociedade da informação e do conhecimento, indexação, organização da informação, marketing e metodologia científica.

Especificidades da impressão
Capa: Triplex Duo 250g.
Miolo: Off-set Comercial 75g.

Realização da impressão

Av. das Universidades, 539, TecnoPark –
Pedra Branca/Palhoça-SC
CEP 88137-315